

**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em História
Mestrado em História**

**“Deus te leve a Pernambuco”:
Antilusitanismo, Legislação e Estatística na História da
Imigração Portuguesa para Pernambuco (1945 – 1964)**

Luiz Paulo Pontes Ferraz

Recife

2014

**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em História
Mestrado em História**

**“Deus te leve a Pernambuco”:
Antilusitanismo, Legislação e Estatística na História da Imigração
Portuguesa para Pernambuco (1945 – 1964)**

Luiz Paulo Pontes Ferraz

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Patrícia Pinheiro de Melo

Recife

2014

Catálogo na fonte
Bibliotecária, Divonete Tenório Ferraz Gominho CRB4-985

F381d Ferraz, Luiz Paulo Pontes.

“Deus te leve a Pernambuco”: antilusitanismo, legislação e estatística na história da imigração portuguesa para Pernambuco (1945 – 1964) / Luiz Paulo Pontes Ferraz. – Recife: O autor, 2014.

225 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Patrícia Pinheiro de Melo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.

Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

Inclui referências e anexos.

1. História. 2. Migração. 3. Portugal – Migração – Pernambuco (1945 – 1964). I. Melo, Patrícia Pinheiro de. (Orientadora). II. Título.

981.34 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2014-160)



LUIZ PAULO PONTES FERRAZ
“Deus te leve a Pernambuco’:
Antilusitanismo, Legislação e Estatística na História da Imigração
Portuguesa para Pernambuco (1945 – 1964)”

Dissertação apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em História**.

Aprovada em: **09/09/2014**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Patrícia Pinheiro de Melo
Orientadora (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)

Prof. Dr. Bruno Augusto Dornelas Câmara
Membro Titular Externo (Universidade de Pernambuco - UPE)

Prof^a. Dr^a. Suzana Cavani Rosas
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI A ATA DE DEFESA, NÃO TENDO VALIDADE PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE TITULAÇÃO.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação de mestrado é obra não apenas do meu esforço individual, mas também, fruto dos constantes incentivos e ajudas que recebi ao longo de sua elaboração, razão pela qual devo enorme gratidão a todos aqueles que de alguma forma contribuíram com esse trabalho.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais Josemar e Kilma pelo amor incondicional e o incentivo diário. Buscar os meus objetivos torna-se tarefa mais fácil ao lado dos dois, exemplos que carrego com orgulho. Agradeço também aos meus irmãos João Marcelo, Pedro Vitor, Carlos Eduardo e Ana Júlia, não só pela compreensão dos espaços tomados pelos meus livros, mas também pelo amor e amizade que nos une como irmãos. Devo um agradecimento especial à minha avó Judite, que me recebeu no momento mais crítico do mestrado, dando-me todo o suporte necessário para a escrita dessa dissertação. Assim como ao restante da minha família, que sempre me apoiou nessa empreitada. Devo gratidão ainda a Meri pelo carinho do dia a dia.

A Débora, agradeço seu companheirismo, o amor irrestrito e a paciência ao longo dessa caminhada. Sem seu apoio essa dissertação não existiria. Não poderia deixar de mencionar sua família com Taciana, Almir, Bruna e Diana, aos quais agradeço por todo o carinho desprendido e pela compreensão nos dias escrevendo a dissertação em plena Praia de Carneiros. A Taciana, em especial, agradeço por todo estímulo nos momentos mais difíceis da pesquisa.

À minha orientadora, Patrícia Pinheiro de Melo, agradeço por tê-la conhecido no primeiro ano da minha graduação. Devo meu percurso como historiador a ela, que sempre buscou me incentivar no caminho da pesquisa. Seu exemplo ético e competente como professora e historiadora trata-se de um modelo para mim.. Agradeço também sua orientação dedicada e crítica e o seu apoio e estímulo diante das inseguranças inerentes à pesquisa.

Agradeço também à professora Suzana Cavani por suas críticas e sugestões à versão preliminar dessa pesquisa na qualificação. Não poderia deixar de agradecer a Bruno Câmara por toda ajuda e disponibilidade em discutir temas ligados a essa dissertação bem como ceder trabalhos que contribuíram com essa pesquisa. Aos dois, agradeço também por terem aceitado participar da minha banca. Isso significa muito para mim. À professora Ana Maria Barros, agradeço as discussões presentes na disciplina ministrada por ela no

mestrado, que nos trouxe a base para nossas reflexões sobre Gilberto Freyre e os portugueses. Agradeço ainda, suas críticas à versão redigida para a qualificação. A Tarcisio Araújo, professor do Departamento de Economia da UFPE, agradeço sua gentileza e sua disponibilidade em revisar todos quadros elaborados para essa pesquisa. Ao professor José Batista Neto, agradeço seu incentivo à pesquisa e o ensino, dando-me sempre apoio.

Agradeço aos amigos professores do Colégio de Aplicação Ednaldo, Cris, Moacir, Rodrigo, Soênia, Erinaldo, Natália, Edson e tantos outros que me viram conciliar ensino e pesquisa no período em que lecionei nessa escola, sempre me incentivando no mestrado. Em especial, à Idalina Pires, por sua atenção como professora e amiga, mas também por abrir a porta da sua casa à essa pesquisa. Seus pais, imigrantes portugueses, são alguns dos entrevistados nesse trabalho.

Não poderia deixar de agradecer a Sandra, secretária do PPGH-UFPE, funcionária e pessoa exemplar, que sempre traz boas energias aos discentes da pós-graduação.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, agradeço o suporte financeiro, que nos permitiu realizar viagens ao Rio de Janeiro para a pesquisa em arquivos naquela cidade. Sem a bolsa concedida por essa instituição as dificuldades para a realização dessa pesquisa seriam enormes.

Devo um agradecimento em particular à professora María Beatriz Vitar Mukdsi, que conheci enquanto estudava na Universidad de Sevilla, na Espanha. Foi a partir de suas aulas sobre os movimentos de galegos para Cuba no século XIX e de sírio-libaneses para a Argentina, que o tema da imigração surgiu para mim como uma possibilidade. As primeiras discussões acerca dessa temática que veio a ser o foco desta dissertação foram feitas com ela. Não poderia, então, deixar de citar o professor Don Ramon Serrera Contreras, um dos melhores com quem tive contato.

Gostaria de agradecer bastante a Max Pendergraph pelas diversas conversas e trocas de informações sobre o tema dessa pesquisa. Não esquecerei sua eterna disponibilidade em compartilhar livros e artigos de difícil acesso no Brasil, que contribuíram com essa pesquisa. Agradeço ainda a atenção de Celso Castilho, Nara Milanich, Ian Merkel e suas colocações acerca do presente estudo. Em especial, agradeço à professora Barbara Weinstein que me recebeu na New York University, me convidando a assistir aulas no doutorado da instituição, onde pude discutir a temática dessa pesquisa sob o viés da transnacionalidade, abrindo possibilidades para estudos futuros.

Agradeço aos amigos Gustavo Maia, Eduardo Rios e Amanda Borba, que me receberam no Rio de Janeiro para as pesquisas no Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e no Gabinete Português, Um agradecimento em particular aos colegas que fazem parte do Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI) da UERJ, em especial Syrléa Marques e Lená Menezes, que tão bem me receberam na minha passage pelo Rio de Janeiro. Agradeço ainda a Jadson e Sandro do Museu da Cidade do Recife pelo auxílio nas minhas pesquisas na instituição.

Tenho grande gratidão por Leonardo Caldera e Jeff Taylor, que me receberam no Chile e Argentina, no período em que apresentei parte dessa pesquisa na Universidad Nacional de Cuyo-Mendoza. Obrigado a Claudio Saraleguy que me apresentou o mate que me acompanhou nas noites de escrita dessa dissertação.

A Samico, Giúlia, Aurélio, Henrique, Allan e os demais colegas do mestrado agradeço pela ajuda e pela cumplicidade. Agradeço também a Israel Ozanam, Thiago Pereira e Roberta Duarte, que me ajudaram ainda antes da minha entrada no mestrado e sempre foram solícitos em tirar quaisquer dúvidas. Agradeço também a Ivan Lima, pelas conversas, amizade e pelo livro de Mosher, trazido da UNICAMP. Não poderia deixar de agradecer a José Marcelo, que tanto escutou minhas dúvidas e inseguranças, próprias do percurso da pesquisa, sendo sempre muito atencioso. A Bione, Elvis, Júlia, Sílvio, Bruno e Tiago agradeço pela amizade indiscutível e pela compreensão da minha ausência. Aos amigos da somosprofessores.org Victor Correia, Pedro e Luiza Dantas e Caio Dounis, obrigado pelo estímulo e pela compreensão. A Eduardo, Leo, Igor, Teo, Beto, Filipe, Leonardo e Marcos agradeço por estarem sempre presentes e escutando as dificuldades pelas quais passei até a o final dessa dissertação. Aos amigos do OO, agradeço as descontrações diárias, escape para os momentos de tensão. Agradeço de coração a Mirella Remígio, por ter me ajudado com o abstract dessa pesquisa. Devo um agradecimento também a Lucas Furtunato, meu amigo e futuro grande historiador, que me ajudou na elaboração da base de dados fundamental para essa pesquisa. Agradeço ainda aos meus alunos do GGE, Saber Viver, Colégio de Aplicação e Equipe que presenciaram a construção dessa dissertação

Por fim, agradeço a todos imigrantes que dispuseram a compartilhar comigo suas histórias. Em especial, agradeço a Seu Manuel Alberto, motivo maior da existência desse estudo. E, também, a Claudino e Idalina, que disponibilizaram seus documentos pessoais para apresentação nessa pesquisa. Meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

A presente dissertação aborda a imigração portuguesa para Pernambuco no período que corresponde ao final da Segunda Guerra Mundial até 1964, ano em que o Brasil deixou de ser o destino preferencial dos imigrantes lusitanos.

O ponto de partida é a discussão sobre os episódios de antilusitanismo na história de Pernambuco, com atenção especial para o “*mata-marinheiro*” de abril de 1931, evento marcado como a última manifestação antilusitana na capital pernambucana. A década de 1930, com a subida de Getúlio Vargas ao poder, inaugura uma nova fase para o movimento imigratório português, ampliando os privilégios legais aos nascidos em Portugal. Com o fim da Segunda Guerra, os números da imigração, que haviam decaído no fim da década de 1920, voltam a crescer trazendo ao país um imigrante de perfil distinto.

Com o auxílio de estatísticas portuguesas e brasileiras, esse trabalho tem como principal objetivo fornecer as bases para a compreensão dessa imigração através do estudo quantitativo no contexto de uma análise histórica de perfil social. Para tanto, analisam-se as listas de passageiros de 1.166 desembarques no Porto do Recife durante o período estudado, confrontando essas informações com os relatos dos imigrados desse período e que formam a comunidade portuguesa em Pernambuco.

Palavras-chaves:

imigração portuguesa; antilusitanismo; estatística; Pernambuco; legislação; relatos; Recife.

ABSTRACT

The present dissertation addresses the Portuguese immigration to Pernambuco in the period that corresponds to the end of the Second World War until 1964, the year in which Brazil stopped being the preferred destination of the Lusitanian's immigrants. The starting point is the discussion of the antilusitanism episodes in the history of Pernambuco, paying special attention to the "mata-marinheiro" episode of April 1931, marked as the last event of the antilusitanian movement in the capitol of Pernambuco. The 1930s, with the rise of Getúlio Vargas to power, launches a new phase for the Portuguese immigration movement, increasing the legal privilege given to those born in Portugal. With the end of the Second World War, the immigration numbers, which had declined by the end of the 1920s, start to rise again bringing to the country an immigrant with a different profile. With the help of Portuguese and Brazilian statistics', this work has as its main aim to provide the basis for the understanding of this immigration through quantitative study in the context of a social profile historical analysis. To do so, lists of passengers of 1.166 disembarks at the Port of Recife, during the period in study, are analyzed, comparing the information acquired with the reports of immigrants of this period that are now part of the Portuguese community in Pernambuco.

Keywords:

Portuguese immigration; antilusitanism; statistics; Pernambuco; legislation; stories; Recife.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AN - Arquivo Nacional, Rio de Janeiro

APEJE - Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, Recife

BN - Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

CONDEPE/FIDEM - Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco

DPMAF - Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras

ED - Esquerda Democrática

FUNDAJ - Fundação Joaquim Nabuco, Recife

GPL-PE - Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, Recife

HDB - Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MCR – Museu da Cidade do Recife

PCB - Partido Comunista do Brasil

PDC - Partido Democrata Cristão

PR - Partido Republicano

PSB – Proprietários e sócios brasileiros

PSBE – Proprietários e sócios brasileiros e estrangeiros

PSD - Partido Social Democrático

PSE – Proprietários e sócios estrangeiros

PSP - Partido Social Progressista

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PL - Partido Libertador

RGPL - Real Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados de São Paulo

UDN - União Democrática Nacional

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E ESTATÍSTICAS

Figura 01 - Protestos na frente do Café Guanabara, na Rua Direita, Recife-PE, em 8 de abril de 1931	p.82
Quadro 01 - Imigração para o Brasil (Séculos XIX e XX).....	p.111
Quadro 02 - Imigração para o Brasil (1872 – 1972) - porcentagem do total.....	p.113
Quadro 03 - Imigração Portuguesa para o Brasil, 1872–1972, com percentuais referentes a cada período.....	p.115
Gráfico 01 – Imigração Portuguesa para o Brasil, 1872-1972.....	p.115
Quadro 04 - Imigração portuguesa para o Brasil, 1880-1945.....	p.117
Quadro 05 - Imigração portuguesa para o Brasil (1945-1975).....	p.120
Gráfico 02 – Imigração portuguesa para o Brasil (1945 – 1964)	p.120
Quadro 06 - Emigração portuguesa para o Brasil: proporção do fluxo total de emigrantes saídos de Portugal.....	p.122
Quadro 07 - Emigração portuguesa para o Brasil entre 1950 e 1964.....	p.122
Figura 02 - Mapa: Distritos de Portugal Continental.....	p.123
Quadro 08 - Emigração oficial para o Brasil por origem distrital dos emigrantes, 1950 – 1984 (número de migrantes).....	p.124
Quadro 09 - Emigração portuguesa oficial para o Brasil: proporção do fluxo total de migrantes, por distrito. 1950-1969.....	p.125
Quadro 10 - Brasil: recepção de imigrantes portugueses. Distribuições absoluta e percentual segundo distrito de origem dos imigrantes. 1950-1969.....	p.126
Quadro 11 - Emigração portuguesa oficial para o Brasil por distritos de origem (1955 – 1959).....	p.127
Quadro 12 - Emigração portuguesa oficial para o Brasil por distritos de origem (1960 – 1964).....	p.128
Quadro 13 - Distribuição da população portuguesa no Brasil, por estados, 1920.....	p.130
Quadro 14 - Distribuição da população portuguesa no Brasil, por estados, 1929.....	p.130
Quadro 15 - Distribuição da população portuguesa no Brasil, por estados, 1940.....	p.131
Quadro 16 - Distribuição da população portuguesa no Brasil, por estados, 1950.....	p.131
Quadro 17 - Distribuição de imigrantes portugueses residentes por unidade da federação. 1920-1970.....	p.132
Quadro 18 – Quadro comparativo da presença portuguesa no Brasil. 1920-1970	p.133
Quadro 19 - Evolução demográfica em Pernambuco, 1872 - 2000.....	p.134
Quadro 20 - Percentual da População Residente em Recife por origem.....	p.135
Quadro 21 - Percentual dos Estrangeiros e Brasileiros Naturalizados residentes em Pernambuco (1872–1950).....	p.136
Quadro 22 - Imigração para Pernambuco, 1880 – 1929.....	p.138
Quadro 23 - Imigração para Pernambuco, 1930 – 1940.....	p.139

Quadro 24 - Entradas no Porto do Recife segundo os Anuários Estatísticos de Pernambuco (brasileiros, portugueses e outros estrangeiros), 1923-1968.....	p.140
Quadro 25 - Números da imigração portuguesa para Pernambuco (1834 – 1879).....	p.143
Quadro 26 - Imigrantes permanentes desembarcados no porto do Recife, segundo Anuários Estatísticos do Brasil, 1941-1963.....	p.144
Quadro 27 - Quantidade desembarques analisados por ano – 1942 a 1959.....	p.147
Quadro 28 - Navios desembarcados no Porto do Recife com imigrantes portugueses permanentes - 1942 a 1959.....	p.148
Quadro 29 - Imigrantes portugueses permanentes desembarcados no Porto do Recife entre 1942 e 1959.....	p.154
Gráfico 03 – Imigração portuguesa para Pernambuco, por sexo (1945 – 1959).....	p.157
Gráfico 04 – Imigração portuguesa para Pernambuco, por idade (1945 – 1959).....	p.158
Gráfico 05 – Imigração portuguesa masculina para Pernambuco, por idade (1945 – 1959).....	p. 159
Gráfico 06 – Imigração portuguesa feminina para Pernambuco, por idade (1945 – 1959).....	p. 159
Gráfico 07 – Imigração portuguesa para Pernambuco, por estado civil (1945 – 1959).....	p.160
Gráfico 08 – Imigração portuguesa para Pernambuco, por profissão (1945 – 1959).....	p.162
Gráfico 09 - Imigração portuguesa para Pernambuco, por parentesco (1945 – 1959).....	p.163
Gráfico 10 - Imigração portuguesa para Pernambuco, por religião (1945 – 1959).....	p.164
Gráfico 11 - Imigração portuguesa para Pernambuco, por instrução (1945 – 1959).....	p. 165
Gráfico 12 - Imigração portuguesa para Pernambuco, por porto de procedência (1945 – 1959) - ..	p.166
Gráfico 13 - Imigração portuguesa para Pernambuco, por classe no navio (1945 – 1959).....	p.167.
Gráfico 14 - Imigração portuguesa para Pernambuco, por distrito de procedência (1945 – 1959).....	p.168

SUMÁRIO

Introdução.....	p.13
I. O Tema.....	p.13
II. A Pesquisa.	p.18
III. Divisão dos Capítulos.....	p.22
1. O Português em um contexto lusófono	p.24
1.1 Nativismo e lusofobia	p. 25
1.2 Antilusitanismo no século XIX	p.29
1.3 Lusofobia no período republicano.....	p. 51
1.4 Lusofobia no século XX: o "mata-marinheiro" de abril de 1931 em Recife	p.55
2. Da Lusofobia aos Privilégios Legais	p.84
2.1 O privilégio legal português.....	p. 85
2.2 Gilberto Freyre e o elogio ao elemento português	p. 95
2.3 O Português e a Constituição de 1946	p.100
3. A E/Imigração Portuguesa em números	p.110
3.1 A imigração portuguesa para o Brasil em números.....	p.111
3.2 A emigração portuguesa para o Brasil em números	p.120
3.3 A imigração portuguesa para os estados brasileiros	p.128
3.4 Presença e imigração portuguesa em Pernambuco	p.133
4. A imigração Portuguesa para Pernambuco entre 1945 e 1964	p.146
4.1 Cruzando o atlântico: embarcações e companhias de navegação...p.148	
4.2 Um perfil da imigrante e do imigrante português do pós-guerra...p.153	
4.3 Relatos da imigração portuguesa para Pernambuco.....p.169	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p.192
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p. 197
ANEXOS.....	p.215

Fado do Emigrante

*Vou-me embora, vou deixar-te
Mas nem por isso me ausento
Pois só meu corpo é que parte
Não parte o meu pensamento*

*Pois só meu corpo é que parte
Não parte o meu pensamento*

*Adeus terra onde eu nasci
E onde vivi tão feliz
Adeus terra onde eu nasci
E onde vivi tão feliz*

*Adeus olhos que dizeis
Coisas que a boca não diz
Antonio Menano –*

INTRODUÇÃO

I. O Tema

A imigração é um processo que se inicia antes de qualquer ação real do indivíduo com o intuito de deslocar-se. Surge no pensamento e na reflexão sobre o que o presente mostra e o que o futuro lhe guarda. Imigrar é pesar a situação em que se vive e, rejeitando o passado e o presente, buscar no futuro as soluções para os dramas encontrados. Motivações diversas impulsionam os deslocamentos humanos. Questões de ordem individual como a busca por aventura, o medo do presente, as dificuldades na vivência cotidiana, a possibilidade de problemas no futuro próximo e outros fatores mais pontuais despertam no indivíduo o desejo de sair de onde se está, deixar uma vida para trás e começar uma outra num local distante.

No Brasil, como em Pernambuco, o maior contingente imigrante, ao longo da história, foi o português. Em sua maioria, vindos espontaneamente, desde o período colonial, os lusitanos foram presença marcante nesse estado.

A despeito da relevância econômica, social e política que representou a emigração portuguesa para o Brasil, este tema ainda sofre de uma escassez bibliográfica, se comparada ao que já foi produzido sobre a imigração de outras nacionalidades como a alemã e italiana, por exemplo.¹ Ainda assim, a maioria das publicações existentes sobre o tema focam nesse processo direcionado ao Rio de Janeiro e São Paulo. Em que pese alguns exemplos que serão citados ao longo desse trabalho, pouco se produziu sobre a imigração portuguesa para Pernambuco. Assim, a pesquisa buscará contribuir com uma abordagem referente ao último *boom* da imigração portuguesa para o Brasil, compreendido entre o fim da década de 1940 e início dos anos 1960. Momento em que chega à Pernambuco a última grande leva de imigrantes portugueses².

Entre 1870 e 1930, observa-se o período da chamada Grande Imigração, momento dos maiores fluxos de estrangeiros para a América como todo, quando japoneses, alemães,

¹ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Imigração Portuguesa no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.p. 11.

² Segundo João Lopes Ferreira no artigo “*Museu e Biblioteca do Imigrante*” publicado na revista Encontro, a

² Segundo João Lopes Ferreira no artigo “*Museu e Biblioteca do Imigrante*” publicado na revista Encontro, a comunidade portuguesa em Pernambuco possui pouco mais que 5.000 membros. Há uma clara confusão nos números apresentados sobre portugueses em Pernambuco. Segundo SIMÕES apud LOBO, 2001 p. 143. Havia 5.289 portugueses em Pernambuco em 1929. Segundo KLEIN(1991) o número de imigrantes portugueses se apresentava dessa forma 4.809 (1920), 3.048 (1940), 2.308 (1950) e 2.402 (1970). Para MARQUES e MELO os números são os seguintes: 4.872 (1920), 3.102 (1940), 2.303 (1950), 2.051 (1970) e 2.282 (1980).

espanhóis, italianos, lusitanos e tantos outros se deslocaram para o continente. Entre 1850 e 1930, por exemplo, Buenos Aires foi o maior destino da emigração espanhola na América, recebendo mais da metade dos 4 milhões de imigrantes dessa origem nesse período.³ Os portugueses, em sua imensa maioria, deslocaram-se para o Brasil.

Contudo, os anos de 1930 representaram uma queda nos números da imigração para o Brasil. Especificamente no que toca à imigração portuguesa, a crise de 1929 trouxe recessão em Portugal e restrições à saída do seu contingente populacional. No fim da década, a Segunda Guerra Mundial dificultou ainda mais esse movimento, devido as complicações do transporte no atlântico.

O início do Governo Vargas foi marcado por medidas que atingiram os possíveis imigrantes e os estrangeiros em solo brasileiro. Uma das primeiras medidas da sua administração foi o Decreto nº 19.482, de 12 de Dezembro de 1930, conhecido como lei dos dois terços, no qual obrigava que todas empresas possuíssem um mínimo de dois terços de trabalhadores brasileiros entre seus empregados. Essa política atingia às empresas de estrangeiros, muitas vezes marcadas pelo emprego de conterrâneos. Devido a esse lei, um conflito antilusitano ocorreu no Recife no início de abril de 1931, com ocorrência de mortes. Em 1934, ainda foi estabelecida um regime de cotas de entradas de imigrantes, visando a restringir a vinda de parte da população imigrante. Se durante o século XIX até a Primeira Guerra Mundial o imigrante era bem-vindo e muitas vezes subsidiado, após o conflito, o estrangeiro passou por um novo crivo.⁴

Ao Brasil, já não interessava os trabalhadores não qualificados que aportavam os cais do país desprovidos de condições básicas de sustento e somando fileiras de mão-de-obra barata que competia com o trabalhador nacional.⁵

Ao mesmo tempo, Brasil e Portugal atravessavam um contexto político-ideológico similar, pautado na afirmação da nacionalidade nos seus respectivos Estados Novos. Aproveitando-se dos traços históricos em comum e partilhando ideias de intelectuais como Gilberto Freyre, Portugal de Salazar e Brasil de Vargas estreitaram seus laços, o que foi sentido pelos imigrantes.⁶

³ MOYA, José C. **Primos y extranjerios**: La inmigración española en Buenos Aires, 1850-1930. Buenos Aires: Emecé.2004.

⁴ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 119.

⁵ FERREIRA, Eduardo Sousa. **Origens e Formas da Emigração**. Lisboa, Iniciativas Editoriais. 1976. p. 41.

⁶ GUIMARÃES, Lucia Maria P. “*Relações Culturais Luso-Brasileiras: alguns pontos de confluência.*” In.: **Convergência Lusíada**. Rio de Janeiro, 24: 256-264, 2o semestre de 2007. p. 57.

A especificidade dessa massa imigrante portuguesa reside em seu maior caráter de espontaneidade, sendo diferente de italianos e espanhóis que vieram, sobretudo, subvencionados pelo poder público ou particulares e com auxílios de agenciadores.⁷ Além disso, traços culturais comuns como línguas e costumes fizeram desses lusitanos os estrangeiros mais brasileiros.

É preciso, contudo, ter a dimensão da historicidade do imigrante. Fernando Devoto faz uma análise bastante aprofundada sobre o tema, no qual discute como essa noção de "imigrante" é mutável do ponto de vista legal e histórico.⁸ Convém, então, definirmos o que aqui tratamos como imigrante. Por utilizarmos muitas estatísticas oficiais como ponto de partida para essa discussão sobre o imigrante, o definimos sob o ponto de vista legal enquadrado em cada um dos períodos por aqui trabalhados e que estão expressos ao longo do texto.

A dificuldade de se encontrar trabalhos específicos referentes ao tema proposto foi, sem dúvida, um problema para esta investigação e um impulso a mais para a realização da mesma. Embora seja consenso entre historiadores brasileiros que tratam da imigração portuguesa para o Brasil a escassez de trabalhos relativos ao assunto, é notório um aumento de investigações sobre o tema desde a celebração dos 500 anos do desembarque português na América.

Desde a década de 1970, vê-se um esforço por parte dos historiadores portugueses, em escrever/pesquisar sobre o tema, mas, sempre sobre o olhar da emigração. Destacam-se alguns trabalhos que se encontram referenciados na bibliografia. Um bom exemplo é Eduardo Sousa Ferreira que em suas pesquisas analisou a contribuição dos imigrantes na economia de Portugal, ressaltando a importância das remessas desses para o equilíbrio econômico português. M. L. Marinho Antunes é outro autor muito citado nas pesquisas que tratam da emigração portuguesa como um todo, por conta de seus artigos sobre este processo entre os anos de 40 e 70 do século XX. Desses autores com trabalhos no início da década de 70, convém ressaltar o historiador português Joel Serrão, cujos trabalhos foram base para investigações sobre a emigração portuguesa nos séculos XIX e XX, inclusive utilizando testemunhos de emigrantes. A partir da década de 80, vê-se em Portugal uma maior difusão desses estudos. Destacam-se alguns autores. Maria Beatriz Rocha-Trindade,

⁷ SACHETTA, José. *Laços de Sangue. Privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)* 2007 (Tese de doutorado). P.204

⁸ DEVOTO, Fernando. **Historia de Imigración en la Argentina**. Buenos Aires: Sudamericana. 2009. p.20-23

que organizou a Revista de História Econômica e Social, Cadernos 1-2, com o tema da emigração portuguesa, um espaço que contém significativos trabalhos sobre esse processo direcionado ao Brasil. Há ainda seu artigo sobre os reflexos culturais dessa vinda de portugueses para o Brasil. Jorge Carvalho Arroteia é outro autor bastante citado. Professor da Universidade de Aveiro, Arroteia analisou a evolução demográfica portuguesa no século XX e contrastou tais dados com as origens e distribuição da emigração portuguesa ao longo do mesmo século. Com relação às políticas portuguesas de emigração percebem-se dois autores bastante relevantes: F.G Cassola Ribeiro, que na década de 80 pesquisou as políticas de emigração portuguesa do pós-Segunda Guerra e Miriam Halpern Pereira, que investigou essas mesmas políticas de emigração sob o recorte de 1850 a 1930. Nos anos 90 ainda se observam os trabalhos de Maria Ioannis Baganha que pesquisou as correntes emigratórias portuguesas no século XX, focando o período salazarista.

Dentre os estudos inseridos no contexto da historiografia portuguesa sobre a emigração, observa-se um predomínio de autores que abordem esse fenômeno sob perspectivas econômica, demográfica, social e política. Inserimo-nos aqui numa investigação sob o ponto de vista demográfico e social desses fluxos. Há os que analisam a emigração com o intuito de explicar a evolução demográfica portuguesa, como Arroteia, Baganha, Ribeiro e Pereira. Esses percebem o movimento migratório como resposta ao contexto vivido pelos lusitanos, vinculando tais deslocamentos à situação econômica, social e política dos períodos em questão. Outros autores abordam a emigração para explicar o contexto econômico português, enfatizando a importância das remessas dos emigrantes para a estabilidade da economia portuguesa. Deste modo, a emigração é percebida como uma extensão das atividades econômicas portuguesas, como se observa em Ferreira e Rocha-Trindade. Há ainda autores que observam a emigração sob uma perspectiva macroanalítica a fim de assimilar tal fenômeno em toda sua dimensão, percebendo a emigração como elemento indispensável para compreender a História portuguesa, como Antunes e Serrão.

No Brasil, os trabalhos com foco nessa temática são mais recentes e ainda há certa carência de pesquisas referentes à imigração portuguesa. Há, por outro lado, investigações que enfatizam a presença lusitana no Brasil sob diversos aspectos que vão do religioso à culinária, conforme os estudos clássicos de Sergio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, porém sem que o fenômeno da imigração fosse o cerne desses trabalhos. Freyre, que por sinal, é figura imprescindível nos estudos sobre a comunidade portuguesa no Brasil. Seu

elogio ao elemento luso na constituição do povo brasileiro vai representar uma mudança de paradigma para os estrangeiros aqui localizados. Foram comuns convites ao sociólogo para que discursasse no Gabinete Português de Pernambuco, sempre com discursos de teor bastante ufanistas no que tange à Portugal.

Desde os anos 2000 e as comemorações dos 500 anos que a situação vem se modificando, e novas pesquisas sobre o tema foram surgindo. Brotam algumas pesquisas que, repensando as relações Portugal-Brasil, buscam entendê-las em toda História desses dois países. Há um grande predomínio por estudos ligados à Nova História Cultural, enfatizando não só os aspectos econômicos, políticos e sociais do aporte migracional português, mas observando a contribuição cultural desses na História brasileira.

Destaca-se Eulália Maria Lahmeyer Lobo, que explora a imigração sob os aspectos acima referidos abordando os anos entre 1880 e 1970, Todavia, pouco se fala de Pernambuco neste trabalho. Há ainda as pesquisas de Ana Silvia Volpi Scott, que investigou a imigração portuguesa para o Brasil e todas suas implicações entre os anos de 1820 e 1930. Já José Saccheta Ramos Mendes, além de autor de vários artigos, escreveu a tese *"Laços de Sangue. Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil"*, considerada o melhor trabalho acadêmico de 2007 pela Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) e pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), recebendo o Prêmio Fernão Mendes Pinto. Este trabalho mostra como o Brasil, a partir de seu aparato político-jurídico, diferenciou os imigrantes portugueses dos oriundos de outra nacionalidade, tendo como recorte o processo de emancipação frente a Portugal até o fim do Estado Novo em 1945. Por conta de sua formação em Direito, observa-se um trabalho profundo na análise do estatuto jurídico desses imigrantes lusitanos. Vêm-se ainda os trabalhos de diversos outros autores que tratam da imigração portuguesa para o Brasil como: Alexandre Hecker, Maria Izilda Matos, Fernando de Sousa, Ismênia de Lima Martins, Lená Medeiros de Menezes, entre outros. Todos esses, membros do LABIMI, Laboratório de Estudos de Imigração da UERJ, e do CEPESSE, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, da cidade do Porto. Ambas instituições tem contribuído muito para a divulgação de estudos sobre imigração em geral, mas principalmente a que toca Portugal e Brasil.

II. A Pesquisa

Para a realização desta investigação, primeiramente houve uma busca por dissertações e teses realizadas em algumas pós-graduações de referência em História no Brasil: USP, UNICAMP, UFF, UFRJ e UFPE. Após o conhecimento do que vêm sendo trabalhado no meio acadêmico, foram feitas consultas nos trabalhos referentes à imigração no período proposto e sobre imigração portuguesa em outros recortes temporais, levando sempre em conta a bibliografia utilizada pelos mesmos. Tal momento foi muito oportuno para o conhecimento de quais obras são mais referenciadas no meio acadêmico.

Com a bibliografia apresentada, houve a leitura direcionada ao tema proposto. Muito relevante neste início de estudo foi a análise dos dados dos Anuários Estatísticos do IBGE. Entretanto, essa documentação sofreu profundas mudanças em sua metodologia de pesquisa ao longo dos anos, o que afetou em muito este trabalho, visto que poucos são os períodos em que se encontra detalhadamente a entrada de imigrantes estrangeiros no Brasil por porto de chegada e nacionalidade, o que dificultou, uma melhor aferição desse quantitativo para Pernambuco.

Convém ainda ressaltar o fato da pesquisa não haver encontrado, em Pernambuco, arquivo que possuísse a relação dos imigrantes que entraram no Porto do Recife no período estudado, para conseguirmos uma melhor análise do fluxo imigrante para o estado. Todavia, parte dessa documentação se encontra no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, onde estão conservados na Coleção da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras (DPMAF). Nessa documentação foram encontradas as listas de passageiros dos navios desembarcados no Porto do Recife, nas quais constam informações que nos auxiliaram a elaborar um perfil do imigrante português.

O fato de ainda viverem em Pernambuco boa parte desses imigrantes portugueses, significou uma posição privilegiada para a compreensão, a partir de entrevistas, de histórias inatingíveis pelas documentações oficiais. Com a história oral, entendida aqui como, segundo Jean Pierre Wallot, "*um método de pesquisa baseado no registro de depoimentos orais concedidos em entrevistas*",⁹ foi possível ir além daqueles imigrantes

⁹ WALLOT Apud. JOUTARD, P. "*História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos*", in: FERREIRA, M. & AMADO, J. (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, FGV, 1996, pp.43-64.

despessoalizados, quantificados e homogeneizados¹⁰, e encontrar as histórias e trajetórias únicas e importantes para o entendimento deste processo ocorrido nos anos 1950. Segundo Montenegro, *"as memórias interagem com a história, ou compreendem as fontes escritas, possibilitando compreendermos como indivíduos, grupos, classes viveram, compreenderam períodos e experiências históricas"*¹¹ É na busca pela compreensão dessas memórias dos imigrantes portugueses e suas vivências e experiências em trajetórias individuais de percurso da imigração, que reside a contribuição dessa abordagem metodológica para a história da imigração portuguesa. No intuito de compreender os traços da coletividade, representada aqui pelos imigrantes portugueses, os depoimentos pessoais permitem-nos captar as histórias individuais que fazem parte de um processo maior de imigração de grupo.¹² Seguindo Gwyn Prins, buscamos a reminiscência pessoal, isso é, *"uma evidência oral específica das experiências de vida do informante"*¹³, informações com riquezas de detalhes impossíveis de serem encontradas de outra maneira. Apenas com as entrevistas pessoais podemos elucidar alguns questionamentos desta pesquisa a fim de compreender-se a imigração portuguesa.

Essa abordagem, entretanto, é desenvolvida a partir da complementaridade com o uso de outras fontes escritas e iconográficas,¹⁴ sem a qual os depoimentos orais perdem força.¹⁵ Nesse caso específico, procuramos relacionar as informações encontradas nas estatísticas e, principalmente, nas listas de passageiros dos navios desembarcados no Porto do Recife com os imigrantes portugueses, atentando, não só para o confronto entre as informações, como para a compreensão do processo migratório.

Assim sendo, por muito pormenorizado e alargado que se construa um inquérito histórico e sociológico para determinação das várias ordens de causas da emigração, para

¹⁰ CORTE In: MARTINS, Ismênia de Lima. e SOUSA, Fernando. **Portugueses no Brasil – migrantes em dois atos**. Rio de Janeiro: Edições Muiraquitã. 2006.

¹¹ MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Editora Contexto, 2010. p.17.

¹² FREITAS, Sônia Maria. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulos: Humanitas. Imprensa Oficial do Estado. 2002, p. 49

¹³ PRINS, Gwyn. História Oral. In BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: EDUNESP, 1992 p. 172

¹⁴ DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. *"pesquisa historica-sociologica, relatos orais e imigração"* In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra (orgs.). **Estudos migratórios: Perspectivas metodológicas**. São Carlos: EdUFSCar, 2005. p. 91.

¹⁵ MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Editora Contexto, 2010. p.22.

entendermos todo esse processo, estas só se tornam suficientemente explícitas por via de estudos em profundidade: estudos de casos e histórias de vida.¹⁶

É importante ainda citar as fotos, objetos pessoais, cartas de chamada, documentos e cartas privadas guardadas por esses imigrantes. Poucas das quais tivemos contato, é verdade. Contudo o desenvolvimento de novos estudos podem vir a entrar em contato com mais fontes desse tipo.

Com relação às entrevistas, salienta-se o uso delas como fonte fundamental para a compreensão da pesquisa realizada. Foram feitas abordagens temáticas com questões comuns sendo levadas aos entrevistados, com o intuito de perceber como cada imigrante se relacionou ao processo de imigração, como também abordagens de caráter analítico e comparativo levando em conta as entrevistas cruzadas com outras fontes já estudadas, analisando se há uma constância ou não nos diferentes discursos presentes em cada uma dessas fontes¹⁷. Procurou-se também confrontar a veracidade das informações das listas de passageiros com as memórias dos imigrantes. Esse cruzamento entre as informações obtidas pela história oral e as fontes escritas permitiu uma análise crítica necessária ao método historiográfico. Além do mais, essas entrevistas foram importantes para a compreensão do perfil do imigrante “português-pernambucano” e assim entender o processo estudado sob uma ótica particular, conhecendo a imigração pela experiência e vivência dos próprios imigrantes. Levando-nos a entender as teias de relações cotidianas estabelecidas na chegada desses portugueses em Pernambuco, o que só nos foi possível mediante essa documentação oral.

Em síntese, buscamos compreender a imigração portuguesa para Pernambuco entre 1945 e 1964, a fim de entender as características/especificidades deste fenômeno nos últimos anos do Brasil como principal destino dos movimentos migratórios lusitanos. Não se pode, contudo, compreender essa imigração se for desconhecida a imigração portuguesa para Pernambuco e a presença lusa nesta Província e Estado em períodos anteriores. Sendo por isso, indispensável abordar a trajetória de conflitos entre portugueses e nacionais no século XIX e a lusofobia presente no período. Desse modo, buscou-se compreender a

¹⁶ ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (org.). **Revista de História Econômica e Social, Cadernos 1-2: Estudos sobre a emigração portuguesa**. 1981. P. 142

¹⁷ CORTE, Andrea Telo da. "A relevância das fontes orais no estudo do fenômeno migratório" in: MARTINS, I. D. L., & SOUSA, F. **Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos**. Rio de Janeiro, Muiiraquitã. 2006

história de Pernambuco e seus diversos episódios de conflitos com teor antilusitano até 1931, quando desapareceu esse sentimento como motivador de grandes agitações. Procuramos, por outro lado, mostrar como o português foi sendo privilegiado no meio legal brasileiro, chegando a ser considerado o imigrante ideal na legislação do país. Exploramos, ainda, as estatísticas e gráficos sobre a imigração portuguesa e sua presença no país, almejando contribuir com uma história social, demográfica e estatística desse processo. Essas informações afirmam a especificidade do imigrante português do pós-guerra e contexto diferenciado encontrado por ele em Portugal e no Brasil.

Sobre os imigrantes, procurou-se também Investigar em que contexto se deu a saída desse portugueses para o Brasil, buscando compreender a situação sócio-econômica em que se encontravam os lusitanos, perceber suas motivações e entender a escolha por Pernambuco, bem como suas trajetórias. As entrevistas com os imigrantes foram fundamentais para o esclarecimento dessas dúvidas. Esses relatos ainda possibilitaram compreender o trajeto do imigrante desde o momento da decisão pela imigração até a chegada no destino final, quando atentamos para uma análise de todo o processo burocrático realizado pelo imigrante, bem como por uma investigação de como se deu e quais foram as condições do trajeto. Em menor escala, foi possível analisar como se deu a adaptação desse novo contingente imigracional português em Pernambuco e ter uma noção das teias de sociabilidades criadas entre os imigrantes e os pernambucanos e entre esses novos imigrantes e os imigrantes mais antigos, compreendendo a importância ou não das entidades portuguesas estabelecidas em Pernambuco: Gabinete Português de Leitura de Pernambuco (1850), Real Hospital Português de Beneficência em Pernambuco (1855), Clube Almirante Barroso (1909) e Clube Português do Recife (1934), grandes centros de encontro da comunidade portuguesa em Pernambuco. É necessário, entretanto, um estudo muito maior para abarcar todas essas nuances da imigração portuguesa.

Com todos os dados, principalmente as listas de passageiros dos navios desembarcados entre 1945 e 1959 no porto do Recife, foi possível montar um perfil desses imigrantes que vieram para Pernambuco. Procuramos elaborar novos dados estatísticos e gráficos e contribuir com a formação de uma base de informação que nos possibilite compreender a imigração portuguesa para Pernambuco.

Imigrar é depositar no futuro esperanças. Assim sendo, essa dissertação buscará compreender a imigração portuguesa para Pernambuco, no período entre o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, até o ano de 1964. O que impelia o português a deixar

sua terra? Porque se ia para Pernambuco? Como se emigrava? Quem emigrava? Esses questionamentos são algumas das perguntas que pretendemos elucidar com esse estudo. Busca-se, então, compreender as circunstâncias do ir e vir dos imigrantes, bem como as diferentes forças que atuaram nesses deslocamentos. Forças de atração como as redes familiares que alimentavam esses movimentos, e forças de repulsão, que dificultavam a mudança, como custos de se emigrar, para citar singelos exemplos. Diferentes pressões agiram sobre esse processo imigratório como questões sociais, políticas, econômicas e legais estiveram atuando nesse fluxo.

III. Divisão dos Capítulos

No primeiro capítulo, "*O português em um contexto lusófono*", procuramos fazer uma análise histórica de Pernambuco como palco de diversas agitações motivadas pelo ódio ao português. Razões diversas trouxeram à tona esse sentimento, que sofreu mudanças e variações de acordo com o local e período. Na primeira parte, "*Nativismo e lusofobia*", explanamos acerca das primeiras manifestações lusófonas em Pernambuco, como introdução para a segunda parte "*Antilusitanismo no século XIX*", período marcado por diversas revoltas onde a ojeriza ao lusitano esteve presente. Na terceira parte, "*Lusofobia no período republicano*", damos seguimento às reflexões sobre ódio ao português em Pernambuco nos primeiros anos após a proclamação da República. No final, em "*Lusofobia no século XX: o 'mata-marinheiro' de abril de 1931 em Recife*", apresentamos o último grande conflito conhecido motivado pelo sentimento antilusitano. Baseando-nos em memórias e jornais, procuramos analisar este conflito às luzes de uma mudança pela qual passava a imagem do português nesse período e entendendo esse evento como fim das manifestações contrárias ao elemento lusitano em Pernambuco.

No segundo capítulo, "*Da Lusofobia aos Privilégios Legais*". buscamos fazer um apanhado histórico dos privilégios legais concedidos aos portugueses no Brasil, em detrimento à outros estrangeiros. Na primeira parte, "*O privilégio legal português*", listamos ao longo das histórias diversas normas que mostram o português como o estrangeiro alvo de maiores favorecimentos por parte do Estado brasileiro, não só do ponto de vista da imigração, mas também da naturalização, entre outros aspectos. Na segunda parte, "*Gilberto Freyre e o elogio ao elemento português*" apresentamos como a obra do autor pernambucano auxiliará a mudança de uma visão sobre o português e como sua

atuação foi reconhecida pela comunidade portuguesa imigrante em Pernambuco. Na última parte, "O Português e a Constituição de 1946". finalizamos o capítulo abordando as discussões presentes na Assembleia Constituinte de 1946 e o lugar do português nesses debates, atentando para a predileção dada ao luso, em detrimento aos demais estrangeiros.

No terceiro capítulo, "*A Emigração Portuguesa em números*", fazemos uma análise de diversas estatísticas referentes ao movimento de imigrantes de Portugal para o Brasil. Na primeira parte, "*A imigração portuguesa para o Brasil em números*", analisamos os dados gerais do deslocamento de portugueses para o país sob o ponto de vista da recepção, da imigração para o Brasil. Na segunda parte, "*A emigração portuguesa para o Brasil em números*", essa análise é feita sob o ponto de vista inverso, na perspectiva da saída de emigrantes de Portugal. Após essa explanação em "*A imigração portuguesa para os estados brasileiros*", passamos a refletir sobre os números da imigração portuguesa para o estados brasileiros, com o intuito de perceber não apenas esse movimento para as diversas regiões, como também para entender o lugar que Pernambuco ocupa nesse processo. Por fim, em "*Presença e imigração portuguesa em Pernambuco*", adentramos nos dados estatísticos demográficos, sociais e econômicos acerca da presença portuguesa e da imigração lusitana em Pernambuco, focando o período da pesquisa.

No quarto e último capítulo, "*A imigração Portuguesa para Pernambuco entre 1945 e 1964*", trazemos reflexões finais sobre o tema, apresentando uma nova base de dados que nos auxilia a compreender a imigração portuguesa no período. Na primeira parte, "*Cruzando o atlântico: embarcações e companhias de navegação*", discutimos sobre os trajetos dos imigrantes, bem como apresentamos as condições de navegação na época, atentando para as histórias das embarcações mais presentes no Porto do Recife nesse recorte e suas companhias de navegação. Na segunda parte, "*Um perfil da imigrante e do imigrante português do pós-guerra*", analisamos o perfil do imigrante português segundo uma base de dados formada pelas informações de todos portugueses encontrados nas listas de passageiros desembarcados no Porto do Recife em nosso recorte. Por fim, em "*Relatos da imigração portuguesa para Pernambuco*", expomos as histórias dos imigrantes obtidas a partir de depoimentos dos portugueses desembarcados no período, buscando compreender melhor as trajetórias individuais e o processo da imigração portuguesa para Pernambuco.

1. O Português em um contexto lusófono

”A letra mais infeliz do alfabeto é o P! Com p se escreve: piolho, percevejo, pulga, praga, peste, porco, parvo, penhora, prostituição, perigo, pústula e... portugueses!!! Que letra ruim!¹⁸”

Os imigrantes portugueses do pós-Segunda Guerra encontraram uma realidade bastante diversa da qual se depararam aqueles que vieram no início do século XX. Uma realidade que diferia ainda muito mais da que esteve presente ao longo do século XIX. Se, no período que vai de 1801 aos anos de 1930, podemos perceber episódios de conflitos com teor antilusitano, algumas vezes com morte, o mesmo não se pode dizer do momento posterior. Nos anos 50, as tensões entre brasileiros e portugueses, surgidas em períodos anteriores, haviam se dissipado. O português já não era o alvo. A lusofobia não mais se apresentava na forma de manifestações violentas, continuavam, porém, os estereótipos e anedotas. Entender os episódios de lusofobia em momentos da história de Pernambuco, auxiliam a perceber os momentos de conflitos entre lusitanos e nacionais nesse estado, assim como observar a distinta realidade que vai se formando já após 1930 e ainda após a Segunda Guerra.

É preciso compreender, entretanto, que o antilusitanismo, como qualquer sentimento, deve ser historicizado. O fio condutor desses eventos de teor lusófono é o ressentimento direcionado ao português, contudo, a forma como ele foi expressado e o motivo pelo qual ele existiu, diferiu de acordo com o período, o local, o grupo social e o conflito específico a que ele se referia. Não devemos usar de argumentos simplistas e elaborar uma história do antilusitanismo que perceba este sentimento como único e que o remonte desde a passada Guerra dos Mascates até o último conflito que iremos abordar, que foi o “mata-marinheiro” de 1931. É necessário atentar-se para as nuances específicas de cada um desses eventos. O antilusitanismo é expresso de forma bastante particular em

¹⁸ O Jacobino, n. 12, 24/10/1894 P. 2. HDB. Disponível em <http://www.hemerotecadigital.bn.br/>

cada um dos episódios que serão analisados. É necessário, no entanto, contextualizar este sentimento.

Busca-se, então, localizar os momentos ao longo do século XIX até os anos de 1930 que expressem os casos de antilusitanismo no Brasil e, especificamente, em Pernambuco, com o intuito de compreender que episódios de lusofobia marcaram a presença dos portugueses no estado, no período anterior ao tratado nesta pesquisa. Perceber a existência desses momentos de tensão nos auxiliam a compreender uma diferença bastante relevante da realidade com a qual conviveram os imigrantes nos diversos períodos de deslocamento e, assim, entender a particularidade dos deslocados do pós-Segunda Guerra, em comparação com seus patrícios imigrados no período anterior. Convém ressaltar, no entanto, que não se pretende aqui afirmar que não houve manifestações em prol do português, ao longo desses períodos, mas sim, realçar os ressentimentos entre brasileiros e lusitanos. A existência de indivíduos que defenderam a presença dos portugueses não exclui/elimina a existência de uma realidade antilusitana. Assim, procuraremos pontuar discursos e eventos de teor lusófono ao longo desse recorte no intuito de apontar a existência desse sentimento na história nacional e local em diversos momentos.

1.1 Nativismo e Lusofobia

Evaldo Cabral de Mello, em “*Rubro Veio*”, aborda o nativismo pernambucano relacionando-o com o sentimento antilusitano e dividindo-o em três fases ao longo da história. A primeira entre o fim do domínio holandês (1654) e o término da Guerra dos Mascates e suas consequências (1715), o chamado nativismo nobiliárquico; a segunda, deste momento até os primeiros anos do XIX, conhecida como nativismo de transição, e a terceira, que perdurou até 1850, abarcando as revoltas de 1817, 1824, 1848, além de outros conflitos, intitulada de nativismo radical.¹⁹ Mas qual seria o significado desse nativismo? A expressão nativismo, na historiografia brasileira, pode significar, de acordo com Rogério Forastireri Silva, “*luta contra os estrangeiros, movimento precursor de emancipação política; reivindicações populares, movimento precursor do nacionalismo; ‘lusofobia’, e*

¹⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana**. São Paulo (SP): Alameda. 2008. P.16

exacerbação do sentimento autonomista”²⁰ Sendo assim, muitos autores ao abordarem um possível nativismo em eventos como a Guerra dos Mascates sugerem a presença de um conteúdo antilusitano já nesse conflito.²¹

Diz Carlos Lessa que,

a Guerra dos Mascates é, para Evaldo Cabral de Mello em Olinda Restaurada – guerra e açúcar no Nordeste, o primeiro alinhamento claro entre os ‘partidos’ português e brasileiro, que explicita uma componente lusófoba. Os coloniais, centralizados em Olinda – pressionados pela queda de preço do açúcar e encarecimento do escravo –, denominaram os portugueses, comerciantes no Recife, respectivamente de ‘marinheiro’, ‘corcundas’ e ‘mascates’. Os lusos retrucaram denominando os locais de ‘mazombos’²²

A Guerra dos Mascates (1710), surgida em meio à crise econômica pela qual passava o Nordeste açucareiro, viu a elite agrária olindense ter seus lucros reduzidos e suas dívidas aumentadas. Os “portugueses”, alocados no comércio recifense, eram os credores. Na situação de devedores e cobrados pelos comerciantes de Recife, não seria de se espantar o surgimento de tensões entre estes grupos. Contudo a identificação de um ou de outro como “português” ou “brasileiro” deve ser analisada. Vários autores como Evaldo Cabral de Mello, Franklin Távora, Francisco Augusto Pereira da Costa e José Ignácio de Abreu e Lima deixaram registrada as palavras de um dos chefes do grupo de Olinda, onde este ressaltava o ressentimento para com os “portugueses”, nessa *“atribuiu-se a recomendação aos parentes: ‘não corteis um só quiri das matas; tratai de poupá-los para*

²⁰ SILVA, Rogério Forastireri. *Colônia e nativismo – a história como “biografia da União”*. Hucitec. 1997. In: LESSA, Carlos. Rio, uma cidade portuguesa? In: LESSA, Carlos (Org.). **Os Lusíadas na aventura do Rio moderno**. RJ: Record, Faperj, 2002. p.34

²¹ Ricardo Luiz Souza percebe a presença de antilusitanismo num momento anterior, já sendo encontrado na obra de Gregório de Matos. SOUZA, Ricardo Luiz. *“O Antilusitanismo e a afirmação da nacionalidade”*. In: **Politéia: História e Sociedade**, V.5, N.1, Revista do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2005. P. 133.

Outros autores como Kidder e Fletcher sugerem que o antilusitanismo tenha surgido no período joanino com a chegada de portugueses que disputaram vagas e cargos existentes com os habitantes locais, sempre levando vantagens. KIDDER, D. P.; FLETCHER, J. C. **O Brasil e os brasileiros**. São Paulo: Nacional, 1941. In: SOUZA, Ricardo Luiz. *“O Antilusitanismo e a afirmação da nacionalidade”*. In: **Politéia: História e Sociedade**, V.5, N.1, Revista do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2005. P. 134. Robert Rowland questiona a visão daqueles que deram um sentido nacionalista a certos episódios do período colonial, para ele *“Durante o período colonial houve, como é sabido, numerosos conflitos que opuseram habitantes do Brasil à coroa portuguesa ou aos seus representantes. Mas apesar das interpretações posteriores que procuraram, retroactivamente, atribuir aos episódios um sentido nacionalista, estes conflitos não deram origem a qualquer sentimento nacional ou à percepção de algum antagonismo que opusesse portugueses a brasileiros enquanto tais.”*. In: ROWLAND, Robert. *“Manuéis e Joaquins: A cultura brasileira e os portugueses”*, **Etnográfica**, V (1), pp. 157-172.. 2001. P. 163.

²¹ LESSA, Carlos. *“Rio, uma cidade portuguesa?”* In: LESSA, Carlos (Org.). **Os Lusíadas na aventura do Rio moderno**. RJ: Record, Faperj, 2002. p.35

²² LESSA, Carlos. *“Rio, uma cidade portuguesa?”* In: LESSA, Carlos (Org.). **Os Lusíadas na aventura do Rio moderno**. RJ: Record, Faperj, 2002. p.35

em tempo oportuno quebrarem-se nas costas dos ‘marinheiros’²³.” Esse chefe, Leonardo Bezerra Cavalcanti, havia sido desterrado para a Índia, após o conflito, e depois voltado, mas, para a Bahia, de onde teria enviado uma carta para seus familiares na qual fazia a recomendação acima. O quiri era uma madeira de grande rigidez, comparável ao ferro, nos dizeres de Capistrano de Abreu.²⁴ Anos depois, na década de 1860, Borges da Fonseca retomaria ao tema afirmando que nas matas pernambucanas ainda haviam muitos quiris.²⁵ Longe de afirmarmos a existência de um sentimento lusófono bem formado, já no século XVII, visto que as definições e distinções entre o “ser brasileiro” e “ser português” eram tênues até ao menos a década de 1820, para não dizer inexistentes antes desse período, percebe-se, ao menos, a presença da alcunha pejorativa de ‘marinheiro’, que tanto designará o português no século XIX, já em uso no século anterior.

O antilusitanismo pernambucano possuía raízes profundas, na visão de Francisco Adolfo de Varnhagen. Na sua tentativa de compreender os eventos lusófobos ocorridos na província, no século XIX, o autor buscou no passado remoto o sentimento de rivalidade entre pernambucanos e portugueses. Segundo ele, Pernambuco:

era a capitania onde mais pronunciados e enraizados se encontravam, especialmente desde a guerra dos Mascates, as antigas rivalidades entre os colonos nascidos no Brasil e os nascidos em Portugal. Essas rivalidades datavam já do primeiro século da conquista, e se tinham transmitido de geração em geração. Os filhos dos primeiros conquistadores, aventureiros, cavalheiros e pródigos, viam-se

²³ O termo “marinheiro” foi um dos diversos utilizados de forma pejorativa com os portugueses ao longo dos embates entre nacionais e lusitanos. Outros termos utilizados foram: bicudo, emboaba, candango, caneludo, chumbinho, jaleco, labrego, marabuto, maroto, marreta, mascate, matruco, mondrongo, novato, parrudo, pé-de-chumbo, portuga, puçá e etc, só para citar alguns. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda . **Novo Aurélio século XXI: o Dicionário da Língua Portuguesa.** 3a edição. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1999.p.962. Esta citação é encontrada de formas diversas em várias publicações vide: MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana.** São Paulo (SP): Alameda. 2008. P. 98 ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial.** Ministério da Cultura Fundação Biblioteca Nacional - Departamento Nacional do Livro. http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/capitulos_de_historia_colonia.pdf. P. 81. E COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos** (Vol.5). 2ª. Ed. Recife. FUNDARPE, 1983.p 211.. E TÁVORA, Franklin. **Lourenço : crônica Pernambucana.** São Paulo : Livraria Martins Editora, 1972. P. 102. E ABREU E LIMA, José Ignácio de. **Synopsis ou Dedução Chronologica dos Factos mais Notáveis da História do Brasil.** Typographia de M. F. de Faria: Pernambuco. 1845. P.171. **A Província.** 23 julho 1877. Recife, PE. p. 1 HDB. Disponível em <http://www.hemerotecadigital.bn.br/>

²⁴ ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial.** Ministério da Cultura Fundação Biblioteca Nacional - Departamento Nacional do Livro. http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/capitulos_de_historia_colonia.pdf. P. 82.

²⁵ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830-1870** (tese de doutorado). Recife. 2012. P. 30

*pobres e dependentes dos novos adventícios, que em poucos anos se enriqueciam, em virtude de sua sobriedade e economia.*²⁶

Apesar de não percebermos essa linha direta que ligue o sentimento antilusitano como um todo desde o século XVI, é importante perceber a imagem da província como antilusitana de berço. Capistrano de Abreu vai ainda um pouco além e aborda o surgimento do sentimento nativista pernambucano surgido em meio à Insurreição Pernambucana, característica relevante no desenvolvimento do sentimento lusófono.

Vencedores dos flamengos, que tinham vencido os espanhóis, algum tempo senhores de Portugal, os combatentes de Pernambuco sentiam-se um povo, e um povo de heróis. Nesta convicção os confirmaram os testemunhos do reconhecimento oficial, os encarecimentos dos historiadores [...], os sobreviventes das lutas, os herdeiros das tradições ligeiramente alteradas com o tempo [...] Passado o primeiro momento de entusiasmo, os reinóis quiseram reassumir a sua atitude de superioridade e proteção. Data daí a irreparável e irreprimível separação entre pernambucanos e portugueses.²⁷

José Murilo de Carvalho, também cita a formação de um sentimento pernambucano criado nos embates contra os holandeses no século XVII e invocado em conflitos posteriores.²⁸ Como disse Bruno Câmara,

O antilusitanismo esteve disseminado em várias províncias do Império, mas em Pernambuco, havia nuances distintas. Estava estritamente vinculado, pelo menos em termos de retórica e comportamento, à construção de uma identidade local²⁹ fomentado pela singular trajetória histórica da província.³⁰

²⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. 6. ed. São Paulo, Melhoramentos, tomo I, p. 106.

²⁷ ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. Ministério da Cultura Fundação Biblioteca Nacional - Departamento Nacional do Livro. http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/capitulos_de_historia_colonia.pdf. P. 49

²⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, 11a edição, 2008, p. 25. In: CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830- 1870** (tese de doutorado). Recife. 2012. P. 29

²⁹ Câmara afirma ainda que “*O passado constitui um elemento central na gestão dessa identidade histórica dos pernambucanos, que foi aproveitada pelos liberais, inclusive como um excelente combustível na luta contra os portugueses.*”. In: CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830-1870** (tese de doutorado). Recife. 2012. P. 31.

³⁰ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830- 1870** (tese de doutorado). Recife. 2012. P. 29. Ariel Feldman também atribui grande importância ao antilusitanismo na consolidação do Estado-nação Brasil. In: FELDMAN, Ariel. “*A construção do Estado e da Nação no Brasil: identidades políticas e imprensa periódica no período regencial (1831-1840)*”. **Revista Aulas**. Dossiê identidades nacionais; n. 2, out.-nov. 2006. P. 13. Já para Valdelice Carneiro Girão “*Pernambuco foi talvez a região do Brasil onde a lusofobia estava mais presente ou pelo menos foi a Província que mais contestou a presença portuguesa*”. In: GIRÃO, Valdelice Carneiro. “*Os movimentos pré-políticos da década 1840-1850 em*

Identidade e sentimento de pertencimento foram prerrogativas importantes na formação de um sentimento lusófono, que vai sendo gerado ao longo do tempo. Se existem dúvidas com relação à existência de um sentimento antilusitano entre os séculos XVI e XVII, o mesmo não se pode dizer do XIX.

1.2 Antilusitanismo no século XIX

Em 1817, Pernambuco sofria com uma elevada carga de impostos, aliada a um período de recessão derivada principalmente da queda dos preços do algodão e do açúcar no mercado internacional. Este último produto já vinha sofrendo com a concorrência antilhana desde a saída dos holandeses do nordeste do Brasil e as consequências já haviam sido vistas na situação dos olindenses por ocasião da Guerra dos Mascates. Aumentou nesse período, um componente significativo, o descontentamento pernambucano com o controle exercido pelos portugueses sobre o comércio, em contraste com o lucro auferido pelos produtores. *“Ganhava vulto um sentimento antilusitano, que não demoraria a ganhar contornos anticolonialistas.”*³¹

Para Luiz Delgado, a matéria prima indispensável ao início da Revolução de 1817 fora o conflito com os portugueses. O antilusitanismo estava presente entre os comerciantes, rivais dos lusitanos nas competições pelo mercado, e entre militares, questionadores dos desmandos dos oficiais portugueses. Um dos oficiais, teria inclusive brindado *“às mulheres brasileiras capazes, por amor à pátria, de matar os maridos portugueses.”*³². Denis Bernardes também aborda o clima de antilusitanismo presente entre os militares, ao dissertar sobre os preconceitos e discriminações sofridos pelos oficiais brasileiros em suas relações com os lusitanos.³³ Mesmo após 1817, especificamente em

Pernambuco fecha-fecha e mata-mata.” Revista do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), 99: 289-312, Jan./Dez. 1970. P. 305.

³¹ CAVALCANTI, Carlos André. ; CUNHA, F. C. . **Pernambuco Afortunado: da Nova Lusitânia à Nova Economia**. 1ª. ed. Recife: Editora INTG, 2006. v. 1.p.55

³² DELGADO, Luiz. **Gestos e vozes de Pernambuco**. Universidade de Pernambuco, Recife, 1970. P. 46

³³ BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *“1817”*. In. **Revoltas, motins e revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. Organização Monica Duarte Dantas. São Paulo: Alameda, 2011, pp. 71, 79-80. In: CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830- 1870** (tese de doutorado). Recife. 2012. P. 23.

1840, vê-se o ressentimento de um oficial com os portugueses. Diz José Bernardo Fernandes Gama em suas Memórias que:

O jugo férreo, as tiranias, as injúrias, e em suma a soma de males inauditos, com que por tantos anos os portugueses nos flagelaram, despertando no coração pernambucano justíssima indignação, excitam em verdade o desejo de varrer de nossas ideias até o nome Português.³⁴

Contudo, o autor observa ser uma injustiça comparar esses, chamados por ele de “escória da nação”, com os portugueses “*ilustres e virtuosos fidalgos, povoadores de Pernambuco*”, não se deveria generalizar. Diferentemente de eventos como a Conjuração Baiana e a Inconfidência Mineira, a Revolta dos Padres de 1817 chegou às vias de fato. Liderados por Frei Caneca, Domingos Martins, Padre “Miguelinho”, Antonio Carlos Andrade, entre outros, os revoltosos tomaram Recife mediante a luta armada. Desde 1808 no Brasil, a coroa portuguesa trouxe o aumento de impostos, a presença de militares lusitanos e a manutenção do monopólio português no comércio. Chegavam vários imigrantes nesse período, o que gradativamente vai agravar a situação de conflito. No dia 6 de março de 1817 houve o estopim. Após discussão, um oficial brasileiro do regimento de artilharia do Recife, José Barros de Lima, conhecido como Leão Coroado, golpeou com uma espada o seu comandante português. Barbosa de Castro, que havia dado voz de prisão ao primeiro, considerado um dos responsáveis pelas agitações na capital pernambucana.³⁵ Uma República chegou a ser proclamada e formou-se um governo provisório com a adesão de Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas. Houve, entretanto, uma intensa repressão ao movimento, com a execução de vários revoltosos, o que foi importante para terminar a revolta, mas não o bastante para eliminar as causas da insatisfação. Segundo Mourão, 1817 “*significou o início da percepção do Brasil, do ponto de vista nacional e do ponto de vista internacional, como uma entidade nacional inelutavelmente fadada a tornar-se independente de Portugal*”³⁶.

Em meio à Revolução Pernambucana, os versos depreciativos aos portugueses “*Galego*”³⁷, *pé de chumbo*, / *Calcanhar de frigideira* / *Quem te deu a liberdade* / *De casar*

³⁴ GAMA, José Bernardo Fernandes. **Memórias históricas de Provincia de Pernambuco**. Recife, Arquivo Público Estadual, 1977. P.1

³⁵ MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello. **A revolução de 1817 e a história do Brasil : um estudo de história diplomática**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. P. 20

³⁶ MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello. **A revolução de 1817 e a história do Brasil : um estudo de história diplomática**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. P. 16

³⁷ Alencastro e Renaux, ao comentarem o termo depreciativo ‘galego’, afirmam que “No início, é provável

com brasileira?”³⁸ estiveram presentes. Tais palavras permaneceram na história em diversos locais e diversos momentos, inclusive com mudanças a fim de se adequar ao conflito inserido. Tendo sido lembrados no cancionário da revolução de 1835, a Farroupilha.³⁹ Apareceram também no Maranhão, na época da independência, quando foi comum dizer *"Marinheiro pé de chumbo, calcanhar de requeijão, quem te deu a ousadia de casar no Maranhão?"*⁴⁰

Contudo, um outro grito ecoava em meio à revolução, segundo Raymundo Faoro, em 1817:

o Recife liberta um brado: "viva a Pátria! Mata marinheiro". Os interesses e a ideologia da primeira parte do acorde subversivo se formaram de muitos fragmentos, de difícil liga e conciliação — o descontentamento fluído de muitas categorias, soldados, comerciantes e sobretudo dos agricultores. A segunda parte tinha um só alvo: os portugueses — os marinheiros das viagens transatlânticas, sugadores da economia local, o alto comércio preso à metrópole.⁴¹

Não à toa, vários portugueses, com medo da perseguição, tentaram se refugiar em navios ancorados no porto, ao tempo que gritos de *"mata marinheiro!"* Se escutavam no centro da cidade. Morreram entre 50 e 60 pessoas, a maioria portugueses.⁴²

O ódio ao português era latente. No século XIX os alvos eram os lusitanos, *"eram os reinóis, os 'marinheiros', o português recém-fixado na terra e destituído de sentimento patriótico"*⁴³. A Revolta de 1817 expôs claramente essa insatisfação, percebida

que o substantivo Galego tenha sido usado pejorativamente pelos próprios comerciantes lusitanos para designar os proprietários portugueses entregues a tarefas similares às dos verdadeiros galegos, emigrados da Galícia, na cidade de Lisboa.”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe e RENAUX, Maria Luiza. *“Caras e Modos dos Migrantes e Imigrantes”* ; In: **História da Vida Privada no Brasil, Império: a corte e a modernidade nacional**. Coleção Dirigida por Fernando A. Novais, Vol. Org. por Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. P. 311

³⁸ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record. 1996. P 511. *"Folklore Brasileiro"*. A **Província**. 25 de Dezembro de 1927. Recife, PE. p. 14.

³⁹ MOREIRA, Maria Eunice. *"Republicanos Gaúchos: um 'causo' muito curioso"*. In: PINHEIRO, Luís da Cunha; RODRIGUES, Maria Manuel Marques. **Em torno de duas Repúblicas 15 de novembro de 1889 – 5 de outubro de 1910**. CLEPUL: Lisboa. 2012 p. 88.

⁴⁰ *A libertação do Maranhão*. in: **América Brasileira : resenha da actividade nacional**, anno 2, n. 21, RJ, set. 1923. p.5

⁴¹ FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. São Paulo: Globo, 2001. P. 312

⁴² *"some Portuguese sought protection aboard ships ahored in the harbor. Meanwhile rebels opened the prisons and realese all the prisoners. Various prisoners proceeded to rampage through Santo Antonio and, joined by members of the lower classes, both slave and free, attack the Portuguese. Shouts of "Mata marinheiro!"(Kill the sailors! [i.e., the Portuguese]) were heard"*. In: MOSHER, Jeffrey C.. **Political struggle, ideology, and state building Pernambuco and the construction of Brazil, 1817-1850**. Lincoln: University of Nebraska Press. 2008. P.24

⁴³ MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana**. São Paulo (SP): Alameda. 2008. P. 240

por diversos setores. Aos poucos foi se formando um pensamento nacionalista brasileiro neste século, o que no dizer Khaled Jr não existia no início do século XIX. Se existia, teria sido a partir do movimento pela independência, e era muito mais caracterizado por um sentimento antilusitano do que propriamente brasileiro.⁴⁴

Skidmore é categórico ao afirmar que *“a lusofobia da época da independência surgiu na forma de ressentimento contra o controle português do comércio brasileiro”*.⁴⁵ Já Gladys Sabina Ribeiro no seu trabalho explica um outro lado da lusofobia, aquele presente nas classes mais marginalizadas e teve sua origem diretamente da competição no campo do trabalho.⁴⁶ Rosana Barbosa adiciona um outro componente causador do ressentimento contra os lusitanos. A razão dos portugueses terem sido alvo das animosidades no século XIX, se deveu também ao grande número de imigrantes presentes no Brasil e ao sentimento antilusitano desenvolvido nesse processo de independência.⁴⁷ Os imigrantes que no Brasil chegavam eram em sua maioria analfabetos e com pouca ou nenhuma qualificação profissional, aceitavam serviços pesados e baixo soldo, a ponto de disputar espaço com escravos de ganho, escravos de aluguel, libertos, brancos e homens ‘de cor’ livres⁴⁸. Assim, antilusitanismo *“era menos um problema de nacionalidade do que de sobrevivência”*⁴⁹. Esse português não nascido no Brasil disputava os empregos com a população livre residente no país, muitas vezes vencendo tais disputas, levando grande vantagem sobre os locais. Não há dúvida de que isso tenha sido traduzido em preconceitos e rivalidades. O fato é que *“o antilusitanismo sempre foi uma constante na província de*

⁴⁴ KHALED JR, Salah H.. **Horizontes Identitários. A construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. P. 34.

⁴⁵ SKIDMORE, T. E. **Black into white; race and nationality in Brazilian thought**. New York, Oxford University Press. 1974. P. 85

⁴⁶ RIBEIRO, G. S. . **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

⁴⁷ *“Amongst the foreign groups in Brazil, the Portuguese were the target of the most animosity as a result mainly of their large numbers in the immigrant community of Rio and the anti-Portuguese nativism that developed during Brazil's independence process” [...]animosity towards the Portuguese was direct consequence of the Brazilian struggle to create a new nation [...] Anti-portuguese sentiments that had developed from the late colonial period served help in the unification of Brazil and to create national identity”*. In: BARBOSA, Rosana. **Immigration and xenophobia Portuguese immigrants in early 19th century Rio de Janeiro**. Lanham (Md.), University Press of America. 2009. P. 80

⁴⁸ TRICHES, Robertha P. **A labareda da discórdia: o antilusitanismo na imprensa carioca**. Acheegas.net, v. 5, p. 01-15, 2007. P. 2.

⁴⁹ RIBEIRO, Gladys Sabina. *“Portugueses do Brasil e portugueses no Brasil: “laços de irmandade” e conflitos identitários em dois atos (1822 e 1890) ”*. IN: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.), **Nações e Diásporas. Estudos Comparativos entre Brasil e Portugal**, Campinas, Unicamp, 2010. P.44

Pernambuco, durante o século XIX".⁵⁰ Contudo, esse ódio atingia com mais força a parcela pobre dos imigrantes lusitanos, mostrando-se também um conflito de classe, visto que os portugueses mais ricos eram melhor aceitos.

Os conflitos teriam sido, então, resultado direto da luta para a criação da nação e, na visão de Barbosa, o sentimento anti-português, tecido no fim do período colonial, teria ajudado na unificação brasileira e na criação de uma identidade nacional. Em síntese, o grande número de imigrantes portugueses, o monopólio lusitano no comércio e a disputa por vagas de emprego entre trabalhadores livres urbanos e os imigrantes recém-chegados foram alguns dos fatores propulsores do antilusitanismo.

Entretanto, há de se esclarecer as dificuldades de se distinguir brasileiros e portugueses naquele momento. Diz Ribeiro que:

até o início de 1822, nascer brasileiro significava 'ser português'⁵¹: com isso designava-se apenas o local de nascimento dentro da nação portuguesa, vendo preservados e respeitados os seus direitos de 'patriota'. Quando muito, os 'portugueses da Europa' que partilhavam e defendiam os interesses americanos, e que moravam no Brasil, eram também chamados 'brasileiros' - eram os 'bons portugueses'⁵².

Assim sendo, entre os anos de 1822 e 1830, a complexidade entre o "ser português" e o "ser brasileiro" era grande, eram categorias em construção. Trata-se de um momento de separação entre colônia e metrópole em que os sentimentos de pertencimento vão sendo moldados. O "ser brasileiro" vai se contruindo neste período em oposição ao "ser português". Diz Ribeiro ainda que, no processo de independência:

[...]muitos portugueses que se diziam brasileiros foram expulsos e/ou perseguidos; já outros tantos nunca foram considerados estrangeiros, embora portugueses de nascimento. Em compensação, brasileiros foram tidos como estrangeiros e migraram para Portugal; isso sem falar no Imperador, que teria sido forçado a abdicar por nunca ter tornado o seu coração verdadeiramente brasileiro⁵³

⁵⁰ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O "retalho" do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830- 1870 (tese de doutorado)**. Recife. 2012. P. 20

⁵¹ Para compreender sinteticamente as normativas jurídicas acerca dos critérios de distinção de nacionais brasileiros e estrangeiros ver: VIEIRA, Martha Victor. "*Antilusitanismo, naturalização e disputas pelo poder no Primeiro Reinado*". **MÉTIS: história & cultura** – v. 5, n. 10, p. 87-99, jul./dez. 2006

⁵² RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Campinas, SP. 1997 – Tese de doutorado. Volume I e II. P. 89

⁵³ RIBEIRO, Gladys Sabina. "*Portugueses do Brasil e portugueses no Brasil: "laços de irmandade" e conflitos identitários em dois atos (1822 e 1890)*". IN: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.), **Nações e Diásporas. Estudos Comparativos entre Brasil e Portugal**, Campinas, Unicamp, 2010. P.42-43

Apesar da linha tênue que separavam português e brasileiros, ou portugueses nascidos em Portugal e portugueses nascidos no Brasil, está clara a existência de um sentimento antilusitano em diversas classes sociais, trabalhadores livres e urbanos, militares, comerciantes, etc. Contudo, Gladys Sabina Ribeiro deixa claro que, no período da independência a luta travada não se dava necessariamente contra os que haviam nascido em Portugal, mas contra o absolutismo. Os chamados “portugueses”, não eram necessariamente aqueles que haviam nascido em Portugal continental, mas sim aqueles que apoiavam o absolutismo. Por outro lado, os “brasileiros” eram aqueles que defendiam a autonomia do Brasil, ainda que muitos houvessem nascido em Portugal. Apenas com o tempo, e gradativamente, portugueses e brasileiros foram sendo diferenciados.⁵⁴ Portugueses de Portugal se transformaram em portugueses e portugueses do Brasil em brasileiros. Do ponto de vista legal, a constituição de 1824 dizia que:

todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brasil na época, em que se proclamou a Independência nas Províncias, onde habitavam, aderiram á esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residência.⁵⁵

Não que isso fosse o bastante para que os nascidos no Brasil aceitassem como brasileiros os nascido em Portugal.

No período da independência do Brasil, o antilusitanismo estava presente. Uma pesada campanha contrária aos portugueses foi posta nas ruas, a fim de trazer o apoio da população urbana para junto da elite brasileira, que almejava comércio livre e a independência de Portugal. Não teria sido à toa, que “*os portugueses foram ficando cada vez mais identificados no imaginário dos homens livres pobres brasileiros como os maiores inimigos do país.*”⁵⁶ Assim, mesmo após a independência, o sentimento de rivalidade permaneceu visto que

a separação política da antiga metrópole não extinguiu os sentimentos nativistas lusófobos, constituindo a sua sobrevivência - periodicamente expressa por

⁵⁴ Para este tema ver: RIBEIRO, Gladys Sabina. “*Portugueses do Brasil e portugueses no Brasil: “laços de irmandade” e conflitos identitários em dois atos (1822 e 1890)*”. IN: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.), *Nações e Diásporas. Estudos Comparativos entre Brasil e Portugal*, Campinas, Unicamp, 2010

⁵⁵ **Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824)** In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em 23 de Setembro de 2013.

⁵⁶ CARVALHO, Marcus J. M. de. “*O antilusitanismo e a questão social em Pernambuco, 1822-1848.*” In Miriam Halpern Pereira (organizadora). **Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Séc. XIX e XX)**. Editora Fragmentos, Lisboa, Portugal, 1993, p. 146.

surtos de exaltação nacionalista frequentemente acompanhados de verdadeiros motins antiportugueses.⁵⁷

Em Pernambuco não foi diferente. O governo de Pais de Andrade, logo após a dissolução da Constituinte, ao fim de 1823, adotou uma política austera, contrária aos portugueses. Aqueles que não houvessem jurado adesão à bandeira da independência sofriam com a pena de confisco de bens e, em certos casos, expulsão. Foi proibida a entrada de produtos portugueses no porto de Recife, portugueses em cargos públicos foram demitidos, ainda que pudessem ser readmitidos tão logo jurassem fidelidade à causa brasileira.⁵⁸ Nessa mesma época, o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, redator do jornal o “*Conciliador Nacional*”. afirmou “*que os pais deveriam ensinar a seus filhos nascidos no Brasil que 'De Portugal nada, nada, não queremos nada'. E em seguida declara que Portugal deve seguir 'os destinos da Europa; que o Brasil pertence a América*”.⁵⁹ Outro crítico dos lusitanos foi o jornalista jacobino Cipriano Barata, que em sua fúria antilusa, teria escrito “*treme, maroto, do fado, / Chora tua disventura, / Que o vem qu’agora desfrutas / Brebe fuge, não te dura*”⁶⁰, como um recado para os portugueses.

Após a independência, a questão da nacionalidade e da naturalização foi alvo de intensos debates, porém, as discussões não cessaram os problemas entre brasileiros e lusitanos. Passado 1822,

fazendeiros e senhores de engenho, independentemente do tempo de permanência no Brasil, tiveram de adotar a nacionalidade brasileira; aqueles que se encontravam ligados ao comércio e negócios de importação e distribuição de produtos continuavam portugueses, submetidos às casas portuguesas que representavam.⁶¹

Posto que, segundo Alencastro:

Não convinha, nem aos patrões metropolitanos, nem a eles próprios, optar pela nacionalidade brasileira. O setor será, aliás, constantemente renovado pela vinda organizada de parentes portugueses que chegam como caixeiros para assumir, mais tarde, a sucessão do comerciante estabelecido na corte e nos principais portos

⁵⁷ GUIMARÃES, José Marques. “*A Origem do Nativismo no Brasil*”. In: **Interacções**. ISMT: Coimbra. Número 2. pp. 124-136. 2002.p. 125.

⁵⁸ ALARCÃO, Janine Pereira de Sousa. **O Saber e o Fazer: República, Federalismo e Separatismos na Confederação do Equador**. Dissertação de mestrado. Brasília, UNB, 2006. P. 55.

⁵⁹ *O Conciliador Nacional*, 4 de outubro de 1823. In: FARIAS, Amy C. De. **Mergulho no Letes uma reinterpretação político-histórica da Confederação do Equador**. Porto Alegre, EDIPUCRS. 2006. P.152

⁶⁰ In: SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4.ed. Mauad: Rio de Janeiro. 1999. P. 166

⁶¹ SILVA, Susana Neves Tavares Bastos de Pinho **O Emigrante Português em Três Romances de Aluísio Azevedo**. FLUP – Universidade do Porto, Porto (tese de mestrado). 2007.

brasileiros. Desse modo, a comunidade dos comerciantes portugueses no Brasil reproduz-se, ao longo do século XIX, no âmbito de um universo delimitado, cujo centro financeiro e mercantil situa-se no Porto e cujas bases demográficas residem na província do Minho, plataforma de imigração de caixeiros.⁶²

Contudo,

ao desembarcar no Brasil o português se deparou, particularmente nos tempos pós-independência, com uma lusofobia acentuada, as quais refletiam vários tipos de hostilidade (políticas, econômicas, sentimentos de rua contra a carestia...). Esses tipos de conflitos, denominados nativistas, aumentaram no período regencial, alastrando-se durante muito tempo e tendo sido fomentado pelos jornais da época.⁶³

No fim dos anos 1820, vários setores da população se uniram em oposição ao governo de Dom Pedro. Vários brasileiros estiveram unidos sob uma mesma questão: “*o ódio à influência portuguesa em seu país*”.⁶⁴ Era uma época em que “*acusar seus opositores de lusitanismo era, pois, uma arma importantíssima nas mãos dos que nasceram no Brasil, ou até de alguns portugueses que por algum motivo eram considerados como legítimos brasileiros adotivos*”⁶⁵.

Nesse processo, a abdicação de Dom Pedro I esteve envolta a um grande sentimento antilusitano. A própria noite das garrafadas, episódio símbolo da queda de prestígio do imperador, foi um evento de forte teor lusóforo e abriu as portas para o período regencial, quando a unidade brasileira esteve em cheque devido aos conflitos ocorridos ao longo do território.

Jeffrey C. Mosher cita que após a abdicação houve ao menos quatro levantes anti-portugueses no Rio de Janeiro e meia-dúzia na Bahia, nos dois anos que se seguiram. A lusofobia foi central em algumas das maiores rebeliões no período regencial como a Cabanagem, no Pará, a Balaiada no Maranhão e a Sabinada na Bahia. Havia várias queixas relativas ao domínio português no comércio a retalho e às dificuldades de oportunidade de

⁶² ALENCASTRO, Luiz Felipe de e RENAUX, Maria Luiza. “*Caras e Modos dos Migrantes e Imigrantes*”, in NOVAIS, Fernando A. e ALENCASTRO, Luíz Felipe de(orgs.). **História da Vida Privada no Brasil. Império: a Corte e a Modernidade Nacional**. Volume 2 S. Paulo, Companhia das Letras, 1997, p.309.

⁶³ SANTOS, Wilza Betania dos. “*Retrato da Identidade Lusa em Pernambuco*”. In: XIII Encontro de História Anpuh-RJ, 2008, Seropédica. **Anais complementares**. Rio de Janeiro: UFRRJ/Anpuh/RJ, 2008. p. 6

⁶⁴ “*the attitudes of Brazilians toward the Portuguese were evidente in the late 1820s. At this time, many sectors of the Brazilian population came together in their opposition to the government of the Portuguese-born emperor, Dom Pedro, and helped to precipitate his abdication in 1831. This popular movement involve a great deal of anti-Portuguese sentiment. Several Brazilians were united around a common issue: their hatred of Portuguese influence in their country*”. In: BARBOSA, Rosana. **Immigration and xenophobia Portuguese immigrants in early 19th century Rio de Janeiro**. Lanham (Md.), University Press of America. 2009. P. 81

⁶⁵ FELDMAN, A. . “*Identidades étnicas e nacionais do discurso político (1829-1831)*”. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, 2011. P. 5-6.

empregos para brasileiros. Não era incomum, por exemplo, em jornais anti-portugueses, segundo Mosher, histórias de lusitanos abusando de mulheres, ludibriando-las com promessas de casamento, e deixando-as após “*comprometerem sua virtude*”; prostituindo jovens; estuprando mulheres, em alguns casos, com ajuda de escravos.⁶⁶ A imagem do português foi alvo intenso do ressentimento brasileiro.

A contínua influência política e econômica dos portugueses, mesmo após a independência do Brasil, frustrou os anseios daqueles que tinham expectativas de mudança. A tentativa de separação chegou a proposições de projetos radicais na Assembleia Geral, como do revolucionário de 1817, Muniz Tavares, que propôs a expulsão dos portugueses, o que não conseguiu.⁶⁷ O discurso antilusitano formado naquele período encontrou um bode expiatório para todas mazelas que afligiam o Brasil. Era o português, esse responsável.⁶⁸

Entre setembro e novembro de 1831 em Pernambuco, radicais liberais e republicanos federalistas levantaram-se contra os portugueses, detentores do monopólio comercial, no que ficou conhecido como a Setembrada e a Novembrada.⁶⁹ Esses eventos em Setembro e Novembro ilustraram que a força do sentimento antilusitano atingia o exército também.⁷⁰ Havia um descontentamento com relação aos portugueses na corporação e aos restauradores de Pedro I. Na Setembrada ou Setembrizada, um motim iniciado entre soldados varreu a cidade com saques em lojas de estrangeiros, onde as maiores vítimas foram os lusitanos.⁷¹ Na Novembrada, inclusive, os revoltosos exigiram a dispensa dos portugueses e restauradores dos seus postos militares e jurídicos, além de clamar pela deportação de muitos desses.

⁶⁶ *"there were accusations that the Portuguese kept to themselves, always aiding each other and hiring other Portuguese. Portuguese insularity seemed a nearly insurmountable barrier for Brazilians seeking employment"*. MOSHER, Jeffrey C.. **Political struggle, ideology, and state building Pernambuco and the construction of Brazil, 1817-1850**. Lincoln: University of Nebraska Press. 2008. P.190

⁶⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, 4a edição atualizada, Mauad, 1999, p. 165. In: CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830- 1870** (tese de doutorado). Recife. 2012. P. 27

⁶⁸ MOSHER, Jeffrey C.. **Political struggle, ideology, and state building Pernambuco and the construction of Brazil, 1817-1850**. Lincoln: University of Nebraska Press. 2008. P.106

⁶⁹ ANDRADE, Manuel Correia de. **Movimentos Nativistas em Pernambuco – Setembrada e Novembrada**. Recife, Imprensa Universitária. 1971. P. 32

⁷⁰ *"military revolts in September and November illustrated the strength of anti-Portuguese sentiment among both the enlisted men and officers of the army"*. In: MOSHER, Jeffrey C.. **Political struggle, ideology, and state building Pernambuco and the construction of Brazil, 1817-1850**. Lincoln: University of Nebraska Press. 2008. P.92

⁷¹ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **Trabalho Livre no Brasil Imperial: o Caso dos Caixeiros de Comércio na Época da Insurreição Praieira**. (dissertação de Mestrado. UFPE: Recife. 2005 p. 125-126

O período regencial teria significado uma mudança na expressão do antilusitanismo, principalmente após a morte de Pedro I, em 1834, pois *“foi a partir da morte de Pedro I e da Maioridade que as campanhas nacionalistas antilusitanas se deslocaram do terreno propriamente político para o econômico, o social, o literário e o jornalístico”*⁷². A saída de Pedro I do poder teria representado a diminuição da presença portuguesa na política brasileira, o que não ocorrera no campo do comércio, assim, *“se o antilusitanismo político perdesse, obviamente, todo o sentido ligado à necessidade de ruptura, fatores econômicos pautaram a hostilidade ao português décadas após a autonomia política.”*⁷³

Voltando para as críticas relativas ao monopólio do comércio, recebidas pelos lusos, percebe-se que essas foram facas de dois gumes. Ao mesmo tempo que deixavam clara a insatisfação popular, faziam com que os portugueses, talvez em atitude de defesa e sobrevivência, se fechassem enquanto grupo e reproduzissem o que de fato eram criticados. Isso reforçou as relações internas no seio da comunidade portuguesa e a preferência ao patricio como trabalhador.⁷⁴ Como disse, Bruno Câmara *“o crescente nacionalismo brasileiro e o sentimento anti-português fomentado para fins políticos marcaram o comportamento desses imigrantes em vários aspectos, sobretudo dentro do mercado de trabalho e na formação de um grupo étnico específico.”*⁷⁵

O apogeu do antilusitanismo, no entanto, só viria algum tempo depois. As eleições de 1844 em Pernambuco, momento de tensa rivalidade entre liberais e conservadores, terminaram com a ascensão do partido da Praia ao poder e junto a isso, o ressurgimento da lusofobia *“instaurando o temor e a insegurança na comunidade portuguesa”*.⁷⁶ Entre os anos de 1844 e 1848, período em que os praieiros estiveram no governo, o sentimento anti-português reapareceu muito forte. Esse fora utilizado como artifício dos liberais para

⁷² MONTEIRO, N. de G. *Imigração e colonização em Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973. P. 142. Apud: SOUZA, Ricardo Luiz. *“O Antilusitanismo e a afirmação da nacionalidade”*. In: **Politéia: História e Sociedade**, V.5, N.1, Revista do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2005.p. 138.

⁷³ MONTEIRO, N. de G. *Imigração e colonização em Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973. P. 139. Apud: SOUZA, Ricardo Luiz. *“O Antilusitanismo e a afirmação da nacionalidade”*. In: **Politéia: História e Sociedade**, V.5, N.1, Revista do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2005.p. 138.

⁷⁴ ALVES, Jorge Fernandes. *“Variações sobre o “brasileiro” – Tensões na emigração e no retorno do Brasil.”* In: **Revista Portuguesa de História**, tomo XXXIII, 1999. U. Coimbra, p.191- 222.

⁷⁵ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830- 1870** (tese de doutorado). Recife. 2012. P. 21

⁷⁶ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830- 1870** (tese de doutorado). Recife. 2012. P 16.

aproximar-se dos anseios da população urbana e trazê-la ao seu encontro nas eleições contra os conservadores⁷⁷. Para Luiz Geraldo Silva a lusofobia dos anos 1830 e 1840 surgiu em “*decorrência da frustração, observada apenas entre liberais, causada pelo peso e influência dos portugueses de nascimento na condução da vida política do Império*”⁷⁸. O autor, entretanto, ao sugerir que a lusofobia surgiu “apenas” entre liberais, ignora a presença desse sentimento no meio das classes populares, a parcela da população mais ressentida para com os lusitanos. O botânico inglês George Gardner percebe isso em suas andanças pelo nordeste brasileiro entre 1836 e 1841, quando coletou informações para o seu livro “*Viagem ao Interior do Brasil*”. Nele, o autor atentou para as tensões existentes entre portugueses e brasileiros e disse que em quaisquer revoltas ou levantes os lusitanos eram os primeiros a serem massacrados e roubados sem piedade. Não só isso, mas também afirmou que tal animosidade era mais presente entre as classes mais populares do que entre a elite, o que aponta para uma presença mais efetiva do sentimento antilusitano entre essa parcela da população.⁷⁹

Convém compreender que a maior parte do comércio a retalho na década de 1840 se encontrava nas mãos de estrangeiros, em sua maioria, portugueses, o que perpetuava um controle já enraizado. Isso significa não apenas o monopólio do comércio, mas também o monopólio português na distribuição de empregos no setor. Boa parte da mão-de-obra livre e urbana nos centros do país buscavam no comércio uma opção de emprego. Como dito, comércio esse controlado por portugueses. Desse modo, a oferta de emprego era dada por esses padrões lusitanos. O ressentimento para com os comerciantes a retalho se mostrava

⁷⁷ Marcus Carvalho observa o antilusitanismo do pós-independência como sendo utilizado como “*arma política das elites insatisfeitas com a distribuição do poder*”. CARVALHO, Marcus J. M. de. “*O antilusitanismo e a questão social em Pernambuco, 1822-1848*.” In Miriam Halpern Pereira (organizadora). **Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Séc. XIX e XX)**. Editora Fragmentos, Lisboa, Portugal, 1993, p. 156. MOSHER, Jeffrey C.. **Political struggle, ideology, and state building Pernambuco and the construction of Brazil, 1817-1850**. Lincoln: University of Nebraska Press. 2008. P. 253. CÂMARA, B. A. D. . “*O Recife e os motins antilusitanos nos anos que antecederam a Insurreição Praieira: o aprendizado do protesto popular e outras variações*”. **Gênero & História (UFPE)**, v. Ano IV, p. 148-180, 2010. P. 158

⁷⁸ SILVA, Luiz Geraldo. “*Pernambucanos, sois portugueses! Natureza e modelos políticos das revoluções de 1817 e 1824*”. In: **Almanack Braziliense** v. 1, 2005, p.69.

⁷⁹ “*since its independence as an empire in 1820, a very bad feeling has existed between them (brasileiros) and those who are natives Portugal. But this feeling is less common among the higher than the lowers orders, and is, perhaps, more strongly marked in the inner provinces than on the coast. Wherever any riot, or any attempt at revolt takes place in the interior - and such occurrences are now, unfortunately, but too common - the poor Portuguese are the first to fall victims, being butchered whitout mercy, and robbed of all they possess.*” In: GARDNER, George. **Travels in the interior of Brazil: principally through the nothern provinces, and the gold and diamond districts, during the years 1836-1841.** Reeve Brothers. London. 1846. P. 13 **NOTA:** ressalta-se ainda que Gardner diz ser possível que esse tipo de sentimento tenha sido mais presente em cidades interioranas do que no litoral.

ainda mais duro por conta da inflação dos preços de seus produtos, que atingiam diretamente as classes mais populares. Ainda que os motivos das variações de preço tivessem mais a ver com a política monetária nacional, a percepção das classes menos privilegiadas era a de que os comerciantes arbitrariamente aumentavam os preços e seus respectivos lucros.⁸⁰ Sendo assim, diz Mário Márcio de Almeida Santos que

o ódio em relação a miséria e a espoliação levava o povo a identificar no vendeiro ou no pequeno comerciante, o inimigo mais próximo, aquele com quem diariamente convivia, gastando seus poucos vinténs na compra da farinha, da charque, do pão, da bebida.⁸¹

Mais tarde, Luís Edmundo, jornalista, memorialista e cronista carioca escreveu: *“jamais pôde existir comércio de brandura e bem-querença entre conquistador e conquistado”*⁸².

Na visão de Evaldo Cabral de Mello, o “nativismo” da primeira metade do século XIX, ao englobar a expressão do nativismo dos estratos subalternos da sociedade, teria recebido uma carga de radicalidade, tal qual o nativismo, visto pelo autor, próprio dos seiscentos. Esta aproximação, muito bem observada no período insurrecional de 1817 a 1848, teria provocado um afastamento *“da parte da açucarocracia e da grande propriedade, que abandonou a frente anti-lusitana para aproximar-se do comércio português e até aliar-se a ele”*. Esse distanciamento, segundo o autor *“se esboçou ao tempo do ‘governo dos matutos’ e da Pedrosada (1822-1823) e que se tornou nítida na Confederação do Equador, para consolidar-se nos anos trinta e quarenta com o fracasso da Praia (1848)”*.⁸³

Um dos motivos de ódio aos portugueses, como visto, se deveu a essa competição no mercado de trabalho. Não é de se espantar que num mercado de predomínio de mão-de-

⁸⁰ *“Resentment toward retailers was especially harsh because of the inflation that had its roots in the national government’s monetary policies. For Brazil’s mostly nonwhite poor, however, it was the local retailer who seemed to be arbitrarily raising prices and profiting from the misery of the workers. Ambitious Brazilians of modest means often saw humble Portuguese immigrants as direct competitors. These ethnic and racial resentments encouraged violence during elections, as noted. Between 1844 and 1848, there were at least seven instances where Recife’s popular classes, stirred up by anti-Portuguese rhetoric, went on looting sprees against Portuguese stores and warehouses, shouting, ‘Mata marinheiro!’ (Death to the Portuguese)”*. In: BEATTIE, P. M. **The human tradition in modern Brazil**. Wilmington, Del, SR Books. 2004. P. 35.

⁸¹ SANTOS, Mário Márcio de Almeida. *Um Homem contra o Império: Antônio Borges da Fonseca*. João Pessoa: União, 1994. p.140-141. Apud. CARVALHO, M. J. M. ; CÂMARA, B. A. D. . A *“Insurreição Praieira”*. **Almanack Brasileiro**, v. 8, p. 05-38, 2008. P. 30.

⁸² EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, p. 622

⁸³ MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana**. São Paulo (SP): Alameda. 2008. P. 18

obra escrava e aumento da população urbana, fossem restritas as vagas de emprego para os trabalhadores livres. Marcus Carvalho cita Gilberto Freyre, que em “*Sobrados e Mocambos*”, teria dito que muitos comerciantes davam preferências aos jovens imigrantes para o emprego na caixeiragem, sendo, por isso, muito comuns anúncios nos jornais buscando empregados portugueses para o trabalho em padarias, armazéns e lojas diversas.⁸⁴ Marcus Carvalho cita ainda um trecho da Representação da Assembleia Provincial de 27 de junho de 1848 na qual é dito que “*um português sapateiro, por exemplo, ou chama sua loja os seus patrícios, ou compra escravos e os aplica a esse ofício*”. Uma das críticas mais correntes era essa preferência dos patrões portugueses em contratar compatriotas.⁸⁵ Carvalho analisa então a ambiguidade dos empregos disponíveis, pois “*se, por um lado, vê-se a preferência em empregar conterrâneos, por outro lado fica claro que esse era um trabalho também próprio para escravos, ou seja duro, mal pago [...]*”⁸⁶. Não foi à toa que muitas vezes o trabalho desses imigrantes foi comparado a um “tráfico de escravatura branca”.

As críticas aos portugueses eram diversas. O patrono dos historiadores pernambucanos, o oficial do Exército José Bernardo Fernandes Gama que, na década de 1840 publicou suas “*Memórias Históricas da Província de Pernambuco*” em quatro volumes, influenciado pelo sentimento antilusitano fez uma leitura crítica dos portugueses que remontava ao período do domínio holandês, ao dizer que esses

portugueses que, tendo deixado a sua pátria para fazer fortuna em Pernambuco, nenhum amor tinham a este país; e porque a guerra os privava de lucro que vieram procurar, pouco se importavam eles que Pernambuco estivesse sujeito ao estrangeiro, contanto que os deixassem lucrar e locupletarem-se à custa do suor e da liberdade dos mesmos pernambucanos.⁸⁷

A falta de oportunidade de empregos aliada a uma crescente mão-de-obra livre ociosa nos centros urbanos e a chegada de imigrantes, concorrentes nas escassas vagas de

⁸⁴ CARVALHO, Marcus J. M. de. “*O antilusitanismo e a questão social em Pernambuco, 1822-1848*”. In Miriam Halpern Pereira (organizadora). In: **Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Séc. XIX e XX)**. Editora Fragmentos, Lisboa, Portugal, 1993, p. 150.

⁸⁵ “*there were accusations that the Portuguese kept to themselves, always aiding each other and hiring other Portuguese. Portuguese insularity seemed a nearly insurmountable barrier for Brazilians seeking employment*”. MOSHER, Jeffrey C.. **Political struggle, ideology, and state building Pernambuco and the construction of Brazil, 1817-1850**. Lincoln: University of Nebraska Press. 2008. P.186-187

⁸⁶ CARVALHO, Marcus J. M. de. “*O antilusitanismo e a questão social em Pernambuco, 1822-1848*”. In Miriam Halpern Pereira (organizadora). **Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Séc. XIX e XX)**. Editora Fragmentos, Lisboa, Portugal, 1993, p. 150.

⁸⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana**. São Paulo (SP): Alameda. 2008. P. 240

trabalho, fomentaram a xenofobia, especificamente, o antilusitanismo. A competição por esses empregos, onde os portugueses levavam vantagem, impulsionou o ódio a esse contingente imigrante desencadeando momentos de explosão de violência urbana presentes entre os anos de 1844 e 1848. Soma-se a isso o desejo da nacionalização do comércio a retalho, a “pedra de toque” do antilusitanismo.⁸⁸

Nos anos de 1840,

tornaram-se comuns os tumultos de rua, como o chamado mata-marinheiro, nos quais a população mais pobre protestava contra os comerciantes portugueses, chegando à agressão física e ao apedrejamento das lojas. Os comerciantes eram responsabilizados pelo desemprego, pela fome e pela carestia.⁸⁹

Em setembro de 1844, um mata-marinheiro marcou a cidade do Recife. Em meio às comemorações pela independência do Brasil, uma confusão ocorreu onde portugueses foram espancados e muitas lojas foram destruídas. As casas comerciais portuguesas foram sendo fechadas a fim de não sofrerem nas mãos dos revoltosos. Ao fim, uma petição exigindo a expulsão de portugueses solteiros e a nacionalização do comércio a retalho foi redigida pelos manifestantes.⁹⁰

Poucos meses depois, em 14 de fevereiro de 1845, o jornal liberal “*O Verdadeiro Regenerador*”, de Borges da Fonseca e Jacinto Severiano Moreira da Cunha, fazia duras críticas aos lusitanos na cidade do Recife. Diz o periódico:

Hoje de preferência nos ocupamos da situação atual, e da animosidade dos lusitanos, que desvairadamente marcham, e sem se lembrarem do passado e esquecidos de terem nascido além do atlântico. Esses miseráveis, excitados não sabemos porque, já se levam a fazer-nos insultos graves. A poucos dias estavam na Rua da Cadeia⁹¹ do Recife uns galeguitos, por mofar-nos, a dar tiros uns para outros-; e porque a graçola reunisse uns africanos, que como eles para cá vieram na tábua, dirigiram-se aos tais pretos, e perguntaram – estão gostando de ver *matar marinheiros*?⁹² Assim no poço da Panela um outro labrego ousou proferir a blasfêmia de desejar ver enforcar a todos os brasileiros... Nós protestamos formalmente que somos inimigos de violência, mas oprimidos os brasileiros pela facção lusitana de que recursos se devem prevalecer para libertar-se? Nós estamos exaustos e morrendo a fome e os portugueses nos encarnecendo, e não sendo isto bastante, somos nós ladrões⁹³

⁸⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana**. São Paulo (SP): Alameda. 2008. P. 328.

⁸⁹ REZENDE, Antônio Paulo. M. . **O Recife: histórias de uma cidade**. 2. Ed. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2005. p.84

⁹⁰ CARVALHO, Marcus J. M. de. “*O antilusitanismo e a questão social em Pernambuco, 1822-1848*”. In Miriam Halpern Pereira (organizadora). **Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Séc. XIX e XX)**. Editora Fragmentos, Lisboa, Portugal, 1993, p. 148.

⁹¹ Conhecida hoje em dia como rua Marquês de Olinda, localizada na ilha do Recife.

⁹³In: GIRÃO, Valdelice Carneiro. “*Os movimentos pré-políticos da década 1840-1850 em Pernambuco*

E a matéria continua afirmando que:

Eles possuem muitas propriedades; muitas tem comprador com papel falso; muitas tem tomadas em consequência desses juros acumulados, e autorizados por essa lei que os fez de convenção, e cujo capital foi esse papel, que no Porto compraram dando 5 contos por cem e aqui introduziram, agora deduzi a moralidade dessas transações para determinardes a legitimidade com que possuem⁹⁴

Já em 25 de setembro do mesmo ano, outro fato insuflou os ânimos dos brasileiros contra os portugueses. Tudo gerado por um falso boato de que um grande nativista pernambucano, Francisco Carneiro Machado Rios, havia sido assassinado por adversários políticos em seu sítio no Janga.

Em junho de 1847, outro evento, dessa vez, com ao menos duas pessoas mortas e várias espancadas. No dia seguinte, cerca de dois mil pernambucanos foram à Assembleia Provincial exigir demandas apresentadas desde o conflito de 1844: a expulsão dos portugueses solteiros e a nacionalização do comércio a retalho.

Três meses depois, no sete de setembro, uma festa de mestres artesãos portugueses foi tumultuada por pessoas que, do lado de fora do evento, atiraram pedras nos convidados e no edifício. Mais três meses depois, no início de dezembro, uma outra festa terminou em pancadaria e gritos de mata-marinheiro. Gritos de *"fora estrangeiros, a terra é nossa, morte aos portugueses"*⁹⁵ ecoaram no conflito, ocorrido em meio às comemorações da Festa de Nossa Senhora da Conceição, na ilha do Recife.⁹⁶ Em Janeiro de 1848, outra festa terminou em briga. Segundo carta do Chefe de Polícia enviada ao Presidente da Província, Chichorro da Gama, no dia 21 de janeiro de 1848, o oficial relatou os ocorridos no período:

As ocorrências, que tiveram lugar na rua da Praia por ocasião do baile, que deram os Portugueses, na noite do dia 4, não passaram d'algumas pedradas lançadas ao edifício, em que eles se achavam, e de algumas bengaladas, em quatro de alguns destes,

fecha-fecha e mata-mata". In: **Revista do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)**, 99: 289-312, Jan./Dez. 1970. P. 309.

⁹⁴ In: GIRÃO, Valdelice Carneiro. *"Os movimentos pré-políticos da década 1840-1850 em Pernambuco fecha-fecha e mata-mata"*. **Revista do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)**, 99: 289-312, Jan./Dez. 1970. P. 310.

⁹⁵ "During anti-Portuguese actions of December 8, 1847, for example, xenophobic cries of 'Out with the foreigners, the land is ours, death to the Portuguese!' were accompanied by vivas to the emperor". MOSHER, Jeffrey C.. **Political struggle, ideology, and state building Pernambuco and the construction of Brazil, 1817-1850**. Lincoln: University of Nebraska Press. 2008. P.204.

⁹⁶ CÂMARA, B. A. D. . *"Os Motins Antilusitanos na Época da Praieira: o Aprendizado do Protesto Popular e outras Variações"*. In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA História: Guerra e Paz, 2005, Londrina. XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA História: Guerra e Paz, 2005. P. 4.

quando para suas casas se retiraram. A polícia imediatamente se dirigiu ao lugar, e cessou então este escândalo; mas, em uma reunião numerosa de povo, não foi possível descobrir os autores do crime por mais diligências que se empregaram. Todos denunciavam os fatos criminosos, porém um só não declarou os que por eles direta ou indiretamente tinham concorrido. Estas ocorrências, posto que desagradáveis, produziram em mim a convicção de que elas eram uma explosão voluntária e instantânea do povo, que ali se havia reunido; mas, depois que tiveram lugar as da noite do dia 8 no Bairro do Recife, e que comuniquei em 11 do mesmo mês a V. Exa., reconheci então, que tanto esta como aquela eram devidas às frenéticas provocações de desordeiros, que de propósito se haviam reunido a fim de alterarem a ordem pública. Se tanto numa como noutra ocasião não o conseguiram, foi devido aos meios que empregaram os agentes da autoridade, dispersando o povo, e prendendo alguns daqueles sobre os quais recaíam suspeitas de as haverem promovido. Ordenei, que as autoridades Policiais procedessem as mais minuciosas averiguações sobre as mencionadas ocorrências; porém elas não produziram senão suspeitas, que recaíram sobre tráfugas da política dominante e alguns membros da oposição que, querendo conseguir alguma mudança na ordem atual das coisas, julgaram que por distúrbios alcançariam, o que pelos meios ordinário não obteriam. Em consequência disso, recrutei para o exército e marinha aqueles que supondo desordeiros e não tendo em seu favor nenhuma das isenções compreendidas nas instruções e ordens do governo para o recrutamento, podiam server ao País: por esse meio consegui que a Capital ficasse desassombrada, e estabeleci a confiança, chegando essa a ponto tal, que parecia, que nada havia acontecido: o comércio continuou em suas operações, e os estrangeiros reconheceram que estavam plenamente garantidos.⁹⁷

Marcus Carvalho, em artigo de 1993, se apoia em um memorialista para abordar outro evento, que seria o pior dos mata-marinheiros já ocorridos até então, uma “*terrível carnificina*”, na visão do contemporâneo.⁹⁸ Após uma briga entre um estudante brasileiro e um caixeiro português, foi espalhada a notícia da morte do primeiro. A partir de então, grande confusão ocorreu na cidade levando à morte cinco pessoas, além de ao menos quarenta feridos, no que ficou conhecido como o Mata-Marinheiro do Colégio, entre 26 e 27 de junho de 1848. Pancadaria nas ruas, saques e depredações em lojas portuguesas fizeram parte do arrastão violento que tomou conta das ruas do Recife. E mais uma vez, as demandas de expulsão de portugueses solteiros e nacionalização do comércio a retalho foram levadas à Assembleia Provincial, em forma de petição assinada por várias pessoas, incluindo José Ignácio de Abreu e Lima, ligado aos praieiros⁹⁹. Segundo o historiador Marcus Carvalho, “*as maiores vítimas desses mata-marinheiros foram os caixeiros das padarias, vendas e armazéns, os jornaleiros e artistas mecânicos das lojas artesanais e os*

⁹⁷ In: GIRÃO, Valdelice Carneiro. “Os movimentos pré-políticos da década 1840-1850 em Pernambuco fecha-fecha e mata-mata”. *Revista do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*, 99: 289-312, Jan./Dez. 1970. P. 303-304

⁹⁸ CARVALHO, Marcus J. M. de. “O antilusitanismo e a questão social em Pernambuco, 1822-1848.” In Miriam Halpern Pereira (organizadora). *Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Séc. XIX e XX)*. Editora Fragmentos, Lisboa, Portugal, 1993, p. 149.

⁹⁹ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830- 1870* (tese de doutorado). Recife. 2012. P. 16

incautos que passavam pelas ruas na hora errada".¹⁰⁰ O Diário de Pernambuco amanheceu dia 28 de junho de 1848 narrando os acontecimentos:

A 26 do corente pelas 10 horas da manhã, no entanto que certo estudante do Liceu altercava com um dos Portugueses que tem armazém de carne seca na rua da Praia desta cidade, que fica adjacente ao mesmo Liceu, aconteceu que, em socorro do referido estudante, apareceram diversos companheiros seus, entre os quais via-se o cadete José da Costa Cordeiro, que, depois de haver descargado uma bengalada sobre o Protuguês, recebeu deste, na cabeça, uma pancada, dada com um peso, que caiu por terra, e ficou sem sentidos durante alguns minutos¹⁰¹

Nestes conflitos a população recifense se aproveitava para espancar os comerciantes portugueses e saquear suas lojas e armazéns. Era o momento em que ressentimento se transformava em retaliação e a população atingia os supostos responsáveis pelo desemprego urbano.¹⁰²

O antilusitanismo foi também utilizado, como já visto, pelo partido liberal a fim de se aproximar dos anseios da população. No discurso dos liberais a independência brasileira era parcial na medida em que o comércio ainda era controlado por portugueses, que privilegiavam seus compatriotas em detrimento dos brasileiros.¹⁰³ Como diz Suzana Cavani, "*era difícil entender como, realizada a emancipação, os portugueses continuavam a ter emprego e negócios, em detrimento de muitos brasileiros que viviam na miséria*"¹⁰⁴. Para se ter uma ideia, de acordo com o periódico pernambucano "*O Regenerador Brasileiro*", em 1848 haviam 6.000 portugueses no controle do comércio a retalho em Pernambuco, que empregavam 12.000 funcionários lusitanos, ou seja, menos 18.000 empregos para os brasileiros, na visão do jornal.¹⁰⁵ Isso fez da lusofobia uma das bandeiras

¹⁰⁰ CARVALHO, Marcus J. M. de. **O antilusitanismo e a questão social em Pernambuco, 1822-1848**. In Miriam Halpern Pereira (organizadora). Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Séc. XIX e XX). Editora Fragmentos, Lisboa, Portugal, 1993, p. 149.

¹⁰¹ In: GIRÃO, Valdelice Carneiro. Os movimentos pré-políticos da década 1840-1850 em Pernambuco fecha-fecha e mata-mata. **Revista do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)**, 99: 289-312, Jan./Dez. 1970. P.310

¹⁰² SILVA, W. B. . "*Rebeldes encarcerados: repressão policial durante a Revolução Praieira (Recife, 1848-1849)*". In: **História Social** (UNICAMP), v. 16, 2009. P. 30.

¹⁰³ BEATTIE, P. M. The human tradition in modern Brazil. Wilmington, Del, SR Books. 2004. P. 35. Souza também comenta que os portugueses permaneceram no altos cargos públicos após a indepoendencia, constituindo a roda palaciana em torno do imperador Pedro I. SOUZA, Ricardo Luiz. "O Antilusitanismo e a afirmação da nacionalidade". In: **Politéia: História e Sociedade**, V.5, N.1, Revista do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2005.p.138

¹⁰⁴ ROSAS, Suzana Cavani. Cidadania, trabalho, voto e antilusitanismo no Recife em 1860: os meetings no bairro popular de São José.. In: **XXV Simpósio Nacional de História**, 2009, Fortaleza. Anais do Simpósio Nacional de História, 2009. P. 2.

¹⁰⁵ MOSHER, J. C. **Political mobilization, party ideology and lusophobia in Nineteenth-Century Brazil: Pernambuco, 1822-1850**. The Hispanic American Historical Review, v. 80, n. 4. Durham: Duke University Press, 2000. P. 888.

do programa liberal¹⁰⁶. Contudo, os atos de violência perpetrados pela população contra os portugueses fugiram ao controle do partido, indo além do que se podia imaginar.¹⁰⁷ Outro fator que influenciou a lusofobia entre os liberais se deveu às frequentes acusações de que os portugueses utilizavam seu poder econômico para influir nas votações locais.¹⁰⁸ O praieiro Nunes Machado chegou a acusar os lusitanos de sustentarem a oposição, o que foi taxado como exagero por Bruno Câmara.¹⁰⁹

Foi nesse clima de lusofobia existente na província de Pernambuco, em meio a uma crise econômica no nordeste, que em novembro de 1848, se iniciou a Revolução Praieira. Foi o extravasamento de um sentimento acumulado por tantos anos.¹¹⁰ Ideais republicanos, federalistas, liberais e antilusitanos estavam no bojo do movimento. No programa político dos praieiros que haviam tomado poder estava a proclamação de uma República, o federalismo, a liberdade de imprensa, o voto universal, a nacionalização do comércio, entre outras reformas. Com grande adesão popular, o movimento levou a uma radicalização de propostas e ações. As críticas aos portugueses eram grande entre as lideranças. Os praieiros Nunes Machado e Antonio Borges da Fonseca comumente reclamaram do grande número de trabalhos perdidos para os portugueses¹¹¹ Nunes Machado também fazia campanha já havia tempo sobre a nacionalização do comércio discursando sobre o tema no Recife e aprovando, em junho de 1848, na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, um projeto que almejava concretizar seus desejos e excluir

¹⁰⁶ MOSHER, Jeffrey. *Political Mobilization, Party Ideology, and Lusophobia in Nineteenth-Century Brazil: Pernambuco, 1822-1850*. In: **Hispanic American Review**. 80:4. Duke University Press. 2000.

¹⁰⁷ "In both Pernambuco and the imperial court, political mobilization on the basis of Lusophobia led partisan to commit acts of violence, going further than party leaders could have imagined, perhaps partly in an effort to pressure party leaders for more decisive action". MOSHER, Jeffrey C.. **Political struggle, ideology, and state building Pernambuco and the construction of Brazil, 1817-1850**. Lincoln: University of Nebraska Press. 2008. P.253

¹⁰⁸ "Liberal Lusophobia, of course, was not limited to Portuguese economic domination. As noted earlier, the Portuguese were accused of exploiting their economic power to influence voting. More significantly, wealthy Portuguese merchants had long found entrée into prominent social (and thus political) circles in Pernambuco. Many merchants managed this by fulfilling their aspirations to enter the prestigious and influential world of the province's planters". MOSHER, Jeffrey C.. **Political struggle, ideology, and state building Pernambuco and the construction of Brazil, 1817-1850**. Lincoln: University of Nebraska Press. 2008. P.193.

¹⁰⁹ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O "retalho" do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830- 1870** (tese de doutorado). Recife. 2012. P. 20

¹¹⁰ GIRÃO, Valdelice Carneiro. "Os movimentos pré-políticos da década 1840-1850 em Pernambuco fecha-fecha e mata-mata". In: **Revista do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)**, 99: 289-312, Jan./Dez. 1970. P. 301.

¹¹¹ MOSHER, Jeffrey C.. **Political struggle, ideology, and state building Pernambuco and the construction of Brazil, 1817-1850**. Lincoln: University of Nebraska Press. 2008. P.156

os estrangeiros do comércio.¹¹² Esse levava ao termo da lei um desejo da população, que na década de 1840 vinha demonstrando sua insatisfação nos conflitos de teor antilusitano. Tais ideais também encontraram abrigo em periódicos pernambucanos como o jornal praieiro *Diário Novo*, entre outros.¹¹³ Nesse período,

o ataque mais freqüente aos portugueses não se deu nem nas ruas, nem nas tribunas, mas através dessas folhas, sobretudo aquela produzida pelo “escritor público” Inácio Bento de Loyola¹¹⁴, o redator de vários periódicos e proprietário de tipografia. A importância de Loyola como formador de opinião ultrapassa o círculo de letrados, pois escrevia de forma simples e direta, atingindo outros contingentes. Ninguém ataçava como ele a fogueira do repúdio aos portugueses.¹¹⁵

Este mesmo autor, redator do “*A Voz do Brasil*”, referia-se à comunidade portuguesa como a “*Hidra Lusitana*”, em referência à besta com corpo de dragão e nove cabeças de serpente da mitologia grega. Marcus Carvalho e Bruno Câmara ainda citam o periódico “*O Verdadeiro Regenerador Brasileiro*” de Borges da Fonseca e Jacinto Severiano Moreira da Cunha, como imprensa antilusitana de discurso radical.¹¹⁶ No editorial de 7 de setembro de 1844 desse periódico, lê-se:

Quando em 1817, venerandos pernambucanos quiseram elevar sua pátria à categoria de nação livre e independente, os portugueses, ajudando a seu rei e senhor, deram grande impulso a seu sistema centralistas, e nos foram algozes.... Passemos por essa época de calamidades, na qual foram degolados nossos melhores patriotas, passemos a montões de insultos com que se provocou aos filhos do país, as vítimas da liberdade. O coração do patriota se aperta de dor ao considerar o sangue que aqui se abriu: comissões militares, inquisições mesmo, tudo se ostentou em toda sua fereza, e nossos algozes inda pouco acharam. Nada lhes via tamanho massacre; nada o luto que cobria tantas famílias pernambucanas em orfandade, e vítimas da brutalidade de seus novos conquistadores. Quadro triste e medonho é este de desejarmos esquecer, no qual se veem tantas famílias perecendo a fome, e prostituídas sem que nada saciasse a gama dos portugueses: ele inda está muito vivo para que o possamos ter esquecido.¹¹⁷

¹¹² CANO, Jefferson. “*A política da lusofobia: partidos e identidades políticas no Rio de Janeiro (1848-1849)*”. In: *Locus* (Juiz de Fora), v. 24, p. 63-92, 2007. P. 68

¹¹³ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830- 1870** (tese de doutorado). Recife. 2012. P. 17

¹¹⁴ Loyola foi preso após a Praieira em 1849, tendo já sido encarcerado um ano antes pelo suposto envolvimento no mata-marinheiro do colégio.

¹¹⁵ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830- 1870** (tese de doutorado). Recife. 2012. P. 31

¹¹⁶ CARVALHO, M. J. M. ; CÂMARA, B. A. D. . “*A Insurreição Praieira*”. *Almanack Braziliense*, v. 8, p. 05-38, 2008,p.34.

¹¹⁷ In: GIRÃO, Valdelice Carneiro. “*Os movimentos pré-políticos da década 1840-1850 em Pernambuco fecha-fecha e mata-mata.*”. In: *Revista do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*, 99: 289-312, Jan./Dez. 1970. P. 294.

Em meio a violentos artigos jornalísticos lusófobos e episódios de agressão física e mortes de portugueses, muitos lusitanos fugiram para Angola em 1849. Foram mais de sessenta homens, fora as crianças e mulheres, para as quais não há números precisos¹¹⁸. Parte desses chegou a desenvolver no sul da região o cultivo de cana-de-açúcar, algodão e criação de gado.¹¹⁹ Nesse local desenvolveu-se a cidade de Moçâmedes, com a chegada dos fugidos e seus descendentes.¹²⁰

Após os conflitos de 1848 e 1849, para a facção das elites aliadas do poder, o federalismo continuaria sendo a bandeira mais importante, contudo a nacionalização do comércio a retalho tornaria a ser uma reivindicação de liberais radicais e grupos menos privilegiados que montariam a tendência mais extremista do republicanismo pernambucano.¹²¹

No período que se seguiu, a imigração cada vez aumentou em número. Essa era vista como forma de solucionar “*os efeitos da falta de braços*”¹²², como disse Pedro II, na Abertura da Assembleia Geral Legislativa, em 3 de maio de 1853, assim, “*quase todas as políticas em prol da inclusão do trabalhador nacional no comércio foram abafadas pela questão maior da atração de imigrantes e da manutenção de capitais e interesses estrangeiros no país*”¹²³. O aumento de estrangeiros intensificava os problemas já existentes na primeira metade do século XIX e a comunidade portuguesa em Pernambuco foi crescendo vertiginosamente.

Suzana Cavani narra conflitos ocorridos na década de 1860. Em 1866 a situação do antilusitanismo ainda era forte a ponto da imprensa portuguesa se preocupar com a “*segurança de vida e propriedade dos súditos portugueses residentes nessa província [Pernambuco].*”¹²⁴ Devido a essa preocupação, discutia-se a necessidade da marinha

¹¹⁸ MELLO, José Antonio Gonsalves de. “*Ainda a Coleção Alberto Lamego*”. **Diário de Pernambuco**. Recife, 18 dez. 1949.

¹¹⁹ CLARENCE-SMITH, W. G. **The Third Portuguese empire, 1825-1975: a study in economic imperialism**. Manchester, Manchester University Press. 1985. P 75

¹²⁰ SILVA, Alberto da Costa e. **Invenção do desenho: ficções da memória**. RJ: Nova Fronteira, 2011. P. 187

¹²¹ CARVALHO, Marcus J. M. de. “*O antilusitanismo e a questão social em Pernambuco, 1822-1848*”. In: Miriam Halpern Pereira (organizadora). **Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Séc. XIX e XX)**. Editora Fragmentos, Lisboa, Portugal, 1993, p. 156.

¹²² Discurso presente em NETO, Casimiro. **A construção da Democracia**. Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações: Brasília. 2003. P. 217.

¹²³ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830- 1870** (tese de doutorado). Recife. 2012. P. 20.

¹²⁴ Diário de Pernambuco de 11/09/1866 in: ROSAS, Suzana Cavani. “*Cidadania, trabalho, voto e antilusitanismo no Recife em 1860: os meetings no bairro popular de São José*”.. In: XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza. **Anais do Simpósio Nacional de História**, 2009. P. 3.

lusitana escoltar um navio vindo com passageiros portugueses para o porto do Recife. Um dia após a chegada desses navios, a capital pernambucana viu um confronto entre a força policial e populares liderados por Borges da Fonseca, que já vinha organizando *meetings* no bairro de São José, que atiçavam os anseios dos trabalhadores pernambucanos, retomando críticas que coadunavam com as reivindicações populares, como a nacionalização do comércio à retalho. Esses populares capitaneados por Borges da Fonseca protestaram numa festa ocorrida no Forte das Cinco Pontas, em comemoração à independência e recepção à chegada dos tripulantes.

No dia 11 de setembro o periódico “*O Tribuno*”, de Borges da Fonseca, comentou o episódio com teor crítico:

Foi bem escolhido o lugar para o baile dos fidalgos, o 5o batalhão nacional desta cidade, dado aos portugueses. Foi nas Cinco Pontas que d. João VI, em 1817, e Pedro I, em 1824, fizeram dançar na corda bamba a muitos patriotas, cujo único crime era quererem de coração a liberdade e a independência da Terra de Santa Cruz. Naquele baile haviam de estar os portugueses a rir como doidos, recordando-se dos tempos em que (...) levavam este pobre povo brasileiro a palmatória e o Chicote.¹²⁵

Era claro o ressentimento com os lusitanos. Cavani cita ainda diversas matérias do jornal “*O Tribuno*” que mostravam inúmeros conflitos entre portugueses e brasileiros no período. Essas expunham desde um português dando tiro em um brasileiro a uma esposa brasileira apanhando de seu marido lusitano, “*queixas e denúncias contra os portugueses estavam mesmo na ordem do dia no Recife.*”¹²⁶

As frequentes aparições de conflitos com lusitanos na imprensa mostravam bem que as tensões entre portugueses e brasileiros ainda não tinham se dissipado.

Para uma cidade que via sua população livre crescer na segunda metade do século XIX, impulsionada em grande parte pelo êxodo rural e sem contar a seu favor com uma economia em expansão ou diversificada, qualquer sinal de preferência de estrangeiros em detrimento de brasileiros nos postos de trabalho desagradava a quem perambulava de rua em rua em busca de ocupação.¹²⁷

¹²⁵ O Tribuno de 11/09/1866 in: ROSAS, Suzana Cavani. “*Cidadania, trabalho, voto e antilusitanismo no Recife em 1860: os meetings no bairro popular de São José*”.. In: XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza. **Anais do Simpósio Nacional de História**, 2009. P. 4.

¹²⁶ ROSAS, Suzana Cavani. “*Cidadania, trabalho, voto e antilusitanismo no Recife em 1860: os meetings no bairro popular de São José*”.. In: XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza. **Anais do Simpósio Nacional de História**, 2009. P. 4.

¹²⁷ ROSAS, Suzana Cavani. “*Cidadania, trabalho, voto e antilusitanismo no Recife em 1860: os meetings no bairro popular de São José*”.. In: XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza. **Anais do Simpósio Nacional de História**, 2009. P.5.

O aumento populacional cada vez mais agravava a situação da mão-de-obra livre e urbana e se observa que os problemas citados desde o início do século, relacionado aos privilégios dados aos portugueses no trabalho, permaneciam vivos. Citando o “*Relatório do Presidente da Província de 1866*”, Cavani nos mostra que ainda nessa época havia uma forte presença dos portugueses no comércio pernambucano, além da grande concorrência no trabalho no setor da caixeiragem e em outras searas.¹²⁸ Não é de se espantar que a prática de dar preferência ao trabalhador português persistisse nesse momento, visto que foi uma constante entre os lusos.

Em 1880 o clima antilusitano ainda não tinha se amainado em Pernambuco. Segundo Ricardo Luiz Souza, houve uma polêmica em torno de alguns membros do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano que eram hostis ao lusitanos e outros que eram favoráveis aos portugueses. Percebe-se as tensões na comemoração em torno do tricentenário da morte de Camões ocorrido no Gabinete Português de Leitura, quando a instituição lusitana-recifense queixou-se da

forçada e convencional injustiça que usam e com que julgam as coisas portuguesas uns grupos ou antes umas seitas, felizmente diminutas em número, sempre prestes a amesquinhá-las, a emprestar-lhes feições disparatadas. Para uma destas seitas, tudo o que é português moderno é mesquinho, e nós, os portugueses, particularmente os que residimos no Brasil, os representantes do mercantilismo sórdido ou do materialismo que rebaixa o senso moral até ao extremo onde não germina uma idéia boa, elevada e nobre.¹²⁹

Tal queixa realça a imagem negativa ainda ligada aos portugueses residentes em Pernambuco. A imagem de lusitanos mesquinhos e a do comerciante avarento se perpetuavam, na leitura dos próprios portugueses. Analisando uma obra literária do

¹²⁸ “Não restam dúvidas de que na década de 1860 a presença portuguesa no comércio permanecia marcante na Província. Segundo o *Relatório do Presidente da Província para o ano de 1865, dos 450 estrangeiros vindos de fora do Império, 327 tinham procedência de Portugal, sendo a sua maioria constituída de homens (433) cuja principal ocupação era o comércio, seguido depois das artes e indústrias (Relatório do Presidente da Província, 1866: 58). Além dos imigrantes portugueses que chegavam a Pernambuco na altura da segunda metade do século XIX, deveria haver outros tantos naturalizados e seus descendentes nascidos em solo brasileiro que também acabavam identificados como estrangeiros aos olhos da população nativa.” In: ROSAS, Suzana Cavani. “Cidadania, trabalho, voto e antilusitanismo no Recife em 1860: os meetings no bairro popular de São José”.. In: XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza. **Anais do Simpósio Nacional de História**, 2009. P. 6*

¹²⁹ Gabinete Portugues de Leitura. *O centenário de Camões em Pernambuco*. Porto 1880. P14 in: MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana**. São Paulo (SP): Alameda. 2008. P. 340

período, “*A Guerra dos Mascates*”¹³⁰, romance de 1883 escrito por José de Alencar, Nelson Vieira observa que Alencar deixa transparecer sua lusofobia nesse livro que:

desenha como arrogantes os portugueses que, nos começos do século XVIII, se entregavam ao comércio e usavam a sua influência poderosa na luta para estabelecer um lugar seguro na política do Brasil [...] este romance contém um abundante repertório de declarações pejorativas a respeito dos mercadores portugueses [...]. Em vários trechos bastantes sarcásticos, Alencar consegue mostrar a imagem que os brasileiros mantinham do imigrante português, e ao mesmo tempo o ressentimento que este provocara entre os nativos. Numa descrição da festa da fundação de Recife, refere-se às caras portuguesas como a «galeria reinícola» e, em certos casos, como «alfacinhas e minhotos rudes».¹³¹

1.3 Lusofobia no período republicano

Com a escalada do movimento republicano, vê-se mais um momento de afloração do sentimento antilusitano nas lutas contra a Monarquia. Para Ricardo Luiz Souza “*os republicanos eram antilusitanos por instinto e por convicção, já que associavam a monarquia a uma continuidade do domínio bragantino e, por tabela, lusitano*”, assim, “*republicanismo e antilusitanismo andaram juntos, e a crítica ao antigo regime confundiu-se com a crítica à influência portuguesa*”.¹³² Diz Sabina Ribeiro, sobre o início da República que:

diante da nova nação que surgia embalada pela República, Portugal tornava-se novamente o país do atraso e o responsável pelos males da Monarquia, tanto quanto os portugueses eram tidos por trabalhadores, mas exploradores dos brasileiros sem qualquer pejo. Justificava-se uma releitura da nação e da cidadania, atribuindo à gente lusa o aumento dos gêneros, dos alugueis e o açambarcamento do melhores empregos. O discurso de irmandade tornava-se novamente ambíguo. Irmãos, mas nem tanto. Eram, sim, enganadores, ambiciosos, gananciosos, vilões, espertalhões, nauseabundos e rotos.¹³³

Por isso não eram raros os gritos de ‘*galego vai para a tua terra*’, que expressavam os desejos de coibir a presença lusitana no comércio e garantir o espaço no mercado de

¹³⁰ ALENCAR, José de. **Obra Completa**, 4 vols., 2.a ed. Rio de Janeiro: J. Aguilar, 1965, 1964, 1965, 1960.

¹³¹ VIEIRA, Nelson H. **Brasil e Portugal: a imagem recíproca. O mito e a realidade na expressão literária**. Lisboa, Ministério da Educação/Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991, p. 106.

¹³² SOUZA, Ricardo Luiz. “*O Antilusitanismo e a afirmação da nacionalidade*”. In: **Politéia: História e Sociedade**, V.5, N.1, Revista do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2005. P. 144.

¹³³ RIBEIRO, G. S. . “*Portugueses do Brasil e portugueses no Brasil: laços de irmandade e conflitos identitários em dois atos, 1822 e 1890*”.. In: Bela Feldman-Bianco. (Org.). **Nações e diásporas: estudos comparativos entre Brasil e Portugal**. 1ed.Campinas: Editora da UNICAMP, 2010, v. 1, p. 44-45.

trabalho para os nacionais.¹³⁴ A nacionalização em massa sem dúvida “*pode ter contribuído para acirrar ainda mais o sentimento antilusitano gerado nas competições dentro do mercado de trabalho e na hierarquização de empregos e ocupações que vinha sendo formada desde inícios do XIX*”¹³⁵. Na primeira constituição republicana, publicada em 1891, no artigo 64, § 4º afirmava que seriam considerados “*cidadãos brasileiros os estrangeiros que, achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro de seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o animo de conservar a nacionalidade de origem*”¹³⁶. Deste modo, muitos portugueses foram iguallados à condição de brasileiros de maneira tácita.

No Governo de Floriano Peixoto surge um movimento que tinha como uma de suas bandeiras o antilusitanismo: os jacobinos que aglutinavam republicanos radicais, positivistas, militaristas e outros. Para esses, os portugueses eram seus principais inimigos, visto que os lusitanos eram associados à antiga ordem monárquica. Assim, “*o antilusitanismo era uma bandeira essencial no projeto jacobino de construção de uma identidade nacional na República Velha.*”¹³⁷. Contudo não só a lusofobia constava na agenda jacobina, mas também o antimonarquismo, radicalismo patriótico e republicanismo¹³⁸

Diz Susana Silva que “*o movimento não brotava apenas da rua, das populações pobres, mas também era incentivado por jornalistas, escritores e políticos, que faziam campanha antilusitana e que defendiam valores nacionalistas.*”¹³⁹ Entre os intelectuais jacobinos apresentava-se um discurso no qual a imagem dos portugueses era de:

brancos, avarentos, inescrupulosos nos negócios, permissivos moralmente, imundos, mentirosos, transmissores de doenças, estimuladores da prostituição, enfim, representavam o atraso e o imobilismo de que o Brasil tanto queria se afastar nesses

¹³⁴ RIBEIRO, G. S. . . “*Portugueses do Brasil e portugueses no Brasil: laços de irmandade e conflitos identitários em dois atos, 1822 e 1890*”.. In: Bela Feldman-Bianco. (Org.). **Nações e diásporas: estudos comparativos entre Brasil e Portugal**. 1ed.Campinas: Editora da UNICAMP, 2010, v. 1, p. 46.

¹³⁵ RIBEIRO, G. S. . . “*Portugueses do Brasil e portugueses no Brasil: laços de irmandade e conflitos identitários em dois atos, 1822 e 1890*”.. In: Bela Feldman-Bianco. (Org.). **Nações e diásporas: estudos comparativos entre Brasil e Portugal**. 1ed.Campinas: Editora da UNICAMP, 2010, v. 1, p. 46.

¹³⁶ <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1643930/pg-8-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-23-06-1890>. Acesso: 20 de Setembro de 2013.

¹³⁷ JÚNIOR, João Júlio Gomes dos Santos. “*Jacobinismo, antilusitanismo e identidade nacional na república velha*”. **Historiæ**, Rio Grande, 2 (2): 89-106, 2011. P. 119.

¹³⁸ JÚNIOR, João Júlio Gomes dos Santos. “*Jacobinismo, antilusitanismo e identidade nacional na república velha*”. **Historiæ**, Rio Grande, 2 (2): 89-106, 2011. P. 116.

¹³⁹ SILVA, Susana Neves Tavares Bastos de Pinho. **O Emigrante Português em Três Romances de Aluísio Azevedo**. FLUP – Universidade do Porto, Porto (tese de mestrado). 2007.p. 31.

primórdios da República.¹⁴⁰

Esse tipo de discurso não fazia distinção social entre os portugueses, era destinado a todos, fossem pobres trabalhadores ou ricos empresários. Pulularam jacobinistas pelo país, difundindo tais ideais. O Clube Jacobino de São Paulo, em seu estatuto, colocava como meta a ser alcançada “*a de combater o nativismo dos portugueses que a todo o transe querem excluir o Brasil do comércio, opondo a isso o nosso nativismo também*”¹⁴¹. Já no Rio de Janeiro do início da República, tornou-se sistemático esse antilusitanismo, principalmente sendo divulgado pelo periódico “*O Jacobino*”, que espalhava o ódio aos lusos, atribuindo-lhes a pecha de responsáveis pelo atraso, pobreza e demais males nacionais.¹⁴² Este periódico foi, inclusive, financiado em seu lançamento pelo governo de Floriano Peixoto.¹⁴³ A Revolta da Armada, em 1893, pouco depois também expôs a tensão entre portugueses e brasileiros no Rio de Janeiro. Para os jacobinos, Custódio de Mello não só questionava o Governo de Floriano Peixoto, mas também teria tentado restaurar a monarquia. Para piorar, os navios lusitanos Mindelo e Afonso Albuquerque, asilaram os revoltosos. O resultado disso foi o rompimento das relações entre Brasil e Portugal e uma revolta contra portugueses na cidade carioca.

Pouco tempo depois, o jornalista João Chagas, no seu livro “*De Bond: aspectos da civilização brasileira*”, de 1897, mostrou um panorama da recente república brasileira. Segundo o mesmo, a colônia portuguesa ainda era vista como inimiga no período. O fundamento dessa divergência seria pura e simplesmente a concorrência entre brasileiros e portugueses, sobretudo no comércio, porém o autor afirma que vários intelectuais eram contrários aos lusitanos. Em síntese “*no Brasil, o comércio é o português, e o português é ainda e sempre o inimigo*”.¹⁴⁴

Cristiane D’ávila Lyra Almeida, em sua tese, comenta o trabalho de João Chagas afirmando que, de fato, no período segmentos da economia urbana como o comércio

¹⁴⁰ TRICHES, Robertha P. “*À Sombra das bananeiras d’esta República*”: as construções da imagem do português pela imprensa carioca. *Revista Litteris*, v. 2, p. 1-16, 2009. P. 6.

¹⁴¹ QUEIROZ, S. R. R. de. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.p. 101. Apud. SOUZA, Ricardo Luiz. “*O Antilusitanismo e a afirmação da nacionalidade*”. In: *Politéia: História e Sociedade*, V.5, N.1, Revista do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2005. P. 145.

¹⁴² ARRAIS, Mário Gilberto. C. *Representações literárias do imigrante português em Aluísio Azevedo e incidências periféricas*. (Dissertação de mestrado). UFRJ. 2006. P. 22

¹⁴³ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Migração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2001. P.27.

¹⁴⁴ CHAGAS, João. *De bond: alguns aspectos da civilização brasileira*. Lisboa: Livraria Moderna, 1897, pp. 148-153. Apud. ALMEIDA, Cristiane D’Avila Lyra. *João do Rio a caminho da Atlântida: por uma aproximação luso-brasileira*. Rio de Janeiro, 2010. 300p. Tese de Doutorado - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. P. 58.

varejista, aluguel de imóveis e imprensa estavam dominados pelos portugueses. Além do mais, havia uma disputa entre trabalhadores brasileiros e imigrantes, muitas vezes considerados mais qualificados que os nacionais, de acordo com Almeida.¹⁴⁵

Mesmo com o passar dos anos, a situação não se modificou muito. Na década de 1920 no Rio de Janeiro

os portugueses ocupavam maciçamente certos ramos do comércio a varejo e profissões, bem como monopolizavam as casas de aluguel. Sobre eles recaía o adjetivo de «explorador» e eram associados, quase como sinónimos, aqueles de «mesquinho», «avaro» e «ladrão». Era nas suas mãos que os populares compravam o arroz com feijão do dia a dia, alimentavam-se precariamente de iscas ou caldos d'unto nas casas de pasto e tomavam a goles o copázio de paraty. A noite, já bem tarde, recolhiam-se exauridos nos pequenos cômodos sujos e sem higiene das estalagens, hospedarias, casas-de-cômodos e/ou cortiços do centro da cidade e adjacências.¹⁴⁶

Se a presença era maciça, o antilusitanismo também continuava presente. Almeida compreende nesse período uma nova fase do sentimento lusófono, quando os detratores pediam pela nacionalização completa de diversos segmentos como imprensa, comércio, teatro e marinha. O auge desse movimento contrário à presença lusitana na vida nacional ocorreu no governo do presidente Epitácio Pessoa¹⁴⁷

Mas aos poucos esse tipo de discurso foi se amainando. A partir de 1920, em São Paulo, “na economia, como na literatura modernista, o português deixou de ser uma referência significativa.”¹⁴⁸ Já Carlos Lessa diz que “a partir dos anos 20, desaparece, no Brasil, qualquer hostilidade maior ao português. [...] O ideal de industrialização dissolve a imagem do pequeno comerciante ou do autônomo, soldadas ao lusitano¹⁴⁹. O antilusitanismo teria permanecido nas incontáveis piadas sobre o português, mas

¹⁴⁵ ALMEIDA, Cristiane D'Avila Lyra. **João do Rio a caminho da Atlântida: por uma aproximação luso-brasileira**. Rio de Janeiro, 2010. 300p. Tese de Doutorado - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. P. 27

¹⁴⁶ RIBEIRO, G. S. . "Por Que Voce Veio Encher O Pandulho Aqui?": Os Portugueses, O Antilusitanismo e A Exploracao das Moradias Populacionais No Rio de Janeiro da Republica Velha. In: **Análise Social. Revista do Instituto De Ciencias Sociais da Universidade De Lisboa**, Lisboa, v. XXIX, p. 631-654, 1994. P. 637.

¹⁴⁷ ALMEIDA, Cristiane D'Avila Lyra. **João do Rio a caminho da Atlântida: por uma aproximação luso-brasileira**. Rio de Janeiro, 2010. 300p. Tese de Doutorado - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. P. 18-19

¹⁴⁸ SOUZA, Ricardo Luiz. "O Antilusitanismo e a afirmação da nacionalidade". In: **Politéia: História e Sociedade**, V.5, N.1, Revista do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2005. P. 169.

¹⁴⁹ LESSA, Carlos. "Rio, uma cidade portuguesa?" In: LESSA, Carlos (Org.). **Os Lusíadas na aventura do Rio moderno**. RJ: Record, Faperj, 2002. p.51

desaparecido como fator de uso político a partir dos anos 30.¹⁵⁰ Seguem apenas como discursos estereotipados para representar os antigos colonizadores portugueses. A nacionalização tão almejada foi sendo feita de maneira lenta e gradual, com a diminuição dos imigrantes, o aumento da população brasileira, e o legado deixado pelo português ao seu filho já brasileiro.¹⁵¹ Como diz Ricardo Luiz Souza:

Em meados do século XX, em São Paulo, era difícil estabelecer qualquer relação entre o português explorador da mitologia colonial, ou mesmo o banqueiro de Noel, e o vendedor de hortaliça na feira, ou o dono da mercearia ou padaria de esquina. O bode expiatório de uma sociedade urbana e industrial tinha de ser outro.¹⁵²

Entretanto, o ano de 1931 viu um último evento antilusitanismo de grande proporção.

1.4 Lusofobia no século XX: o “*mata-marinheiro*” de abril de 1931 em Recife

Nos anos de 1930 a situação do trabalhador nacional não era das melhores. Para além dos problemas relativos a uma legislação ineficiente, os brasileiros encaravam outras dificuldades. A imigração em massa desde 1870 trouxe grande concorrência - muita vezes de mão-de-obra barata, assim como a própria imigração interna, que avolumava a concentração populacional nas capitais. Além do mais, a crise de 1929 e o crescente desemprego no Brasil atingiam fortemente o trabalhador nacional. É necessário compreender que o mercado de trabalho brasileiro era pequeno o bastante para absorver a quantidade de brasileiros aptos e desempregados, como atesta Ribeiro. O autor ainda cita que em restaurantes, por exemplo, cerca de 80% dos empregados eram estrangeiros ou naturalizados.¹⁵³

¹⁵⁰ SOUZA, Ricardo Luiz. *“O Antilusitanismo e a afirmação da nacionalidade”*. In: **Politéia: História e Sociedade**, V.5, N.1, Revista do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2005.p. 146.

¹⁵¹ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830- 1870** (tese de doutorado). Recife. 2012. P. 20-21.

¹⁵² SOUZA, Ricardo Luiz. *“O Antilusitanismo e a afirmação da nacionalidade”*. In: **Politéia: História e Sociedade**, V.5, N.1, Revista do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2005. P. 170. ROWLAND, Robert. *“Manuéis e Joaquins: A cultura brasileira e os portugueses”*, **Etnográfica**, V (1), pp. 157-172.. 2001

¹⁵³ RIBEIRO, José Augusto. **A era Vargas 1. 1882-1950**. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2001. p. 90-91

A chegada de Getúlio Vargas ao poder, entretanto, trouxe mudanças significativas para o proletariado brasileiro. Leis trabalhistas de cunho nacionalista que buscavam defender o trabalhador local surgiram ao longo do seu Governo.

Fazia pouco mais de um mês que Getúlio Vargas havia chegado ao poder quando ele assinou o Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro 1930, a sua primeira lei trabalhista¹⁵⁴. No preâmbulo da norma, há considerações feitas com o intuito de justificar a lei publicada. Salientemos duas dessas exposições que se coadunam com o panorama acima exposto da situação do trabalhador nacional. O Decreto, então, foi assinado:

CONSIDERANDO que uma das mais prementes preocupações da sociedade é a situação de desemprego forçado de muitos trabalhadores, que, em grande número, afluíram para a Capital da República e para outras cidades principais, no anseio de obter ocupação, criando sérios embarços à pública administração, que não tem meios prontos de acudir a tamanhas necessidades;

[...]

CONSIDERANDO, também, que uma das causas do desemprego se encontra na entrada desordenada de estrangeiros, que nem sempre trazem o concurso útil de quaisquer capacidades, mas frequentemente contribuem para aumento da desordem econômica e da insegurança social;¹⁵⁵

Segundo o próprio Vargas , a “*aglomeração de braços em nossos centros industriais viria ser fator de perturbação e constituiria ameaça para o trabalhador nacional e estrangeiro, já localizado no País*”¹⁵⁶, desse modo ressalta-se o intuito do decreto. Esta norma, conhecida como Lei dos Dois Terços, ou lei da nacionalização do trabalho, obrigava todas as empresas a possuírem o mínimo de 2/3 de trabalhadores brasileiros natos. Isto é, apenas os genuínos brasileiros e não os estrangeiros naturalizados. Além de limitar a presença de pessoas de outras nacionalidades nas empresas que funcionassem no país, o Decreto limitava por um ano a entrada de passageiros estrangeiros de terceira classe. Desse modo, o Governo restringia a imigração, na medida em que eram os passageiros da terceira classe a grande massa imigrante que se deslocava para o país, e ao mesmo tempo também freava a chegada de concorrentes para o trabalhador nacional. As exceções se davam para o passageiro de terceira classe já domiciliado no Brasil e para aqueles que chegavam com trabalho certo no meio rural. Desse modo, o decreto visava

¹⁵⁴ RIBEIRO, José Augusto. **A era Vargas 1. 1882-1950**. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2001. P. 90

¹⁵⁵ <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19482-12-dezembro-1930-503018-republicacao-82423-pe.html>. Acesso em 21 de Agosto de 2013.

¹⁵⁶ GERALDO, Endrícia. A “*lei de cotas*” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. In: **Cadernos da AEL**, Capinas, v. 15, n. 27, p.173-209, 2009.

coibir a vinda do imigrante dirigido ao meio urbano e influenciar o fluxo estrangeiro para o campo.

Esse decreto atingia diretamente o fluxo de imigrantes, em especial os lusitanos, maior corrente na época. Talvez, não por acaso, o ex-adido comercial português no Rio de Janeiro, José de Carvalho Neves, publicou uma carta aberta no Diário de Lisboa, em 6 de janeiro de 1831, na qual dizia que a lei dos dois terços “*não trata maior fortuna nem maior glória ao brasil e ofuscou, senão anulou, os efeitos de meio século de propaganda e as tradições da generosa hospitalidades e grande liberalidades que fazia o seu orgulho e o tornavam o país preferido*”¹⁵⁷ dos imigrantes portugueses

No entanto, foi a restrição ao trabalho de estrangeiros nas empresas que operassem no país, à proporção de 1/3 do total de empregados, que marcou o referido decreto. O artigo 3º da Lei dos Dois Terços, de 12 de Dezembro de 1930, dizia:

Todos os indivíduos, empresas, associações, companhias e firmas comerciais, que explorem, ou não, concessões do Governo federal ou dos Governos estaduais e municipais, ou que, com esses Governos contratem quaisquer fornecimentos, serviços ou obras, ficam obrigadas a demonstrar perante o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, dentro do prazo de noventa dias, contados da data da publicação do presente decreto, que ocupam, entre os seus empregados, de todas as categorias, dois terços, pelo menos, de brasileiros natos.¹⁵⁸

Em parágrafo único o decreto explica que somente na falta, de brasileiros natos, e para serviços rigorosamente técnicos, é que seria permitida uma proporção diferente e ainda assim, neste caso, deveriam ser aceitos brasileiros naturalizados, em primeiro lugar, e, depois, os estrangeiros.

Foi em meio à campanha dos 2/3, já em 1931, que uma manifestação generalizada e violenta contrária aos portugueses ocorreu em Recife, em pleno século XX. Reavivam-se os sentimentos antilusitanos em um evento de caráter estritamente lusófono. Tão presente na história pernambucana, mais uma vez acontecia na capital do Estado, nos dias 8 e 9 de abril daquele ano, demonstrações contrárias aos imigrante português.

Não se pode esquecer, entretanto, ao se abordar os movimentos ocorridos em abril de 1931, que pouco tempo antes o Recife presenciou um conflito marcante, nos idos de outubro de 1930. A Revolução de 30 atingiu com força a capital pernambucana, levando vários civis e militares ao confronto. Em meio à crise da Primeira República, também

¹⁵⁷ NEVES, José de Carvalho. Apud. MENDES, José Sacchetta. **Laços de sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)**. São Paulo, SP, Brasil, Edusp.. 2001.. P.249

¹⁵⁸ <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19482-12-dezembro-1930-503018-republicacao-82423-pe.html>. Acesso em 21 de Agosto de 2013

chamada de República Velha, e à ruptura da política do café com leite, uma articulação formada por setores radicais da Aliança Liberal iniciaram um levante armado, contrário ao presidente Washington Luís, em diversas partes do país. No Recife, era madrugada do dia 4 de outubro de 1930 quando o movimento se iniciou e pouco mais de vinte e quatro horas depois o levante já havia tomado o poder e expulsado Estácio Coimbra do governo do estado. Diversos civis se uniram aos militares sublevados e atacaram o Quartel de Soledade, conseguindo bastante munição e armamento. Houve grande participação do povo quando *“milhares de populares buscaram as ruas à procura de armas nos quartéis sublevados”*¹⁵⁹.

Em meio aos conflitos, civis e militares favoráveis à Estácio Coimbra se voluntariaram em dois carros blindados a irem ao quartel da Soledade, recentemente atacado pelos revoltosos¹⁶⁰. O que se viu, entretanto, foi a morte de todos. Este episódio chamado *“tragédia dos blindados”*, quando os voluntários que apoiavam Estácio Coimbra foram alvejados por tiros no quartel da Soledade, enquanto estavam em dois veículos blindados, atingiu fortemente o governo.¹⁶¹

Com o crescimento do levante, vários partidários de Estácio Coimbra fugiram para Alagoas, tendo em vista o aumento dos conflitos e a dificuldade do governo se defender, na medida em que boa parte das tropas estava no interior. No dia 5, pela manhã, um assalto à Chefatura de Polícia libertou militares e civis aprisionados ali, dando-lhe armas e aumentando o volume de revoltosos. Mas foi com a rendição do Quartel do Dérbi, capitaneada por Juarez Távora, por volta de uma da tarde do domingo, que o levante chegou ao seu objetivo, logrou a vitória da Revolução de 1930 em Recife e Carlos de Lima Cavalcanti foi colocado como Interventor Federal.

Convém ressaltar, como Barbosa Lima Sobrinho o faz, que a participação popular foi muito presente nesse movimento. Sobrinho ressalta que ao amanhecer do dia 4, com a população tendo tomado o quartel da Soledade, vários operários, que nessa madrugada se dirigiam às fábricas, se voluntariaram a participar do movimento e iam engrossando o

¹⁵⁹ AQUINO, R. S. L. D., MENDES, F. R., & BOUCINHAS, A. D.. **Pernambuco em chamas: revoltas e revoluções em Pernambuco**. Recife, PE, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana.. 2009. P. 243.

¹⁶⁰ Por pouco Gilberto Freyre não embarcou entre os voluntários. Segundo o mesmo atesta em entrevista à Frederico Pernambucano de Mello. MELLO, Frederico Pernambucano de.. **A tragédia dos blindados um episódio da Revolução de 30 no Recife**. Recife, Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes/FUNDARPE. 1999. P.32

¹⁶¹ MELLO, Frederico Pernambucano de.. **A tragédia dos blindados um episódio da Revolução de 30 no Recife**. Recife, Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes/FUNDARPE. 1999.

número de insurretos. Diz Barbosa Lima Sobrinho que “*o movimento de Recife foi o único genuinamente popular, de todos que se haviam travado naquele dia de revolta.*”. O autor ainda é mais contundente ao abordar essa participação popular, ao dizer que “*em Pernambuco, fora apenas o povo, quase que por si só, com três ou quatro oficiais destemidos, que souberam tirar partido da descoordenação e da inércia do adversário*”¹⁶². Souza Barros também observou isso ao dizer que “*em Pernambuco a revolução de 1930 foi um movimento de povo, com forte contribuição de estudantes e operários.*”¹⁶³ É importante, então, levar em conta os distúrbios de outubro de 1930 e a participação popular em Recife nesse movimento ao estudarmos os conflitos de 8 e 9 de abril de 1931.

O político, advogado e jornalista olindense Paulo Cavalcanti tinha 14 anos quando ocorreu esse evento e posteriormente iria escrever sobre o mesmo em suas memórias autobiográficas. Sua visão, no entanto, absorve o discurso antilusitano da época e por isso deve ser ponderada, visto que o mesmo era um ator no processo por ele descrito. Isso, contudo, não traz demérito à sua narrativa. Apesar de Cavalcanti tratar os conflitos como um mata-marinheiro, os periódicos da época não usarem esse termo, muito comum ao século XIX. Buscando expor a situação do comércio na época disse o jornalista em suas memórias que:

os grandes e afreguesados armazéns ‘a grosso e a varejo’, as padarias e pastelarias, as grandes lojas de ferragens, as bodegas e casas de pastos, os depósitos de carne ‘do Ceará’, de bacalhau, farinha e feijão mulatinho” [estavam] em mãos de portugueses.¹⁶⁴

Não só isso, mas:

O grosso do comércio da capital pernambucana, sobretudo no setor de estivas e produtos alimentícios vindos de outras praças – bacalhau, arroz, farinha de trigo, charque, azeite de oliva, genericamente denominados ‘secos e molhados’ -, estava sob o controle dos portugueses, além das padarias e das torrefações de café.¹⁶⁵

O domínio português em certos setores do comércio, a prática lusitana de empregar seus patrícios, o desemprego e a Lei dos Dois Terços estiveram entre os diversos fatores responsáveis pelo conflito em abril de 1931. No dia 8, a agitação teve início na firma

¹⁶² SOBRINHO, Barbosa Lima. **A verdade sobre a Revolução de Outubro 1930**. São Paulo, Editora Alfa-Omega. 1975.. P.146

¹⁶³ SOUZA BARROS, M. D.. **A década 20 em Pernambuco. Uma interpretação**. Rio de Janeiro, Gráfica Editora Acadêmica. 1972 P. 129.

¹⁶⁴ CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: da Coluna Prestes à Queda de Arraes: memórias. 3ª ed. Recife: Editora Guararapes, 1980. p. 100

¹⁶⁵ CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: da Coluna Prestes à Queda de Arraes: memórias. 3ª ed. Recife: Editora Guararapes, 1980. P. 103

Teixeira Miranda & Cia. de propriedade dos portugueses João Ferreira Miranda e José Frazão Teixeira. Entretanto, os problemas já se desenhavam alguns dias antes.

A firma *Teixeira Miranda* havia adquirido há pouco tempo a torrefação de *Café Guanabara*. Após a compra, foram despedidos alguns empregados brasileiros. Além disso, segundo Paulo Cavalcanti “a firma *Teixeira Miranda*, nos encargos de escritórios e de balcão, utilizava mais o elemento português, deixando aos brasileiros as tarefas mais pesadas, de fabricação e transporte de produtos”¹⁶⁶. Isso pôde ser comprovado em publicação solicitada pela *Teixeira Miranda & Cia* no *Diário de Pernambuco* do dia 11 de abril, onde os portugueses listaram os empregados de sua firma.¹⁶⁷

A fim de rebater as críticas que vinham recebendo, no dia 5 de abril, no *Diário de Pernambuco*, saiu uma matéria solicitada pelos donos da firma *Teixeira Miranda & Cia*, onde procuraram contrapor as censuras que vinham sofrendo, segundo as quais a empresa lusitana não respeitava a Lei dos Dois Terços e que vinham despedindo os empregados brasileiros e privilegiando os portugueses. Diz a nota:

Não há processo mais iníquo, vergonhoso e indigno de pessoa que se preze de culta e civilizada, do que lançar mão da calúnia no ataque a quem quer que seja...

Mentir, mentir e sempre mentir, é o meio de que se servem contra o inocente aqueles que o querem ver humilhado, principalmente quando estão em jogo interesses vis e mesquinhos dos caluniadores. É deste processo que se estão servindo certos inimigos da Firma *Teixeira Miranda & Cia*, os quais não podendo competir com os seus artigos bem confeccionados, lançam mão de uma bagatela, de uma verdadeira ninharia, que faria rir às gargalhadas o poeta Horácio, para inventar a mais infame calúnia e assim alarmar a nossa freguesia honrada e boa.

Essa bagatela é nada menos que ter despedido a nossa Firma, um empregado. Coisa tão comum, tão vulgar despedir-se um empregado!!! E qual a calúnia inventada ao redor deste fato? Que nossa casa está perseguindo os empregados brasileiros, quando na verdade estes constituem uma esmagadora maioria, estando as portas franqueadas ao público para perto o verificar.

Apesar do processo infame a que recorrem os nossos inimigos, enche-nos de conforto a nobreza com que se tem portado a nossa grande multidão de fregueses que à uma nos acompanha com a sua solidariedade.

Não ficaremos por aqui; brevemente daremos ao público uma demonstração irrefutável da justiça com que sempre temos procedido em nossos atos.¹⁶⁸ (grifo nosso)

A suposta “demonstração irrefutável” ao público, contudo, só viria dias depois, já após os acontecimentos do dia 8 e 9.

¹⁶⁶ CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi:** da Coluna Prestes à Queda de Arraes: memórias. 3ª ed. Recife: Editora Guararapes, 1980. P. 103

¹⁶⁷ A Firma *Teixeira Miranda & Cia*: ao público. **Diário de Pernambuco**. Recife: 11 de abril de 1931. Solicitadas. p.3. FUNDAJ

¹⁶⁸ A Firma *Teixeira Miranda & Cia*: rebatendo uma calúnia. **Diário de Pernambuco**. Recife: 5 de abril de 1931. Solicitadas. p.3 FUNDAJ.

Os periódicos locais *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Recife* e *Jornal Pequeno* documentaram os fatos ocorridos nesses dias. Para este último o que ocorreu foi “*uma questão de nativismo suscitada entre os componentes daquela firma [Teixeira Miranda & Cia] e alguns ex-auxiliares*”.¹⁶⁹ Já de acordo com o *Diário de Pernambuco* o evento teria tido “*origem num exaltado sentimento de nativismo fazendo eclosão num insidioso ambiente de animosidade que se vinha formando nestes últimos dias em torno da firma portuguesa Teixeira Miranda & Cia*”¹⁷⁰. E segundo o *Jornal do Recife* foi “*a maneira pouco cortês do aludido negociante, ao que se sabe, sócio da firma Teixeira Miranda & Cia, estabelecida com fábrica de torrefação de café na rua Marcílio Dias, antiga Direita – que provocou a situação deplorável que se constatou*”¹⁷¹. Com exceção deste último, todos fazem questão de ressaltar o nativismo presente no evento.

A capa do *Jornal Pequeno*, no mesmo 8 de abril de 1931, chamava atenção para os acontecimentos da rua Direita, local onde ficava a torrefação do *Café Guanabara* e no qual se iniciou o conflito. De acordo com o mesmo jornal, a firma *Teixeira Miranda* teria despedido todos seus empregados brasileiros, o que chocava com a lei do 2/3, que obrigava essa quantidade mínima de trabalhadores brasileiros nas empresas estrangeiras no Brasil. Essa suposta atitude da empresa haveria gerado um boicote aos produtos da referida firma. Pela manhã do dia 8 um freguês teria censurado um dos sócios da firma, não se sabe se foi João Ferreira Miranda ou José Frazão Teixeira, que não recebendo bem a crítica feita teria respondido que “*brasileiro só servia para puxar carroça*”. Paulo Cavalcanti diz algo parecido que, “*o que transpirou, ao certo, da discussão é que o português havia dito que, de brasileiro em sua casa comercial, — ‘só precisava mesmo dos burros para puxar carroças’*”¹⁷². Uma briga começou após a referida calúnia. Ainda de acordo com as memórias de Cavalcanti “*de boca em boca, o dito depreciativo do sócio de Teixeira Miranda & Cia., de que os nacionais só serviam para puxar as carroças de sua fábrica, incendiou paixões adormecidas pelo tempo*”.¹⁷³ A frase humilhante aos trabalhadores nacionais teria sido o que faltava para desencadear o movimento antilusitano. Tocava-se

¹⁶⁹ Os Acontecimentos de Hoje na Rua Direita. **Jornal Pequeno**. Recife: 8 de abril de 1931. p.1. FUNDAJ.

¹⁷⁰ Os Factos de Hontem. **Diário de Pernambuco**. Recife: 9 de abril de 1931. p.3. FUNDAJ.

¹⁷¹ Lamentáveis Sucessos. **Jornal do Recife**. Recife: 9 de abril de 1931. p.1. FUNDAJ.

¹⁷² CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: da Coluna Prestes à Queda de Arraes: memórias. 3ª ed. Recife: Editora Guararapes, 1980. P. 99

¹⁷³ CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: da Coluna Prestes à Queda de Arraes: memórias. 3ª ed. Recife: Editora Guararapes, 1980. P. 101

um ponto caro ao brasileiro que acabara de deixar a Primeira República no passado e caminhava para o futuro numa nova república, uma afronta à honra e orgulho nacional.

Eram 10 horas da manhã, quando a população já aglutinada na rua Direita, bairro de Santo Antônio, tomando partido do caso, atirou garrafas contra o *Café Guanabara* e passou a depredar o estabelecimento. Com o crescimento dos revoltosos, foi necessário a intervenção de dois sargentos da Brigada Militar e um oficial para que se conseguisse fechar o estabelecimento e expulsar os manifestantes. Mesmo assim, as agitações populares continuavam do lado de fora, pois a população começou a jogar pedras do calçamento no edifício, o que fez com que alguns policiais disparassem tiros a fim de dispersar a multidão. Vários tiros partiram de dentro do prédio atingindo um jovem e um jornalista de 18 anos, chamado Valentino Paulino de Souza, que foi ferido na coxa direita. A multidão se enfureceu ainda mais.

Na tentativa de abrandar os ânimos, soldados do exército içaram a bandeira brasileira no edifício da firma *Teixeira Miranda*, o que segundo o *Jornal Pequeno* teve certa eficácia e nos mostra o caráter xenófobo do movimento, na medida em que o fato da loja ser portuguesa foi levado em conta pelos manifestantes. A ideia de que içando uma bandeira brasileira no estabelecimento português pudesse conter a enfurecida população é bastante significativa. Contudo, pouco tempo depois a multidão seguiu para a fábrica de massas alimentícias *Lasalvia*, que havia sido recentemente comprada pela mesma firma. Chegando na fábrica, invadiram-na e destruíram seu interior. A fim de manter a ordem o delegado do 1º distrito, Alcino de Souza, solicitou reforços.

Aos poucos o movimento se generalizou e os populares atacaram a *Padaria Oriental*, um estabelecimento de secos na rua da Concórdia, a padaria da firma *Albano Ferreira Dias*, no pátio do Terço, onde estragaram alguns utensílios, a *Padaria Palmeira*, na rua Padre Muniz, que teve estrago total, e também a *Fábrica Caxias*. Obseva-se nesse levante uma quantidade considerável de padarias atingidas, o que se deveu ao fato da panificação ter sido historicamente um ramo do comércio de predominância lusitana na cidade. O pânico se espalhava pelo bairro de Santo Antônio, onde se concentrava a maior parte das casas comerciais portuguesas. Um caso que convém salientar, citado pelo *Jornal do Recife*, ocorreu na casa *Affonso Albuquerque*, que hasteou a bandeira brasileira a fim de evitar as depredações, e o mesmo aconteceu com outras casas estrangeiras e que só reitera

o caráter antilusitano do conflito.¹⁷⁴ Diz Paulo Cavalcanti que “*bastava que alguém gritasse: ‘Ali tem casa de galego!’¹⁷⁵, e o povo corria a apedrejá-la*”¹⁷⁶.

É importante ater-se pouco mais ao significado do hasteamento da bandeira brasileira em lojas portuguesas. O Brasil passava recentemente por um momento de mudança. O governo Vargas mostrava sua predileção por uma política nacionalista, que valorizava o trabalhador aqui nascido. Isso não se passava despercebido aos olhos dos que residiam no país. A atitude de se içar um dos símbolos pátrios, representativo da nação brasileira, deixava claro tanto a percepção dos portugueses de que sua nacionalidade não era bem vista aos olhos dos manifestantes, como também que os lusitanos acreditavam que a bandeira brasileira poderia arrefecer os ânimos dos revoltosos. O pavilhão nacional possui um sentido profundo para o povo brasileiro. É necessário compreender que a construção desse símbolo se dá em um momento marcante da história nacional, a proclamação da República. O ato de se hastear uma bandeira traz à tona fortes sentimentos de cunho nacionalista e o desrespeito à flâmula é considerado uma ofensa de grande proporção. Não teria sido por acaso, então, que diversas casas lusitanas tenham tentando passar uma imagem favorável ao Brasil ao içar as bandeiras do país. Ainda que o resultado dessas ações tenham sido nulos, pois em nada influenciaram nas manifestações, não deixa de ser bastante representativo esse tipo de atitude partida dos portugueses. Apesar das tentativas lusitanas de abrandarem o lado português de suas lojas e mostrar-se como brasileiros, o sentimento antilusitano foi mais forte e as casas portuguesas não passaram incólumes.

Na rua das Florentinas, um outro grupo tentou atacar o armazém de estivas da firma *Franco Ferreira*, que estava fechado por conta dos distúrbios, mas foi contido por policiais. Do conflito resultou duas mortes. Ferido por arma branca, como citam os jornais, veio a falecer o calunga do caminhão da própria casa *Franco Ferreira*. Além do popular Augusto Vieira de Mello, encontrado em coma, atingido por um disparo no crânio. Apesar de socorrido e levado ao Hospital Pedro II, a vítima não resistiu aos ferimentos e faleceu pela noite. Vários indivíduos feridos foram recolhidos pela Assistência Pública. E o povo, revoltado, teria estragado por completo os motores dos caminhões da referida firma com pedradas. No mesmo dia várias outras pessoas foram socorridas com ferimentos diversos,

¹⁷⁴ Lamentáveis Sucessos. **Jornal do Recife**. Recife: 9 de abril de 1931. p.2

¹⁷⁵ Os portugueses muitas vezes eram denominados de galegos.

¹⁷⁶ CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: da Coluna Prestes à Queda de Arraes: memórias. 3ª ed. Recife: Editora Guararapes, 1980. P. 102

de pedradas a arma de fogo. Outros estabelecimentos portugueses foram atingidos pela população nos bairros de Santo Antônio e São José. Com isso, o comércio se fechou por completo. Convém ressaltar, que os locais atingidos por esses acontecimentos eram bastante frequentados pela população local, que costumava recorrer ao Mercado de São José, Praça do Mercado e outros espaços no centro da cidade para realizar compras.¹⁷⁷

Na rua da Guia, soldados da polícia enfrentaram um grupo que passava no local. No embate, um sargento feriu com baioneta o operário João José de Mello, que foi levado para o Hospital Pedro II. O sargento foi preso e levado para o quartel do Derby.

Na rua Duque de Caxias a multidão avançou no estabelecimento de ferragens *Armazém do Caboclo*, da firma *Álvares de Carvalho & Cia*, destruindo as vitrines e parte do mostruário, o que foi lamentado pelo *Jornal do Recife* visto que seu dono era tido como um grande amigo de Pernambuco na visão do periódico, que disse:

São muitas as obras de benemerência produzidas por aquele distinto comerciante e capitalista em Recife. As mãos do sr. comendador Álvares de Carvalho sempre estiveram abertas para aqueles que procuram ao sr, quer na sua casa comercial, quer na sua residência. [...]

As suas benemerências se estendem a hospitais, sociedades profanas e corporações religiosas.

Por isso mesmo é que sinceramente lamentamos o que veio a ocorrer no Armazém de Caboclo.¹⁷⁸

A família Álvares de Carvalho possuía uma relação com Pernambuco que precedia os conflitos de 1931. Em 1851, nasceu em Mondim de Basto, pertencente ao Distrito de Vila Real, no norte português, José Augusto Álvares de Carvalho. Aos 14 anos, em 1865, emigrou para o Brasil, onde criou a firma Álvares de Carvalho & Cia. Segundo Borges, “o homem mais rico de Pernambuco no seu tempo”. Casou-se com a brasileira Ana da Conceição Bastos e tiveram vários filhos que seguiram seus negócios. O lusitano, contudo, terminou voltando à Mondim de Basto, sendo administrador do Concelho entre 1906 e 1910, e morrendo em 1915. Sua empresa possuía tamanho porte que segundo Borges, acabavam “indo quase todos os jovens trabalhar para a firma comercial Álvares de Carvalho”¹⁷⁹. Percebe-se que mesmo após o período em que José Augusto esteve à frente

¹⁷⁷ FREYRE, Gilberto. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editôra. 1968.. P. 190

¹⁷⁸ Lamentáveis Sucessos. **Jornal do Recife**. Recife: 9 de abril de 1931. p.1. FUNDAJ.

¹⁷⁹ BORGES, Licínio António Teixeira. **Educação, Sociedade e Desenvolvimento em Mondim de Basto: desde o Marquês de Pombal à transição para a contemporaneidade**. Universidade do Minho: Braga. 1999. (tese de doutorado). P. 41.

da firma esse movimento oriundo de sua cidade natal continuo, segundo apresenta Mendonça.¹⁸⁰

Nascido em 1869, também em Mondim do Basto, Alfredo da Graça Pinto Coelho passou a fazer parte da família Álvares de Carvalho ao casar-se com a filha mais velha de José Augusto e em 1908 emigrou para o Brasil. Chegando no novo país, virou sócio da firma *Álvares de Carvalho & Cia.* Com o advento da I Guerra Mundial, seu estabelecimento de ferragens, o *Armazém Caboclo*, cresceu bastante com a venda de ferragens a grosso e a varejo, garantindo uma boa fortuna, que foi utilizada em atos beneméritos no Recife e em sua cidade natal.¹⁸¹ Restaurou igrejas, levou água encanada para sua vila, fundou a Santa Casa da Misericórdia de Mondim de Basto que funcionou como “*única unidade de saúde no concelho, até à sua oficialização como hospital concelho, em 1976*”.¹⁸² Em Recife, contribuiu bastante com o *Gabinete Português, Clube Português, Real Hospital de Beneficência Portuguesa*, onde foi provedor por mais de vinte anos seguidos, além de ter ajudado outras diversas instituições. Foi também presidente do Banco do Povo e grande benfeitor do Círculo Católico de Pernambuco, inclusive tendo doado em 1931 a nova sede dessa associação religiosa, da qual participavam importantes membros da elite local.¹⁸³ Quando o jornal cita o comendador Álvares de Carvalho o periódico fala sobre Alfredo Álvares de Carvalho Pinto Coelho, que passara a usar o sobrenome do sogro.

Disse o português Antonio Dias, em 1940, que Alfredo era “*a expressão mais completa de benemerência lusitana na cidade de Recife*”, por isso, “*poucas ou talvez nenhuma das sociedades luso-brasileiras se tenham formado nestes últimos anos que não o tenham como sócio benemérito no seu quadro*”. O lusitano continua dizendo que “*uma das faces mais características do seu natural feitio, é a comunicabilidade gentil e afável, que lhe grangeou um prestígio no meio social recifense e no seio do elemento patricio do Estado*”.¹⁸⁴ Fica claro que o comendador Álvares de Carvalho era figura bem quista entre a

¹⁸⁰ MENDONÇA, Luís Carvalheira de. **O empreendedorismo português na cidade do Recife na primeira metade do século XX**. Universidade de Aveiro. 2010 (tese de doutorado). P. 224.

¹⁸¹ BORGES, Licínio António Teixeira. **Educação, Sociedade e Desenvolvimento em Mondim de Basto: desde o Marquês de Pombal à transição para a contemporaneidade**. Universidade do Minho: Braga. 1999. (tese de doutorado). P. 175.

¹⁸² GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita. **Misericórdias do Distrito de Vila Real: Passado, Presente, Futuro**. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real, 1998.p.414.

¹⁸³ RIBEIRO, Manuela Sousa. **Modernidade no Brasil, Igreja Católica, Identidade Nacional Práticas e estratégias intelectuais: 1889 - 1930**. UFPE: 2009. (tese de doutorado). p.148

¹⁸⁴ DIAS, Antônio. **Notas sobre o elemento português no Recife**. 1890- 1940. Recife: Typographia The Propagandist, 1940. P.4. (Convém salientar a importância dessa obra para os estudos sobre os imigrantes

elite local e por isso o *Jornal do Recife* lamentava que o estabelecimento do português tivesse sido atacado.

Na perspectiva do *Jornal Pequeno*, o movimento se alastrou num caráter de franca anarquia. A polícia passou a ser distribuída pela cidade a fim de garantir a segurança. Pátio do Paraíso, praça da Independência e rua das Florentinas foram alguns dos locais onde foram colocados efetivos policiais.

Quando os ânimos estavam se acalmando, o assassinato de um auxiliar de comércio, por um soldado da polícia, trouxe à tona a revolta da população. Por volta das 14:30 do dia 8 de abril de 1931, na rua Duque de Caxias, Severino Baptista da Silva, empregado do *Armazém Avenida*, da firma *Manoel Araújo & Cia*, foi assassinado. A vítima retornava do seu almoço para seu trabalho na av. Marquês de Olinda 143. Ao chegar no *Armazém Avenida*, se deparou com o mesmo fechado, devido aos acontecimentos no centro da cidade. Por conta disto, Severino Silva iniciou sua volta para casa, na rua das Trincheiras. Chegando na rua Duque de Caxias, encontrou policiais fazendo um cordão de isolamento. O *Jornal do Recife* assim narrou o fato:

À esquina da rua Duque de Caxias com Livramento, haviam praças armados a fuzil, de guarda, à firma Alvares Carvalho e Cia.

Severino pediu licença para atravessar, sendo abordado por um policial, que lhe impediu a passagem.

Severino declarou ser um cidadão ordeiro, como provaria com os documentos em seu poder.

Na ocasião, porém, em que procurava retirá-los do bolso do paletó foi alvejado, à queima roupa, pelo soldado aludido que foi preso conforme nota abaixo.

Severino Silva caiu sem vida na calçada do prédio 368 da rua Duque de Caxias.¹⁸⁵

Ao tentar atravessar a rua Duque de Caxias, na esquina com a rua Estreita do Rosário, Severino Baptista da Silva foi avisado por um soldado do 2o Batalhão da Brigada Militar de que não poderia passar pelo local, visto que havia uma barreira feita pelos militares. Não se sabe o motivo, mas o jovem ainda assim tentou atravessar a rua, levando o soldado a atirar no rapaz com um fuzil à queima-roupa. O tiro fatal atingiu seu peito e o braço esquerdo. O soldado teria atirado sob o pretexto de que o auxiliar de comércio pretendia romper o cordão de isolamento estabelecido no local e, então, o recruta foi imediatamente desarmado e enviado para a Brigada Militar.

portugueses no estado, bem como a economia recifense no período. Foi encontrado um exemplar desse livro, muito bem conservado, no Gabinete Português de Leitura de Pernambuco) GPL-PE.

¹⁸⁵ Lamentáveis Sucessos. **Jornal do Recife**. Recife: 9 de abril de 1931. p.1 FUNDAJ.

Um tumulto começou com enfrentamento em torno do cadáver. Diante do ocorrido, a população se exaltou, tendo sido necessária a atuação do Exército e da Polícia. Com ânimos reacendidos, o povo, então, exigiu levar o corpo para o necrotério, no que foi providenciado um caixão e uma carreta. Em procissão, a população encaminhou-se ao destino passando pela rua Duque de Caxias, praça da Independência, e ruas Joaquim Távora e Imperador. Ao final desta rua, o povo exigiu passar com o caixão na frente do Palácio do Governo e foi impedido pela polícia presente no local. Com a intervenção do capitão Paulo Pontes Pessoa, os populares modificaram o trajeto e passaram pelo Palácio da Justiça em direção ao necrotério.

Convém perceber o simbolismo desse cortejo fúnebre, uma tradição social que ultrapassa gerações. Tais desfiles com o corpo do falecido não raramente estiveram associados com protestos populares ao longo da história do Brasil. Como diz João José Reis, “*a produção fúnebre interessava sobretudo aos vivos, que por meio dela expressavam suas inquietações e procuravam dissipar suas angústias*”¹⁸⁶. Neste caso, o cortejo do corpo foi bandeira de revolta da população.

O comércio se fechou por completo e somente pela tarde alguns bares, farmácias e mercearias se abriram. A polícia do 1º distrito, então, fechou cafés e pensões situados nos arredores afim de proibir possíveis reuniões de revoltosos e, pela noite, as ruas já se encontravam mais calmas, porém com pouco movimento por elas, mas com os bondes e cinemas funcionando

No momento dos ocorridos, o interventor federal Carlos de Lima Cavalcanti, se encontrava em sua propriedade na Ilha de Flores, no município de Cortês, a 86 quilômetros da capital pernambucana. Chegando em Recife por volta das seis horas da tarde, o interventor se encaminhou ao Palácio do Governo e convocou uma reunião para tomar medidas sobre os acontecimentos no centro da cidade. A primeira medida tomada foi recolher a polícia e exército distribuídos na cidade. Após isso o delegado geral Carlos Romero foi designado para abrir inquérito a fim de averiguar as ocorrências. Por fim, foi redigido uma nota oficial para ser enviada para a imprensa. Ao final da noite, cerca de 50 pessoas tinham sido presas para interrogatório.

Os jornais do dia 9 publicaram algumas notas sobre o ocorrido. Disse a Delegacia Geral da Polícia que:

¹⁸⁶ REIS, João José. **A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das letras, 1991. P. 138.

O lamentável incidente de ontem, que surpreendeu a culta população dessa cidade, paralisando durante algumas horas a vida comercial e o trânsito em algumas ruas mais centrais, já está encerrado sem maiores consequências.

A Delegacia Geral da Polícia tendo tomado as providências necessárias para garantia da tranquilidade pública, permanece a postos com todas as suas autoridades e aconselha a população a manter-se calma e confiante na ação da Polícia, evitando aglomerações, afim de facilitar a missão de paz e o serviço de vigilância daquelas autoridades.

O Delegado Geral de Polícia designou o dr. Alcino de Carvalho e Souza, delegado do 1º Distrito, para presidir o inquérito sobre as ocorrências de ontem, o que será feito desde já.

Esta Delegacia Geral assegura ao povo desta Capital que as medidas tomadas são suficientes para a volta da tranquilidade pública, confiando que todas as pessoas ordeiras voltarão ao seu labor diário, absolutamente certas de que o podem fazer com a maior segurança.¹⁸⁷

Em nota do Governo, o conflito foi descrito como “*um incidente pessoal que tomou o caráter imprevisto e violento de exaltação jacobinista*”¹⁸⁸ e que:

O incidente de ontem não se teria verificado se as pessoas que se julgaram prejudicadas com a atitude da firma Teixeira Miranda & Cia, houvessem procurado o órgão competente do poder público para fazer cumprir a lei sobre a percentagem de empregados estrangeiros e nacionais nas casas de comércio. Certamente o Governo faria cumprir a lei, afastando os motivos de desinteligência e exacerbação entre as partes desavindas

A natureza pessoal do incidente, mesmo diante da exaltação nacionalista produzida entre as pessoas diretamente envolvidas no caso, não deveria ter a extensão a que atingindo elemento altamente representativos do comércio e da colônia portuguesa domiciliada nesta cidade, onde brasileiros e lusitanos se entrelaçam profundamente, por vínculos de sangue, comunhão de interesses respeitáveis e tradições de velha e inquebrantável amizade.¹⁸⁹

Ambas notas criticavam os movimentos ocorridos no dia anterior e tentavam acalmar a população, além do Governo ressaltar os laços entre portugueses e brasileiros. O *Jornal Pequeno* do dia anterior fez questão de frisar que:

O movimento que hoje se registou na cidade, não teve como fim o saque à propriedade alheia, mas unicamente uma represália à atitude da firma Teixeira Miranda.

Tanto assim que, em todas as casas comerciais onde esteve o povo, apenas se registaram depredações, não conduzindo a multidão mercadorias ou outras quaisquer coisas.¹⁹⁰

¹⁸⁷ Os Acontecimentos de Hontem na Cidade. **Jornal Pequeno**. Recife: 9 de abril de 1931. p.1. FUNDAJ.

¹⁸⁸ Os Acontecimentos de Hontem na Cidade. **Jornal Pequeno**. Recife: 9 de abril de 1931. p.1. FUNDAJ.

¹⁸⁹ Os Acontecimentos de Hontem na Cidade. **Jornal Pequeno**. Recife: 9 de abril de 1931. p.1. FUNDAJ.

¹⁹⁰ Os Acontecimentos de Hontem na Cidade. **Jornal Pequeno**. Recife: 9 de abril de 1931. p.1. FUNDAJ.

No dia 9 o *Jornal Pequeno* continuou expondo sua visão do ocorrido, segundo a qual o conflito “*nasceu da irreflexão de um comerciante estrangeiro que não compreendeu ou não quis compreender a gravidade da atitude que vinha tomando contra o seus auxiliares brasileiros, ingrátíssima atitude, que culminou numa frase insultuosa para a nossa gente.*”. Descrito como espontâneo e de caráter exclusivamente nativista, o movimento:

Teria se excedido, na depredação de propriedades do estrangeiro que abusara de nossa hospitalidade. Mas, não houve saque, nem atentados à vida dos que se acham à sombra de nossas leis.

Agora, o que é para lamentar, merecendo mesmo censura, é não ter o movimento ficado circunscrito às manifestações contra o seu ou seus provocadores, os sócios da firma Teixeira Miranda.

O ataque a outras casas comerciais não se justifica. Ai, já não dominava o mesmo espírito de nativismo dos primeiros momentos. Era a anarquia, que se devia reprimir como se reprimiu.¹⁹¹

E o *Jornal Pequeno* continua:

Precisamos não esquecer que aos portugueses somos unidos por laços indestrutíveis: a língua, a raça, e afinidades outras poderosas. Os portugueses trazem-nos o concurso de seu trabalho, cooperando para o nosso progresso, para a nossa riqueza. Convivendo conosco, fraternamente tem compartilhado de nossas alegrias com de nossos pesares.

Como responsabilizar, pois, todos eles, pela inadvertência, irreflexão ou mesmo má ação de um patrício? Ou de dois ou três componentes de uma firma, como no caso em foco?¹⁹²

Na continuação o *Jornal Pequeno* pede que se esqueçam os acontecimentos passados que que os brasileiros continuem amigos dos portugueses. “*Temos, aliás, a certeza de que a estas horas o coração do pernambucano bate ao lado do coração português, unidos pelos mesmos sentimentos de harmonia, de estima, de simpatia.*”¹⁹³ E conclui a matéria dizendo que “*não seria a insensatez de um homem que viesse abalar essa tradicional amizade que nos liga ao nobre povo irmão.*”¹⁹⁴ O *Jornal Pequeno*, apesar de acusar a firma *Teixeira Miranda* de ser a responsável pelos ocorridos, discordava veementemente dos desdobramentos no centro da cidade. Observava como injustificável o ataque às lojas dos portugueses, que não a dos responsáveis da referida firma. Deste modo,

¹⁹¹ Os Acontecimentos de Hontem na Cidade. **Jornal Pequeno**. Recife: 9 de abril de 1931. p.1. FUNDAJ.

¹⁹² Os Acontecimentos de Hontem na Cidade. **Jornal Pequeno**. Recife: 9 de abril de 1931. p.1. FUNDAJ.

¹⁹³ Os Acontecimentos de Hontem na Cidade. **Jornal Pequeno**. Recife: 9 de abril de 1931. p.1. FUNDAJ.

¹⁹⁴ Os Acontecimentos de Hontem na Cidade. **Jornal Pequeno**. Recife: 9 de abril de 1931. p.1. FUNDAJ.

o *Jornal Pequeno* condenava que um caso isolado tivesse se transformado em manifestação antilusitana generalizada.

Buscando saber a versão dos sócios da *Teixeira Miranda*, o *Diário de Pernambuco* conversou com José Frazão Teixeira, que acompanhado do sócio José Ferreira Miranda, deu declarações à imprensa. Fica claro, de antemão, que os portugueses procuraram se esquivar de qualquer culpa com relação aos conflitos existentes. A matéria se inicia com uma explicação, na perspectiva dos lusitanos, de todo o processo que levou ao início do conflito. A firma *Teixeira Miranda & Cia* era proprietária de um estabelecimento de torrefação de café, um de fabricação de sacos de papel e outro de macarrão. Esta seção de fabrico de macarrão havia sido adquirida em Fevereiro de 1931 das mãos da firma *Antônio Lasalvia & Cia*, antiga dona da fábrica “*Nacional*”, do ramo de massas e panificação, este último, seara de grande presença portuguesa no estado. Contudo, ao adquirir a fábrica “*Nacional*”, não interessava à *Teixeira Miranda* a seção de panificação, visto que os próprios já possuíam um estabelecimento nesse setor. Segundo os portugueses, tal seção teria sido encerrada ainda no controle da antiga firma e teria gerado naturais dispensas de empregados daquele setor. Demissões essas restritas ao pessoal diarista. A dispensa foi extensiva apenas ao pessoal diarista que trabalhava na seção de panificação, contudo todos os auxiliares do escritório, distribuição e balcão, do referido setor, teriam sido aproveitados pelos novos donos e com aumento salarial. Os portugueses ainda afirmaram que esses auxiliares, temerosos de serem demitidos pela nova administração, foram aproveitados para a intensificação do serviço de distribuição pela zona suburbana da cidade, que passou de ser duas vezes na semana para três.

Frazão Teixeira e Ferreira Miranda acreditavam em dois principais fatores que puderam ter sido a causa do ódio recaído sobre sua firma. Uma possibilidade se dava pelo fato de que, em meio à concretização dos negócios, já havia um funcionário da nova firma realizando ajustes dentro do estabelecimento a ser adquirido, isso, na visão dos lusitanos, pode ter ocasionado a visão de que os novos donos teriam sido responsáveis pelas demissões no setor da panificação da fábrica “*Nacional*”, o que os portugueses creditavam aos antigos donos. Um outro fator aventado pelos portugueses foi que entre os funcionários da antiga fábrica aproveitados, havia um antigo auxiliar da firma *Teixeira Miranda & Cia*. Esse, apesar de ter recebido um aumento salarial como os outros, teria ficado insatisfeito e cobrado um ordenado ainda maior. Como não foi do interesse dos novos empregadores conceder o segundo aumento, o funcionário foi dispensado. Os

portugueses frisaram, entretanto, que não houve nenhuma discussão com este auxiliar demitido que pudesse suscitar os “*boatos aleivosos*” que correram pela cidade e que, segundo os lusitanos, o próprio funcionário dispensado era “*o primeiro a protestar*”. Somente este auxiliar e os diaristas da panificação foram demitidos e “*dentro da melhor cordialidade*”, segundo os novo empregadores, que atribuíram a essas dispensas a “*campanha de odiosidade*” sofrida pela firma. Na matéria publicada pelo *Diário de Pernambuco*, os portugueses destacam que havia cerca de 8 dias que eles estavam advertidos dessa campanha, o que motivara a publicação dias atrás de uma matéria contendo explicações da firma a fim de desfazer os boatos. Contudo,

Nos últimos dias todos os empregados de nossa firma, brasileiros ou portugueses, vinham sendo alvo de humilhações, principalmente os encarregados da distribuição, ouvindo todos eles, porém, sempre, dos chefes, a palavra de prudência e de calma, dada a delicadeza do assunto. Pode assegurar que nenhuma alteração se verificou ontem no balcão do nosso estabelecimento, por segundo as notícias correntes, esta teria se dado com um dos sócios, o que absolutamente não aconteceu.

Quanto aos disparos, que se fizeram do interior do estabelecimento nada mais foi do que a ação da polícia que então já procurava reprimir depredações.¹⁹⁵

Em suas declarações é possível perceber que os portugueses viam a lusofobia como algo presente nesses protestos. Para além disso, no entanto, houve uma esquivia de qualquer responsabilidade pelos eventos. Segundo os lusitanos todas as demissões foram justas e cordiais, não houve embate entre algum dos sócios e um cliente, não houve disparos do interior do estabelecimento que não tivessem sido efetuados pela ação da polícia. Além do mais, os portugueses se veem como injustas vítimas de uma campanha odiosa que levou empregados brasileiros e portugueses da firma a sofrerem humilhações. Com o passar do tempo, é difícil fazer algum julgamento sobre a veracidade dessas afirmações e conferi-las com outros documentos. No fim das contas, as causas do evento se perdem em várias versões, mas todas pontuando um embate entre brasileiros e portugueses. Não foi à toa que os sócios da *Teixeira Miranda & Cia* terminaram a matéria enfatizando o lado brasileiro dessa firma portuguesa. Diziam eles que entre ambos sócios estavam casados e com filhos brasileiros, nascidos em Pernambuco. Salientavam ainda que os lucros da empresa eram empregados em melhoramentos da mesma, ou seja, não havia remessa de lucros para Portugal, reiterando a ideia de que a firma estava focada no Brasil. Os donos ainda fizeram a declaração do quantitativo de empregados pela firma, distinguindo a nacionalidade. Segundo consta na matéria, havia 80 empregados no total,

¹⁹⁵ Os Factos de Hontem. *Diário de Pernambuco*. Recife: 9 de abril de 1931. p.3. FUNDAJ.

sendo 10 portugueses. Em nota dada dois dias depois, contudo, esse número aparece como 87 empregados no total, dos quais 17 eram portugueses, o que comentaremos mais na frente.

Os sócios da *Teixeira Miranda & Cia*, concluindo, declararam que não cogitavam indenização alguma diante dos prejuízos causados pelas depredações, não querendo, os sócios, agirem contra quem quer que fosse. Almejavam, entretanto, que o público os jugasse pesando os prós e contras e percebessem a suposta injustiça na qual o povo teria caído enganado, diante das vozes dos detratores dos portugueses. Finalizam, então, afirmando que:

Velhos amigos do Brasil trabalhando nesta terra há tantos anos, de colaboração com os brasileiros, com família brasileira e todos os bens no Brasil, só a maldade nos poderá atribuir qualquer propósito contra o elemento nacional que conosco colabora na melhor harmonia.¹⁹⁶

Na nota pronunciada por José Frazão Teixeira ao *Diário de Pernambuco* o português buscou desqualificar todas críticas feitas à sua firma tanto no que concerne ao privilégio ao trabalhador português quando no que tange às supostas demissões injustificadas. Os sócios procuraram enfatizar os laços históricos entre lusitanos e brasileiros, o que deixa uma vez mais claro como a lusofobia foi aspecto fundamental para a compreensão desses conflitos. Contudo, toda a explicação não foi o bastante, pois os eventos continuaram.

No dia 9 de abril, as casas comerciais abriram normalmente. Os estabelecimentos que sofreram depredação no dia anterior estavam vigiados pela polícia civil. Por volta das 10 da manhã grupos começaram a se formar novamente na rua Direita, em frente aos estabelecimentos da firma *Teixeira Miranda* e no largo do Mercado. E novamente se entoaram os gritos contrários aos portugueses. Apesar de advertidos para se dispersarem, pelo comissário Barros Lins, a multidão avançou. Invadiram novamente o *Café Guanabara* depredando-o e retirando mercadorias, o que contrastou com a visão inicial do *Jornal Pequeno* de que não havia furtos. Após repressão policial, foram em direção ao pátio do Mercado, onde depredaram o *Armazém Alvorada*. O pânico foi se espalhando pelas ruas do centro da cidade, levando o comércio a fechar suas portas outra vez. Paulo Cavalcanti cita que via-se a polícia fugindo da ira popular, que só cessou com o reforço de tropas da brigada militar e exército. Exército esse que pouco tempo atrás já havia sido mobilizado

¹⁹⁶ Os Factos de Hontem. **Diário de Pernambuco**. Recife: 9 de abril de 1931. p.3. FUNDAJ.

nos sangrentos conflitos que ocorreram no golpe de 1930. Diz Michel Zaidan que o governo de Cavalcanti foi caracterizado “*por um misto de inovação administrativa e repressão política aos movimentos sociais*”, além de uma “*recorrente instabilidade política*”.¹⁹⁷ Deve-se, então, compreender a atuação enérgica das forças governamentais às luzes das palavras do historiador. O movimento de 1930, recentemente alçado ao poder, não poderia se dar ao luxo de, terminado o conflito que os levou ao governo, ver em plena capital recifense distúrbios incontrolados. Os conflitos atingiram o centro comercial do Recife, afetando o cotidiano local.

Mais policiais foram enviados pelo Delegado geral, quando a população já praticava depredações em alguns compartimentos do interior do Mercado de São José, que foi imediatamente fechado. O movimento se espalhou pela rua da Penha, pátio do Carmo, rua da Praia e rua do Rangel, apedrejando estabelecimentos portugueses por onde passavam. Na rua da Praia atingiram o *Café São João* e a mercearia do português Domingos Dias da Costa.

Passada uma hora da tarde, os motins continuavam e o governo mandou reforçar o policiamento, que prendeu inúmeros exaltados que insistiam em ficar estacionados na frente de estabelecimentos portugueses. Foi também à tarde que aconteceu o enterro de Severino Baptista da Silva, empregado do *Armazém Avenida*, da firma *Manoel Araújo & Cia*, assassinado no dia anterior. Muitas pessoas estavam presentes no funeral, que fora totalmente custeado pelo Estado, à mando do Interventor Federal. Paulo Cavalcanti, que acompanhou o cortejo fúnebre, disse ter testemunhado a exaltação do povo, que em grande multidão, “*o levou [Severino Baptista] ao cemitério, com gritos de ‘Abaixo os portugueses!’ e ‘Fora com os galegos!’*”.¹⁹⁸

Por volta das três horas da tarde, o evento foi muito além do centro da cidade, tendo uma padaria sido depredada na estrada dos Remédios, no bairro de Afogados. Avisada, a polícia do 3º distrito pôs fim às depredações e prendeu os suspeitos em fuga. Às 16 horas a polícia conseguiu normalizar os motins pela cidade.

Na tarde do dia 9, ocorreu ainda uma reunião na *Associação Comercial* tendo como pauta principal os recentes acontecimentos. Em discurso de Camucé Granja foram criticadas as atitudes de depredação e ficou deliberada uma comissão a fim de expor a

¹⁹⁷ ZAIDAN, Michel. “*Tradição Oligárquica e Mudança*”. In: **Revista Tempo Histórico**, Vol. 1, No 1. 2005. P. 3.

¹⁹⁸ CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: da Coluna Prestes à Queda de Arraes: memórias. 3ª ed. Recife: Editora Guararapes, 1980. P. 102

situação ao interventor federal Carlos de Lima Cavalcanti. O interventor teria recebido a comissão e se solidarizado com a mesma, afirmando já ter tomado providências sobre o caso. E ao final do dia já não havia mais conflitos na cidade.

O evento repercutiu em jornais pelo Brasil. Na *Folha da Manhã*, de São Paulo, do dia 10 de abril, foi publicada a matéria “*Entre portugueses e brasileiros, houve hontem, sérias divergências em Recife*”¹⁹⁹. Nesta, foi impresso o telegrama enviado pelo interventor Carlos de Lima Cavalcanti ao ministro da justiça Oswaldo Aranha no qual explicava os acontecimentos em Recife, além de um resumo dos ocorridos. Já na matéria de 11 de abril, intitulada “*Contra as arruaças em Recife*”²⁰⁰, publicou-se a nota da Interventoria do Estado que ameaçava os revoltosos com ordens de se enviar os manifestantes para o presídio de Fernando de Noronha. Já na *Folha da Noite*, foi impressa na capa do dia 9 de abril a matéria “*Uma explosão jacobina em Pernambuco*”²⁰¹ com o subtítulo “*O povo depreda as casas commerciaes portuguesas – houve um violento choque com os populares de que resultaram mortos e feridos*”, nesta foi divulgada o telegrama do interventor pernambucano.

No jornal carioca *A Batalha*, do dia 9 de abril, foi publicada, na segunda página, uma matéria intitulada “*Uma pequena arruaça em Recife causou pânico na cidade*”²⁰², que sintetizava em poucas linhas os acontecimentos do dia anterior. Já no jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, foi publicada uma matéria na terceira página do dia 9 de abril, intitulada “*Grave conflito em Recife*”²⁰³, com a publicação do telegrama enviado à Oswaldo Aranha. *A Batalha* também publicou o telegrama, mas em matéria do dia 10 de abril, impressa na terceira página, intitulada “*Empregados brasileiros despedidos, em Recife, em luta com patrões portugueses*”²⁰⁴.

No dia 10 de abril, os jornais locais mais uma vez vieram com notas e editoriais afirmando a posição de cada um dos periódicos acerca dos eventos ocorridos. O *Jornal*

¹⁹⁹ Entre portugueses e brasileiros, houve hontem, sérias divergências em Recife. **Folha da Manhã**. São Paulo: 10 de abril de 1931. P.2 HDB. Disponível em <http://www.hemerotecadigital.bn.br/>

²⁰⁰ “Contra as arruaças em Recife. **Folha da Manhã**. São Paulo: 11 de abril de 1931. P.2. HDB. Disponível em <http://www.hemerotecadigital.bn.br/>

²⁰¹ Uma explosão jacobina em Pernambuco. **Folha da Noite**. São Paulo: 9 de abril de 1931. P.2. HDB. Disponível em <http://www.hemerotecadigital.bn.br/>

²⁰² Uma pequena arruaça em Recife causou pânico na cidade. **A Batalha**. Rio de Janeiro: 9 de abril de 1931. P.2 HDB. Disponível em <http://www.hemerotecadigital.bn.br/>

²⁰³ Grave conflito em Recife. **A Noite**. Rio de Janeiro. 9 de abril de 1931. P.3. HDB. Disponível em <http://www.hemerotecadigital.bn.br/>

²⁰⁴ Empregados brasileiros despedidos, em Recife, em luta com patrões portugueses. **A Batalha**. Rio de Janeiro: 9 de abril de 1931. P.3

Pequeno continuava tratando sobre os acontecimentos dos dias 8 e 9 e publicou uma nota oficial da interventoria que afirmava que o movimento “*estava degenerando em franca anarquia que se precisava conter, fosse como fosse. A sua causa primitiva já havia, aliás, desaparecido.*”²⁰⁵ Segundo a nota, nesses eventos:

não participou o legítimo povo pernambucano, tão cioso dos seus sentimentos cívicos quanto tão generoso principalmente ao que diz respeito aos seus deveres de hospitalidade.

O português, repetamos mais uma vez é nosso amigo lealdoso. A sua colaboração no desenvolvimento de nossas riquezas, no nosso progresso, é valiosíssima.

Saibamos corresponder à sincera amizade desse povo irmão. E continuemos a ter o seu concurso como fator indispensável à nossa grandeza.²⁰⁶

O Governo do Estado ainda ameaçava os revoltosos dizendo que o Interventor Federal estaria autorizado a transportar para o presídio de Fernando de Noronha os responsáveis pelas manifestações, além daqueles que continuassem as “*arruaças*”.²⁰⁷

No editorial intitulado “*Sejamos Justos*”²⁰⁸ o *Diário de Pernambuco* diz:

[...]Verificado aliás, à toda evidência que as acusações levantadas contra os srs. Teixeira Miranda & Cia, velhos amigos de Pernambuco, eram inteiramente aleivasas, sente-se que havia nisso apenas um capcioso pretexto para excitar o ânimo popular, com objetivos que não devem mais escapar à observação e ao zelo das autoridades responsáveis pela ordem pública.

Viu-se bem o que houve de caviloso e postiço no falso melindre nativista ataçado contra a laboriosa colônia portuguesa aqui domiciliada, e por todos os títulos, muito mais útil à nossa terra e muito mais amiga do país, do que os seus graciosos detratores.

O editorial segue elogiando a comunidade portuguesa em Recife pela solidariedade nas horas difíceis e pelas instituições de beneficência como o “*Hospital Infantil da Jaqueira, onde tantos filhinhos do povo recebem a mais desvelada assistência*”. Não haveria razão para inimizades, pois os portugueses “*colaboraram, pelo trabalho e esforço honesto, no progresso de Pernambuco.*”. Segundo o *Diário*, o povo estava ciente disto e por isso teriam ocorrido protestos no dia 9, contrários à conduta da parcela da população que depredava os estabelecimentos portugueses. Por fim, o jornal disse que “*o tempo do jacobinismo mesquinho e sem horizontes passou, como pura expressão de atraso e ignorância*” e desse modo, “*já o entende, entre nós, para honra do nome de Pernambuco,*

²⁰⁵ Os acontecimentos de ontem e ante-hontem. **Jornal Pequeno**. Recife: 10 de abril de 1931. p.2. FUNDAJ.

²⁰⁶ Os acontecimentos de ontem e ante-hontem. **Jornal Pequeno**. Recife: 10 de abril de 1931. p.2. FUNDAJ.

²⁰⁷ O Governo do Estado e os últimos acontecimentos: nota oficial. **Diário de Pernambuco**. Recife: 10 de abril de 1931. p.1. FUNDAJ.

²⁰⁸ Sejamos Justos. **Diário de Pernambuco**. Recife: 10 de abril de 1931. P.1 FUNDAJ.

o verdadeiro povo, que não pode ser confundido com os elementos irrefletidos que andaram nos dois últimos dias a perturbar a vida da cidade, sem motivo justo, nem vantagem para ninguém.”.²⁰⁹ Percebe-se a imprensa e intelectuais se solidarizando com os portugueses. Vale salientar, como o faz Levine, que a elite urbana nesse período era formada por famílias rurais, comerciantes e banqueiros, muitos dos quais estrangeiros, onde se encaixam os lusitanos²¹⁰. Observa-se que foi nas classes sociais menos privilegiadas onde reafiorou-se o sentimento antilusitano. Não é difícil de compreender, visto que eram esses trabalhadores brasileiros, empregados em ofícios menos especializados e com salários menores, que disputavam as poucas ofertas com os imigrantes, muitas vezes sendo preteridos.

Ainda no dia 9, o Jornal do Recife se expressava dizendo que:

O Brasil é amigo-irmão de Portugal: são dois países que sempre viveram unidos por laços indestrutíveis de verdadeiras estima e cordialidade, não se compreendendo que elementos a ambos pertencentes se choquem, refletindo esse atrito sobre os dois povos.

Portugueses e brasileiros sempre se confraternizaram, sempre sentiram juntos as alegrias e as dores. Não é um, são dois; não são cem e nem são duzentos ou quinhentos naturais do velho Reino que são casados com patrícias nossa e têm filhos que nasceram debaixo do auriverde pendão de nossa soberania.

Esse é um dos pontos que não devemos e nem podemos esquecer: não somos um povo sem civilização e nem ingrato que exporíamos as nossas próprias patrícias a vexames que não se justificam.²¹¹

Todas as notas compartilhavam o mesmo sentimento de unidade de laços com os portugueses. Apoiando-se em vínculos históricos e na forte presença da comunidade portuguesa local, as notas criticavam todos os ocorridos e exaltavam os lusitanos.

Neste dia 10, na capa do Jornal Pequeno, o intelectual, jornalista, político, historiador e advogado Mário Melo²¹² publicou um artigo intitulado “Protesto!”. Segundo

²⁰⁹ Sejam os Justos. **Diário de Pernambuco**. Recife: 10 de abril de 1931. P.1 FUNDAJ.

²¹⁰ LEVINE, Robert M. **A velha usina: Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980. P.100

²¹¹ Lamentáveis Sucessos. **Jornal do Recife**. Recife: 9 de abril de 1931. p.1 FUNDAJ.

²¹² Mário Melo foi um homem de múltiplas virtudes. Foi poeta, músico, advogado, professor, filólogo, tupinólogo, historiador e, sobretudo, jornalista. Este intelectual foi membro efetivo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano por 50 anos, entre 1909 e 1959, tendo sido inclusive presidente da instituição. Ao longo desse período escreveu vários livros, entre os quais, *A Maçonaria e a Revolução de 1817* (1912), *Frei Caneca* (1933), *Aspectos da história* (1935), *Elementos da história do Brasil* (1936) e *A Guerra dos Mascates* (1941). Neste último, intitulado “A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista” o conflito é bastante analisado pelo autor, que o considerava como o primeiro “grito de independência” do Brasil. GASPAREL, Lúcia. Mário Melo. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 8 fev 2014. Mário Melo e o Instituto Arqueológico. Disponível em: www.cepe.com.br/lojacepe/index.php/livros/a-guerra-dos-mascates-como-afirmacao-o-nacionalista.html. Acesso em: 9 fev 2014.

ele, um amigo seu português, teria atribuído ao jornalista uma parte de responsabilidade nos eventos recentes, “*quicá autoria intelectual, nos desmandos da populaça nestes últimos dias*”.²¹³ Essa seria a opinião de parte da colônia portuguesa no Recife, segundo o amigo lusitano. Assim, Mário Melo escreveu seu protesto contra a opinião dessa parte da comunidade e também contra as atitudes dos revoltosos. Segundo ele:

Sou nacionalista, sim: não jacobino. Meu nacionalismo é construtor. Quero a grandeza da minha terra mas reconheço que, para tê-la a necessidade da colaboração de todos que honestamente trabalham, senão pelo Brasil, ao menos no Brasil.

E o português tem sido grande parte da massa com que se tem fundido e ainda se funde a nossa nacionalidade.²¹⁴

A fim de ressaltar que ele não possuía nenhum problema com a comunidade portuguesa, disse Mário Melo

Se eu tivesse qualquer animosidade contra a colônia e quisesse explorar o nativismo ou o jacobinismo dos meus compatriotas, teria tomado outra atitude no caso do aviador Sarmiento de Beires²¹⁵ – um mal educado que recebemos de braços abertos e que só serviu para envergonhar os portugueses dignos.

E poderia tê-lo feito no momento, ante as demonstrações de solidariedade dos meus patrícios. Compreendi, porém, que a colônia não era responsável pelos atos daquele indesejável e que os reprovava – como de público reprovou com a manifestação de que fui alvo – e mantive-me em reserva, *justamente para evitar os excessos a que infelizmente estamos assistindo*.²¹⁶ (grifo nosso)

O grifo salienta a visão do jornalista de que os excessos para com os portugueses podiam ocorrer alguns anos antes, como se estivesse em estado de latência o sentimento antilusitano. Mário Melo encerrou seu protesto dizendo que, como nativista, reprovava o vandalismo que se viu na cidade nos dias anteriores e também lamentava que houvesse na

²¹³ MELO, Mário. “Protesto!”. **Jornal Pequeno**. Recife: 10 de abril de 1931. P.1 FUNDAJ.

²¹⁴ MELO, Mário. “Protesto!”. **Jornal Pequeno**. Recife: 10 de abril de 1931. P.1 FUNDAJ.

²¹⁵ José Manuel Sarmiento de Beires foi um aviador português que em 1927 fez a travessia aérea noturna do Atlântico Sul à bordo do seu hidroavião Argos. Em seu diário, Sarmiento de Beires afirma ter recebido Mário Melo em Fernando de Noronha como repórter do Diário de Pernambuco, e que esse deveria acompanhá-lo no trecho entre a ilha pernambucana e Recife. Segundo o aviador “*desde o início, Mário Melo, inquieto, esquecido das ordens que recebera, subordinando-as apenas às exigências da reportagem, com uma inconsciência de criança de peito, outorgou-se liberdades de imperador a bordo de um transatlântico. Por várias vezes, furioso, informado por Gouveia, que não conseguia domar o desassossego do jornalista, pensei em amarrar, expulsá-lo de bordo. Toda a minha atenção se concentrava no compartimento de ré, onde o repórter, ali mandado instalar com a recomendação expressa de se conservar tranquilo, abria a escotilha, deixava fugir os óculos, fechava a escotilha para abrir as vigias, saía do seu lugar para o compartimento dos tanques, aflorava a cabeça com seu panamá em riscos de ir partir a hélice posterior*”. Mário Melo e Sarmiento de Beires acabaram trocando acusações sobre a conduta no avião nos periódicos *Jornal do Comércio* e *Diário de Pernambuco*. “MORUJÃO, Isabel. “Asas que naufragam: narrativa de viagens aéreas em Portugal na obra de Sarmiento de Beires” In: MORUJÃO, Isabel; SANTOS, Zulmira(cords). **Literatura culta e popular em Portugal e no Brasil. Homenagem a Arnaldo Saraiva**. Porto: CITCEM. 2011. p.398

²¹⁶ MELO, Mário. “Protesto!”. **Jornal Pequeno**. Recife: 10 de abril de 1931. P.1. FUNDAJ

comunidade portuguesas pessoas que atribuíssem a ele solidariedade aos atos perpetrados pela população.

No entanto, a nota mais importante e que talvez pudesse ter evitado o confronto, somente foi publicada no dia 11 de abril. Nesta, que fora prometida pela firma Teixeira Miranda & Cia desde o dia 5 do mesmo mês, se expõe uma lista constando todos os empregados da casa portuguesa e suas respectivas funções. A nota endereçada ao público foi impressa nos periódicos locais. Segue a mesma:

Já são de todos conhecidos os acontecimentos que se desenrolaram ontem e anteontem nesta cidade, onde se espalhou a falsa versão de que teríamos sido os provocadores das hostilidades de que foram vítimas alguns estabelecimentos portugueses.

E assim que rancorosos inimigos movidos por competições de interesse comercial, de há muitos dias, nos vinham movendo uma violenta campanha, procurando nos afastar e incompatibilizar com aquilo que justamente mais procuramos e mais nos interessa e que é o acolhimento e a simpatia da população pernambucana.

São duas as insidiosas acusações que nos fizeram: que tínhamos proferido uma frase injuriosa aos respeitáveis melindres brasileiros, que tínhamos despedido da nossa casa todos os empregados brasileiros.

Afirmamos, sob a nossa palavra de honra, que as denúncias acima são uma revoltante falsidade. Quanto à primeira não fazemos a prova da sua inexatidão, porque nos é impossível provar aquilo que não fizemos. Resta-nos apelar nesta emergência para todos aqueles que nos conhecem e sabem, de antemão, pela nossa conduta moderada de sempre que somos incapazes por índole de qualquer gesto de agressão e insensatez. E relativamente à segunda imputação, publicamos o quadro abaixo por onde se verificou que de oitenta empregados que possui a nossa casa, onze apenas são portugueses.

SEÇÃO DE EMBALAGEM

- 1 – Abdorá Silva – Brasileiro
- 2 – Antonio Juventino – Brasileiro
- 3 – Abílio da Costa – Português
- 4 – Adriano Carmo – Brasileiro
- 5 – Arlindo Azevedo – Brasileiro
- 6 – Arnaldo Souza – Brasileiro
- 7 – Abelardo – Brasileiro
- 8 – Aguinaldo Oliveira – Brasileiro
- 9 – Ambrosina – Brasileira
- 10 – Devusio Vidal Negreiros – Brasileiro
- 11 – Eusébio Lima – Brasileiro
- 12 – Francisco Pedrosa – Brasileiro
- 13 – Fernando – Brasileiro
- 14 – João Francisco – Brasileiro
- 15 – José Accioly – Brasileiro
- 16 – José Juventino - - Brasileiro
- 17 – José Ferreira da Costa – Português
- 18 – Joana - - Brasileira
- 19 – Henrique Gonçalves – Português
- 20 – Henrique Guilherme – Brasileiro
- 21 – Maria do Ó – Brasileira
- 22 – Maria das Dores – Brasileira
- 23 – Maria dos Anjos – Brasileira
- 24 – Maria Juvencia – Brasileira
- 25 – Manoel Vieira – Brasileiro

- 26 – Rosa Maria – Brasileira
27 – Severina das Dores – Brasileira

SEÇÃO DE SACOS DE PAPEL

- 28 – Antonio Silva – Brasileiro
29 – E. Barros – Brasileiro
30 – Euclides Silva – Brasileiro
31 – Gervásio Amaral – Brasileiro
32 – José Miguel – Brasileiro
33 – José Elias – Brasileiro
34 – Manoel das Neves – Brasileiro
35 – Manoel Ferreira – Brasileiro
36 – Manoel Vicente – Brasileiro
37 – Miguel Fernandez - Espanhol
38 – Odilon – Brasileiro

SEÇÃO DE CAFÉ

- 39 – Avelino – Brasileiro
40 – Antonio Rocha – Brasileiro
41 – Cecílio Joaquim – Brasileiro
42 – Durval Ferreira – Brasileiro
43 – Emídio Juvencio – Brasileiro
44 – Esperdito – Brasileiro
45 – Manoel Luiz da Silva – Português
46 – Manoel Juvencio – Brasileiro

SEÇÃO DE MACARRÃO

- 47 – Antonio Santos – Brasileiro
48 – Geraldo – Brasileiro
49 – João Ferreira – Brasileiro
50 – Jorge Santos – Brasileiro
51 – José Francisco – Brasileiro
52 – José Freire – Brasileiro
53 – José Pereira – Brasileiro
54 – Josué – Brasileiro
55 – Júlio – Brasileiro
56 – Leopoldino – Brasileiro
57 – Luiz de França – Brasileiro
58 – Manoel Alfredo – Brasileiro
59 – Paulo Emigdio – Brasileiro
60 – Vicente Pereira – Brasileiro

ESCRITÓRIO

- 61 – Arthur da Silva Braga – Português
62 – João Rodrigues de Araújo – Brasileiro

BALCÃO

- 63 – Alvaro de Sousa Aguiar – Português
64 – Antonio Barros – Português
65 – Antonio de Oliveira – Brasileiro
66 – Agostinho Borges de Sousa - Português
67 – Ezequiel de Castro – Português
68 – José T. Barbosa – Brasileiro
69 – Lourival Silva – Brasileiro

SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO

- 70 – Antonio Moura – Brasileiro
71 – Antonio Aguiar – Português
72 – Antonio Beirão – Português

- 73 – Antonio Valongueiro – Português
- 74 – Aprígio Dourado – Brasileiro
- 75 – Affonso J. Oliveira – Brasileiro
- 76 – Belmiro Silva – Brasileiro
- 77 – Fernando Leal – Português
- 78 – Joaquim Machado – Português
- 79 – João Maria – Português
- 80 – José Muniz – Brasileiro
- 81 – José Noberto Brasileiro – Brasileiro
- 82 – José Laurindo – Brasileiro
- 83 – José Benedicto – Brasileiro
- 84 – José Lemos – Brasileiro
- 85 – Manoel Pinto da Cruz – Português
- 86 – Miguel de Sousa – Português
- 87 – Octaviano da Silva - Brasileiro

TEIXEIRA MIRANDA & Cia.²¹⁷

Apesar da demora, enfim a firma portuguesa declarou a quantidade de empregados e suas respectivas nacionalidades. Eram 87 trabalhadores no total, sendo 18 estrangeiros (20,5%), 17 portugueses e 1 espanhol, e 69 brasileiros (79,5%). Segundo esses dados, a firma estaria de acordo com o preconizado pela Lei dos Dois Terços. Na seção de embalagem havia 27 trabalhadores, 3 dos quais portugueses. Na seção de sacos de papel havia 11 empregados, nenhum português, mas 1 espanhol. No setor de café, dos 8 trabalhadores, somente 1 era português. Já na seção de macarrão não havia nenhum lusitano entre os 14 funcionários. Em todos setores citados, havia uma maioria ampla de brasileiros em comparação com qualquer outra nacionalidade. Contudo, nas seções de distribuição, balcão e escritório os números se alteravam significativamente chegando a ser igual a porcentagem de nacionais e estrangeiros nesses setores, ou, inclusive, o número de trabalhadores portugueses ser maior do que o de brasileiros. No escritório havia dois funcionários um português e um brasileiro. No seção de distribuição, havia 18 trabalhadores, 8 portugueses e 10 brasileiros. Já no balcão havia 7 trabalhadores no total, sendo 4 portugueses e 3 brasileiros, o único setor em que havia uma maioria de estrangeiros.

Como dissera Paulo Cavalcanti, havia grande presença de lusitanos nas funções de escritório e balcão, além e distribuição, o que possivelmente poderia dar uma falsa impressão de que a maioria dos empregados eram estrangeiros, visto que esses funcionários estavam em maior contato com o público. Ao final do conflito, podemos perceber que seus motivos são controversos e múltiplos. Havia a crença de que a firma

²¹⁷ A Firma Teixeira Miranda & Cia: ao público. **Diário de Pernambuco**. Recife: 11 de abril de 1931. Solicitadas. p.3. FUNDAJ.

privilegiava os portugueses, havia a situação dos trabalhadores da fábrica de massas da firma Antonio Lasalvia, posteriormente comprada pela Teixeira Miranda, que foram demitidos, havia o caso do ex-empregado que não aceitou o aumento salarial concedido e foi demitido e haviam as calúnias supostamente ditas por algum dos sócios da firma, que eram muito humilhantes aos brasileiros. O que nos parece mais importante é perceber que um conflito específico entre uma firma portuguesa e seus empregados tenha se transformado numa manifestação generalizada de lusofobia. Isso tudo fica claro em todas narrativas sobre os episódios. Lojas foram depredadas pelo simples fato de pertencerem à portugueses. E não foi à toa que alguns estabelecimentos içaram a bandeira brasileira a fim de se protegerem de possíveis manifestantes. É importante levar em conta, ainda, a possibilidade de muitos aspectos do conflito terem sido deixados de lado pela imprensa. Carlos de Lima Cavalcanti, vindo de família de usineiros, fazia parte da elite local e era dono dos jornais *Diário da Manhã* e *Diário da Tarde* com seu irmão Caio²¹⁸, além de na época ter tido o correio e a imprensa sobre censura.²¹⁹

O conflito se encerrou com o saldo de 3 mortos, vários feridos e diversas lojas depredadas pelo centro da cidade. Tal qual os movimentos da década de 1840, viu-se uma população revoltada com os lusitanos, um movimento que, iniciado por uma desavença particular, foi transformado em levante generalizado, onde o alvo era todo lusitano. Era um ódio estrito e direcionado ao português. Esse foi o último evento de caráter lusóforo com tamanha proporção na história da cidade. Aos poucos o ódio ao lusitano foi se dissipando com o tempo. Fica o registro da única imagem encontrada do mata-marinheiros ocorrido entre os dias 8 e 9 de abril de 1931 em Recife.

Longe de almejarmos esgotar o tema, fizemos aqui um panorama pontual sobre o assunto. Ficam mais perguntas do que respostas. Como surgiu esse sentimento antilusitano? O que de fato o fez desaparecer? Como se explicar os hiatos? O antilusitanismo pode ser visto como um sentimento nacional? Entre tantas outras indagações que deverão ser, de alguma forma, respondidas com a continuidade da pesquisa.

²¹⁸ GOUVÊA, Fernando da Cruz. **Perfil do tempo**. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife. 1990. P. 195

²¹⁹ LEVINE, Robert M. **A velha usina: Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980. P.135.



Figura 01 - Protestos na frente do Café Guanabara, na Rua Direita, Recife-PE, em 8 de abril de 1931. Única imagem encontrada sobre os conflitos de abril de 1931. Os acontecimentos de ontem na cidade. Jornal Pequeno. Recife: 9 de abril de 1931. P.1. FUNDAJ.

Ao longo da história, apareceram conflitos em que a bandeira lusófoba foi levantada, antes da independência, após essa e, inclusive, no século XX. Entretanto, após 1931, não se observam conflitos marcados por esse sentimento. Os motivos? É preciso mais estudo a fim de se compreender. A industrialização, o novo panorama mundial, o aumento da população brasileira e diminuição percentual da influência lusa no Brasil, a guerra e a transformação do italiano, alemão e japonês em inimigo, entre outros fatores podem ter influenciado nessa mudança.

Talvez o fim do antilusitanismo ou, ao menos, o fim da lusofobia como bandeira política e o fim dos ressentimentos entre portugueses e brasileiros tenha muito mais a ver com a diminuição da porcentagem de imigrantes portugueses em solo brasileiro, do que com qualquer outra coisa. Os anos 30 mostraram uma drástica diminuição da chegada de lusitanos, só retomada nos anos 50 por um breve período. A população brasileira também aumentava, levando a proporção de imigrantes portugueses em solo brasileiro a ser cada vez menor se comparada ao todo. Ao passo que os estabelecimentos comerciais iam

passando de pai para filho, os resquícios de uma naturalidade portuguesa também iam se apequenando, bem como a ideia de empregar patricios. O filho brasileiro do português já não possuía laços com a pátria-mãe, como seu pai possuía, mas sim uma ligação mais forte com o Brasi. O português foi sendo nacionalizado.

Pode-se talvez falar sobre o fim do antilusitanismo em Pernambuco. Diferentemente de São Paulo e Rio de Janeiro, Pernambuco, nunca recebeu grande número de imigrantes portugueses, o que não impediu de existir nesse local um forte sentimento lusófono. Os números dos imigrantes portugueses recebidos em Pernambuco, foi mais ou menos o mesmo, desde o século XIX²²⁰. Contudo o número de brasileiros aumentou. Possivelmente, no início do século XIX esse número pode ter sido um problema maior, na medida que ainda estavam sendo delineados as identidades nacionais e que a diferença na proporção de nascidos em Portugal e nascidos no Brasil, não era tão grande como no século XX. Além do mais, a grande naturalização do início da República pode ter ajudado a acelerar o processo de nacionalização do português. Apenas com um estudo estatístico demográfico será possível perceber melhor essa distribuição populacional.

A compreensão desse sentimento antilusitano, muito forte em parte da história pernambucana, e seu abrandamento após 1930, é condição importante para perceber a imigração dos anos 1950. Se em Pernambuco os portugueses não eram recebidos com festa, tampouco os lusitanos desembarcados nesse período reclamaram de grandes episódios de xenofobia. Os tempos eram outros.

²²⁰ De fato, há vários anos no século XIX em que o contingente imigrante foi maior do que o recebido em anos do século XX.

2. Da Lusofobia aos Privilégios Legais

“no Brasil, há brasileiros, portugueses e estrangeiros.”²²¹

Possivelmente, não existiu na história brasileira nação alguma que tenha sido mais alvo de ódio que a portuguesa. A lusofobia foi marca presente ao longo da nossa história. Contudo, assim como o antilusitanismo carimbou diversos momentos da sociedade, os privilégios legais aos portugueses também fizeram parte desse processo. Ambos, lusofobia e privilégios legais aos portugueses, foram marcas indelévels da história brasileira. Como disse Jose Sachetta Ramos Mendes, *“privilégios e intolerância singularizaram a história da imigração portuguesa no Brasil após 1822, em perspectiva de longa duração, até meados do século XX”*.²²² Compreende-se que aos lusitanos foram relegados tratamentos legais especiais, com diversas leis e diretrizes políticas em seu benefício. Em contrapartida, teriam sido a corrente imigrante mais atingida pelo ódio e hostilidade do brasileiro pós-1822. A fim de explanar sobre o tema, este capítulo é dividido em três partes. Na primeira parte, *“O privilégio legal português”*, buscamos traçar uma síntese histórica das relações entre Brasil e Portugal pós-independência, apontando para os momentos de aproximação entre os países, bem como uma história legislativa brasileira com foco nos privilégios recebidos pelos portugueses nesse processo. Tratados, convênios, convenções e leis são apresentadas a fim de exemplificar a aproximação entre Portugal e Brasil, além de expor as vantagens adquiridas pelos lusitanos ao longo da história. Na segunda parte, *“Gilberto Freyre e o elogio ao elemento português”*, procuramos mostrar a obra do intelectual pernambucano e sua busca pela mudança da imagem do lusitano. Por fim, na parte *“O português a Constituição de 1946”*, procuramos nos adentrar nas discussões ocorridas na Assembleia Constituinte de 1946, atentando para os discursos acerca da imigração e dos portugueses, visto que essa carta magna esteve em voga no recorte trabalhado nessa pesquisa. Pontuaremos ainda mudanças legais existentes até os dias de hoje.

²²¹ Frase atribuída por Aureliano Leite ao político e diplomata brasileiro Lauro Müller (1863 - 1926). In: **Anais da Assembleia Constituinte**. Organizado pela redação de anais e documentos parlamentares. Volume XXII. Departamento de imprensa Nacional. RJ – Brasil. 1950. P. 361.

²²² MENDES, José Sacchetta Ramos . **Laços de Sangue. Privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)** 2007 (Tese de doutorado).. p.277

2.1 O privilégio legal português

Com a independência do Brasil uma nova ordem passava a ser gestada na antiga colônia portuguesa. Novas instituições, novas leis foram criadas e com isso novos problemas começavam a existir. Um problema inicial foi a distinção de quem seria português e de quem seria brasileiro, tema bastante presente na constituinte de 1823. Outro ponto importante foi a organização da imigração para o novo país. Nas discussões da Assembleia Constituinte de 1823, destacou-se o deputado Pernambucano Francisco Muniz Tavares, ex-participante da Revolta de 1817, tendo sido preso na Bahia após o movimento. Tavares foi uma das poucas vozes a pregar contra a naturalização dos portugueses nascidos em Portugal. Possuidor de um discurso antilusitano, o pernambucano ainda lamentou o fato dos brasileiros falarem a língua portuguesa. O deputado queria “*excluir os residentes portugueses da nacionalidade brasileira originária, e atribuir-lhes estatuto de cidadãos naturalizados, em condições limitadoras*”²²³, o que não ocorreu. Sua intenção era limitar aos portugueses o acesso ao foro de cidadão brasileiro, negando-lhes, então, o mesmo estatuto jurídico dos nascidos no país. Tal discussão foi bastante pertinente na Assembleia, que foi dissolvida por D. Pedro I. Contudo pouco depois a naturalização dos portugueses foi concedida com a Constituição de 1824.

Foi com o Decreto de 14 de janeiro de 1823, entretanto, que a política imigratória brasileira foi inaugurada. Com essa norma, buscou-se organizar a admissão de portugueses em solo brasileiro. Observa-se que nossa primeira legislação sobre a admissão de estrangeiros em solo pátrio, apenas tratava do contingente português, que seria admitido bastando “*prestar previamente fiança idonea do seu comportamento perante o Juiz territorial.*” Além disso, deveriam jurar fidelidade ao Brasil e a Dom Pedro I e assim poder residir no país e gozar dos direitos de cidadão brasileiro. Tal decreto, contudo, foi suspenso no fim do mesmo ano.²²⁴

Um ano após esse decreto, já em 1824, foi promulgada a primeira Constituição brasileira, a que por mais tempo foi utilizada no Brasil, 65 anos. Criada por um gabinete formado por Pedro I, a carta magna já mostrava certos privilégios aos portugueses em

²²³ MENDES, José Sacchetta Ramos . Laços de Sangue. **Privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)** 2007 (Tese de doutorado).P.24

²²⁴ Decreto de 14 de janeiro de 1823 http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/antioresa1824/decreto-38719-14-janeiro-1823-567488-publicacaooriginal-90821-pe.html

detrimento a outros estrangeiros, o que se contrastava com a lusofobia presente no período. É preciso entender, entretanto, que isso ocorreu num momento de reorganização do estatuto de cidadão brasileiro e português no Brasil. Se antes todos esses eram súditos da coroa portuguesa, agora havia uma distinção. Antes eram todos portugueses, seja português de Portugal ou português do Brasil.

Na primeira carta magna ficava assegurado à todos portugueses, nascidos no Brasil ou não, que não tivessem se oposto à Independência do Brasil, a cidadania brasileira. Contudo, isso só valia para os que já residissem no país em 1822. Desse modo, seriam cidadãos brasileiros

todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brasil na época, em que se proclamou a Independencia nas Provincias, onde habitavam, adheriram á esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residencia.²²⁵

Em se tratando dos portugueses que desejassem adquirir a cidadania brasileira, tal lei lhes colocava numa situação privilegiada, ao comparar-se com os demais estrangeiros.

Um anos depois foi celebrado o *Tratado de Amizade e de Aliança entre Portugal e Brasil* que previa no artigo quinto que “os súditos de ambas as Nações Portuguesa e Brasileira serão considerados e tratados nos respectivos Estados como os da nação mais favorecida e amiga”.²²⁶ Tal tratado veio a estabelecer a paz entre as nações, bem como reatar sua relação. Junto a isso, vê-se um início do uso de termos reforçando os laços de amizade e consanguinidade entre portugueses e brasileiros. Tais argumentos estiveram presentes ao longo da história legislativa brasileira como justificativa para os privilégios recebidos pelos lusitanos. Sejam em leis referentes à imigração, à naturalização ou outras normas. Dá-se, então, o início do uso da retórica da irmandade entre brasileiros e portugueses.

Com o passar do tempo, em diversos momentos os lusitanos receberam um tratamento diferenciado. A partir da década 1870 alguns intelectuais, políticos e cientistas incentivaram a imigração portuguesa, por exemplo, alegando as afinidades existentes entre os povos e percebendo nesse imigrante uma possibilidade de “*aprimorar a raça brasileira*”. Diante da crise da escravidão a vinda de lusitanos para compor a população

²²⁵ BRASIL. *Constituição Política do Império (1824)*, de 25 de março de 1824. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm > Acesso em : 20 de Fev 2014

²²⁶ Tratado de Amizade e Aliança. (1825). Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1825/b_2/ Acesso em: 22 de Fev 2014

brasileira era vista com ótimos olhos, visto o interesse da elite em embranquecer os brasileiros.²²⁷ Poucos anos depois, em 1890, o artigo primeiro do Decreto 528 da nova República garantiu livre entrada a trabalhadores estrangeiros no Brasil, exceto aos indígenas da Ásia ou da África, que precisavam de autorização do Congresso Nacional, o que deixava claro as intenções racistas do decreto e as pretensões de “branqueamento” da população brasileira.

Menos de um mês após a Proclamação da República, em 14 de dezembro foi publicado o Decreto nº 58-A, marcado pela naturalização em massa proporcionado por essa norma. Segundo a qual, todos estrangeiros residentes no Brasil no dia 15 de Novembro de 1889 seriam considerados brasileiros, exceto se declarassem contrários a essa medida perante às autoridades num prazo máximo de seis meses após publicação do decreto. Todos os naturalizados gozariam de todos direitos inalienáveis aos brasileiros, apenas não teriam a possibilidade de vir a ser presidente do país.²²⁸ Tal “*naturalização em massa*” buscou incentivar a imigração para o país. Não foi a toa que o decreto foi publicado com pouco tempo de iniciada a República. Além disso, quaisquer estrangeiros desembarcados no Brasil após a data da proclamação só precisariam viver por dois anos no país para garantir a cidadania brasileira. Segundo uma estimativa consular divulgada em junho 1890, mais de 80% dos portugueses residentes em Pernambuco se naturalizaram, adotando a nacionalidade brasileira.²²⁹ Com o fim da escravidão e o início da República, houve grande interesse em receber mão-de-obra imigrante estrangeira, fosse por motivos higienistas e racistas ou pela própria necessidade de povoar o país e trazer braços para o campo. O branco europeu era então o ideal de imigrante.

Em 1891, dois anos após proclamada a República, surge a segunda carta magna brasileira. Criada em meio à queda da Monarquia e à ascensão da República, a nova Constituição estabeleceu o federalismo e se inspirou na carta magna estadunidense. Durou 39 anos, sendo encerrada após Revolução de 1930. Essa Constituição garantiu a cidadania brasileira à todos estrangeiros residentes no País no 15 de novembro de 1889, perpetuando o que já tinha sido divulgado por decreto. Todos estrangeiros foram beneficiados, não havendo nenhuma referência expressa aos portugueses. Talvez pelos portugueses estarem

²²⁷ MENDES, José Sacchetta Ramos . **Laços de Sangue. Privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)** 2007 (Tese de doutorado).P.27.

²²⁸ Decreto nº 58-A, de 14 de Dezembro de 1889. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-58-a-14-dezembro-1889-516792-publicacaooriginal-1-pe.html>

²²⁹ MENDES, José Sacchetta Ramos . **Laços de Sangue. Privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)** 2007 (Tese de doutorado).P.206

associados, à época, ao sistema monárquico deposto, não se observa uma referência explícita aos lusitanos.²³⁰ Uma maior aproximação entre o Estado brasileiro e português só viria a ser processada com a proclamação da República em Portugal em 1910. Pouco tempo depois, em 1913 e 1914, as legações diplomáticas em Lisboa e Rio de Janeiro foram elevadas a categoria de embaixada. José Sacchetta Ramos Mende alerta que nesse período a retórica de parentesco entre os dois países passou a ser mais utilizada nas comunicações oficiais entre os Estados. A ideia de que portugueses e brasileiros eram povos irmão, unidos por laços históricos e culturais antigos, marcaram parte dessa nova etapa das relações luso-brasileira. Até o “*singularismo da palavra saudade, visto como um índice da marca portuguesa na cultura brasileira, passou a ser lembrado, com a devida remissão à herança histórica e sociológica*”.²³¹

Passados cem anos da independência brasileira, já em 1922, houve uma reaproximação entre lusitanos e brasileiros com a vinda do primeiro chefe de estado português ao Brasil desde a chegada de D. Joao VI em 1808, o presidente António José de Almeida. Junto a essa aproximação, documentos foram acordados. Um desses foi o *Tratado regulando a isenção do serviço militar e a dupla nacionalidade*. Nele, em síntese, ficava acordado que os cidadãos com dupla nacionalidade que tivessem feito serviço militar em um dos países de sua nacionalidade, ficaria isento do serviço militar no outro. Desse modo, conservava-se a dupla nacionalidade sem problemas.²³² Houve também a *Convenção de emigração e trabalho entre os Estados Unidos do Brasil e Portugal*. Por meio deste documento, Brasil e Portugal buscaram estabelecer a igualdade de tratamento entre os cidadãos dos dois países, com relação ao trabalho e a emigração. De acordo o artigo segundo “*os emigrantes portugueses e brasileiros gozam, respectivamente no Brasil e em Portugal dos mesmos benefícios, garantias e direitos que num e noutro país sejam concedidos aos emigrantes nacionais doutro qualquer país.*”²³³ Para entrar em vigor, bastava apenas a aprovação do poder legislativo de cada país, mas nenhum desses foi aprovado. Dois anos depois, o estabelecimento de uma relação de maior proximidade entre

²³⁰ BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891)*, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm > Acesso em : 20 de Fev 2014

²³¹ MENDES, José Sacchetta Ramos . **Laços de Sangue. Privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)** 2007 (Tese de doutorado).P.190.

²³² Tratado regulando a isenção do serviço militar e a dupla nacionalidade. http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1922/b_45/

²³³ Convenção de emigração e trabalho entre os Estados Unidos do Brasil e Portugal de 26 de setembro de 1922. http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1922/b_44/

Brasil e Portugal com privilégios recíprocos foi mais uma vez buscada com a *Convenção especial sobre propriedade literária e artística entre o Brasil e Portugal*, que tinha por fim proteger a propriedade literária e artística de ambos países, bem como intensificar tais relações entre Portugal e Brasil.²³⁴

Com a Revolução de 1930 os privilégios aos portugueses entraram num outro panorama. Preocupado com a manutenção da identidade nacional e buscando atrair imigrantes para o país, o Estado brasileiro no período Vargas teve no português o imigrante ideal. Segundo Sacchetta, “*com Vargas no poder, a reconfiguração do nacionalismo aproximou o português da noção de etnia brasileira, enquanto construção ideológica adotada pelo Estado autoritário e os seus intelectuais e juristas.*” Ao se pensar na imigração nesse período foi recorrente o temor pela existência dos chamados “*quistos étnicos*”, isso é, focos imigrantes em colônias ou comunidades que, não se assimilando perfeitamente ao Brasil, existiam como um estado dentro do estado, perpetuando os costumes da nação de origem e pouco se relacionando com a cultura local. Essa preocupação levou ao sistema de cotas estabelecido na Constituição de 1934 e perpetuado na carta magna de 1937 e ao privilégio luso. Tal sistema limitou a entrada de estrangeiros no Brasil a 2% do número de imigrantes já residentes no Brasil, por nacionalidade, durante os cinquenta anos anteriores à Constituição de 1934. Com relação a essa regulação do desembarque imigrante, o Decreto nº 19.482, de 12 de Dezembro de 1930, promulgado por Getúlio Vargas, foi muito importante nesse sentido, na medida em que limitava a entrada no país de passageiros estrangeiros de terceira classe, ou seja, a grande massa imigrante. Dizia ainda que “*somente na falta, de brasileiros natos, e para serviços rigorosamente técnicos, a juízo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, poderá ser alterada aquela proporção, admitindo-se, neste caso, brasileiros naturalizados, em primeiro lugar, e, depois, os estrangeiros*”.²³⁵ Vale ainda salientar que no período Vargas surgiram o Departamento Nacional de Imigração em 1938, a Delegacia dos Estrangeiros em 1941 e a Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras em 1944, instituições diretamente relacionadas à chegada de estrangeiros no país, o que mostra como esse tema foi pertinente no período e como o aporte imigrante foi alvo de atenção.

²³⁴ Convenção especial sobre propriedade literária e artística entre o Brasil e Portugal.

http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1922/b_43/

²³⁵ Decreto nº 19.482, de 12 de Dezembro de 1930. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19482-12-dezembro-1930-503018-republicacao-82423-pe.html>. Acesso em: 12 de Mar 2014.

Com a Revolução de 1930, foi gestada uma nova Constituição, promulgada em 1934, diante da necessidade de legalizar o regime implantado após o golpe. Três anos depois, foi substituída por uma nova constituição, que inaugurou o chamado Estado Novo.²³⁶ De acordo com a carta magna de 1934 cabia privativamente à União legislar acerca da política imigratória. Como disse Truzzi, *"a política imigratória, antes amplamente gerida pelos estados, obviamente não permaneceu imune aos efeitos de tal centralização"*²³⁷ Segundo a Constituição de 1934, em seu artigo 121, parágrafo sexto,

a entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.²³⁸

Já no parágrafo sétimo do artigo 121 era *"vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena."* A preocupação com essa *"garantia de integração étnica"* e o medo da concentração de estrangeiros e formação de *"quistos étnicos"* trouxe aos portugueses um local privilegiado entre os imigrantes interessados em encaminhar-se para o Brasil. Imigrantes esses que, segundo o Decreto nº 24.258, de 16 de Maio de 1934, eram todos estrangeiros que permanecessem no Brasil por mais de trinta dias, com o intuito de exercer alguma atividade profissional.²³⁹

Tanto a constituição de 1934 quanto a de 1937 procuraram evitar a concentração de imigrantes de mesma nacionalidade em núcleos coloniais, temia-se o desenvolvimento de uma comunidade imigrante contrastante com a sociedade brasileira. A Constituição de 1937, entretanto, surgiu em um outro contexto, influenciada pelo fascismo e centralizou ainda mais o poder nas mãos do presidente. Em seu artigo 151 possuiu um texto muito similar ao artigo 121 da carta magna de 1934, exposto acima, preocupando-se com a

²³⁶ BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1934)*, de 16 de julho de 1934. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm > Acesso em : 20 de Fev 2014

²³⁷ TRUZZI, Oswaldo M. S. *Reformulações na Política Imigratória de Brasil e Argentina nos anos 30: um enfoque comparativo*. In: BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu; MALATIAN, Teresa (coord.). **Política migratórias: fronteiras dos direitos humanos no século XXI**. Franca: Renovar. 2003. Parte IV. p.239.

²³⁸ BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1934)*, de 16 de julho de 1934. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm > Acesso em : 20 de Fev 2014

²³⁹ Decreto nº 24.258, de 16 de Maio de 1934. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24258-16-maio-1934-557864-publicacaooriginal-78583-pe.html>. Acesso em: 12 de Mar 2014.

“*garantia da identidade étnica*”, o “*limite de dois por cento*” sobre os imigrantes e a busca por coibir a concentração de imigrantes.²⁴⁰ Ficava claro que nos primeiros anos do Governo Vargas havia o medo dos quistos étnicos e buscava-se limitar a entrada de estrangeiros, tanto para garantir a preservação da identidade étnica brasileira como para proteger o trabalhador nacional, que sofria a concorrência da mão-de-obra barata e imigrante. Se os portugueses concorreram com os brasileiros pelo mercado de trabalho, ao menos foram encarados pelo Estado como os melhores estrangeiros para a manutenção da identidade nacional em espaços onde se predominavam os imigrantes.

Com o Decreto-Lei nº 406, de 4 de Maio de 1938, Vargas passou a limitar ainda mais a entrada de imigrantes. O Decreto afirmava não ser permitida a entrada de estrangeiros no Brasil aleijados, mutilados, inválidos, cegos, surdos-mudos, ciganos, alcoolistas, toxicômanos, prostitutas, portadores de doenças como tuberculose, tracoma, lepra, e etc. Ao Governo ainda ficava reservado, no artigo segundo, “*o direito de limitar ou suspender, por motivos econômicos ou sociais, a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens, ouvido o Conselho de Imigração e Colonização.*”. Tais preceitos de caráter “higienista” marcaram a política imigratória do período. Segundo o Decreto, os imigrantes eram divididos entre permanentes e temporários. Os primeiros eram os que tencionassem permanecer no Brasil por um período superior a seis meses, os imigrantes de fato. Por meio do artigo 14 ficava ainda registradas as cotas de entrada, visto que o “*número de estrangeiros de uma nacionalidade admitidos no país em caráter permanente, não excederá o limite anual de 2 por cento (2%) do número de estrangeiros da mesma nacionalidade entrados no Brasil nêsse caráter no período de 1 de janeiro de 1884 a 31 de dezembro de 1933.*”. Dizia-se ainda, no artigo 16, que 80% de cada cota deveria ser preenchida por estrangeiros agricultores ou técnicos de indústrias rurais. Esses não poderiam abandonar sua profissão durante o período de quatro anos após chegada no Brasil, exceto sob autorização do Conselho. Essas informações mostram a preocupação do Governo em preencher o campo brasileiro com imigrantes estrangeiros. Além disso, deixa nas entrelinhas a possibilidade de ter havido muitos imigrantes desembarcados como “agricultores”, mas que nunca chegaram a ocupar tais postos, preferindo se encaminharem para ocupações nos grandes centros urbanos e capitais.

²⁴⁰ BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1937)*, de 10 de novembro de 1937. Disponível em. < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm> Acesso em : 20 de Fev 2014

Tal decreto mostrava, mais uma vez, a preocupação com a concentração de estrangeiros nas colônias. Segundo o artigo 39, nenhum núcleo colonial podia ser constituído por estrangeiros de uma só nacionalidade. No artigo 40 ainda delegava ao Conselho de Imigração e Colonização a possibilidade de “*proibir a concessão, transferência ou arrendamento de lotes a estrangeiros da nacionalidade cuja preponderância ou concentração no núcleo [...] seja contrária à composição étnica ou social do povo brasileiro.*”. O mais importante foi expresso no parágrafo primeiro do mesmo artigo quando se afirmava que em cada núcleo seria mantido um mínimo de 30% de brasileiros e o máximo de 25% de cada nacionalidade estrangeira. Contudo, “*na falta de brasileiros, este mínimo, mediante autorização do Conselho de Imigração e Colonização, poderá ser suprido por estrangeiros, de preferência portugueses.*”. O português, não só pela língua, mas pelos laços históricos e culturais, era o imigrante mais desejado e por isso privilegiado. Curiosamente, é num momento de maior restrição da imigração que os portugueses apareceram como solução para suprir a lacuna deixada pela ausência de brasileiros nas colônias de imigrantes. Em meio à diretrizes racistas, seletivas e excludentes da política imigratória, o branco e católico português se encaixou muito bem, a fim de manter a “unidade étnica” brasileira. A preocupação com a enorme presença estrangeira em núcleos sólidos ficou também evidente no artigo 85 que afirmava que nas escolas rurais do país, o ensino de todas as matérias deveria ser feito na língua portuguesa, não se admitindo, portanto, o ensino em língua estrangeira.²⁴¹

Com o Decreto nº 3.010, de 20 de Agosto de 1938, regulamentou-se o decreto 406, de 4 de maio do mesmo ano, dispondo sobre a entrada de estrangeiros no Brasil. Observa-se novamente a preocupação com o fomento do trabalho agrícola, bem como a preservação da “constituição étnica do Brasil”. A preferência pelo elemento português nos núcleos coloniais foi ressaltada no artigo 166 que percebia o lusitano como o substituto imediato ao brasileiro, na falta de nacionais nos núcleos coloniais. Neste decreto foram expostas as cotas específicas de cada nacionalidade, baseadas nos números da imigração para o Brasil entre 1884 e 1933: 28.026 (italianos), 22.954 (portugueses), 11.545 (espanhóis) e etc. Desse limite anual, assegurado pela cota, 80% deveriam ser compostos por agricultores ou

²⁴¹ Decreto-Lei nº 406, de 4 de Maio de 1938. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 12 Mar 2014.

técnicos agrícolas.²⁴² Tais cotas, entretanto nunca foram atingidas pelos imigrantes. No fim do ano, a cota foi suspensa para os portugueses.²⁴³

Com a chegada da Segunda Guerra Mundial os trajetos via Atlântico foram duramente atingidos, fronteiras se fecharam, e a política imigratória passou a ser realizada com mais cautela. Nesse contexto, surgiu o Decreto-Lei nº 3.175, de 7 de Abril de 1941. Por meio dessa norma restringia-se a imigração para o Brasil, ficavam suspensas as concessões de vistos permanentes, exceto, em primeiro lugar para “*portugueses e nacionais de Estados americanos*”, esses últimos não representando números expressivos entre os imigrantes desembarcados no país. Num momento de crise, ainda assim os portugueses foram os únicos diretamente citados na exceção, tendo, ao menos no meio legal, impulso para a vinda ao Brasil.²⁴⁴ Em maio do mesmo ano, a circular reservada nº 1.522 emitida pelo Itamarati deu ainda mais privilégios aos portugueses, na medida em que os lusitanos poderiam adquirir vistos permanentes sem consulta prévia ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que na época era responsável pela aprovação das solicitações de visto.²⁴⁵ Contudo, judeus portugueses, comunistas, sacerdotes, missionários e religiosos, entre outros, não possuíam tal benefício, precisando passar pelo processo regular. Observa-se que aos poucos os lusitanos foram recebendo privilégios no meio legal brasileiro que os auxiliaram tanto na vinda quanto na permanência em solo brasileiro. Ainda no contexto da Guerra outra norma observou os portugueses de uma forma privilegiada. O Decreto-Lei nº 6.238, de 3 de Fevereiro de 1944, que dispunha sobre o registro de estrangeiros desembarcados no Brasil em caráter temporário afirmava no seu artigo terceiro que “*para os efeitos desta lei os portugueses e os naturais do Domínio do Canadá terão o tratamento reservado aos naturais de Estado*”²⁴⁶ Dessa vez, os privilégios se estendiam também aos canadenses.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, surgiu o Decreto-lei nº 7.967 de 1945, flexibilizando a política migratória brasileira. No seu artigo segundo afirmava que a escolha dos imigrantes seria pautada de acordo com a “*necessidade de preservar e*

²⁴² Decreto nº 3.010, de 20 de Agosto de 1938. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3010-20-agosto-1938-348850-publicacaooriginal-1-pe.html>

²⁴³ MENDES, José Sacchetta Ramos . **Laços de Sangue. Privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)** 2007 (Tese de doutorado).P.30

²⁴⁴ Decreto-Lei nº 3.175, de 7 de Abril de 1941.<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-3175-7-abril-1941-413194-publicacaooriginal-1-pe.html>

²⁴⁵ MENDES, José Sacchetta Ramos . **Laços de Sangue. Privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)** 2007 (Tese de doutorado).P.260.

²⁴⁶ Decreto-Lei nº 6.238, de 3 de Fevereiro de 1944 <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-6238-3-fevereiro-1944-379333-publicacaooriginal-1-pe.html>

desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes de sua ascendência europeia”. Fica patente nesta norma que a composição étnica almejada pelo Governo não era a de matiz indígena ou africana e sim branca e europeia, ou seja, sua ascendência portuguesa. Tal decreto surgiu em meio a uma reorganização e reestabelecimento dos fluxos marítimos pelo mundo. Imigrantes, exilados, fugidos da guerra se deslocavam pelo globo. No preâmbulo da norma, diz-se que

*considerando que se faz necessário, cessada a guerra mundial, imprimir á política imigratória do Brasil uma orientação racional e definitiva, que atenda à dupla finalidade de proteger os interesses do trabalhador nacional e de desenvolver a imigração que fôr fator de progresso para o país.*²⁴⁷

A imigração era alvo de atenção não apenas pelo interesse direto na vinda de braços para o mercado de trabalho, mas também porque era necessário o controle dessas correntes visando a defesa do trabalhador nacional. Assim, a norma ainda perpetuou a cota de dois por cento sobre os estrangeiros desembarcados entre 1 de janeiro de 1884 e 31 de dezembro de 1933.

Esse decreto regeu todo o período desta pesquisa, sendo a norma fundamental para a compreensão dos documentos relativos ao desembarque de imigrantes permanentes na época em questão. Para se imigrar ao Brasil era preciso um visto permanente, concedido ao estrangeiros que tivessem intenções de permanecer em definitivo no Brasil, fixando residência nesse país, ou seja, imigrantes. Para obter o visto permanente existiam alguns requisitos como ser maior de 14 anos e não ser “*indigente ou vagabundo*”. Menores de idade só recebiam o visto se fossem acompanhados. Preenchendo os requisitos, bastava apresentar à autoridade consular o passaporte e a prova de saúde. Tão logo chegassem ao país, os estrangeiros deveriam se encaminhar às autoridades locais munidos de passaporte e ficha consular de classificação, a fim de receberem o visto da autoridade de fiscalização, desempenhado pelo Departamento Nacional de Imigração Divisão de Polícia Marítima Aérea e de Fronteiras. Nesse decreto ficava patente a preocupação do Estado em colonizar o país, isso é, “*promover a fixação do elemento humano ao solo, o aproveitamento econômico da região e a elevação do nível de vida, saúde, instrução e preparo técnico dos habitantes das zonas rurais*”, de acordo com o artigo 46. A colonização era vista como utilidade pública, segundo a norma. A colonização poderia ser feita ou pelo povoamento de

²⁴⁷ Decreto-Lei nº 7.967, de 18 de Setembro de 1945. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7967-18-setembro-1945-416614-publicacaooriginal-1-pe.html>

“áreas baldias ou de fraca densidade demográfica” ou “pela divisão de terrenos rurais em lotes para venda ou doação e a concessão, entre outras, de facilidades para aquisição de terras ou benfeitorias”, tal conjunto de terrenos divididos eram denominados, conforme a lei, de núcleos coloniais. Nesses núcleos, é importante compreender, ficavam reservados 30% dos lotes para brasileiros, sendo o restante distribuídos entre outras nacionalidades, não podendo uma só nacionalidade imigrante possuir mais de 25% dos lotes. Caso não houvesse a quantidade necessária de colonos brasileiros, parte dos lotes que lhes pertenceriam poderia ser ocupada por estrangeiros, o que no artigo 50 esclarece que havia preferência por portugueses.²⁴⁸ Diz Sachetta que “baseando-se no uso do idioma comum e em pressupostos de afinidade de cultura e raça, o legislador privilegiou o português em vários aspectos, de regras imigratórias a leis laborais, de povoamento e naturalização.”, além disso, as “directivas consulares, por sua vez, procuraram facilitar a concessão de vistos permanentes e promover a sua imigração para o país.”²⁴⁹. Com o Decreto-lei nº 7.967 de 1945 ficou estabelecido o privilégio legal ao português imigrante do pós-Guerra. Essa situação encontrada pelos imigrantes do período, em muito se distinguia da realidade encontrada pelos lusitanos imigrados antes da era Vargas. Contudo, se a visão legal sobre o português passou por uma mudança, essa imagem também passou por semelhante processo entre a intelectualidade do país. Em Pernambuco, especificamente, Gilberto Freyre foi um grande bastião dessa mudança. Seu elogio ao elemento português na História e presente do Brasil trouxe um outro contexto aos lusitanos em solo brasileiro.

2.2 Gilberto Freyre e o elogio ao elemento português

Em Pernambuco, na década de 1930, o sociólogo Gilberto Freyre surgiu como um grande exaltador do componente português na identidade étnica brasileira e, não há dúvidas, contribuiu com seus livros, palestras e atuação legislativa para a mudança da imagem do português no país. Para o sociólogo, o português colonizador deveria ser alvo de admiração e, nossa origem, orgulho dos brasileiros.²⁵⁰ Sua visão elogiosa do lusitano foi

²⁴⁸ Decreto-Lei nº 7.967, de 18 de Setembro de 1945. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-7967-18-setembro-1945-416614-publicacaooriginal-1-pe.html>

²⁴⁹ MENDES, José Sacchetta Ramos. **Laços de Sangue. Privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)** 2007 (Tese de doutorado).P.21

²⁵⁰ REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. RJ: Editora FGV., 9ª edição. 2007.p.69.

bastante influenciada por Francisco Adolfo de Varnhagen. Em 1850, Varnhagen com sua *História do Brasil*, procurou dar nova visão à imagem negativa do lusitano, se antes esse era o colonizador cruel, agora passava a ser o grande desbravador de uma terra longínqua que construiu um império de proporções dantescas. Nos parece relevante que, num contexto de ruptura recente esta visão tenha surgido. Convém ressaltar que esse autor teve grande influência sob Gilberto Freyre, considerado neovarnhageniano por José Carlos Reis, que sintetizou sua obra como um relogio da colonização portuguesa do Brasil.²⁵¹

Por volta da década de 30 o trabalho de Gilberto Freyre passou a ser mais conhecido no país. Suas principais obras *Casa Grande e Senzala* (1933), *Sobrados e Mocambos* (1936), *Ordem e Progresso* (1957), tocam de forma direta ou indireta o elemento português. Contudo, não apenas suas obras mais destacadas dialogaram com o elogio ao português. Pode-se observar também os artigos escritos pelo autor em jornais do Brasil e do Mundo, além de outras obras suas como *O Luso e o Trópico* (1961), *Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife* (1934), *O Mundo que o Português Criou* (1940) e *Uma Cultura ameaçada: a luso-brasileira* (1940), por exemplo. Percebe-se em suas obras o relogio da colonização portuguesa no Brasil, bem como o elogio ao colonialismo lusitano na Ásia e África, ainda presente na época. O Brasil era visto como uma sociedade original e multirracial nos trópicos, obra do gênio português. Eis um discurso de extrema lusofilia onde a elite luso-brasileira é civilizadora, detentora da razão histórica, produtora do progresso e onde o mundo que o português criou é pintado como harmônico, equilibrado e democrático. Freyre legitimou de forma entusiasmada e idealizadora, inclusive com certa visão nostálgica, o elemento português. Não há como se mensurar o alcance desta visão no período, mas é de se refletir a influência deste autor numa mudança de perspectiva sobre o lusitano e, por que não, na dissipação do ódio étnico. Contudo, ele próprio pode ser reflexo deste desaparecimento da lusofobia. Para Freyre, entretanto, os conflitos que ocorreram entre portugueses brasileiros “*apenas lhes arrepiam a superfície*”, visto que as relações eram “*sentimentalmente tão fortes que os antritos não as comprometem nunca no íntimo.*”²⁵² A lusofobia era algo menor diante dos fortes laços que ligavam portugueses e brasileiros.

Chama-nos atenção entretanto outro ponto, que foi o uso que a comunidade portuguesa fez de Gilberto Freyre, que nos mostra o interesse daquela no discurso

²⁵¹ REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. RJ: Editora FGV., 9ª edição. 2007.p.54.

²⁵² FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou*. SP: É Realizações. 2010. p.45

freyreano. O discurso do pernambucano era não só conciliador, como elogiador, e muito importante para uma comunidade estrangeira no Estado, que agora possuía um defensor no seio da elite. Em diversos momentos Freyre foi instado a dar discursos em comemorações portuguesas. Citemos, por exemplo, a Conferência realizada no Gabinete Português de Leitura, de Pernambuco, na tarde de 2 de Junho de 1940. Em sessão promovida pelo Governo Português e pelos Portugueses de Pernambuco e presidida pelo Cônsul de Portugal no Recife, este evento foi feito com objetivo de comemorar o Centenário da Fundação de Portugal e o da Restauração de 1640. Apesar de mal conhecer os membros da comunidade lusitana em Pernambuco, como diz Freyre no seu discurso, ele foi convidado para dar uma conferência. Sua palestra, intitulada *Uma Cultura Ameaçada: A Luso-Brasileira*, foi mais tarde organizada num livro. Ao longo de suas palavras, Freyre teceu um elogio à história de Portugal e dos Portugueses e seu legado no Brasil. O autor ainda disse estar:

contribuindo modesta mas conscienciosamente desde os meus primeiros estudos de adolescente, para a reabilitação da figura - por tanto tempo caluniada - do colonizador português no brasil; para a reabilitação da obra - por tanto tempo negada ou diminuída - da colonização portuguesa da america; para a reabilitação da cultura luso-brasileira ameaçada hoje, immensamente mais do que se pensa, por agentes culturaes de imperialismos ethnocentricos, interessados em nos desprestigiar como raça - que qualificam de "mestiça", "inepta", "corrupta" - e como cultura - que desdenham como rasteiramente inferior á sua.²⁵³

No trecho, o autor reitera seu objetivo de “reabilitar” a figura portuguesa e deste modo, observa-se o claro interesse da comunidade nesta visão. É importante ainda citar, que o próprio Freyre afirma no seu discurso desconhecer os membros da Comunidade Portuguesa no Recife, exceto duas pessoas, o que mostra o seu distanciamento da comunidade lusitana na cidade. Contrariando uma visão arraigada e negativa sobre o português, Freyre deixa clara a sua missão de modificar essa visão caluniada e negativa. A ideologia pró-lusitana de Gilberto Freyre encontrou-se de forma harmoniosa com as mudanças advindas do período varguista. Não à toa disse Freyre em 1940 que:

O presidente Getúlio Vargas mostrou recentemente compreender a necessidade de defesa daquele tronco, não tanto racial, quanto cultural, da nossa sociedade e da própria

²⁵³ FREYRE, Gilberto. **Uma Cultura ameaçada: a luso-brasileira**. SP: É Realizações. 2010 p. 21.

organização política do Brasil: o tronco português. O velho elemento lusitano cuja importância cedo se tornou clara para mim, não através do entusiasmo literário ou de preocupação política, mas em consequência do estudo: **o estudo da nossa formação social libertado do preconceito anti-português que por tanto tempo dominou a muitos dos estudiosos brasileiros de assuntos de colonização e de história nacional** (grifo nosso)²⁵⁴

Mais uma vez o sociólogo questionou o preconceito anti-português e se mostrou defensor do elemento lusitano. Não só isso, mas também com relação a escolha das correntes imigratórias, Segundo Freyre, seria dever seguirmos um “*critério histórico*”, “*o da formação luso-brasileira*”. Pois para ele, “*o que for hostil a essa formação é contrario aos interesses essenciaes do Brasil.*”²⁵⁵ Em sua atuação elogiosa aos lusitanos, Freyre se tornou o arauto da lusofilia no combate ao antilusitanismo. O lusitano é o nosso parente, o imigrante ideal. Por isso afirmava o sociólogo que a cultura luso-brasileira deveria ser defendida e desenvolvida, “*pois ela seria a condição essencial da vida da nação*”²⁵⁶

Ainda sobre a imigração, um grande incentivo dado por Freyre aos portugueses veio em seu artigo “*Se eu fosse europeu e tivesse de emigrar de Portugal*”.²⁵⁷ Nesse, o sociólogo se imagina um lusitano aos 20 anos com intenção de sair do país. Como português, diz Freyre, talvez por romantismo fosse para o Timor, ou pela prudência para as Áfricas Portuguesas ou o Brasil. Não iria, contudo, nem para a América do Norte, Argentina ou Venezuela. Seu medo em ir para alguns desses últimos países residia-se no temor de se tornar um ex-português, isso é, ver o seu suposto nome de “João”, transformado em “Juan” ou “John”. Seu nome é sua identidade, deixar de ser João para ser uma versão espanholizada ou americanizada desse nome era rechaçado pelo autor. Diz o mesmo que “*grande seria o meu temor de cometer uma espécie de suicídio sociológico, em que perdesse o nome, perdesse a língua, perdesse a personalidade portuguesa.*”²⁵⁸. Devido a esse medo, Freyre, um jovem João português, se empenharia em ir para terras onde possuísse a certeza de não deixar de ser português, um local habitado e influenciado por lusitanos, a África Portuguesa ou o Brasil. A imigração portuguesa deveria destinar-se para um desses locais. Esse artigo pode ser observado como propagandas das benesses da

²⁵⁴ FREYRE, Gilberto. **O Mundo que o português criou**: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. P.40-41

²⁵⁵ FREYRE, Gilberto. **O Mundo que o português criou**: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. P.41

²⁵⁶ CABRAL, Thaís Pimentel. **O Luso-Tropicalismo: reflexões sobre a cultura política luso-brasileira**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais e Ciência Política, FCSH-UNL, Lisboa 2010. P. 56

²⁵⁷ FREYRE, Gilberto. Se eu fosse europeu e tivesse de emigrar de Portugal. **Panorama**. Lisboa, n. 6, p. 12, 1957.

²⁵⁸ FREYRE, Gilberto. Se eu fosse europeu e tivesse de emigrar de Portugal. **Panorama**. Lisboa, n. 6, p. 12, 1957.

imigração para os referidos destinos, visto que nesses locais os portugueses poderiam se desenvolver sem deixar de ser lusitanos. Freyre ilustra muito bem as razões disso, visto que nessas regiões se falava a língua portuguesa, se cultuava os mesmos santos, a arquitetura era parecida, entre outros diversos traços histórico-culturais em comum que serviam como impulso para o português emigrar e sentir-se, na medida do possível, em casa.

Para além da sua obra literária, Gilberto Freyre contribuiu muito com a mudança da visão brasileira sobre o português na sua atuação legislativa. O sociólogo, que já havia sido secretário particular do Governador Estácio Coimbra entre 1927 e 1930, foi Deputado Federal pela União Democrática Nacional (UDN) e esteve presente na Constituinte de 1946, junto a figuras como Luís Carlos Prestes, Jorge Amado, Gregório Bezerra, Carlos Marighella, Barbosa Lima Sobrinho e tantos outros nomes de relevo para a história do Brasil. Como já era uma figura de respeito entre os intelectuais na época, seus discursos foram comumente citados e respeitados entre os parlamentares. Sua voz em defesa do português foi escutada.

2.3 O Português e a Constituição de 1946

Com o fim do Estado Novo, subiu ao poder Eurico Gaspar Dutra promulgando em 1946 uma nova Constituição, elaborada pelo Congresso Nacional. Tal carta magna surgiu num contexto pós-Segunda Guerra, quando novas levas de imigrantes batiam às portas do país, com a participação de diversos partidos como o PSD (Partido Social Democrático), UDN (União Democrática Nacional), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PCB (Partido Comunista do Brasil), PR (Partido Republicano), PSP (Partido Social Progressista), PDC (Partido Democrata Cristão), ED (Esquerda Democrática) e PL (Partido Libertador).

Dentre os diversos debates, o tema da imigração veio à tona em vários momentos da Assembleia Constituinte. Preocupado com essas novas correntes, o Deputado pernambucano Manuel Novais (UDN/PE), já na sessão 4, alertava aos constituintes sobre os estrangeiros que se encaminhavam ao Brasil, onde só deveriam ser aceitos aqueles “*que desejam fraternalmente colaborar conosco, na grandeza e progresso nacionais*”,²⁵⁹ porém o deputado pedia certa cautela com imigrantes oriundos de países fascistas.

²⁵⁹ Anais da Assembleia Constituinte. Organizado pela redação de anais e documentos parlamentares. Volume I. Departamento de imprensa Nacional. RJ – Brasil. 1946. P. 140-141

Na Constituinte de 1946 ficaram patentes às tentativas de se restringir certas correntes imigratórias como a alemã e a japonesa. Os deputados José Augusto (UDN/RN) e Miguel Couto Filho (PSD/RJ), autores da emenda 3.165. que proibía a entrada no país de imigrantes japoneses de qualquer faixa etária ou qualquer procedência, foram ferrenhos contrários à vinda de nipônicos e receberam apoios de diversos parlamentares como Munhoz da Rocha (PR/PR). Para ele, “*diante do alemão, como do nórdico, é que a nossa xenofobia atinge o seu mais perfeito florescimento*”²⁶⁰. O deputado ainda salientava a desconfiança com a qual os alemães eram tratados. Nesse momento pós-Segunda Guerra não seria surpresa esse ódio canalizado aos inimigos do Brasil no conflito. Talvez a xenofobia direcionada à alemães, japoneses e italianos tenha sobreposto o ódio ao português presente até pouco tempo atrás. O inimigo agora era outro. Contudo, o ressentimento para com o lusitano ainda podia ser visto entre os parlamentares. Certa emenda procurou desvincular a língua falado no Brasil da língua falada em Portugal, nomeando a nossa de língua brasileira. Aureliano Leite (UDN/SP), ferrenho crítico dessa medida, queixou-se diversos momentos contra o Deputado Aramis Ataíde (PSD/PR), autor da proposta. Para Aureliano Leite, o projeto de Aramis era “*um gesto propositado de indeferência à nobre nação lusa, uma manifestação pura e clara de injusta xenofobia.*”²⁶¹ Talvez um pouco exagerado da parte do deputado paulista, a emenda de Aramis Ataíde, buscou separar-se de Portugal no último aspecto da cultura brasileira que levava o nome da antiga metrópole, a língua. O deputado Aloísio de Carvalho (UDN/BA), contudo, encerrou o debate afirmando serem ambos o mesmo idioma, e que, por mais que essa autonomia da língua “brasileira” fosse desejada por alguns, ela só existiria quando Rui Barbosa, Euclides da Cunha e Castro Alves fossem um dia traduzidas para poderem ser compreendidos em Portugal.²⁶²

Foi apenas na sessão 43 da Constituinte, em nove de abril, que o tema da imigração passou a ser mais discutido, levado à plenária pelo Deputado Aureliano Leite, o maior defensor do elemento português em toda Constituinte. Leite se posicionava contra as cotas existentes desde a Constituição de 1934 por julgar que essas fossem prejudiciais aos interesses brasileiros e sua necessidade de atrair mão-de-obra estrangeira. Por isso, para ele

²⁶⁰ Anais da Assembleia Constituinte. Organizado pela redação de anais e documentos parlamentares. Volume XVIII. Departamento de imprensa Nacional. RJ – Brasil. 1949. P. 384.

²⁶¹ Anais da Assembleia Constituinte. Organizado pela redação de anais e documentos parlamentares. Volume XIX. Departamento de imprensa Nacional. RJ – Brasil. 1948. P. 86.

²⁶² Anais da Assembleia Constituinte. Organizado pela redação de anais e documentos parlamentares. Volume XIX. Departamento de imprensa Nacional. RJ – Brasil. 1948. P. 126.

a imigração deveria ser ampla e livre, visto que nossos sertões careciam de habitantes. Na discussão, o Deputado Dario Cardoso (PSD/GO) se mostrava a favor da imigração livre, porém selecionada. Já o Deputado Plínio Barreto (UDN/SP), era contrário à vinda de imigrantes de origem japonesa, o que defendeu ao longo dos debates sobre a imigração na Constituinte, assim como Glicério Alves (PSD/RS) e Miguel Couto Filho (PSD/RJ), que também era contrários à imigração alemã. Outro deputado a se posicionar foi Galeno Paranhos (PSD/GO), que alertava para a possibilidade de formação de quistos raciais, que deveriam ser evitados, o que foi apoiado por Lino Machado (UDN/MA). Nas primeiras discussões sobre a imigração, o temor dos quistos raciais foi bastante presente, principalmente o receio da vinda de japoneses e alemães, os mais citados naquele momento. O deputado Dário Cardoso chegou a citar o caso de alemães no Paraná e Santa Catarina com filhos que não sabiam falar o português.²⁶³ Para Aureliano Leite, contudo, as cotas já não faziam sentido, visto não existir mais o perigo dos imperialismos alemão, japonês e italiano. Mas de acordo com ele, um fato era indiscutível: “*o Brasil pede braços, braços e mais braços*”.²⁶⁴ Esse debate, entretanto, se referia na maioria das vezes às necessidades de trabalhadores para o campo. Aureliano Leite foi um grande defensor da imigração que, a seu ver, não deveria ser restringida por nacionalidade, mas por aptidões e critérios físicos. Essas restrições seriam indispensáveis. Precisavam-se “*de técnicos e camponeses para a agricultura; de operários para as indústrias e, até, de pessoas para os serviços domésticos, de que há grande carência nas capitais*”²⁶⁵. Nesta mesma sessão, Aureliano Leite deu seu primeiro discurso dando preferência à imigração portuguesa. Segundo ele, os portugueses eram elementos “*fusíveis dentro da sociedade brasileira*”. Disse ainda que “*os portugueses merecem, por todos os motivos, mais do que uma simples facilitação de entrada no Brasil*”²⁶⁶, o que foi seguido de gritos de “*muito bem*”. No que continuou o Deputado afirmando que:

os portugueses merecem muito mais. Merecem um estatuto que lhes outorgue quasi a igualdade com os nacionais, atribuindo-lhes direitos e deveres dos nossos próprios patrícios. Não é necessário declarar porque. Todos os brasileiros conhecem o motivo

²⁶³ Anais da Assembleia Constituinte. Organizado pela redação de anais e documentos parlamentares. Volume VI. Departamento de imprensa Nacional. RJ – Brasil. 1947. P. 241.

²⁶⁴ Anais da Assembleia Constituinte. Organizado pela redação de anais e documentos parlamentares. Volume VI. Departamento de imprensa Nacional. RJ – Brasil. 1947. P. 242.

²⁶⁵ Anais da Assembleia Constituinte. Organizado pela redação de anais e documentos parlamentares. Volume VI. Departamento de imprensa Nacional. RJ – Brasil. 1947. P. 247.

²⁶⁶ Anais da Assembleia Constituinte. Organizado pela redação de anais e documentos parlamentares. Volume VI. Departamento de imprensa Nacional. RJ – Brasil. 1947. P. 249.

disso. Os portugueses interessam-nos de todos as maneiras. predominando sôbre um conjunto de motivos poderosos as razões do coração.²⁶⁷

Essa fala de Aureliano Leite, pró-imigração portuguesa foi o primeiro discurso em favor do elemento luso na Constituinte de 1946. Sobre os italianos, para o deputado eles também mereciam “*se não tanto pelo menos a nossa franca hospitalidade*”, observando, assim, que a situação italiana não merecia as mesmas benesses regaladas aos lusitanos.

Na sessão 62, no dia catorze de maio, o Deputado Dário Cardoso enumerou os três preceitos principais aos quais a política imigratória deveria ser organizada no país: “*1 – que ela não se faça em detrimento do trabalhador nacional; 2 – que não ofereça perigo ao desenvolvimento de nossa raça e a segurança nacional; 3 – que seja regulamentada e severamente fiscalizada.*”²⁶⁸ Em síntese, o deputado afirmava que o principal fator seria o de evitar a entrada no Brasil de imigrantes “*inassimiláveis*”, que pudessem vir a criar quistos no país, além de competir com o trabalhador nacional. Tal discurso gerou um debate entre Dário Cardoso e Aureliano Leite, o primeiro afirmava que muitos imigrantes tinham sido prejudiciais ao país. Porém, Aureliano discordava, dizendo ser um absurdo tal afirmação. Para exemplificar sua fala, Cardoso afirmou que havia imigrantes que iam para as cidades “*parasitar a nossa riqueza e conspirar contra a segurança nacional*”. Aureliano retrucou, dizendo que “*a mão de obra estrangeira tem disso utilíssima ao Brasil*”. Apesar de Cardoso não negar isto, contudo, citou imigração de certos alemães para Santa Catarina e Paraná como exemplo de formação de quistos²⁶⁹. Ambos, entretanto, concordavam com a necessidade de fiscalização sobre a imigração.

Na sessão 78 da Constituinte, o Deputado pernambucano Osvaldo Lima (PSD/PE) sugeriu certas mudanças na carta magna que estava sendo gestada. Segundo o parlamentar, no primeiro período do § 16 do artigo 164, onde havia a afirmação de que a entrada de imigrantes estaria condicionada às suas respectivas capacidades física e civil, deveria ser adicionada uma exceção aos portugueses natos, visto que:

os filhos de Portugal desde tempos remotos que atuam no país, integrando-se na comunidade brasileira de modo completo. Os seus hábitos, a nossa língua e a religião de

²⁶⁷ Anais da Assembleia Constituinte. Organizado pela redação de anais e documentos parlamentares. Volume VI. Departamento de imprensa Nacional. RJ – Brasil. 1947. P. 249.

²⁶⁸ Anais da Assembleia Constituinte. Organizado pela redação de anais e documentos parlamentares. Volume IX. Departamento de imprensa Nacional. RJ – Brasil. 1948. P. 63.

²⁶⁹ Anais da Assembleia Constituinte. Organizado pela redação de anais e documentos parlamentares. Volume IX. Departamento de imprensa Nacional. RJ – Brasil. 1948. P. 67.

nossos maiores. Negar esse direito aos portugueses é repudiar as nossas origens, a nossa história e o concurso que a raça lusitana tem dado exemplarmente ao surdo de nosso progresso e à construção do nosso arcaboço econômico.²⁷⁰

O Deputado prosseguiu afirmando que *“o português é o imigrante ideal para o Brasil”*. O lusitano *“forte, cordial, trabalhador, ordeiro, incapaz de fomentar a criação de quistos raciais, dissolvendo-se e confundindo-se nas nossas massas populacionais, o filho da Lusitânia merece um tratamento excepcional, em relação aos demais imigrantes.”* A sua invisibilidade perante a massa brasileira, tantas vezes mostrada como um problema pela literatura sobre a imigração portuguesa, se mostra em alguns momentos como uma qualidade possuída pelos lusitanos, lhe garantindo um espaço especial entre os imigrantes. Não à toa, a Emenda 512, afirmava que o português *“confunde-se a mil maravilhas com o brasileiro, assimila-se a êle tão fraternalmente que não raro é difícil distingui-lo no amor à terra e na eficiência no trabalho.”*²⁷¹ O discurso de Osvaldo Lima foi seguido pelo apoio de Aureliano Leite, que na sessão seguinte afirmou, citando Lauro Muller, que *“o Brasil se reparte por três classes de habitantes: os nacionais, os portugueses e os estrangeiros”*. Mostra então mais uma vez a especificidade do lusitano frente aos demais imigrantes. Para Leite, essa deveria ser a gradação a qual deveria inspirar ao tratamento do português no Brasil. Além de que, os portugueses deveriam possuir privilégios na naturalização, o que foi concordado pelos deputados Osvaldo Lima e Negreiros Falcão (PSD/BA).²⁷² O Instituto da Ordem dos Advogados também sugeriu condições mais favoráveis à entrada, residência e naturalização dos lusitanos.²⁷³ Para Munhoz da Rocha, a política imigratória brasileira deveria basear-se sob dois aspectos, a fim de escolher as melhores correntes imigrantes: a *“facilidade de assimilação”* e a *“utilidade à nossa evolução material”*. Acerca do primeiro aspecto, dizia o Deputado que a facilidade e a rapidez da assimilação só podia ser originária de afinades culturais. Logicamente, o parlamentar se referia aos portugueses. Disse Munhoz da Rocha que *“o filho de português é brasileiro de quatrocentos anos, não se diferenciando em nada, dos brasileiros de tôdas as gerações. Está perfeitamente à vontade e sem nenhum problema ou drama de ajustamento à vida*

²⁷⁰ Anais da Assembleia Constituinte. Organizado pela redação de anais e documentos parlamentares. Volume XI. Departamento de imprensa Nacional. RJ – Brasil. 1948. P. 375.

²⁷¹ Anais da Assembleia Constituinte. Organizado pela redação de anais e documentos parlamentares. Volume XII. Departamento de imprensa Nacional. RJ – Brasil. 1948. P. 512.

²⁷² Anais da Assembleia Constituinte. Organizado pela redação de anais e documentos parlamentares. Volume XI. Departamento de imprensa Nacional. RJ – Brasil. 1948. P. 448.

²⁷³ Anais da Assembleia Constituinte. Organizado pela redação de anais e documentos parlamentares. Volume XIV. Departamento de imprensa Nacional. RJ – Brasil. 1948. P. 225.

brasileira”²⁷⁴. Esse português, aqui no país, reforçava os elementos culturais brasileiros, os quais deveriam ser preservados. Com isso, o parlamentar recebeu um coro de “*muito bem*” dos demais parlamentares. Gustavo Capanema (PSD/MG) foi outro defensor dos lusitanos ao dizer que preferia os imigrantes portugueses a todos os de outras nacionalidades.²⁷⁵ Para o Deputado Medeiros Neto (PSD/AL) “*Portugal vale para nós como um irmão*”.²⁷⁶

Várias emendas à Constituição favoráveis aos portugueses foram propostas, sem contudo serem todas preservadas no texto final da carta magna. A emenda 285, sugeria que para a naturalização dos portugueses fossem exigidas somente a residência contínua por um ano, idoneidade moral e sanidade física. Na emenda 286, solicitou-se a equiparação aos brasileiros naturalizados de portugueses que vivendo no Brasil há mais de cinco anos e que possuíssem bens imóveis ou filhos brasileiros. A justificativa para essa emenda se dava por um caráter histórico e sentimental, apegado a razões que fariam “*brasileiros e portugueses um mesmo povo*”.²⁷⁷ Afora as diversas afinidades compartilhadas, os portugueses seriam “*nossos irmãos*”. Mais uma vez a retórica da irmandade é citada como argumento para a garantia de privilégios aos lusitanos em detrimento a outros povos estrangeiros. Na emenda 288, buscou-se algo ainda mais amplo, naturalizar todos portugueses que se achassem no Brasil na data da promulgação da Constituição, que no prazo de seis meses após essa não declarassem o interesse em permanecer com sua nacionalidade original. Desse modo, procurava-se uma nacionalização tácita aos modos do fim do século XIX²⁷⁸. Essa emenda, entretanto, não foi aprovada.

Na sessão 85, pela primeira vez, o então Deputado Gilberto Freyre se pronunciou sobre a imigração, naturalização e os portugueses. O sociólogo, na época, já um intelectual influente no país e fora dele, recebeu várias congratulações de outros parlamentares como os Deputados Aureliano Leite, Leopoldo Peres (PSD/AM) e Munhoz da Rocha, para quem o pernambucano era “*o campeão da legítima e justa reabilitação da nossa ascendência*

²⁷⁴ Anais da Assembleia Constituinte. Organizado pela redação de anais e documentos parlamentares. Volume XVIII. Departamento de imprensa Nacional. RJ – Brasil. 1949. P. 383.

²⁷⁵ Anais da Assembleia Constituinte. Organizado pela redação de anais e documentos parlamentares. Volume XXII. Departamento de imprensa Nacional. RJ – Brasil. 1950. P. 361.

²⁷⁶ Anais da Assembleia Constituinte. Organizado pela redação de anais e documentos parlamentares. Volume XXV. Departamento de imprensa Nacional. RJ – Brasil. 1951. P. 137.

²⁷⁷ Anais da Assembleia Constituinte. Organizado pela redação de anais e documentos parlamentares. Volume XII. Departamento de imprensa Nacional. RJ – Brasil. 1948. P. 90.

²⁷⁸ Anais da Assembleia Constituinte. Organizado pela redação de anais e documentos parlamentares. Volume XII. Departamento de imprensa Nacional. RJ – Brasil. 1948. P. 91.

portuguesa.”²⁷⁹ Para Freyre, a Constituição deveria dar uma situação especial aos lusitanos nas partes referentes à imigração e naturalização. Elogiando os discursos de Aureliano Leite acerca do tema, Freyre afirmava que os portugueses não eram estrangeiros, mas portugueses, salientando a excepcionalidade lusitana. Freyre alertava ainda para o considerável número de estrangeiros que viriam a desembarcar no Brasil nos anos seguintes oriundos das origens mais diversas. O Brasil deveria se preparar para receber essas correntes sem, contudo, perder o “*lastro de cultura tradicional e comum que é a de origem predominantemente lusitana*”. Seria do interesse do país reforçar esse lastro através da aproximação ainda maior entre portugueses e brasileiros, reconhecendo a situação especial dos lusitanos. Isto posto, o Deputado aplaudiu a emenda encaminhada por Aureliano Leite, que buscava essa situação privilegiada aos portugueses.²⁸⁰

Gilberto Freyre prosseguiu seus discursos afirmando que ao facilitar as condições aos portugueses se impulsionaria a participação dos lusitanos em atividades como a lavoura e agricultura, visto que era para o campo que se almejava a imigração. Freyre ainda defendeu os portugueses, comumente citados como avessos ao trabalho no campo e como imigrantes para os centros urbanos e comércio. Segundo o sociólogo, isso seria um erro. O “*caráter latifundiário e quase feudal*” dos nossos campos era o responsável por empurrar os pequenos lavradores portugueses contra a vontade para as cidades. Aureliano Leite corroborou chamando atenção para a fama de bons agricultores por parte dos portugueses do Arquipélago da Madeira. Freyre seguiu ressaltando uma frase bastante dita na Constituinte que o português seria o imigrante ideal

para ser distribuído por tôdas as regiões brasileiras das mais quentes às mais frias, como valor não só econômico como social, ou sóciologicamente cultural, de fixação da cultura tradicional, ou básica, que é entre nós a de origem principalmente portuguêsã, entre colonos ou populações de outras línguas e de outras heranças culturais²⁸¹

Freyre ainda disse que o imigrante português seria uma espécie de colaborador brasileiro no auxílio aos demais estrangeiros na assimilação de nossa cultura básica. A defesa do português era, aos olhos do pernambucano, uma defesa da cultura brasileira

²⁷⁹ Anais da Assembleia Constituinte. Organizado pela redação de anais e documentos parlamentares. Volume XVIII. Departamento de imprensa Nacional. RJ – Brasil. 1949. P. 30.

²⁸⁰ Anais da Assembleia Constituinte. Organizado pela redação de anais e documentos parlamentares. Volume XIII. Departamento de imprensa Nacional. RJ – Brasil. 1947. P. 196.

²⁸¹ Anais da Assembleia Constituinte. Organizado pela redação de anais e documentos parlamentares. Volume XIII. Departamento de imprensa Nacional. RJ – Brasil. 1947. P. 197.

diante da leva de imigrantes estrangeiros alheios à cultura local que estariam por desembarcar no país.

Nas sessões seguintes outras emendas buscaram favorecer o português como a emenda 1.512 que procurou equiparar aos naturalizados, com mesmos direitos e mesmas obrigações, enquanto domiciliados no Brasil, todos portugueses com mais de cinco anos de permanência ininterrupta no país. Na justificativa, afirmava-se mais uma vez os laços de identidade entre brasileiros e portugueses, afim de assegurar a esses portugueses já radicados no país, independente de naturalização, os mesmos direitos e deveres, pois segundo a justificativa “*os portugueses nunca foram, não são, jamais serão, estrangeiros no Brasil*”.²⁸²

Na sessão 143, foi discutida a emenda 285, a que trouxe maior mudanças para os lusitanos, proposta por Aureliano Leite da UDN de São Paulo, Gilberto Freyre da UDN de Pernambuco e Altino Arantes do PR de São Paulo, que propunha ser “*exigidos dos portugueses apenas a residência contínua de um ano no País, idoneidade moral e sanidade física*”²⁸³ para sua naturalização. O deputado Rui Santos (UDN/BA), contrário à medida, disse que nem “*com a ressalva de portugueses que falassem língua brasileira eu votaria a emenda.*”²⁸⁴. O deputado Jurandir Pires (UDN/DF) sugeriu estender esses privilégios aos demais povos americanos. O deputado Alde Sampaio (UDN/PE) concordou com a emenda, assim como Soares Filho (UDN/RJ). Luis Carlos Prestes (PCB/DF), concordou, mas lamentou a exceção da apenas a portugueses, a seu ver, todos estrangeiros deveriam ser beneficiados. O deputado Domingos Velasco (ED/GO) ressaltou que os portugueses deveriam ter preferência, assim como falaram Medeiros Neto (PSD/AL), Juraci Magalhães (UDN/BA), Deodoro Mendonça (PSP/PA) e Afonso de Carvalho (PSD/AL).

Aureliano Leite prosseguiu seu discurso questionando quais privilégios reais haviam sido concedidos até aquele momento aos portugueses, o “*nosso irmão de além-mar*”, e concluiu que não havia sido concedido nenhum que diferenciasse o lusitano de um australiano, cambogiano ou outro estrangeiro. Para o parlamentar isso não seria justo. Recorrendo à retórica da irmandade, o deputado disse que “*a minha família me merece*

²⁸² Anais da Assembleia Constituinte. Organizado pela redação de anais e documentos parlamentares. Volume XIV. Departamento de imprensa Nacional. RJ – Brasil. 1948 p. 111.

²⁸³ Anais da Assembleia Constituinte. Organizado pela redação de anais e documentos parlamentares. Volume XXII. Departamento de imprensa Nacional. RJ – Brasil. 1950. P. 360.

²⁸⁴ Anais da Assembleia Constituinte. Organizado pela redação de anais e documentos parlamentares. Volume XXII. Departamento de imprensa Nacional. RJ – Brasil. 1950. P. 360.

mais carinhos e amparo que um estranho. O que se passa dentro de um país. acontece dentro do universo. Os povos possuem também as suas famílias. Brasileiros e lusos formam uma dessas famílias.”²⁸⁵. Assim sendo, o deputado almejava que os portugueses não fossem iguados em direitos políticos aos brasileiros, mas tampouco fossem mantidos no mesmo nível que outros estrangeiros como italianos e espanhóis. Aureliano Leite, contudo, buscava contemporizar os conflitos entre portugueses e brasileiros no passado. O Brasil passava por um novo momento. O português já não era o colonizador dos séculos passados, mas sim, o exemplar europeu do brasileiro, em língua e cultura. Após a emenda ser levada a voto pelo presidente, foi finalmente aprovada. Na sessão seguinte, os parlamentares receberam um telegrama do Sindicato dos Salões e Barbeiros e de Cabelereiros do Rio de Janeiro, parabenizando a Assembleia pela aprovação da emenda 285, que garantiu aos portugueses a redução do prazo para naturalização dos mesmos.

Por fim, a Constituição de 1946 deu garantias especiais aos lusitanos, visto que para a naturalização eram “*exigidas aos portugueses apenas a residência no País por um ano ininterrupto, idoneidade moral e sanidade física*”, conforme escrito na carta magna. Se tratava de um privilégio excepcional, que garantia aos que buscassem a naturalização uma situação jurídica diferenciada e o mesmo ocorreu na Constituição de 1967. Com a Carta Magna de 1946, algumas mudanças se processaram na organização da imigração para o Brasil. Diz no artigo 162 que a “*seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes ficarão sujeitas, na forma da lei, às exigências do interesse nacional*”, em parágrafo único ainda afirmava que “*caberá a um órgão federal orientar esses serviços e coordená-los com os de naturalização e de colonização, devendo nesta aproveitar nacionais.*”. Após diversos debates, a nova Constituição garantiu aos imigrantes portugueses uma situação ainda mais privilegiada do que a encontraram seus patrícios imigrados em outra época. Nesta Constituição, observa-se uma nova guinada no estatuto jurídico português no Brasil com os privilégios na naturalização.²⁸⁶

Anos depois, em 1967, em meio à ditadura militar, uma nova constituição foi promulgada. Esta foi elaborada pelo Congresso Nacional, sob auspícios do regime militar e com o intuito de dar um caráter de legalidade ao movimento golpista. Com relação aos

²⁸⁵ Anais da Assembleia Constituinte. Organizado pela redação de anais e documentos parlamentares. Volume XXII. Departamento de imprensa Nacional. RJ – Brasil. 1950. P. 363.

²⁸⁶ BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1946)*, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm > Acesso em : 20 de Fev 2014

portugueses, repetiram-se os privilégios adquiridos anteriormente, assim, para aqueles que quisessem se naturalizar era “*exigida apenas residência por um ano ininterrupto, idoneidade moral e sanidade física*”²⁸⁷ Já em 12 de abril de 1972, o decreto 70.391 garantiu em seu artigo primeiro que “*os portugueses no Brasil e os brasileiros em Portugal gozarão de igualdade de direitos e deveres com os respectivos nacionais.*”²⁸⁸

Mais 21 anos depois, surgiu a Constituição de 1988, em vigor até hoje, pautada pelo fim do regime militar e pela redemocratização. Nesta, perpetuam-se os privilégios aos portugueses, que assim possuem uma situação jurídica mais favorável que os demais estrangeiros. De acordo com o artigo 12, no parágrafo primeiro: “*aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.*”. Na Constituição de 1988 os privilégios para a naturalização permaneceram e foram estendidos à todos povos lusófonos, não mais apenas aos lusitanos. Continua sendo exigido, entretanto, a “*residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral*”. Para os demais estrangeiros, é necessário quinze anos ininterruptos para pleitear a naturalização.²⁸⁹

O Brasil teve sete Constituições ao longo da História: em 1824, 1891, 1934, 1936, 1946, 1967 e 1988. Todas, com exceção a de 1891, privilegiaram de alguma forma o português, seja dando-lhe prioridade como corrente imigratória, seja lhe facilitando a naturalização ou equiparando-o ao brasileiro. A História dos portugueses no Brasil foi mesclada entre momentos de lusofobia e instantes de privilégios legais. Tal contraste pautou a presença lusitana em sua antiga colônia. Diz Sacchetta que “*favorecimento e intolerância singularizaram paradoxalmente a história dos portugueses no país*”. Por mais que os episódios antilusitanos tenham ocorrido ao longo do séculos, não faltaram discursos de aproximação, ressaltando as ligações existentes entre portugueses e brasileiros. Ainda em 1822, em meio ao processo de independência, D. Pedro I em proclamação ao povo português evocava à “*continuação de uma amizade fundada nos ditames da justiça e da generosidade, nos laços de sangue e em recíprocos interesses*” a fim de evitar uma guerra mais violenta. Essa retórica da irmandade perpetuou-se, voltando com força cem anos

²⁸⁷ BRASIL. *Constituição da república federativa do Brasil (1967)*, de 24 de janeiro de 1967. Disponível em. < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm > Acesso em : 20 de Fev 2014

²⁸⁸ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d70391.htm

²⁸⁹ BRASIL. *Constituição Federal (1988)*, de 5 de outubro de 1988. Disponível em. < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm > Acesso em : 20 de Fev 2014

depois e mais perceptível ainda após o período Vargas. Os imigrantes portugueses do pós-Guerra encontraram uma situação bastante favorável do ponto de vista legal para seu desembarque no país. O antilusitanismo aos poucos se dissipava. Desde então, os portugueses deixaram de ser os antigos inimigos para serem os estrangeiros mais brasileiros de todos. Ainda hoje, a Constituição brasileira privilegia os lusitanos e os demais falantes da língua portuguesa, em detrimento dos demais estrangeiros.

3. A E/Imigração Portuguesa em números

Para se entender a imigração entre dois países é necessário, entre tantas coisas, compreender os números que envolvem esses movimentos ao longo do tempo. Não basta apenas entender quantos portugueses saíram de Portugal para o Brasil, ou quantos lusitanos chegaram em solo brasileiro. Existem diversas nuances fundamentais para um conhecimento aprofundado desses deslocamentos. Para além de saber os números dos que saem do país de origem e os que chegam ao país de destino, convém observar, numa visão micro, todas subdivisões administrativas portuguesas, os distritos, freguesias, concelhos e aldeias de nascimento dos estrangeiros que para aqui se deslocaram, assim como, os estados e municípios para onde se direccionaram.

Não se pode, tampouco, ignorar a comunidade portuguesa previamente residente nos locais de destino da emigração. É imprescindível entender que a emigração é alimentada pelas relações entre aqueles que já foram e aqueles que almejam ir. São vários aspectos que podem auxiliar uma minuciosa compreensão dos deslocamentos dos portugueses para o Brasil. Este capítulo enfocará os dados demográficos, econômicos e estatísticos referentes a esses movimentos, atentando sempre para os locais de origem e destino, em visões macro e micro, além de procurar abarcar a presença portuguesa prévia nos locais para onde se dirigiam. Se buscará, inicialmente, apresentar elementos globais da imigração portuguesa para o Brasil, para depois compreender o mesmo movimento a partir de uma ótica emigrante portuguesa, levando em consideração os locais de origem e os destinos específicos de cada localidade originária. Após essa exposição, será privilegiada uma visão dos destinos dessa massa imigrante, pensando esses números em diversos estados brasileiros. Por fim, se abordará a presença portuguesa em Pernambuco, principalmente no recorte desta pesquisa, sob aspectos demográficos e econômicos, para, em conclusão, apontar os dados específicos da imigração lusa para este estado.

3.1 A Imigração Portuguesa para o Brasil em números

A imigração portuguesa para o Brasil foi uma constante na História do país. Para além dos óbvios deslocamentos de lusitanos para o território brasileiro a partir de 1500 e em todo período colonial, vê-se que esses movimentos não se restringiram ao período em que Brasil e Portugal estiveram unidos por uma única coroa, sendo uma constante mesmo nos momentos que se seguiram à independência brasileira.

Segundo Joel Serrão, entre 1855 e 1960, o Brasil atraiu uma média de 80% de toda emigração legal portuguesa, entretanto, em anos anteriores essa porcentagem chegou a ser ainda maior - por volta de 93% entre 1891 e 1911.²⁹⁰ Esses valores deixam clara a configuração do Brasil como principal destino da emigração portuguesa e são esses imigrantes lusitanos que constituíram o mais numeroso contingente estrangeiro em solo brasileiro. Assim, este capítulo procura analisar os deslocamentos dos portugueses para o Brasil, Pernambuco e Recife em diversos recortes. Atenta-se ainda para a presença portuguesa ao redor do Brasil, bem como para as origens do contingente imigratório que desembarca no país. Segue o primeiro quadro pelo qual se compreende que os lusitanos representaram a maior presença na formação da massa imigrante entre o século XIX e XX.

Quadro 01 - Imigração para o Brasil (Séculos XIX e XX)		
Portugueses	1837 – 1968	1.766.771
Italianos	1836 - 1968	1.620.344
Espanhóis	1841 - 1968	719.555
Alemães	1836 - 1968	257.457
Japoneses	1908 – 1968	243.441
FONTE: BASTOS In: BARBOSA, Rosana. Immigration and xenophobia Portuguese immigrants in early 19th century. Rio de Janeiro. Lanham (Md.), University Press of America. 2009. p.192		

É possível perceber numa clara observação desse montante, que os portugueses foram o maior contingente imigrante no Brasil ao longo do tempo apresentado, seguidos de muito perto pela imigração italiana. Em terceiro lugar foi o contingente espanhol e, em menor número, alemães e japoneses. Observa-se, desse modo, um maior número de povos latinos. Como disse Syrléa Marques Pereira, esses “*estavam mais próximos do habitante*

²⁹⁰ SERRÃO, Joel. "Conspecto histórico da emigração portuguesa". In: *Análise Social*, XVIII(32), pp. 597-617. 1970.

nacional em relação ao idioma, à religião católica e à cultura, o que facilitava o processo assimilatório e afastava o risco de isolamento em núcleos étnicos”²⁹¹.

A imigração italiana para o Brasil esteve muito relacionada ao desenvolvimento do cultivo do café no Oeste Paulista, no século XIX, e à substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalhador livre e imigrante.²⁹² Núncia Constantino ainda explica que a chegada desses italianos supria a necessidade estatal de povoar as regiões do sul do país com elementos latinos e católicos, de preferência.²⁹³ Os conflitos advindos da recente unificação italiana também contribuíam para os deslocamentos dos italianos no XIX. Já no século XX, a situação italiana ainda impulsionava as saídas de seus paisanos. Guerra Ítalo-Turca, I e II Guerra Mundial, instabilidade interna, camponeses expulsos de suas terras, indústria incapaz de receber a mão-de-obra ociosa, foram alguns dos fatores que fizeram parte da população italiana emigrar.²⁹⁴

Medo das guerras e difícil situação do campo impulsionaram a imigração espanhola para o Brasil também. No século XIX, dois terços da economia espanhola era de base agrária, contudo, a situação do camponês era precária. Cánovas ainda fala que havia o medo da convocação para as tentativas de salvar as últimas colônias ultramarinas de Porto Rico, Filipinas e, principalmente, Cuba.²⁹⁵ Já no século XX, persistiam os problemas no campo e a Guerra do Marrocos (1909 a 1927), além da I e II Guerra Mundial e da Guerra Civil Espanhola continuaram impulsionando a saída de espanhóis do seu país. Entretanto, ao menos 82% dos espanhóis que foram para América se dirigiram à Cuba e Argentina, destino preferido desses imigrantes.²⁹⁶

É importante notar, no entanto, que mesmo em números muito menores, alemães e japoneses marcaram indelevelmente a história da imigração para o Brasil, entre outros aspectos, por conta dos seus respectivos focos em determinadas regiões do país. O grande

²⁹¹ PEREIRA, Syrléa Marques. **Entre histórias, fotografias e objetos: imigração italiana e memórias de mulheres**. Rio de Janeiro: UFF. 2008 (tese de doutorado).P.39

²⁹² OLIVEIRA, Maria Coleta F.A. de .**A Imigração italiana para o Brasil e as Cidades**. Campinas : UNICAMP, Núcleo de Estudos de População. 1992. P. 7.

²⁹³ CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **O italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto - alense** . Porto Alegre: EST, 1991. P.53

²⁹⁴ IOTTI, Luiza Horn . *Os estados brasileiro e italiano e a imigração italiana no RS*. In: XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH** - Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH, 2011.

²⁹⁵ CANOVAS, M. D. K. . *A grande emigração européia para o Brasil e o imigrante espanhol no cenário da cafeicultura paulista: aspectos de uma (in)visibilidade*. **Saeculum** (UFPB), João Pessoa, PB, v. 11, n.ago/dez, p. 115-136, 2004. P.120

²⁹⁶ MARTÍNEZ, E. E. G. “O Brasil como País de Destino para Migrantes Espanhóis”. In: FAUSTO, B. (Org.) **Fazer a América**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 239.

enfoque japonês em São Paulo²⁹⁷ e alemão no sul do país²⁹⁸, os tornou bastante marcantes nessas regiões.²⁹⁹

Ao se analisar mais detalhadamente esses dados e dividi-los dentro de um recorte temporal mais fragmentado, é possível perceber os detalhes dessas imigrações. No quadro abaixo, pode-se ter uma noção percentual da participação de cada uma dessas nacionalidades na formação do todo imigrante destinado ao Brasil entre 1872 e 1972. Entretanto, o foco desta pesquisa é compreender a dinâmica imigratória portuguesa. Entre todos os recortes estabelecidos, apenas de 1880 a 1909 os lusitanos não foram os estrangeiros que mais desembarcaram no Brasil, ficando em segundo lugar, após os italianos. Contudo, em todos os outros períodos, os portugueses foram os que tiveram maior participação na imigração para o Brasil. Sua contribuição nunca foi inferior a 18% e teve como pico percentual o período de 1950 a 1959, objeto desta pesquisa, quando compuseram 41,4% do total de imigrantes.

Quadro 2 - Imigração para o Brasil (1872 – 1972) - porcentagem do total							
	Portuguesa	Italiana	Espanhola	Alemã	Japonesa	Outros	Total
1872-79	31.2	25.8	1.9	8.1	0	33.0	100
1880-89	23.3	61.8	6.7	4.2	0	4.0	100
1890-99	18.3	57.6	13.7	1.4	0	8.9	100
1900-09	31.4	35.6	18.2	2.2	0.1	12.4	100
1910-19	39.1	16.7	22.3	3.2	3,4	15.1	100
1920-29	35.7	12.6	9.7	2.9	6.9	26.2	100
1930-39	30.9	6.7	3.8	8.3	29.8	20.5	100
1940-49	40.0	13.9	4.5	6.0	2.5	33.6	100
1950-59	41.4	15.8	16.2	2.9	5.8	17.9	100
1960-69	37.5	6.3	14.4	2.9	12.7	26.3	100
1872-1972	31.1	30.3	13.4	4.2	4.6	16.4	100

FONTE: LEVY, Maria Stella Ferreira. "*O Papel da Migração Internacional na Evolução da População Brasileira (1872 a 1972)*". In: *Revista de Saúde Pública, suplemento*, 8 (1974), 71-73.

²⁹⁷ IZUMI, Patrícia Tamiko. "Envelhecimento dos imigrantes japoneses em São Paulo, Brasil", in MACHADO, Fernando Luís (org.), *Revista Migrações - Número Temático Imigração e Envelhecimento Ativo*, Abril 2012, n.º 10, Lisboa: ACIDI, pp. 127-141. 2012. HANDA, Tomo. *O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil*. T. A. Queiroz: São Paulo. 1987

²⁹⁸ GREGORY, Valdir. *Imigração alemã: formação de uma comunidade teuto-brasileira*. In: **BRASIL: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2000. P.101-121. MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.) **Os Alemães no Sul do Brasil: Cultura, etnicidade e história**. Canoas: Ed. Ulbra, 1994.

²⁹⁹ Para imigrações de minorias ver: LESSER, Jeffrey. **Negotiating National Identity: Immigrants, Minorities, and the Struggle for Ethnicity in Brazil**. Duke University Press: Durham & London. 1999.

No próximo quadro analisamos apenas os números, e não os percentuais, referentes a imigração portuguesa entre 1872 e 1972. Nele compreende-se o movimento lusitano em sua dinâmica ao longo do tempo, no que se refere ao seu quantitativo. É possível perceber momentos de declínio e de ascensão desses deslocamentos, bem como constatar os decênios mais movimentados. Observa-se, então, que as décadas de 1910 e 1920 foram as que apresentaram um maior número de imigrantes, correspondendo a 19,16% e 18,16% do total imigrado entre 1872 e 1972.

Este auge dos deslocamentos, ocorrido entre as referidas décadas, faz parte do período da chamada Grande Imigração (1870 – 1930) em que, a difícil situação econômica portuguesa aliada a uma crescente industrialização brasileira e à necessidade de mão-de-obra para o campo, foram alguns dos combustíveis impulsionadores de tais movimentos. Porém, o início da década de 1930 representou um forte golpe nas imigrações portuguesas, o que pode ser visto no declínio percentual e de número absoluto após o ano de 1929 em todos os quadros. Além do *crash* da Bolsa de Nova Iorque, que atingiu economicamente boa parte do mundo, ainda houve um fechamento da política imigratória brasileira por parte de Getúlio Vargas que, preocupado em definir um maior aproveitamento da mão-de-obra nacional no campo, passou a limitar a imigração para o Brasil com o intuito de proteger os trabalhadores nacionais.³⁰⁰ Os deslocamentos ainda sofreram uma maior baixa no período da Segunda Guerra Mundial devido à instabilidade das rotas atlânticas, entre outros fatores.

Apesar do período da chamada Grande Imigração ser o recorte mais analisado nos estudos imigratórios, não se pode ignorar o grande *boom* imigrante ocorrido na década de 1950, um aumento de mais de 500% referente ao decênio anterior e que representou 14,53% do total de portugueses que se estabeleceram no Brasil no período de 1872 a 1972, ou seja, a terceira década em quantitativo de imigrantes lusitanos. A década de 50 representa uma volta a números muito parecidos com os recebidos no início do século XX e um último fôlego da imigração portuguesa para o Brasil, antes do declínio na década de 1960.

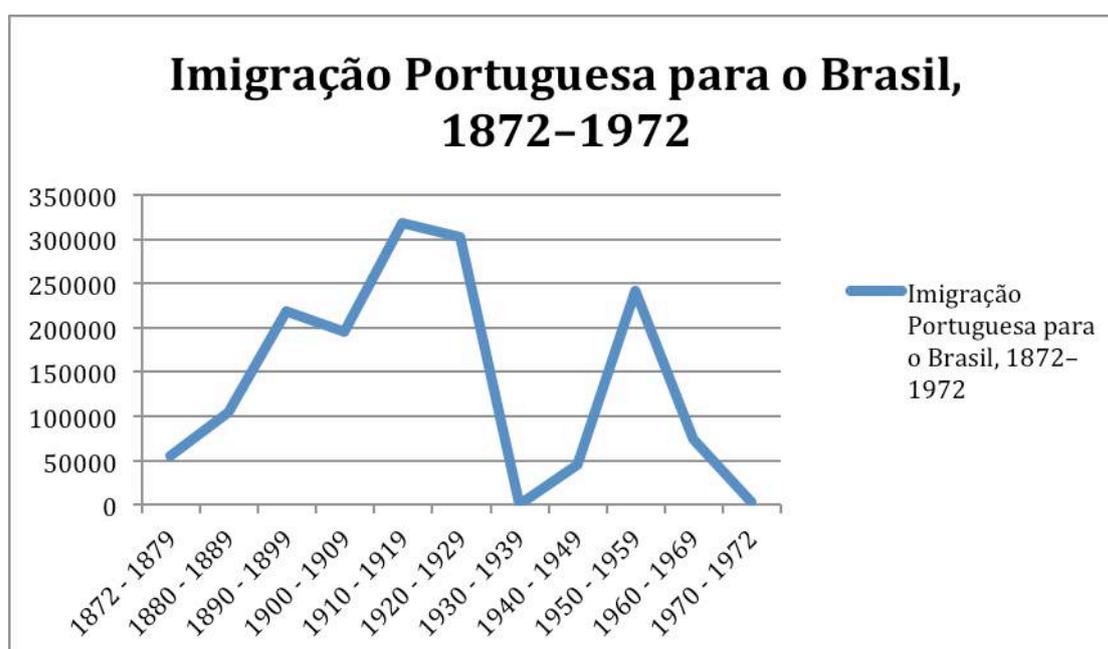
³⁰⁰ PASCKES, Maria Luisa Nabinger de A. “Notas sobre os imigrantes portugueses no Brasil (Sécs. XIX e XX)”. In: **Revista História**. São Paulo, nº123-124. 1990/1991. pp. 35-70
PEREIRA, Miriam Halpern. **Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)**. SP: EDUSC. 2002. P. 82

Quadro 03 - Imigração Portuguesa para o Brasil, 1872–1972, com percentuais referentes a cada período.

Período	Imigrantes	Percentual em relação à década de maior imigração	Proporção relativa ao total de imigrantes do período 1872-1972
1872 – 1879	55.027	17,27%	3,31%
1880 – 1889	104.690	32,87%	6,29%
1890 – 1899	219.353	68,87%	13,19%
1900 – 1909	195.585	61,41%	11,76%
1910 – 1919	318.481	100%	19,16%
1920 – 1929	301.915	94,79%	18,16%
1930 – 1939	102.743	32,26%	6,18%
1940 – 1949	45.604	14,31%	2,74%
1950 – 1959	241.579	75,85%	14,53%
1960 – 1969	74.129	23,27%	4,45%
1970 – 1972	3.073	0,96%	0,18%
TOTAL	1.662.179		100%

FONTE: Adaptado de BASSANEZI apud FISS, 2001, p.2. apud MENDONÇA, Luís Carvalheira de. O empreendedorismo português na cidade do Recife na primeira metade do século XX. Universidade de Aveiro. 2010 (tese de doutorado). P.66

Gráfico 01



A tabela e gráfico acima auxiliam a compreendermos os movimentos da imigração portuguesa por décadas. Além do mais, tomando-se a década de 1910 como 100%, podemos analisar e comparar como o número de outras décadas se relacionam a esse quantitativo. Desse modo, percebe-se que a década de 1920 representou 94,79% do número imigrado na década anterior. Já na década de 1950, quando se deslocaram 241.579 lusitanos, vê-se que contingente imigrado significou 75,85% do que se viu na década de 1920. Desse total imigrado 1530 teriam se dirigido a Pernambuco, 0,63% do total do período.

Convém, ainda, observar o quantitativo ano a ano, da imigração portuguesa para o Brasil. Segundo Richard Graham³⁰¹, entre 1851 e 1855, 25.883 portugueses imigraram para o Brasil; entre 1856 e 1860 foram 43.112; entre 1861 e 1865, 25.386; entre 1866 e 1870, 26.776 e entre 1871 e 1875, imigraram 32.688 lusitanos, mostrando as oscilações no período. Deste modo, é possível ver com mais nitidez o movimento da imigração portuguesa ao longo do tempo. Na tabela que se segue, percebe-se esses números desde 1880 até 1945. Assim, há a possibilidade de se analisar mais detalhadamente todas informações vistas nas tabelas anteriores. Vê-se que os picos da imigração portuguesa ocorreram nos anos de 1912 e 1913, com cifras que chegaram a mais de 76.000 lusitanos deslocados em cada um desses anos. Além disso, é possível visualizar minuciosamente o declínio dos números logo após a crise de 1929 e no período da Segunda Guerra Mundial. Eduardo Ferreira mostra que essa queda a partir de 1930 se deveu aos efeitos que a crise mundial provocou de forma indireta ao Brasil, levando o país a precisar adotar restrições à imigração e frear a vinda de estrangeiros. Por outro lado, a mesma crise afetou a saída de imigrantes portugueses de sua pátria, que limitava a emigração e que viu também uma diminuição desses números no período da segunda Guerra Mundial, visto a dificuldade do transporte no atlântico, entre outros fatores.³⁰²

³⁰¹ GRAHAM, Richard. "1850-1870." In: BETHELL, Leslie. **Brazil: Empire and Republic, 1822-1930**. Cambridge: Cambridge University Press. 1989.

³⁰² FERREIRA, Eduardo Sousa. **Origens e Formas da Emigração**. Lisboa, Iniciativas Editoriais. 1976

Quadro 04 - Imigração portuguesa para o Brasil, 1880-1945					
Anos	Imigrantes	Anos	Imigrantes	Anos	Imigrantes
1880	12.101	1902	11.606	1924	23.267
1881	3.144	1903	11.378	1925	21.508
1882	10.621	1904	17.318	1926	38.791
1883	12.509	1905	20.181	1927	31.236
1884	8.683	1906	21.706	1928	33.882
1885	7.611	1907	29.681	1929	38.879
1886	6.287	1908	37.628	1930	18.740
1887	10.216	1909	30.577	1931	8.152
1888	18.829	1910	30.857	1932	8.499
1889	15.240	1911	47.493	1933	10.696
1890	21.174	1912	76.530	1934	8.732
1891	32.349	1913	76.701	1935	9.327
1892	17.797	1914	27.935	1936	4.626
1893	28.986	1915	15.118	1937	11.417
1894	17.042	1916	11.981	1938	7.435
1895	36.055	1917	6.817	1939	15.120
1896	22.299	1918	7.981	1940	11.737
1897	13.558	1919	17.068	1941	5.777
1898	15.105	1920	33.883	1942	1.317
1899	10.989	1921	19.981	1943	146
1900	8.250	1922	28.622	1944	419
1901	11.261	1923	31.866	1945	1.474
FONTE: ANTUNES, M. L. Marinho. "Migrações, mobilidade social e identidade cultural: factos e hipóteses", <i>Análise Social</i>, XVII(65). 1981. P.19.					

Entretanto, o fim da guerra representou uma sobrevida da imigração portuguesa para o Brasil, e esse movimento foi retomado, após o ano de 1945. Passada a queda desses deslocamentos entre 1930 e 1949, os anos 1950 marcaram o último período em que o Brasil foi o destino principal dos deslocamentos portugueses. A partir de 1963, a França se tornou o local de maior atração desses imigrantes. Essa mudança teve relação não apenas com a situação econômica e social interna de Portugal, mas primordialmente com o rápido crescimento econômico que existiu nos países do Norte e do Centro da Europa ocidental, em especial, na produção industrial.³⁰³

³⁰³ ANTUNES, M. L. Marinho. "Migrações, mobilidade social e identidade cultural: factos e hipóteses", *Análise Social*, XVII(65). 1981. P.19.

Kenneth Maxwell mostra que, aos poucos, as condições de trabalho na França em muito superaram as existentes em Portugal, pois durante a década de 1970 o salário mínimo francês era superior ao recebido por 92% da população portuguesa.³⁰⁴ Além do atrativo que representava a França, a queda no número de imigrantes portugueses para o Brasil durante esse período pode ser atribuída aos Planos de Fomento do Governo de Salazar (1º Plano de Fomento-1953-1958; 2º Plano de Fomento - 1959 -1964), que previam a expansão e a modernização técnica na agricultura e na indústria, no intuito de melhorar a economia portuguesa. Após a Segunda Guerra, o governo salazarista lançou planos quinquenais com o intuito de impulsionar o país. No primeiro plano, foram feitos investimentos principalmente na construção de infra-estruturas e industrialização, sem contudo deixar de lado a “vocação agrícola” lusitana. No segundo plano, a indústria de base foi privilegiada, além da substituição das importações.³⁰⁵

Com os Planos de Fomento houve *“uma preocupação em organizar-se uma política de emprego”*. Para Pasckes, ainda que a emigração não tenha cessado, houve *“uma maior racionalização com relação à emigração do final do séc. XIX”*. Deste modo, a autora credita a diminuição da emigração portuguesa para o Brasil, ao longo do período Salazarista, ao estabelecimento de uma política de emprego, presente já no Primeiro Plano de Fomento, e à mudança dos destinos dos emigrantes.³⁰⁶

Pouco estudado pelas historiografia luso-brasileira, é importante compreendermos esse último *boom* da imigração portuguesa para o Brasil, também chamado por Eulália Maria Lahmeyer Lobo como *“período de retomada relativa da emigração”*³⁰⁷. Segundo Angela Trento:

o emigrante do pós-guerra não parecia em nada com o de décadas atrás; ele era portador de exigências bem diferentes e tinha consciência de seus direitos e uma dignidade humana totalmente desconhecidas dos trabalhadores que abandonavam a pátria no início do século.³⁰⁸

Os imigrantes dos anos 1950 vinham para o Brasil trazidos por diversas motivações, que nem sempre estavam relacionadas às dificuldades econômicas. É notório, no caso da

³⁰⁴ MAXWELL, Kenneth. **A Construção da Democracia em Portugal**. Lisboa: EP. 1999.

³⁰⁵ MOSCA João. “Salazar e a Política Económica do Estado Novo”. Publicado na revista Lusíada. História, Série II, Número 4, pp. 339-364. Lisboa, Universidade Lusíada. 2007.

³⁰⁶ PASCKES, Maria Luisa Nabinger de Almeida. Notas sobre os imigrantes portugueses no Brasil (Sécs. XIX e XX). R. História, São Paulo, n. 123-124, p. 35-70, ago/jul., 1990/1991. p. 84.

³⁰⁷ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Imigração portuguesa no Brasil**. SP: Hucitec. 2002. P.213

³⁰⁸ TRENTO apud: FACCHINETI, Luciana. **A imigração italiana no segundo pós-guerra e a indústria brasileira nos anos 50**. Dissertação apresentada ao Dep. de História da UNICAMP. 2003

imigração portuguesa para Pernambuco, que, para além das dificuldades econômicas relatadas por alguns imigrantes, foi também determinante a fuga do alistamento militar e busca por uma nova vida. Segundo Kenneth Maxwell, o serviço ao exército durava de quatro a seis anos e o soldado poderia ser enviado para Angola ou Moçambique,³⁰⁹ o que foi confirmado pelos integrantes da comunidade portuguesa em Pernambuco, que relataram o medo de servirem na África portuguesa.

É importante também perceber que esses imigrantes desembarcavam em Pernambuco munidos de condições básicas de sustento. Não se tratava de imigrantes pobres vindos de Portugal, até porque, existia todo um gasto necessário com deslocamento e trâmites burocráticos. É preciso perceber ainda que a “*emigração constituía, em muitos casos, uma estratégia para manter a estabilidade e viabilidade da manutenção da família e da unidade de produção que mantinha o sustento da mesma*”.³¹⁰

Assim, convém analisar os números após 1945, período objeto do nosso estudo. Observa-se o ano de 1952, como o de maior pico do movimento no período, chegando o Brasil a receber 42.815 portugueses, número bastante expressivo, sendo o quarto ano a receber mais imigrantes portugueses entre 1880 e 1975. Percebe-se ainda a franca decadência dos deslocamentos lusitanos após 1962. Dois anos depois, a França desbancou o Brasil como principal destino da imigração lusa, como dito anteriormente.³¹¹

Outro ponto que deve ser chamada a atenção é que não se pode ignorar a existência de uma imigração clandestina, o que sem dúvida é um aspecto que deve ser considerado para uma relativização dos dados aferidos. Contudo, é sabido que esses números não representavam uma porcentagem expressiva diante do todo imigrado no período desta pesquisa. Antunes em seu estudo aponta a porcentagem desse movimento ilegal em parte do período estudado. Segundo o autor, do número do total de imigrados em 1951, 1% além dos que constam nos números oficiais saíram ilegalmente. Essa cifra variou pouco nos primeiros anos da década, mas, em 1956, chegou a 3,8%, em 1960, 8,1% e, em 1963, último ano do Brasil como principal destino da emigração portuguesa, chegou a 29,8%. Esse movimento clandestino aumentava em muito o contingente deslocado, contudo, o autor

³⁰⁹ MAXWELL, Kenneth. **A Construção da Democracia em Portugal**. Lisboa: EP. 1999.

³¹⁰ SCOTT, Ana Silvia Volpi. **As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil de 1820-1930**. Paper apresentado ao: Congresso de Historia Económica de Zaragoza, 2001. P. 119.

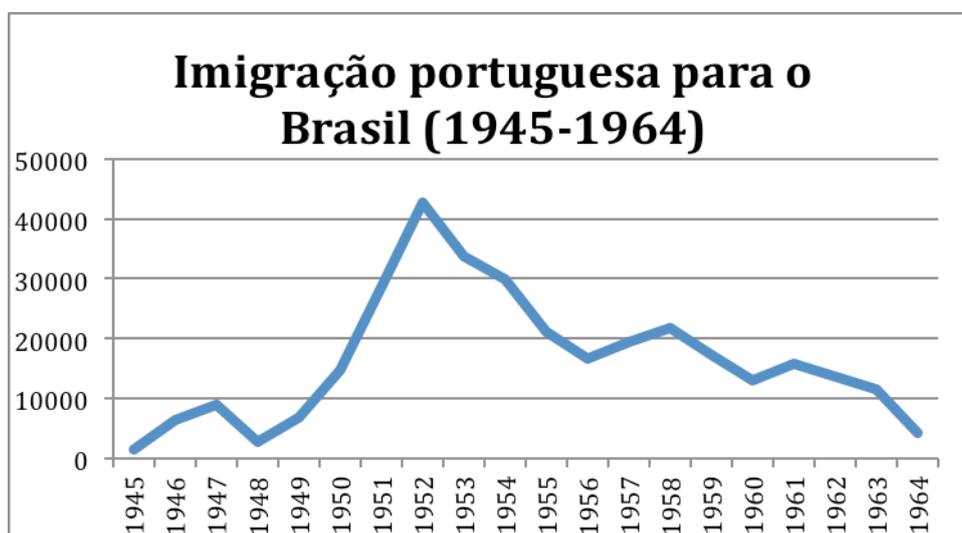
³¹¹ “o Brasil constituiu desde meados do século XVI até os primeiros anos da passada década de 60 o principal destino da emigração portuguesa”. In: ARROTEIA, Jorge. **A Emigração Portuguesa, suas Origens e Distribuição**, Lisboa, ICALP. 1983.. P. 23.

aponta que a maioria desses ilegais se dirigiam já para a França.³¹² Na tabela abaixo é possível aferir os dados ano a ano, entre 1945 e 1974, da imigração legal portuguesa para o Brasil.

Período	Imigrantes	Período	Imigrantes	Período	Imigrantes
1945	1.474	1955	21.264	1965	3.262
1946	6.342	1956	16.803	1966	2.708
1947	8.921	1957	19.471	1967	3.838
1948	2.751	1958	21.928	1968	3.917
1949	6.780	1959	17.345	1969	1.933
1950	14.739	1960	13.105	1970	1.773
1951	28.731	1961	15.819	1971	807
1952	42.815	1962	13.713	1972	1.095
1953	33.735	1963	11.585	1973	581
1954	30.062	1964	4.249	1974	426

FONTE: Adaptado de Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro : IBGE, 2000. p. 226. http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/populacao.shtm. Acesso em: 17 ago 2011.

Gráfico 02



3.2 A Emigração Portuguesa para o Brasil em números

Se por um lado está muito claro, em termos percentuais e quantitativos que a imigração portuguesa para o Brasil foi de veras importante, tem-se ainda mais nítida a

³¹² ANTUNES, M. L. Marinho. "Vinte anos de emigração portuguesa: alguns dados e comentários", *Análise Social*, XVIII (30-31), pp. 299-385. 1970. P. 340.

relevância, para Portugal, do Brasil como destino da emigração lusitana. Nas duas tabelas seguintes há dados que corroboram essa afirmativa. Na primeira, são apresentados os números da emigração portuguesa para o Brasil, segundo a porcentagem do total de emigrantes lusitanos. Assim, é possível perceber o percentual de portugueses que se deslocaram para o Brasil em cada período. Comparando ainda com o quadro 02 anterior “*Imigração para o Brasil (1872 – 1972) - porcentagem do total*” é possível ainda perceber quanto esse percentual de emigrantes portugueses representou em termos de imigrantes para o Brasil. Por não usarem o mesmo recorte temporal, esses dados não podem ser considerados em absoluto, contudo são indicações bastante substanciais. Deste modo, vê-se que 93% do total de emigrantes portugueses, entre 1891 e 1900, se dirigiram ao Brasil. Ao mesmo tempo que o contingente português recebido pelo país entre 1890 e 1899, representou apenas 18,3% do total de imigrantes entrados no Brasil neste recorte. Entretanto, observa-se, a partir de 1961, o grande declínio brasileiro como destino dos deslocamentos portugueses.

Na segunda tabela, se observam os números absolutos dos imigrantes lusitanos que saíram de Portugal. Comparando-se com o quadro 05, “*Imigração portuguesa para o Brasil (1945-1975)*”, é possível ver como há um aumento da emigração portuguesa após 1960, acompanhado de uma diminuição do recebimento de lusitanos por parte do Brasil que, entre 1950 e 1959, foi o primeiro lugar de destino da emigração portuguesa. Chegaram nesse período 237.327 lusos, o que representava 69,2% dos emigrados. O segundo lugar foi a Venezuela, que recebeu apenas 36.236, 10,6% do total dos emigrados, que foram 342.928 portugueses. Na década posterior saíram 646.962 imigrantes de Portugal, mas o Brasil já não recebeu um número tão expressivo quanto recebia antes. Chegaram ao país 72.267 lusitanos, o que representava 11,3%, deixando o Brasil em segundo lugar como opção de destino da emigração. A França, que entre 1950 e 1960 recebera 14.724 portugueses, o equivalente a 4,3% do total e que a colocava em quarto lugar, passou a receber 329.052, ficando na primeira posição.³¹³ Curiosamente o período em que o Brasil mais recebeu imigrantes portugueses, foi um período de pouca saída percentual de lusitanos para o Brasil.

Quadro 06 - Emigração portuguesa para o Brasil: proporção do fluxo total de

³¹³ SOUSA, Fernando de. “*A emigração do norte de Portugal para o Brasil: uma primeira abordagem (1834-1950)*”. In: MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (Org.). **Deslocamentos & Histórias : os Portugueses**. Bauru: Ed. EDUSC, 2008. Cap.2, p.27-34. P. 23.

emigrantes saídos de Portugal					
1855-1865	86%	1912-1920	77,8%	1941-1950	79,3%
1891-1900	93%	1921-1930	66,9%	1951-1960	76,3%
1901-1911	92,8%	1931-1935	73,7%	1961-1965	20,4%
FONTE: Adaptado de SERRÃO, Joel. A Emigração Portuguesa: sondagem histórica. Livros Horizonte: Lisboa. 1982 .4ª edição. P.43.					

Quadro 07 - Emigração portuguesa para o Brasil entre 1950 e 1964					
1950	14.143	1955	18.486	1960	12.451
1951	28.104	1956	16.814	1961	16.073
1952	41.518	1957	19.931	1962	13.555
1953	32.159	1958	19.829	1963	11.281
1954	29.943	1959	16.400	1964	4.929
FONTE: FERREIRA, Eduardo Sousa. Origens e Formas da Emigração. Lisboa: Iniciativas Editoriais. 1976.. P. 49.					

Perceber esses números da emigração, ou seja, os deslocamentos vistos pela ótica lusitana - a saída - possibilita enriquecer ainda mais os dados acerca desses movimentos para o Brasil. As seguintes tabelas se propõem a apontar de quais distritos portugueses saíram os imigrantes que chegaram ao Brasil e qual a importância, em termos percentuais, desse destino para cada um dos distritos observados de 1950 a 1984. É de conhecimento geral que foram os distritos do norte que mais enviaram seus patrícios para o Brasil e isso é corroborado pelos dados a seguir. Fernando Sousa estima, que 80% dos imigrantes portugueses que foram para o Brasil entre 1822 e 1950 eram originários do Norte³¹⁴. Jorge Carvalho Arroteia não só também indica que a maioria dos imigrantes portugueses saíam do norte do país,³¹⁵ como também afirma que essa região sofria no seu interior com uma vegetação escassa, pequeno pastoreio, industrialização incipiente, entre outros problemas. Para o autor:

estes motivos bastam para nos fazer compreender como, de há longo tempo esta parte, esta região tem sofrido forte repulsão, contribuindo a população que daí se ausenta quer para o engrossar dos caudais emigratórios

³¹⁴ SOUSA, Fernando de. "A emigração do norte de Portugal para o Brasil: uma primeira abordagem (1834-1950)". In: MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (Org.). **Deslocamentos & Histórias : os Portugueses**. Bauru: Ed. EDUSC, 2008.p.28.

³¹⁵ ARROTEIA, Jorge Carvalho. **A emigração portuguesa- suas origens e distribuição**. Lisboa: ICALP. 1983. p. 24-28

para o estrangeiro, quer ainda para aumentar o subproletariado das grandes urbes.³¹⁶

Levando em conta o recorte entre 1950 e 1984, Viseu, Porto e Aveiro são a origem da maioria dos imigrantes que desembarcaram no Brasil, seguidos por Funchal, na ilha da

Madeira, e Bragança e Vila Real, também no norte. Cerca de 63% dos imigrantes vinham dessa região. Essa predominância de Portugal setentrional, já se dava havia bastante tempo. Em levantamento dos passaportes individuais, levando em conta apenas os distritos do norte de Portugal, Fernando Sousa mostra que, entre 1835 e 1950, do total de passaportes direcionados ao Brasil, 45,1% se originavam do Porto, 38,7% do distrito de Viseu, 10,7% de Aveiro, 2,8% de Viana do Castelo, 1,6% de Braga, 0,9% de Bragança e 0,3% de Vila Real. O autor aponta o grande volume saído dessas regiões com destino ao Brasil.³¹⁷



Figura 02 - Mapa: Distritos de Portugal Continental. FONTE:
http://www.mapas-portugal.com/Mapa_Distritos_Portugal.htm.

Acesso em: 22 Mar 2014.

³¹⁶ ARROTEIA, Jorge Carvalho. "Portugal e a Emigração". In: ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz(org.). Revista de História Econômica e Social, Cadernos 1-2. Sá da Costa: Lisboa. 1981.p.11.

³¹⁷ SOUSA, Fernando de. "A emigração do norte de Portugal para o Brasil: uma primeira abordagem (1834-1950)". In: MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (Org.). **Deslocamentos & Histórias : os Portugueses**. Bauru: Ed. EDUSC, 2008.p.31

Quadro 08 - Emigração oficial para o Brasil por origem distrital dos emigrantes, 1950 – 1984 (número de migrantes)			
Viseu	43.655	Lisboa	11.998
Porto	37.870	Leiria	11.478
Aveiro	33.936	Santarém	5.456
Funchal	30.264	Castelo Branco	3.868
Bragança	28.726	Ponta Delgada	2.417
Vila Real	24.031	Faro	1.737
Guarda	22.952	Ponta Delgada	2.417
Braga	21.977	Faro	1.737
Coimbra	19.272	Setúbal	1.330
Viana do Castelo	14.205	Angra do Heroísmo	1.093
Total: 320.677			
FONTE: Adaptado de RIBEIRO, F.G. Cassola. Emigração Portuguesa. Algumas Características Dominantes dos Movimentos no Período de 1950 a 1984, Porto, Secretaria de Estado das Comunidades/Centro de Estudos. 1986.. P. 77.			

Ao se analisar estritamente a emigração dos distritos, ou seja, o quantitativo saído desses locais, em relação aos diversos destinos possíveis, percebe-se os percentuais direcionados para o Brasil. Excetuando Coimbra, que teve 53,8% dos seus emigrantes encaminhados para terras brasileiras, apenas os distritos do Norte direcionaram mais de 40% do seu contingente emigrante para esse destino. Entretanto, convém compreender os números absolutos desse período e perceber, segundo a ótica da imigração portuguesa para o Brasil, quanto significou o aporte de cada um desses destinos no quantitativo desembarcado em solo brasileiro.

Como se vê ao se relacionar as duas tabelas seguintes, ainda que Bragança tenha destinado 61,3% de seus emigrantes para o Brasil, esses representaram 9,1% do total de portugueses desembarcados no Brasil nesse período. Em termos percentuais, Aveiro, com 10,6%, Porto, com 11,8% e Viseu, com 13,9%, superaram em participação na imigração portuguesa o distrito de Bragança, todos esses quatro da região norte portuguesa. Vale ressaltar que Aveiro destinou 41,4% dos seus imigrantes para o Brasil, Porto direcionou 40,2% e Viseu, 64,1%. Este último distrito, o mais relevante em termos percentuais e numéricos absolutos na imigração portuguesa para o Brasil entre 1950 e 1969. Somando-se

todos distritos do norte (Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança, Porto, Aveiro e Viseu) têm-se 64,4% de toda emigração portuguesa para o Brasil entre 1950 e 1969. Para além dos distritos do norte apenas Guarda e Coimbra, do centro do país, e a cidade da Ilha da Madeira, Funchal, possuíram porcentagens significativas no total da emigração portuguesa para o Brasil com 7,3%, 6,0% e 9,6% respectivamente.

Quadro 09 - Emigração portuguesa oficial para o Brasil: proporção do fluxo total de migrantes, por distrito. 1950-1969	
<i>Continente</i>	Percentual de migrantes
Aveiro	41,4%
Beja	4,7%
Braga	26,6%
Bragança	61,3%
Castelo Branco	9,7%
Coimbra	53,8%
Évora	9,5%
Faro	5,3%
Guarda	37,2%
Leiria	17,8%
Lisboa	15,1%
Portalegre	15,9%
Porto	40,2%
Santarém	16,8%
Setúbal	9,0%
Viana do Castelo	26,5%
Vila Real	53,2%
Viseu	64,1%
<i>Ilhas</i>	
Angra do Heroísmo	6,3%
Horta	1,0%
Ponta Delgada	3,9%
Funchal	35,6%
Total	100%
FONTE: Adaptado de ANTUNES, M. L. Marinho. "Vinte anos de emigração portuguesa: alguns dados e comentários", Análise Social, XVIII (30-31). 1970. P. 321.	

Quadro 10 - Brasil: recepção de imigrantes portugueses. Distribuições absoluta e percentual segundo distrito de origem dos imigrantes. 1950-1969		
<i>Continente</i>	Imigrantes	Percentual
Aveiro	32.976	10,6%
Beja	455	0,1%
Braga	21.556	6,9%
Bragança	28.275	9,1%
Castelo Branco	3.730	1,2%
Coimbra	18.722	6,0%
Évora	263	0,1%
Faro	1.671	0,5%
Guarda	22.567	7,3%
Leiria	11.222	3,6%
Lisboa	9.064	2,9%
Portalegre	463	0,1%
Porto	36.696	11,8%
Santarém	5.241	1,7%
Setúbal	1.114	0,4%
Viana do Castelo	13.890	4,5%
Vila Real	23.448	7,6%
Viseu	42.863	13,9%
<i>Ilhas</i>		
Angra do Heroísmo	1.069	0,3%
Horta	139	0,0%
Ponta Delgada	2.401	0,8%
Funchal	29.767	9,6%
TOTAL	307.592	100%
FONTE: Adaptado de ANTUNES, M. L. Marinho. "Vinte anos de emigração portuguesa: alguns dados e comentários", <i>Análise Social</i> , XVIII (30-31), P. 320 e p. 322.		

Para uma análise mais fragmentada desse período, foi adaptado o trabalho de Jorge Carvalho Arroiteia, pelo qual pode ser analisada a emigração portuguesa para o Brasil, por distrito, e pelos quinquênios 1955 a 1959 e 1960 a 1964. Este recorte permite observar um fragmento temporal mais recortado dessa pesquisa e que corrobora as afirmações já apresentadas sobre as origens dos imigrantes portugueses em termos percentuais e números absolutos. Tanto o trabalho de Antunes quanto o de Arroiteia, ainda que centrados em

recortes diferenciados, apresentam as mesmas conclusões acerca do contingente emigrante português direcionado ao Brasil. Não há dúvidas de que a região do norte lusitano foi a que mais contribuiu com a imigração portuguesa para o Brasil, principalmente o Porto e Viseu.

Quadro 11 - Emigração portuguesa oficial para o Brasil por distritos de origem (1955 – 1959)	
<i>Continente</i>	Emigrantes
Aveiro	8.498
Beja	141
Braga	7.230
Bragança	8.417
Castelo Branco	1.351
Coimbra	4.948
Évora	101
Faro	509
Guarda	7.547
Leiria	4.041
Lisboa	2.034
Portalegre	183
Porto	10.802
Santarém	1.523
Setúbal	295
Viana do Castelo	4.305
Vila Real	7.480
Viseu	13.294
<i>Ilhas</i>	
Angra do Heroísmo	233
Horta	37
Ponta Delgada	706
Funchal	7.775
TOTAL	91.450
FONTE: Adaptado de ARROTEIA, Jorge. A Emigração Portuguesa, suas Origens e Distribuição, Lisboa, ICALP. 1983. p. 28	

Quadro 12 - Emigração portuguesa oficial para o Brasil por distritos de origem (1960 – 1964)	
<i>Continente</i>	Emigrantes
Aveiro	6.168
Beja	44
Braga	4.126
Bragança	6.653
Castelo Branco	1.027
Coimbra	3.250
Évora	43
Faro	285
Guarda	3.585
Leiria	2.094
Lisboa	3.181
Portalegre	116
Porto	5.962
Santarém	1.162
Setúbal	365
Viana do Castelo	2.215
Vila Real	4.693
Viseu	6.855
<i>Ilhas</i>	
Angra do Heroísmo	170
Horta	5
Ponta Delgada	239
Funchal	6.020
TOTAL	57.988
FONTE: Adaptado de ARROTEIA, Jorge. A Emigração Portuguesa, suas Origens e Distribuição, Lisboa, ICALP. 1983.p. 28	

3.3 A imigração portuguesa para os estados brasileiros

Após observar os números da imigração portuguesa para o Brasil, a perspectiva da emigração lusitana para o mesmo destino, por distrito de origem, seguem análises acerca da presença desse contingente luso no Brasil e em cada um dos estados da federação. Para além de compreender os números da imigração portuguesa é importante perceber a

distribuição desses imigrantes no Brasil. Essas informações possibilitam a compreensão da formação da comunidade lusitana nos respectivos estados e no país.

É importante, entretanto, ressaltar que parte desses dados só pôde ser obtida mediante as informações derivadas dos censos. O primeiro censo brasileiro foi feito no Império em 1872. Neste, foi apontado que dos quase 10 milhões de brasileiros da época, 58% eram de origem africana, mestiços ou africanos de fato. Não há dúvidas que esse foi o maior contingente imigrante recebido pelo Brasil, uma imigração forçada, mas que é marca indelével da formação do povo brasileiro. Após o censo de 1872, vários se sucederam, 1890, 1900, 1920 até os dias de hoje. Mas foi somente em 1936, com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que as pesquisas passaram a ser realizadas regularmente. Desde 1940, a contagem foi feita de dez em dez anos.

Nas quatro tabelas que se seguem, constam o quantitativo de imigrantes portugueses presentes em cada um dos estados da federação nos anos de 1920, 1929, 1940 e 1950, segundo diversos censos do período. Sabe-se que a ampla maioria dos portugueses presentes no Brasil em todo esse período se fixaram no estado do Rio de Janeiro, apontado aqui pelo próprio nome e pelo Distrito Federal, e também em São Paulo. No quantitativo geral, poucos portugueses residentes no Brasil habitavam algum estado que não um dos dois citados. Para Melo e Marques a cidade do Rio de Janeiro, capital federal na época, era o mais importante entreposto comercial e financeiro do país, além de São Paulo, visto como pólo industrial e agropecuário nacional mais dinâmico. Fica claro então, os motivos que fizeram desses locais os maiores receptores de imigrantes. Contudo, o Rio de Janeiro teve um papel ainda mais importante no que tange à imigração portuguesa. Analisando os dados do Censo de 1920, Melo e Marques chegam à conclusões impressionantes. Cerca de 46,3% dos imigrantes portugueses que habitavam no Brasil viviam no estado do Rio de Janeiro ou no Distrito Federal, ou seja, quase metade da população lusitana no país. Considerando apenas a população estrangeira da Capital Federal, observa-se que 72% dos imigrantes eram portugueses.³¹⁸ Não à toa, para Lessa, o Rio de Janeiro era, sobretudo,

³¹⁸ MELO, H.; MARQUES, T. C. N. *Imigrantes portugueses no Brasil a partir dos recenseamentos populacionais do século XX: um estudo exploratório de gênero*. Niterói: **Gênero**, v. 9, n. 1, 2. Sem., 2008, p. 69-88. P. 23.

uma cidade portuguesa.³¹⁹ Vê-se, nos quadros abaixo a população portuguesa residente nos estados da federação, segundo diversos censos, e com Pernambuco em destaque.

Quadro 13 - Distribuição da população portuguesa no Brasil, por estados, 1920					
Distrito Federal	172.388	Santa Catarina	506	Paraíba	131
Rio de Janeiro	28.661	Paraná	1.808	Rio Grande do Norte	81
São Paulo	172.388	Espírito Santo	1.728	Ceará	296
Mato Grosso	1.310	Bahia	3.345	Piauí	66
Goiás	304	Sergipe	125	Maranhão	625
Minas Gerais	18.228	Alagoas	237	Pará	14.211
Rio Grande do Sul	9.324	Pernambuco	4.809	Amazonas	7.615
FONTE: MENDES, José Sacchetta. R.. <i>Laços de sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)</i> . São Paulo, SP, Brasil, Edusp. 2001. P.245					

Quadro 14 - Distribuição da população portuguesa no Brasil, por estados, 1929					
Distrito Federal	272.338	Santa Catarina	556	Paraíba	144
Rio de Janeiro	31.527	Paraná	1.998	Rio Grande do Norte	89
São Paulo	281.418	Espírito Santo	1.900	Ceará	325
Mato Grosso	1.572	Bahia	3.679	Piauí	72
Goiás	335	Sergipe	137	Maranhão	687
Minas Gerais	20.050	Alagoas	260	Pará	15.631
Rio Grande do Sul	9,324	Pernambuco	5.289	Amazonas	8.376
FONTE: Relatório do Álbum da colônia portuguesa no Brasil. Apud. SIMÕES, Nuno. <i>O Brasil e a emigração portuguesa: notas para um estudo</i> . Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934, p.34. Apud. LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. <i>Imigração portuguesa no Brasil</i> . Hucitec. P.143					

³¹⁹ LESSA, Carlos. *“Rio, uma cidade portuguesa”*. LESSA, Carlos (coord). *Os Lusíadas na aventura do Rio de Janeiro Moderno*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

Quadro 15 - Distribuição da população portuguesa no Brasil, por estados, 1940					
Distrito Federal	146.940	Santa Catarina	286	Paraíba	79
Rio de Janeiro	19.540	Paraná	2.946	Rio Grande do Norte	70
São Paulo	155.220	Espírito Santo	883	Ceará	277
Mato Grosso	910	Bahia	1.750	Piauí	27
Goiás	203	Sergipe	29	Maranhão	429
Minas Gerais	6.967	Alagoas	141	Pará	5.657
Rio Grande do Sul	6.127	Pernambuco	2.827	Amazonas	2.863
FONTE: MENDES, José Sacchetta. R.. Laços de sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945). São Paulo, SP, Brasil, Edusp. 2001. P.276					

Quadro 16 - Distribuição da população portuguesa no Brasil, por estados, 1950					
Distrito Federal	126.318	Santa Catarina	230	Paraíba	76
Rio de Janeiro	18.852	Paraná	3,899	Rio Grande do Norte	47
São Paulo	139.439	Espírito Santo	558	Ceará	218
Mato Grosso	645	Bahia	1.373	Piauí	32
Goiás	226	Sergipe	16	Maranhão	339
Minas Gerais	3.830	Alagoas	112	Pará	4.113
Rio Grande do Sul	1.876	Pernambuco	2.075	Amazonas	1.844
FONTE: MENDES, José Sacchetta. R.. Laços de sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945). São Paulo, SP, Brasil, Edusp. 2001. P.276					

Analisando os dados dos quadros anteriores, vê-se que a comunidade portuguesa em Pernambuco não era percentualmente relevante quando se toma o todo de imigrantes que viviam no Brasil. Observa-se que essa comunidade tendeu ao decréscimo a partir de 1929, chegando a 2.075 lusitanos residentes em Pernambuco no ano de 1950. Um outro estudo que nos auxilia a compreender esse número é o realizado por Herbert Klein.

A partir do trabalho de Klein, expresso em quadros mais abaixo, é possível perceber melhor a dinâmica da presença lusa em alguns dos estados da federação tomando como base os anos 1920, 1940, 1950 e 1970. Infelizmente, o censo de 1960 se apresenta

como lacuna ao não distinguir a nacionalidade dos estrangeiros. Adotou-se aqui apenas os 10 estados com maiores contingentes, ao longo desse recorte. Um primeiro fator a se considerar é a dinâmica, em números absolutos, do total de imigrantes portugueses residindo no Brasil. Percebe-se que de 1920 a 1950 houve um decréscimo desse quantitativo. Entretanto, em 1970 esse número já ultrapassava o de 1920.

Em termos percentuais, num comparativo com o total de estrangeiros residentes no Brasil, o ano de 1970 foi quando os portugueses representaram um maior quantitativo, sendo equivalente a 35% do total, em todos os outros, anos os lusitanos não passaram dos 27%. Entretanto, é importante perceber, ao se comparar com o todo da população residente no Brasil, que a presença lusitana foi diminuindo. Esse processo natural foi acontecendo desde período anterior, na medida em que os números da imigração não superavam os do crescimento vegetativo do país. Outro dado que chama a atenção é o crescimento do Paraná como local de residência de portugueses. Este é o único estado que não passa por decréscimo de sua população imigrante portuguesa ao longo do período apresentado nos quadros a seguir.

**Quadro 17 - Distribuição de imigrantes portugueses residentes por unidade da federação³²⁰.
1920-1970**

Estados	1920	Ranking	1940	Ranking	1950	Ranking	1970	Ranking
Amazonas	7.615	7°	3.090	8°	2.019	9°	1.064	10°
Pará	14.211	5°	6.013	6°	4.438	7°	3.030	7°
Pernambuco	4.809	8°	3.048	9°	2.308	8°	2.402	8°
Bahia	3.345	9°	1.912	10°	1.531	10°	1.586	9°
Minas Gerais	18.228	4°	9.310	4°	6.472	4°	5.156	6°
Distrito Federal	172.338	1°	154.662	2°	133.905	2°	153.834	2°
Rio de Janeiro	28.661	3°	21.663	3°	21.165	3°	38.349	3°
São Paulo	167.198	2°	165.542	1°	151.320	1°	214.021	1°
Paraná	1.808	10°	3.451	7°	4.615	6°	9.120	4°
Rio Grande do Sul	9.324	6°	7.167	5°	5.667	5°	5.189	5°

FONTE: Adaptado de KLEIN, Herbert S. *“The Social and Economic Integration of Portuguese Immigrants in Brazil in the Late Nineteenth and Twentieth Centuries”*. In: *Journal of Latin American Studies*, Vol. 23, No. 2 (May, 1991), pp. 309-337.p. 318.

³²⁰ Só foram apresentandos os 10 maiores contingentes.

Quadro 18 – Quadro comparativo da presença portuguesa no Brasil. 1920-1970				
	1920	1940	1950	1970
Total de Portugueses	433.577 (27% do total de estrangeiros residente no país) (1,41% do total da população residente no país)	380.316 (27% do total de estrangeiros residente no país) 0,92% do total da população residente no país)	336.837 (27% do total de estrangeiros residente no país) (0,64% do total da população residente no país)	437.983 (35% do total de estrangeiros residente no país) (0,48% do total da população residente no país) ³²¹
Total de Imigrantes	1.563.961	1.406.342	1.213.974	1.229.122
População total	30.633.605	41.165.298	51.941.767	91.139.037
FONTE: Adaptado de KLEIN, Herbert S. “ <i>The Social and Economic Integration of Portuguese Immigrants in Brazil in the Late Nineteenth and Twentieth Centuries</i> ”. In: <i>Journal of Latin American Studies</i> , Vol. 23, No. 2 (May, 1991), pp. 309-337. p. 318.				

3.4 Presença e Imigração Portuguesa em Pernambuco

Retomando o quadro anterior, vê-se que em termos nacionais, Pernambuco oscilou entre a 8^o e 9^o maior comunidade portuguesa do país. Contudo, a importância do contingente luso não se deu pelo seu número absoluto, visto que em 1920 esses portugueses representavam 0,22% dos residentes no estado, em 1940, 0,11%, em 1950, 0,6%, e em 1970, 0,04%. Percentualmente a comunidade portuguesa era uma parcela muito pequena em Pernambuco. Sabe-se que o maior número dos imigrantes lusitanos se encontram nas capitais, mas ainda que se assuma que todo os portugueses de Pernambuco residissem em Recife, o que não é verdade, tomando como base os anos de 1940, quando a capital possuía 342.740 habitantes,³²² e 1950 quando a população total da cidade era de

³²¹ Em 1980 havia 292.661 portugueses residindo no Brasil e em 1991, 236.610. Voltando a um declínio após a década de 1970. Censo demográfico 1980, 1991.

³²² IBGE. Censo Demográfico 1940.

542.682,³²³ a comunidade portuguesa não passaria de 0,88%, em 1940 e 0,42% na década posterior.

Quadro 19 - Evolução demográfica em Pernambuco, 1872 - 2000			
Ano	Pernambuco		
	Total	Homens	Mulheres
1872	841.539	428.588	412.951
1890	1.030.224	503.555	526.669
1900	1.178.150	586.012	592.138
1920	2.154.835	1.055.313	1.099.522
1940	2.681.032	1.303.368	1.377.664
1950	3.395.099	1.648.424	1.746.675
1960	4.095.379	1.982.782	2.112.597
1970	5.160.640	2.489.712	2.670.928
1980	6.141.993	2.968.083	3.173.910
1991	7.127.855	3.442.716	3.685.139
2000	7.918.344	3.826.657	4.091.687
2010	8.796.448	4.230.681	4.565.767

Fonte: http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2

Em interessante trabalho, Bainbridge Cowell Jr.³²⁴ aponta, a partir dos registros de casamento das paróquias do Recife, incluindo Várzea, Poço da Panela e Afogados, alguns números acerca da população residente na cidade. Apesar desses dados não serem completos para se fazer uma afirmação categórica sobre as proporções de estrangeiros e locais por cada período apresentado, pode-se perceber porcentagens que, se não são conclusivas acerca da realidade total do local, ao menos são indicativos para certas inferências. Compreende-se, ao se focar apenas nas proporções de matrimônios envolvendo estrangeiros por cada período, que ao longo do tempo esse percentual diminuiu. Se entre 1790 e 1806, 20% das pessoas que se casaram haviam nascido em Portugal ou outro local estrangeiro o mesmo número não pode ser encontrado entre 1911 e 1922, quando o percentual chegou a 5%. Acredita-se, então, que assim como todos outros dados apontaram, a proporção de estrangeiros foi diminuindo ao longo do tempo. Segue quadro adaptado do trabalho de Cowell Jr.

³²³ IBGE. Censo demográfico. Pernambuco. 1950

³²⁴ COWELL JR., Bainbridge. "Cityward Migration in the Nineteenth Century: The Case of Recife, Brazil." In: *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Vol. 17, No. 1 (Feb., 1975), pp. 43-63.

Quadro 20 - Percentual da População Residente em Recife por origem									
Local de nascimento	1790 - 1806	1808 - 1822	1826 - 1839	1843 - 1849	1853 - 1860	1870 - 1880	1890 - 1900	1901 - 1910	1911 - 1922
Recife ³²⁵	65	71	71	72	68	61	54	54	57
Pernambuco além de Recife	11	9	11	7	9	15	25	27	25
Outras províncias do Nordeste ³²⁶	3	4	3	3	7	11	14	12	10
Outros locais do Brasil além do Nordeste	1	0	1	2	4	4	3	4	2
Portugal e outros locais estrangeiros ³²⁷	20	16	14	16	12	9	5	3	5
Total (%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Número de pessoas ³²⁸	620	486	677	404	802	1058	865	532	631
Fonte: Adaptado de COWELL JR.. Bainbridge. "Cityward Migration in the Nineteenth Century: The Case of Recife, Brazil." In: Journal of Interamerican Studies and World Affairs, Vol. 17, No. 1 (Feb., 1975), pp. 43-63. P. 50.									

A fim de corroborar esses dados que demonstram a diminuição em números absolutos e em percentual dos estrangeiros, e conseqüentemente portugueses, em Pernambuco, o próximo quadro mostra o quantitativo de imigrantes residentes em território pernambucano entre 1872 e 1950, bem como o percentual relativo ao total da população local.

³²⁵ O autor define Recife pela paróquias urbanas e pelas "suburbanas"(sic) paróquias de Afogados, Várzea e Poço da Panela.

³²⁶ O autor define nordeste pelas províncias de Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

³²⁷ Segundo o autor, pessoas nascidas no estrangeiro incluem 353 de Portugal, 45 dos Açores e Madeira, 173 da África e 79 outros não-ibéricos.

³²⁸ Total de 6.075 pessoas. As informações são baseadas em registros de casamento. Constam 6.180 caso, 105 desses sem as informações referentes ao local de nascimento dos cônjuges.

Quadro 21 - Percentual dos Estrangeiros e Brasileiros Naturalizados residentes em Pernambuco (1872–1950)						
UNIDADE DA FEDERAÇÃO		ESTRANGEIROS³²⁹				
		1872	1900	1920	1940	1950
PERNAMBUCO	Estrangeiros	13.444	4.168	11.386	6.092	4.820
	Brasileiros naturalizados	19	72	312	628	731
	Estrangeiros	1,60%	0,35%	0,53%	0,23%	
	Brasileiros naturalizados	0,00%	0,01%	0,01%	0,02%	0,02%
FONTE: Adaptado de Censo Demográfico. 1950. Estado de Pernambuco. Seleção dos principais dados. Serviço gráfico do IBGE: RJ. 1952						

Os números apresentados no Censo de 1956 nos permitem perceber alguns aspectos da presença estrangeira em Pernambuco na década de 1950. Primeiramente, no que tange ao número de trabalhadores estrangeiros, observa-se que percentualmente representavam um número muito pequeno. Contudo, ao se focar nos dados sobre a participação de empregadores estrangeiros, observa-se um acréscimo considerável. Principalmente no ramo de comércio de mercadorias, onde brasileiros naturalizados e estrangeiros representavam 10% do setor. A maioria desses estrangeiros, contudo, eram lusitanos.

Após apresentar os números sobre a presença portuguesa em Pernambuco, convém analisar o movimento luso para o estado ao longo do tempo. Para entender tal

³²⁹ No censo de 1890 não foi feita distinção entre estrangeiros e brasileiros naturalizados que, enquadrados da mesma forma, representaram 2.690 em número absolutos e 0,26% em termos percentuais.

deslocamento foi necessário um estudo acerca dos números dessa presença portuguesa no Brasil e em Pernambuco e principalmente sua capital Recife, destino maior dos que no seu porto desembarcaram. Além de entrevistas com os imigrantes a fim de compreender melhor como se deu esse processo de deslocamento em suas variadas nuances, o que será visto no capítulo final.

As principais fontes para uma exposição estatística sobre a imigração portuguesa para Pernambuco e a presença lusitana no local, no que tange ao recorte desta pesquisa, são sem dúvida os anuários estatísticos do IBGE, nacional³³⁰ e estadual, bem como os censos demográficos e econômicos do Brasil e de Pernambuco, a maioria já citada até agora, além das estatísticas presentes nos diversos *Boletim da Cidade e do Porto do Recife*, publicados entre 1942 e 1967.³³¹ Boa parte desta documentação se encontra on-line no próprio site do IBGE, contudo, os anuários estatísticos de Pernambuco³³² só foram localizados na Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM. Soma-se a essa documentação o material encontrado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, na coleção da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras (DPMAF), com os navios entrados no Porto do Recife, entre 1942 e 1959.³³³ Além de bibliografia especializada que já tenha abordado a temática.

É preciso compreender que, no que toca à imigração, os números divergem entre si. Os Anuários Estatísticos de Pernambuco apontam entradas e saídas no Porto e o Censo Demográfico do IBGE mostra dados sobre fixação de residência por período. Ao se observar ambas informações, restam mais dúvidas que certezas sobre os números. O Censo do IBGE não distingue as nacionalidades, mas informa desde 1880 a 1940 o contingente estrangeiro a se fixar em Pernambuco, sejam estrangeiros de fato, ou brasileiros naturalizados. Isso pode ser observado no dois primeiros quadros abaixo.

³³⁰ Foram analisados os Anuários Estatísticos do Brasil de de 1936, 1939, 1941, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969 e 1970

³³¹ Foram analisados todos volumes do n.3 ao n. 63, de 1942 a 1967.

³³² Foram analisados: Anuário Estatístico de Pernambuco de 1927. Ano I., Anuário Estatístico de Pernambuco de 1929. Ano III., Anuário Estatístico de Pernambuco de 1934. Ano VII, Anuário Estatístico de Pernambuco de 1937 – 1938. Ano X., Anuário Estatístico de Pernambuco de 1946. Ano XII ,Anuário Estatístico de Pernambuco de 1948. Ano XIII , Anuário Estatístico de Pernambuco de 1950. Ano XIV, Anuário Estatístico de Pernambuco de 1955. Ano XV, Anuário Estatístico de Pernambuco de 1958. Ano XVI, Anuário Estatístico de Pernambuco de 1962. Ano XVIII, Anuário Estatístico de Pernambuco de 1964. Ano XIX e Anuário Estatístico de Pernambuco de 1968.

³³³ Existe esse material para período anterior, desde os fins do XIX até 1920, porém a documentação ainda não está bem organizada.

Quadro 22 - Imigração para Pernambuco, 1880 – 1929

Região	Total no período	Pessoas que fixaram residência na época indicada									
		Antes de 1880	1880 a 1899			1900 a 1929					
			Total	1880 a 1889	1890 a 1899	Total	1900 a 1909	1910 a 1914	1915 a 1919	1920 a 1924	1925 a 1929
Pernambuco Total	6.645	71	487	108	379	3.832	716	882	414	928	892
Estrangeiros	6.017	50	414	83	331	3.403	621	775	369	819	819
Brasileiros Naturalizados	628	21	73	25	48	429	95	107	45	109	73

FONTE: Censo Demográfico: População e Habitação.. Recenseamento Geral do Brasil (1o de Setembro de 1940). IBGE. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1950. V. II

Quadro 23 - Imigração para Pernambuco, 1930 – 1940												
	Total no período	Pessoas que fixaram residência na época indicada										
		1930 a 1940										
		1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940
Estrangeiros e Naturalizados Pernambuco	1.605	183	70	101	115	132	157	128	175	158	171	215
Estrangeiros	1.555	171	66	95	115	131	137	124	165	155	171	205
Brasileiros Naturalizados	50	12	4	6	-	1	20	4	10	3	-	20

FONTE: Censo Demográfico: População e Habitação.. Recenseamento Geral do Brasil (1o de Setembro de 1940). IBGE. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1950. V. II

Quadro 24 - Entradas no Porto do Recife segundo os Anuários Estatísticos de Pernambuco (brasileiros, portugueses e outros estrangeiros), 1923-1968			
ANO	Brasileiros	Portugueses	Outros Estrangeiros
1923	12.714	838	3.098
1924	13.938	939	3.194
1925	15.169	1.170	310
1926	16.515	896	3.461
1927	14.960	1.067	3.113
1928	14.319	842	3.091
1929	13.952	813	3.784
1930	14.846	710	2.971
1931	12.218	663	3.145
1932	15.340	594	2.482
1933	13.779	644	2.113
1934	14.035	533	2.127
1935	13.693	603	2.549
1936	15.390	614	2.746
1937	13.778	620	2.450
1938	15.263	583	2.218
1939	16.877	664	2.531
1940	13.980	709	1.350
1941	16.032	639	1.269
1942	16.576	258	x
1943	1.858	16	112
1944	14.214	423	1.607
1945	23.345	463	1.730
1946	20.755	907	2.913
1947	32.826	1.063	3.475
1948	39.966	733	4.676
1949	41.771	832	4.124
1950	45.464	676	3.444
1951	19.012	595	1.887
1952	19.012	520	1.183
1953	15.070	351	532
1954	13.524	283	559
1955	14.784	229	560
1956	14.677	252	644
1957	14.989	313	655
1958	8.767	345	376
1959	7.610	256	392
1960	6.834	367	448
1961	4.587	134	399
1962	2.990	95	341
1963	2.271	70	256
1964	4.577	48	239
1965	2.521	220	11
1966	1.797	2	92
1967	264	0	76
1968	25	1	82

Nesta última tabela, observam-se os números referentes às entradas no Porto do Recife de brasileiros, portugueses e demais estrangeiros, entre 1923 e 1968, de acordo com os Anuários Estatísticos de Pernambuco. Tais cifras ajudam-nos a refletir sobre o tema da imigração no período, contudo, merecem uma análise mais detalhada. Ainda que esses dados nos auxiliem a perceber o movimento no porto, os números de entrada não significavam necessariamente números de imigrados, pois chegar ao porto não significa imigrar.

Há ainda outros problemas nos dados apresentados. Entre os anos de 1959 e 1961, nos Anuários Estatísticos do Brasil, foram publicados quadros com estrangeiros entrados no país, segundo a classificação e o local de desembarque. Nesses, vê-se que normalmente, dos estrangeiros que chegavam ao porto, poucos vinham como imigrantes permanentes logo na primeira viagem. Para se ter uma ideia, entre os estrangeiros desembarcados no porto do Recife, em 1959, os estrangeiros enquadrados como permanentes foram divididos entre “imigrantes”, 390, e “em retorno”, 491, e os assinalados como temporários em “turistas”, 582, e “outros viajantes”, 624.³³⁴ Um número visivelmente menor de imigrantes permanentes de primeira viagem. O mesmo se passou em outros anos. Entre os estrangeiros desembarcados no porto do Recife em 1960, os permanentes foram divididos entre imigrantes, 294, e em retorno, 633, e os temporários em turistas, 1.081, e outros viajantes, 678.³³⁵ Assim como os estrangeiros desembarcados no porto do Recife em 1961, quando permanentes foram divididos entre imigrantes, 468, e em retorno, 519, e os temporários em turistas, 997, e outros viajantes, 965.³³⁶ O mesmo aconteceu em outros anos.

Para se compreender esse movimento ainda no século XIX, Bruno Câmara faz um quadro a partir da documentação existente que busca preencher algumas lacunas para o entendimento dessa imigração no período. O próprio autor, entretanto, pontua as dificuldades de se aferir com precisão os números desse movimento. Segundo Câmara,

o número de portugueses residentes em Pernambuco e no Recife é de difícil exatidão. O mesmo pode ser dito em relação aos números que contabilizam a entrada e saída desses imigrantes. Muitas vezes, o que se tem de concreto para trabalhar se resume apenas a alguns dados lacunosos, referentes à poucos anos ou alguns meses. Eles não correspondem a uma seqüência completa. De longe se pode constatar que os portugueses ainda eram a parte mais significativa do

³³⁴ Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, Rio de Janeiro. 1959 P. 33

³³⁵ Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, Rio de Janeiro 1960 P. 50

³³⁶ Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, Rio de Janeiro 1961 P. 39

contingente estrangeiro que entrava no Recife, a partir da segunda metade do XIX. Porém, nas décadas seguintes já demonstrava certo declínio.³³⁷

Sobre o período entre 1836 e 1850, analisando as saídas de emigrantes do distrito do Porto, Rosana Barbosa Nunes³³⁸ aponta o Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia como os principais destinos receptores desse contingente luso. Esse estudo também auxilia a elucidar os números da imigração portuguesa para Pernambuco. Em quase todo período apresentado pela autora, esse estado aparece como segunda opção de escolha como destino de emigração, apenas de 1844 a 1846 e entre 1848 e 1850, a Bahia superou a província. As porcentagens recebidas por Pernambuco variaram ao longo do recorte 2,1% no pior ano, em 1849, período em que os ecos da Revolução Praieira eram muito fortes e 17,4%, em 1834.

Para o final do século, Câmara diz que:

Nas últimas décadas do século XIX, segundo os cálculos de Peter Eisenberg, a população portuguesa cai drasticamente. Trabalhando com dados dos censos de 1872 e de 1900, ele constatou um significativo decréscimo no número de portugueses em Pernambuco. Se em 1872, eles somavam um total de 6.646 (um pouco mais da metade da população estrangeira, sendo 40% de africanos). Em 1900 eram apenas 2.461 (23% de toda a população 741 estrangeira).³³⁹

Apesar do século XIX não ser o foco desse estudo, é importante apresentar esses dados para possíveis comparações numéricas e percentuais ao longo do tempo. Há muito o que se investigar sobre o quantitativo lusitano em Recife e Pernambuco, dados que podem vir a auxiliar o entendimento da formação da Comunidade Portuguesa local.

³³⁷ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830- 1870**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2012. P.253.

³³⁸ BARBOSA, Rosana. “*Portuguese Migration to Rio de Janeiro, 1822-1850*”. *The Americas*, Vol. 57, No. 1 (Jul., 2000), pp. 37-61

³³⁹ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830- 1870**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2012. P.272

Quadro 25 - Números da imigração portuguesa para Pernambuco (1834 – 1879)³⁴⁰				
Ano	Nº de Entradas		Ano	Nº de Entradas
1834	134		1848 - 1852	?
1835	219		1853	313 (apenas o segundo semestre)
1836	559		1854	172 (apenas no segundo semestre)
1837	542		1855	317
1838 - 1840	?		1856	287
1841	669		1857	?
1842	543		1858	604
1843	544		1859 - 1864	?
1844	587		1865	327
1845	210		1864 - 1872	4809 (média de 534,3 imigrantes por ano)
1846	195		1873 - 1878	?
1847	290		1879	254

FONTE: CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830- 1870.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2012. P.268.

Se por um lado os Anuários Estatísticos de Pernambuco abordam entradas e saídas no Porto, mesmo na sessão de emigração/imigração do documento, os Anuários Estatísticos do Brasil apontam a presença de imigrantes no porto do Recife, contudo, a diferenciação de nacionalidade, só é mostrada para os anos de 1941 a 1951. Confrontando os distintos anuários, vê-se que as informações não se coadunam. Tomando-se o ano de 1945 como exemplo, segundo a documentação pernambucana, 493 portugueses desembarcaram no Porto do Recife, não se sabe se turistas, imigrantes, diplomatas ou qualquer que tenha sido o seu enquadramento legal. Contudo, o Anuário Estatístico Brasileiro aponta que não houve entrada de imigrantes no período. Essas questões dificultam uma análise mais acurada sobre os reais números da imigração portuguesa para o Recife.

³⁴⁰ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830- 1870.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2012. P.268.

Quadro 26 - Imigrantes permanentes desembarcados no porto do Recife, segundo Anuários Estatísticos do Brasil, 1941-1963		
Ano	Imigrantes	Portugueses
1941 - 1944	400	173 (43,25%)
1945	18	0 (00,00%)
1946	208	140 (67,30%)
1947	302	139 (46,02%)
1948	240	29 (12,08%)
1949	336	114 (33,92%)
1950	416	175 (42,06%)
1951	551	247 (44,82%)
1952	Não há informações	
1953	Não há informações	
1954	395	
1955	231	
1956	345	
1957	390	
1958	433	
1959	390	
1960	294	
1962	419	
1963	298	

Fonte: Anuários Estatísticos do Brasil 1941, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964.

Por mais árdua que seja a leitura da quantidade de quadros, gráficos e números expressos nesse capítulo, é tamanha a necessidade de analisá-los a fim de melhor compreender esse processo de deslocamento de portugueses para o Brasil e Pernambuco, ao longo da história. Fica claro que os lusitanos foram o maior contingente espontâneo imigrado para o país e para o estado. Mesmo após a grande imigração dos anos 1870-1930, os portugueses retomaram esse percurso com o fim da Segunda Guerra Mundial, fazendo da década de 1950 a terceira década em quantidade de portugueses imigrados. Uma década onde o aumento do contingente lusitano imigrado aumentou em mais de 500% ao deslocado na década anterior. Um período em que houve o maior percentual de imigrantes portugueses em comparação com os demais estrangeiros. A percepção do lado português, ou seja, da emigração, também nos leva a compreensão de como o Brasil foi relevante para esse portuguêses que, em sua maioria dos distritos do Norte como Viseu, Braga, Aveiro e Porto, encontraram no país e em Pernambuco a solução para problemas diversos encontrados em sua pátria.

Além disso, os números permitem-nos perceber a presença portuguesa nos estados brasileiros e particularmente em Pernambuco. Nesse estado, os portugueses foram, ao longo do século XX, uma comunidade relativamente pequena, porém, a comunidade estrangeira mais presente no estado. Não à toa eram portugueses 70,4% dos sócios e proprietários estrangeiros do setor industrial, 61,7% dos sócios e proprietários estrangeiros do comércio varejista e 77,7% dos sócios e proprietários estrangeiros do comércio por atacado. A partir dessa comunidade aqui presente se alimentaram as redes de contato que trouxeram os demais imigrantes ainda em Portugal.

Entretanto, as divergências entre os documentos e as informações díspares se apresentaram como dificuldades para a compreensão do processo de imigração portuguesa para Pernambuco, entre os anos de 1945 e 1964. Diante da necessidade de se entender esses movimentos, a presente pesquisa se utilizará também dos números referentes aos portugueses desembarcados no Porto do Recife, no recorte estabelecido, retirados da coleção da DPMAF, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, onde são encontradas as listas de passageiros dos navios desembarcados no porto do Recife. Além das entrevistas realizadas com os próprios imigrantes. Esses dois dados são essenciais para compreender os diversos aspectos da imigração portuguesa para Pernambuco de 1945 a 1964 e é o que se pretende fazer no quarto capítulo.

4. A Imigração Portuguesa para Pernambuco entre 1945 e 1964

“Deus te leve a Pernambuco e de lá venhas tão rico, que el-rei da Divinamarca não possa egualar contigo”³⁴¹

A dificuldade de conhecer melhor o perfil do imigrante que chegou aos portos brasileiros, nesse caso específico, o porto do Recife, nos impeliu à deixar os dados estatísticos oficiais em segundo plano e buscar organizar uma nova base de dados, levando em consideração a documentação primária relativa aos desembarques de imigrantes no Porto do Recife. Somente por ela nos seria possível ir mais a fundo na compreensão do perfil imigrante, visto que tais documentos são ricos em dados específicos de cada um dos que desembarcaram no país como nome, idade, estado civil, instrução, última residência, entre outros. Assim sendo, foi necessário o estudo das listas de desembarques de passageiros no Porto do Recife, que se encontram no Rio de Janeiro, no Arquivo Nacional.

Nesta parte, então, o foco é a análise dos documentos encontrados no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, na coleção da DPMAF (Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras). Essa foi criada pelo decreto-lei n. 6.378, em 28 de março de 1944, fazendo parte do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. A DPMAF tinha por função, segundo o decreto-lei n. 8805, de 24 de janeiro de 1946, executar, fiscalizar e orientar os serviços de polícia marítima, aérea, fluvial e portuária, migratória e de fronteiras, sendo por isso responsável pela documentação analisada.

Existem dois fundos que foram focados, o da *Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras (Entrada e Saída de Estrangeiros) 1855-1969* e o da *Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras (Relação de Vapores) 1875-1974*. Vários dados desses fundos estão incompletos e, sobre o recorte aqui estudado, só encontramos informações acerca dos anos que vão de 1945 a 1959, por isso, fomos um pouco mais atrás e coletamos os dados desde 1942. Entre as lacunas observadas, há os Registros de vapores e outras embarcações no Porto do Recife para o ano de 1942, que não constam os meses de maio,

³⁴¹ Verso de despedida de um rapaz que parte para a América encontrado em **Arquivo Pittoresco**, vol VIII, Editores Proprietários Castro, Irmão & C^a, 1865, Lisboa, p.184.

agosto, setembro e dezembro. Para o ano de 1943, só existe o mês de junho. Para o ano de 1944, somente abril, agosto, outubro e novembro. Para o ano de 1945, faltam janeiro, março, maio, julho, agosto e setembro. Para o ano de 1947, apenas ficaram registros de outubro, novembro e dezembro. E no ano de 1948, não foram encontradas as relações datilografadas do mês de janeiro, o mesmo aconteceu no mês de janeiro do ano de 1951 e em maio de 1958. Essas lacunas documentais, entretanto, não impedem o trabalho desses dados.

Visto a necessidade de obter mais informações acerca dos números absolutos da imigração portuguesa para Pernambuco entre 1945 e 1964, foram analisadas cada embarcação entrada no Porto do Recife, entre 1942 e 1959, além de suas listas de passageiros, totalizando diversas embarcações e 1.166 desembarques ao longo desse período. Convém compreender, entretanto que vários navios se repetem, e o que nos interessa é a listagem de passageiros em cada desembarque.

A partir desses 1.166 desembarques foram analisadas, uma a uma, todas listas de passageiros encontradas, em busca de portugueses desembarcados em Pernambuco como imigrantes permanentes. Todos esses dados encontram-se numa planilha, totalizando 1.742 imigrantes. Os lusitanos estiveram se deslocaram em 24 diferentes embarcações, algumas com apenas um desembarque ao longo do recorte e outras com números maiores.

Foram analisadas no total 1.166 desembarques ocorridos no Porto do Recife entre os anos de 1942 e 1959, em busca de imigrantes portugueses permanentes nos navios que chegavam ao Porto do Recife. Dentre o total, 197 desembarques trouxeram imigrantes portugueses.

Quadro 27 - Quantidade desembarques analisados por ano – 1942 a 1959

1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950
21	1	4	15	49	22	69	86	85
1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959
99	100	84	88	81	90	101	98	73
Total de desembarques analisados: 1.166								

FONTE: RV 821 (1942-1945) RV 822 (1946-1947) RV 823 (1948) RV 824 (1949) RV 825 (1950) RV 826 (1951) RV 827 (1952) RV 828 (1953) RV 829(1954) RV 830 (1955) RV 831 (1956) RV 832 (1957) RV 833 (1958) RV 834 (1959). *Fundo da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras. (Entrada e Saída de Estrangeiros). 1855-1969.* Código de fundo: OL. Seção de guarda: SDE. Instrumento: SDE 058. Em tal inventário se encontra informações sobre os livros de registro de entrada e saída de estrangeiros em diversos portos. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

4.1 Cruzando o atlântico: embarcações e companhias de navegação

Entre 1942 e 1959, período trabalhado de acordo com a documentação disponível, 24 embarcações trouxeram imigrantes portugueses para o Porto do Recife. Entretanto, quatro navios tiveram um papel mais importante dentre as embarcações citadas, no que concerne aos números de imigrantes deslocados nesses navios. Primeiramente o Alcantara que, entre 1950 e 1958, desembarcou em Recife 46 vezes com imigrantes portugueses, chegando a trazer 558 lusitanos no total. Em segundo lugar, o Vera Cruz que, entre 1954 e 1959, teve 41 desembarques e trouxe 454 portugueses. Nota-se, entretanto, que como a documentação se encerra no ano de 1959, esse número pode ter ultrapassado o do Alcantara nos anos seguintes. Além disso, os números do Alcantara se referem a 8 anos de travessias, enquanto do Vera Cruz restringem-se a 5 anos. O terceiro foi o Serpa Pinto que, entre 1950 e 1953, desembarcou 23 vezes, com 231 passageiros. E, em quarto lugar, o Hilary, que entre 1946 e 1953, trouxe 183 passageiros. Nos centraremos, então, em abordar um pouco sobre essas quatro embarcações, mais significativas para o período. Depois dessas, os maiores número foram do Cuyabá com 51 passageiros e Santa Maria com 48, as demais embarcações não chegaram sequer à trazer 40 imigrantes. Abaixo segue quadro com essas informações.

Quadro 28 - Navios desembarcados no Porto do Recife com imigrantes portugueses permanentes - 1942 a 1959			
Embarcações	Primeiro e último desembarque no período	Número total de desembarques	Total de imigrantes portugueses desembarcados
Bagé	1942 a 1949	3	15
Santarém	1942 a 1946	2	15
Cuyabá	1942 A 1950	10	51
Alger	1944	1	1
Dom Pedro II	1945 a 1946	4	23
Almirante Jaceguay	1946 a 1948	4	20
Almirante Alexandrino	1946 a 1949	8	27
Hilary	1946 a 1953	20	183
Lóide América	1948	1	1
Lóide Haiti	1949	1	2

Alcantara	1950 a 1958	46	558
Serpa Pinto	1950 a 1953	23	231
Lóide Paraguai	1950	1	1
Mouzinho	1951	1	10
Hilderbrand	1952 a 1953	6	35
Lóide Argentina	1952	1	1
Conte Grande	1954 a 1957	10	21
Vera Cruz	1954 a 1959	41	454
Santa Maria	1954 a 1957	9	48
Sises	1954	1	1
Pátria	1956	1	17
Uíge	1958	1	12
Highland Chieftain	1958	1	2
América Bauru	1959	1	1

FONTE: RV 821 (1942-1945) RV 822 (1946-1947) RV 823 (1948) RV 824 (1949) RV 825 (1950) RV 826 (1951) RV 827 (1952) RV 828 (1953) RV 829(1954) RV 830 (1955) RV 831 (1956) RV 832 (1957) RV 833 (1958) RV 834 (1959). *Fundo da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras. (Entrada e Saída de Estrangeiros). 1855-1969.* Código de fundo: OL. Seção de guarda: SDE. Instrumento: SDE 058. Em tal inventário se encontra informações sobre os livros de registro de entrada e saída de estrangeiros em diversos portos. *Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras. (Relação de Vapores). 1875-1974.* Código de fundo: OL. Seção de guarda: SDE. Instrumento: SDE 046. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Dentre os navios que desembarcaram no Porto do Recife no período, boa parte pertencia à Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro. Dos 24 navios, 10 pertenciam à empresa, eram o: Almirante Alexandrino, Almirante Jaceguay, Bagé, Loide América, Loide Argentina, Loide Haiti, Loide Paraguai, Pedro II, Santarém e Cuyabá.³⁴² Todos tendo trazido poucos portugueses para o porto do Recife. Sendo esta última embarcação a que mais trouxe portugueses, 51 imigrantes

A Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro foi criada em 1890, após um projeto do Vice-Almirante Barão de Jaceguay com o objetivo de se fundar a primeira empresa nacional do ramo.³⁴³ Mais tarde, o nome do Almirante seria dado a um dos navios da Lloyd Brasileiro no século XX. Tal empresa realizava tanto navegação de cabotagem ao longo da costa brasileira como deslocamentos mais longos para Europa, África e América do Norte.

A chegada da Segunda Guerra, entretanto, afetou esses movimentos principalmente devido ao fato de 31 navios brasileiros haverem sido torpedeados por submarinos alemães, uma baixa de mais de 20% da frota nacional no período. Desses, 23 pertenciam à Lloyd Brasileiro e os demais de várias outras companhias. Com esses ataques, houve uma perda

³⁴² <http://www.theshipslist.com/ships/lines/lloydbrasileiro.shtml>. Acesso em 12 de Janeiro 2014.

³⁴³ FILHO, Alcides Goularti. Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro: uma trajetória de déficit financeiro e desenvolvimento econômico. In: **História Econômica & História de Empresas**. V.XII. 2009. P. 7

de quase mil vidas. Por conta disto, as navegações foram reduzidas, tanto as de longa distância quanto as de cabotagem. Somente com o fim da Guerra os cursos voltaram ao normal. Nesse período, a Lloyd Brasileiro renovou sua frota com a compra de 20 cargueiros para viagens de longo percurso e 16 para cabotagem a fim de reestruturar a companhia.³⁴⁴

Outra importante empresa foi a Companhia Colonial de Navegação de Portugal. Fundada em Angola, em 1922, a partir da fusão de várias corporações, a Companhia Colonial de Navegação começou a fazer o percurso entre Portugal e Brasil, pouco tempos depois de ser criada.³⁴⁵ Neste caminho, vários navios estiveram presentes, dentre os quais: o Vera Cruz, o Mouzinho, o Pátria, o Serpa Pinto e o Santa Maria. Entre esses destacam-se o Serpa Pinto e o Vera Cruz para o período trabalho e o Santa Maria para o início da década de 1960. Por pertencer a um país neutro em meio à Segunda Guerra, a CCN (Companhia Colonial de Navegação) conseguiu ainda que com reduções do tráfego continuar perfazendo sua rota entre América e Europa, diferentemente do ocorrido com a Lloyd Brasileiro.

O Serpa Pinto foi um navio de 8.267 tons construído em 1914, à pedido da Mala Real Inglesa, e batizado como RMS Ebro. Em 1935 foi vendido para a Jugoslavenska Lloyd, da antiga Iugoslávia, sendo rebatizado de Princesa Olga. Somente em 1940 ele seria adquirido pela Companhia Colonial de Navegação e batizado de Serpa Pinto.³⁴⁶ O navio esteve por 14 anos ligando Portugal e Brasil, entre a década de 1940 e 1950, quando recebeu o epíteto de "navio da amizade" ou "navio do destino".³⁴⁷ Tais nomenclaturas se deveram a uma nobre história no período da Segunda Guerra, especificamente em 1942. Neste ano, o Serpa Pinto realizou a travessia do Rio de Janeiro para Lisboa e em seguida para Nova York. Na saída do Brasil, o navio levou para a Europa descendentes de alemães acompanhados de suas famílias, decididos a voltar para sua pátria e lutar pelo *führer*. Já em Lisboa, o Serpa Pinto recebeu quase 700 pessoas fugidas do conflito, muitas das quais,

³⁴⁴ FILHO, Alcides Goularti . *A trajetória da marinha mercante brasileira: administração, regime jurídico e planejamento*. **Pesquisa & Debate** (PUCSP. 1985. Impresso), v. 21, p. 247-278, 2010. P. 251

³⁴⁵ SANTOS, José Ferreira. *Companhia Colonial de Navegação*. In: **Revista Bordo Livre**. Nº 43/44 - Julho/Agosto de 2002 .p.6 (http://www.comm-pt.org/bordolive/jul_ago2002/pag6_43&44.htm Acesso em 19 de janeiro de 2014.)

³⁴⁶ <http://www.theshipslist.com/ships/descriptions/ShipsE.shtml>. Acesso em 15 de janeiro de 2014.

³⁴⁷ GIRAUD, Laire. *'Serpa Pinto' conquistou o título de Navio da Amizade*. **Portogente**. 9 de outubro de 2006. <http://portogente.com.br/colunistas/laire-giraud/serpa-pinto-conquistou-o-titulo-de-navio-da-amizade-6795> Acesso em 17 de janeiro de 2014.

judeus, levando-os para Nova York.³⁴⁸ Por ser já um navio antigo e com a construção dos modernos Vera Cruz e Santa Maria, o Serpa Pinto foi ficando ultrapassado, sendo desmontado em 1955 na Bégica. Antes disso, entretanto esteve presente no Porto do Recife entre 1950 e 1953, tendo trazido 231 imigrantes portugueses permanentes ao longo de 23 desembarques. Sendo, assim, o terceiro navio a trazer mais imigrantes portugueses para esse porto no período trabalhado.

O segundo navio, nesse quesito, foi o Vera Cruz que, entre 1954 e 1959, trouxe 454 imigrantes portugueses, em 41 desembarques. O Vera Cruz possuía 21.765 tons e também pertenceu à CCN entre 1952 e 1973, período no qual fez a rota entre Portugal e Brasil. Partia de Lisboa passando por Funchal, São Vicente, Santos, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, La Guáira na Venezuela, Curaçao no Caribe, Tenerife, Funchal, Vigo e finalmente voltava a Lisboa. No transatlântico existia cinema e piscina para os passageiros mais abastados. Após 1956 e, com a eclosão das conflitos coloniais, passou também a servir à guerra, transportando tropas para as colônias portuguesas na África. Em 1973, foi vendida a China para desmonte.³⁴⁹ O pacote contava com 8 cabines de luxo, 190 lugares na 1ª classe, 200 na 2ª e 844 na 3ª classe.³⁵⁰

O quarto navio a trazer mais imigrantes portugueses no período foi o Vapor Hillary. Construído em 1931, possuía 7.403 tons e pertencia à empresa inglesa The Booth Steamship Company. Esta havia sido fundada em 1866 por Alfred Booth & Co, em Liverpool, na Inglaterra, com o intuito de fazer a rota para o nordeste brasileiro e a Amazônia.³⁵¹ Antes da Segunda Guerra o Hilary fazia sua rota normalmente, contudo, chegado o conflito, passou a servir aos propósitos da guerra, apenas voltando à rota do Atlântico após 1945. Em seu percurso, o Hilary partia de Liverpool passando por Portugal, São Vicente, Recife, Fortaleza, Belém até chegar em Manaus.³⁵² Sua terceira classe comportava 138 passageiros, onde ficava a massa imigrante. Após, 1957 a Booth Steamship substituiu o antigo navio pelo vapor Hilderbrand na rota para o Brasil, sendo o Hilary desmontado em 1959 na Escócia³⁵³

³⁴⁸ DIJN, Rosine de. **O navio do destino**. Rio de Janeiro: Record, 2011

³⁴⁹ <http://www.portosdeportugal.pt/sartigo/index.php?x=4836>. Acesso em 18 de agosto de 2014.

³⁵⁰ BENTO, Artur Monteiro. **Memória, espaço e identidade: a experiência de imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro (1950-1973)**. RJ: Unirio. 2009 (dissertação de mestrado) p. 101.

³⁵¹ <http://www.theshipslist.com/ships/lines/booth.shtml>. Acesso em 18 de janeiro de 2014.

³⁵² Diário de S. Luiz. 21 de abril de 1949. p.11. HDB. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

³⁵³ <http://www.bluestarline.org/booth/hilary3.html> Acesso em: 18 de janeiro de 2014.

A principal embarcação a chegar ao porto pernambucano no período foi o navio Alcantara, construído pelo conhecido estaleiro Harland & Wolff, de Belfast, o mesmo que antes fizera o Titanic.³⁵⁴ Pertencia à Mala Real Inglesa, ou Royal Mail Lines, e fez sua viagem inaugural já em 1927, de Southampton, na Inglaterra, para a capital argentina, Buenos Aires. Ao longo de trinta anos este grande navio de 22.181 tons permaneceu fazendo esta rota do Atlântico Sul, tendo parado apenas durante a Segunda Guerra Mundial, período no qual serviu como navio para transporte de tropas e como cruzador armado. Em 1948, voltou a fazer o seu antigo percurso, realizado em dezessete dias, de sua origem ao destino final.³⁵⁵ Southampton, Cherbourg, Vigo, Lisboa, Funchal (Ilha da Madeira), Las Palmas (Ilhas Canárias), Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Santos e Montevideú eram os portos de escala até a chegada final em Buenos Aires. Em 1958, entretanto, foi vendido para demolidores japoneses, tendo sido rebatizado de Kaisho Maru e sido desmontado em Osaka, no Japão.³⁵⁶ Antes disso, porém, foi registrada sua última passagem no Porto do Recife em 24 de maio no mesmo ano.³⁵⁷ Entre 1950 e 1958, ao longo de 46 desembarques, o Alcantara trouxe 558 imigrantes portugueses, sendo o navio que mais contribuiu com a vinda de lusitanos no período.

Entretanto, sua importância vai além disso. No período da Guerra, os portos brasileiros se modificaram bastante. Militares eram mais presentes que imigrantes e mercadorias. Com o fim da Segunda Guerra, entretanto, os portos brasileiros passaram por uma reestruturação. O Porto do Recife que antes era responsável por intensas relações comerciais com o exterior e ponto de parada na navegação de cabotagem brasileira, voltaria aos poucos à sua vocação. Hélio Coutinho, na época, administrador das Docas do Porto do Recife foi o responsável por esse processo, num período após a guerra em que se havia diminuído os números de navios entrados no porto e, conseqüentemente, os lucros do mesmo. Realizou, então, reformas nos armazéns e serviços de dragagem que permitiram a chegada do Alcantara que mostrava, de acordo com o jornal *O Observador Econômico e Financeiro*, "o progresso da metrópole nordestina".³⁵⁸ Não só esse periódico viu com bons olhos a chegada do transatlântico inglês. Cabe perceber que esse desembarque do

³⁵⁴ *Navios: o Alcantara* In: www.novomilenio.inf.br/rossini/alcantar.htm. Acesso em 14 de janeiro de 2014.

³⁵⁵ DOCTORS, Marcio; LEVY, Ruth. *Viagens de Eva*. FEK: Rio de Janeiro. 2012. P. 28.

³⁵⁶ *Navios: o Alcantara* In: www.novomilenio.inf.br/rossini/alcantar.htm. Acesso em 14 de janeiro de 2014.

³⁵⁷ **Boletim da Cidade e do Porto do Recife**. Janeiro – Dezembro, 1957-1958. No 63 - 70. Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife.

³⁵⁸ *O Pôrto do Recife do Após-Guerra*. In: **O Observador Econômico e Financeiro**. N° 72, maio de 1950. Rio de Janeiro. P. 225. HDB. <http://hemerotecadigital.bn.br/> Acesso em 22 de fevereiro de 2014.

Alcantara ao Porto do Recife era visto como uma demonstração da grandiosidade do porto pernambucano. Tal sucesso seria devido ao trabalho de Hélio Coutinho. Em matéria de 1950, a *Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro* dizia poder se "assinalar como uma das grandes grandes vitórias de sua administração a próxima entrada, no Porto do Recife, do paquete Alcantara da Mala Real Inglesa, um dos maiores navios que tocam nos portos sul-americanos"³⁵⁹. Para os padrões da época o navio Alcantara era realmente imenso. Tanto ele quanto o Vera Cruz eram cerca de três vezes maiores que os Serpa Pinto e Hilary, o que se pode ver em suas respectivas tonelagens. A tonelagem, vale salientar, é uma unidade de volume e não de peso. A origem desse nome se deveu ao fato de que os navios antigamente eram medidos por sua capacidade de carregar tonéis-padrão, daí derivando o nome de tonelagem.³⁶⁰ Isso nos leva a entender também um fator pelo qual o Vera Cruz e o Alcantara trouxeram muitos mais imigrantes que as demais embarcações.

4.2 Um perfil da imigrante e do imigrante português do pós-guerra a partir dos dados da DPMAF

Após os anos de 1930 a imigração para o Brasil como um todo declinou devido a fatores já apresentados neste trabalho. Somente após a Segunda Guerra Mundial esse fluxo voltaria a aumentar, principalmente no que se refere aos portugueses. Em Pernambuco, até 1949, esses números da imigração lusitana não passavam de dois dígitos, tendo aumentado em 100% no ano posterior. O ano de maior fluxo, entretanto, foi 1952, quando desembarcaram em Recife 267 portugueses, conforme mostra o quadro abaixo. Ainda que a documentação apresente lacunas, os número obtidos são indicativos que auxiliam a compreensão da imigração portuguesa do pós-guerra. Observam-se números muito menores no período da Segunda Guerra, bem como a ausência de números para o ano de 1947, quando foi suspensa a emigração portuguesa por um período.

³⁵⁹ Um pôrto que se renova. *Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro*. Suplemento de Pernambuco. 14 de fevereiro de 1950. P.4 <http://hemerotecadigital.bn.br/> Acesso em 22 de fevereiro de 2014.

³⁶⁰ <https://www.marinha.mil.br/caracter%C3%ADsticas-do-navio> Acesso em 18 de janeiro de 2014.

Quadro 29 - Imigrantes portugueses permanentes desembarcados no Porto do Recife entre 1942 e 1959									
	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950
TOTAL	31 *	(A)*	1 *	17 *	68	(A)*	20	75	150
Jan	0	(A)	(A)	(A)	0	(A)	1	7	0
Fev	8	(A)	(A)	0	0	(A)	10	2	22
Mar	0	(A)	(A)	(A)	0	(A)	1	5	0
Abr	13	(A)	1	0	0	(A)	1	13	13
Mai	(A)	(A)	(A)	(A)	0	(A)	0	5	0
Jun	0	0	(A)	0	4	(A)	3	8	28
Jul	10	(A)	(A)	(A)	13	(A)	1	3	8
Ago	(A)	(A)	0	(A)	2	(A)	2	6	13
Set	(A)	(A)	(A)	(A)	6	(A)	0	14	11
Out	0	(A)	0	0	11	0	0	2	20
Nov	0	(A)	0	0	32	0	1	6	24
Dez	(A)	(A)	(A)	17	0	0	0	3	12
	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959
TOTAL	204	267	159	159	90	103	148	139	111
Jan	10	0	25	0	14	6	12	14	0
Fev	41	69	10	36	10	11	12	15	26
Mar	1	9	17	0	4	6	4	12	0
Abr	32	39	15	34	11	8	7	22	30
Mai	12	9	12	0	4	13	10	13	4
Jun	18	8	6	12	2	9	0	8	8
Jul	8	15	11	1	0	9	0	12	17
Ago	23	17	18	15	5	17	35	2	0
Set	0	19	0	15	10	1	35	21	9
Out	19	23	10	16	19	6	5	8	5
Nov	4	28	14	12	6	7	4	12	12
Dez	36	31	20	18	5	10	24	0	0
* - números afetados pela falta de documentação (A) - Mês não encontrado na documentação									

FONTE: RV 821 (1942-1945) RV 822 (1946-1947) RV 823 (1948) RV 824 (1949) RV 825 (1950) RV 826 (1951) RV 827 (1952) RV 828 (1953) RV 829(1954) RV 830 (1955) RV 831 (1956) RV 832 (1957) RV 833 (1958) RV 834 (1959). *Fundo da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras. (Entrada e Saída de Estrangeiros). 1855-1969.* Código de fundo: OL. Seção de guarda: SDE. Instrumento: SDE 058. Em tal inventário se encontra informações sobre os livros de registro de entrada e saída de estrangeiros em diversos portos. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Partindo dos dados obtidos pelas listas de passageiros dos navios desembarcados no Porto do Recife, entre 1942 e 1959, chegamos ao número de 1742 imigrantes portugueses permanentes. Desconsiderou-se nesses números os passageiros com visto temporário, com visto consular ou passaporte diplomático. Excluímos ainda os passageiros desembarcados

após a Segunda Guerra, enquadrados no artigo 37 do Decreto-lei nº 7.967 de 18 de setembro de 1945, segundo o qual:

O estrangeiro registrado como permanente que se ausentar do Brasil pelo prazo de um ano, prorrogável por outro ano, a critério da autoridade consular, poderá regressar mediante a apresentação do documento comprobatório da sua permanência legal, no país.³⁶¹

Desse modo, relevamos esses imigrantes enquadrados como retornados, visto que já haviam passado pela experiência de emigrar-se anteriormente. Ainda que tenha havido algum caso de imigrante não adaptados retornando ao Brasil tempos depois, nos pareceu sensato desconsiderar os retornados e compreender aqueles imigrantes de primeira viagem e o desejo de imigrar. Para além desses, foram cortados também todos imigrantes portugueses permanentes destinados a outros locais que não Pernambuco, comumente de passagem para Natal, Rio de Janeiro, Fortaleza e João Pessoa, por exemplo,

Por fim, chegou-se ao número de 1742 imigrantes entre 1942 e 1959. A fim de adequar ao período estudado, excluímos os números referentes aos anos de 1942, 1943 e 1944, focando nos 15 anos compreendidos de 1945 a 1959, período em que o Decreto-lei nº 7.967 regeu a imigração para o país. Vale salientar que, antes de 1945, os imigrantes eram organizados pelo Decreto nº 3.010, de 20 de Agosto de 1938. É importante ainda salientar que tais análises se centram na imigração legal, não desconsiderando a possibilidade de imigrantes clandestinos.³⁶²

Desse modo, as análises acerca do perfil do imigrante se detêm nos dados de 1710 portugueses e portuguesas desembarcados no Porto do Recife entre 1945 e 1959, enquadrados no artigo 9 do Decreto-lei nº 7.967, segundo o qual “*o visto permanente será concedido ao estrangeiro que estiver em condições de permanecer definitivamente no Brasil e nêle pretenda fixar-se.*”³⁶³

Dentre as informações obtidas a partir das listas de passageiros, constam os dados acerca do navio atracado no Porto do Recife, bem como a listagem com todos passageiros desembarcados. Observam-se nome, sexo, idade, nacionalidade, profissão, parentesco,

³⁶¹Decreto-lei nº 7.967 de 18 de setembro de 1945 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7967.htm (acesso 19 de março de 2014.)

³⁶²Inclusive, no Vapor Bagé, em 13 de julho de 1949, o português Celestino dos Santos Capaleiro, solteiro, 23 anos, foi encontrado viajando clandestinamente, porém pagou as taxas necessárias e foi aceito como imigrante permanente no Porto do Recife. Essas informações são apresentadas no documento pelo Inspetor do DPMAF.

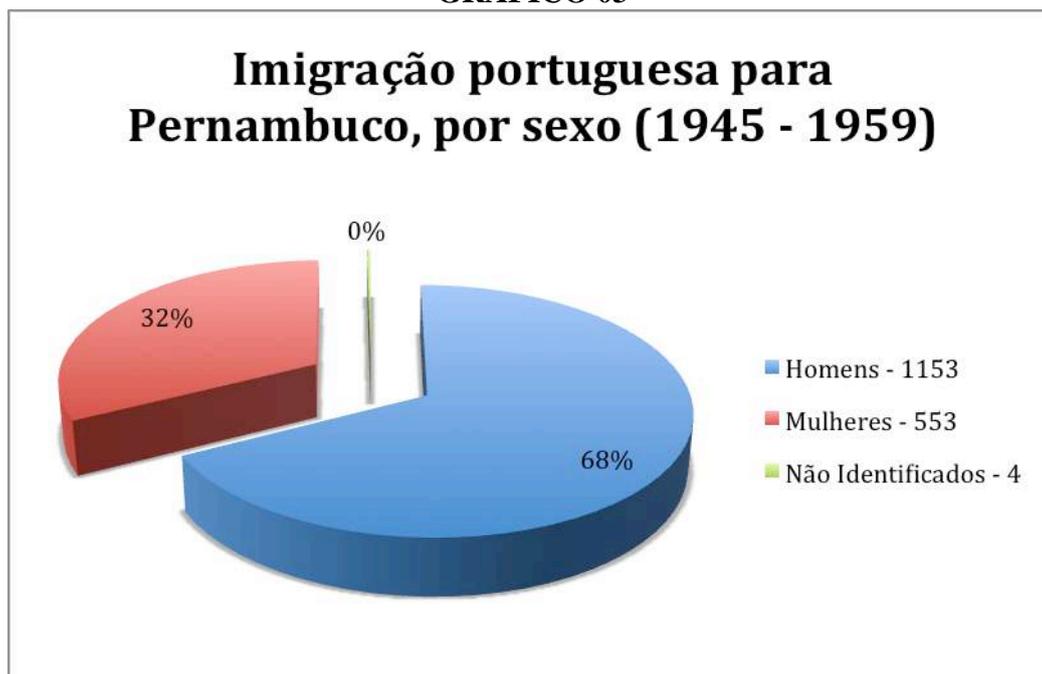
³⁶³Decreto-lei nº 7.967 de 18 de setembro de 1945 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7967.htm (acesso 19 de março de 2014.)

religião, instrução, última residência, porto de procedência, destino ou residência, classe em que viajou, além de informações relativas ao passaporte do passageiro (número, local e data de expedição) e o enquadramento legal ao qual o passageiro se insere. Constam ainda no cabeçalho do documento informações sobre o navio, tonelagem, quantidade de passageiros, rota percorrida, quem o comandou, a companhia à qual pertencia a embarcação, seu porto inicial e dias de viagem. No verso do documento, existia duas partes para anotações das autoridades sanitárias e autoridades policiais. A documentação era comumente verificada pelo comandante do navio e o comissário, além do Inspetor de Imigração do DPMAF. No Porto do Recife, especificamente nesse período, é constantemente visto o carimbo e assinatura do Inspetor José Chaves, além de informações sobre o datiloscopista responsável pela retirada das digitais dos imigrantes.

As listas de passageiros desembarcados no Porto do Recife, entre 1945 e 1959, nos trouxe a possibilidade de entender melhor quem eram esses imigrantes que se deslocaram para Pernambuco no período posterior à Segunda Guerra Mundial, com intenções de ali começar uma nova vida. Após a análise de 1.166 desembarques no Porto do Recife, entre 1942 e 1959, e a busca por imigrantes portugueses, chegamos ao número de 1.710 portugueses desembarcados entre 1945 e 1959. A partir desses dados, foram criados doze gráficos a fim de expor informações acerca do perfil desses imigrantes lusitanos.

Em se tratando do sexo predominante entre os imigrantes, os homens foram maioria, algo corrente na imigração em geral. O sexo masculino foi responsável por 68% do total de imigrantes, enquanto que as mulheres corresponderam a 32% do total. Alguns dados, entretanto, não foram identificados ou por não constarem na documentação ou por estarem ilegíveis.

GRÁFICO 03



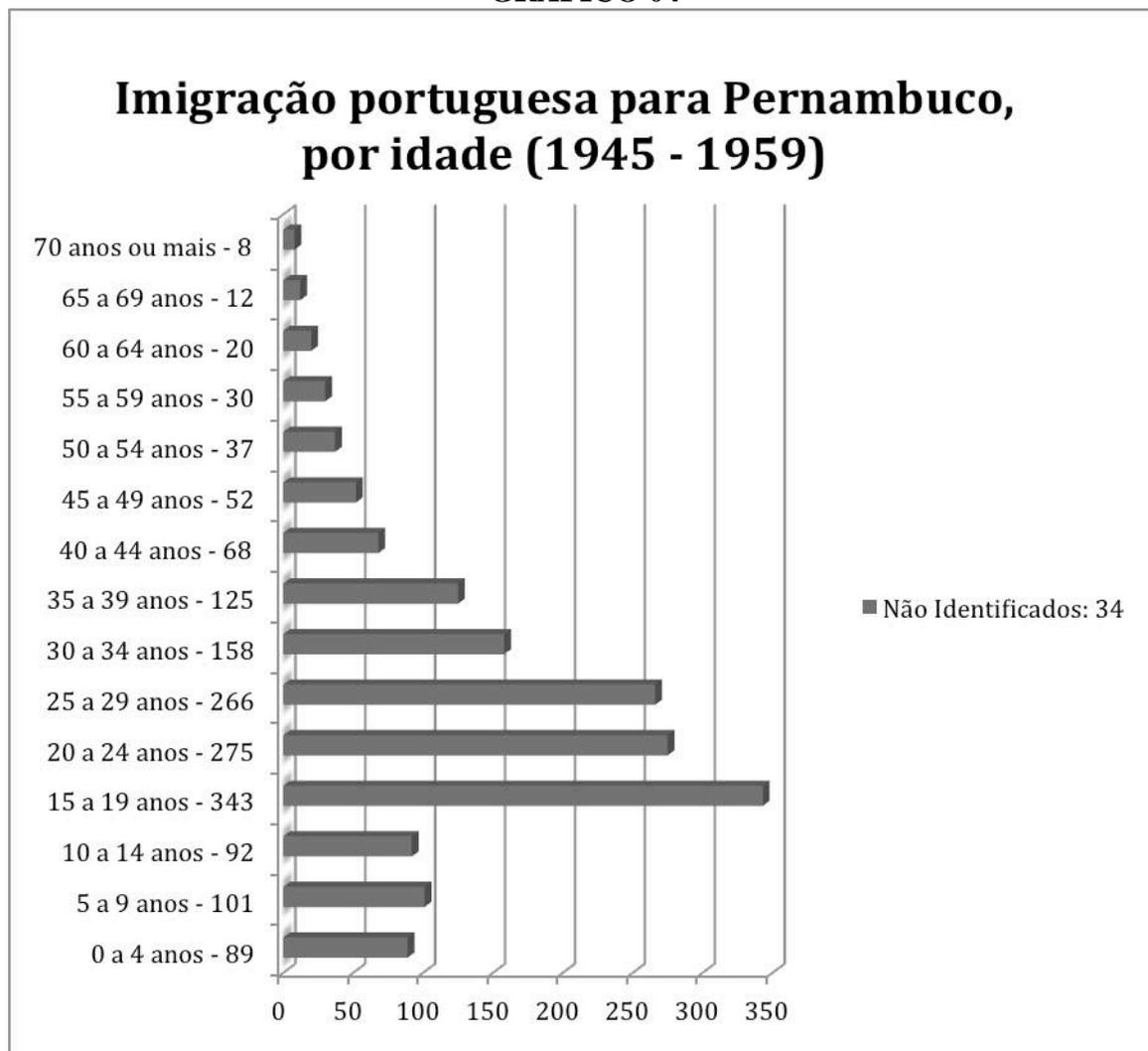
FONTE: RV 821 (1942-1945) RV 822 (1946-1947) RV 823 (1948) RV 824 (1949) RV 825 (1950) RV 826 (1951) RV 827 (1952) RV 828 (1953) RV 829(1954) RV 830 (1955) RV 831 (1956) RV 832 (1957) RV 833 (1958) RV 834 (1959). *Fundo da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras. (Entrada e Saída de Estrangeiros). 1855-1969.* Código de fundo: OL. Seção de guarda: SDE. Instrumento: SDE 058. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Ao analisarmos a idade com que vinham os imigrantes portugueses, fizemos gráficos com diversas faixas de idade de 5 anos. Procuramos observar tais dados de forma geral e também por sexo, a fim de compreender que faixa etária foi mais presente entre imigrantes do sexo masculino e do sexo feminino. Observando os dados gerais, percebe-se um número superior a 10% de crianças entre menores de 10 anos e recém-nascidos. Entretanto, as faixas etárias mais presentes são as de 15 a 19 anos (20%), 20 a 24 anos (16%) e 25 a 29 anos (15,5%), as demais faixas não chegam a 10% do total. É importante perceber que essas faixas etárias representam jovens em idade economicamente ativa, buscando novas posições no país para onde se emigra. Analisando a faixa de 15 a 19 anos, a mais numerosa entre os imigrantes, são 297 homens e 46 mulheres. Dentre os homens, 103 possuíam 18 anos ao chegar em Recife. O grande número de imigrantes do sexo masculino nessa idade pode ser explicado pelo desejo de fuga dos jovens ao serviço militar, quando muitos acabavam sendo levados às colônias portuguesas na África. Devido a intenção de não servir ao exército, muitos emigraram antes de completar 18 anos.

A faixa de 20 a 24 anos também apresenta um grande número de homens (207), além de mulheres (68). Contudo, a faixa com maior presença feminina foi a de 25 a 29

anos, quando desembarcaram em Recife 86 mulheres e 186 homens. Possivelmente, por não haver a pressa de se emigrar, devido a não precisarem fugir do serviço militar, e por também ficarem na maioria das vezes restritas ao trabalho doméstico, o pico etário da imigração portuguesa feminina foi mais velho que o masculino.

GRÁFICO 04



FONTE: RV 821 (1942-1945) RV 822 (1946-1947) RV 823 (1948) RV 824 (1949) RV 825 (1950) RV 826 (1951) RV 827 (1952) RV 828 (1953) RV 829(1954) RV 830 (1955) RV 831 (1956) RV 832 (1957) RV 833 (1958) RV 834 (1959). *Fundo da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras. (Entrada e Saída de Estrangeiros). 1855-1969.* Código de fundo: OL. Seção de guarda: SDE. Instrumento: SDE 058. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

GRÁFICO 05

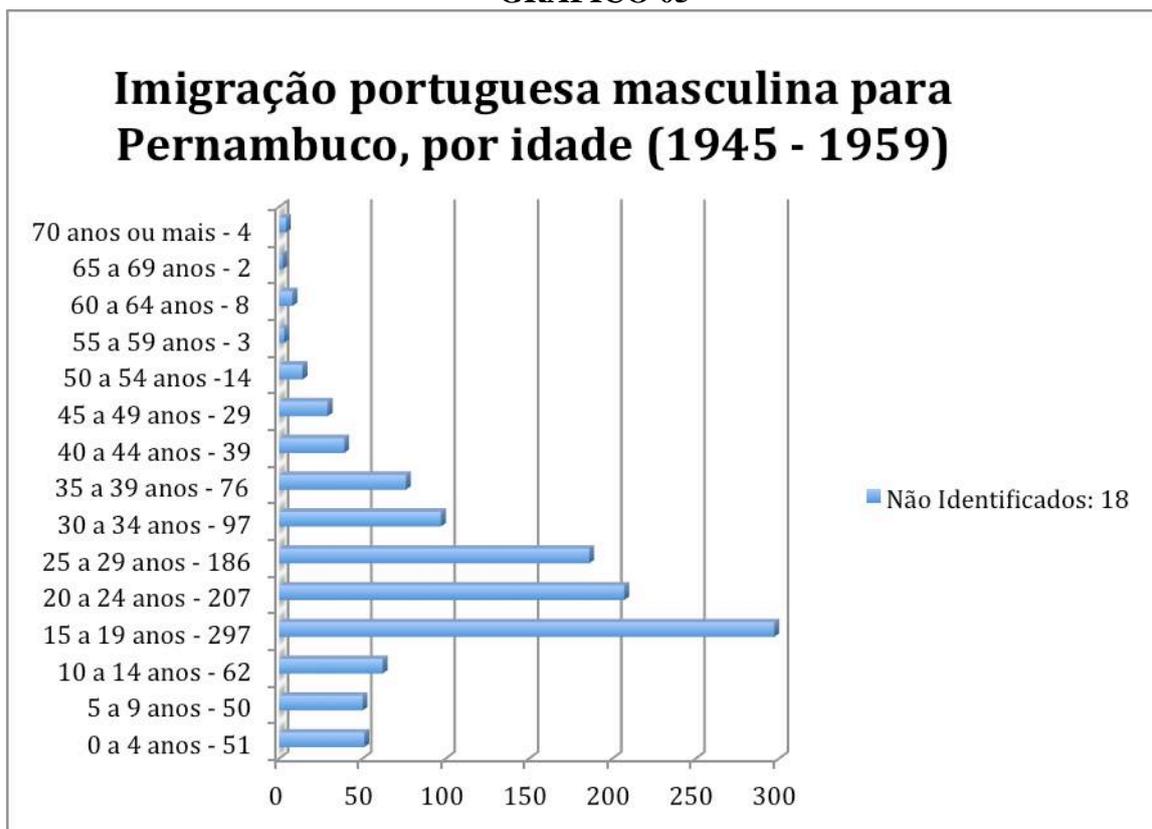
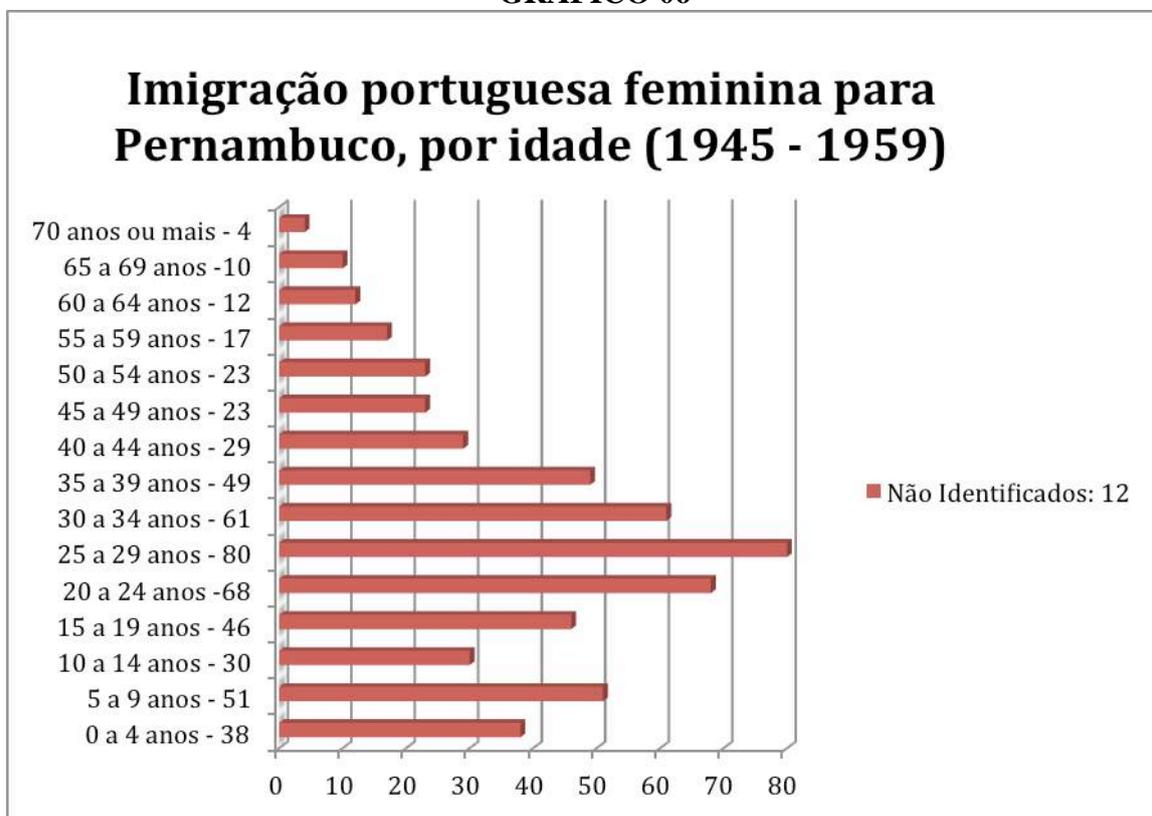


GRÁFICO 06

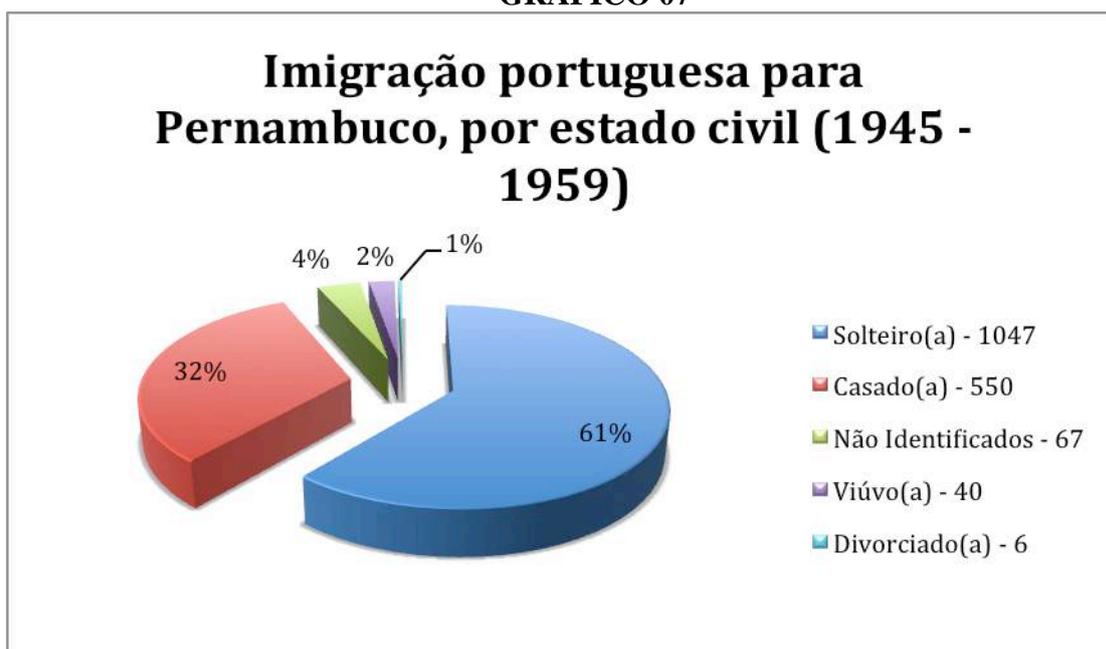


FONTE: RV 821 (1942-1945) RV 822 (1946-1947) RV 823 (1948) RV 824 (1949) RV 825 (1950) RV 826 (1951) RV 827 (1952) RV 828 (1953) RV 829 (1954) RV 830 (1955) RV 831 (1956) RV 832 (1957) RV 833

(1958) RV 834 (1959). *Fundo da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras. (Entrada e Saída de Estrangeiros). 1855-1969.* Código de fundo: OL. Seção de guarda: SDE. Instrumento: SDE 058. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

O que se pode observar até o momento é que a maioria dos 1.710 imigrantes eram homens, além de possuírem idade entre 15 e 29 anos, principalmente na faixa etária dos 15 aos 19 anos. Entre as mulheres, predominou a faixa entre 25 e 29 anos. Sobre o estado civil desses lusitanos, a maioria emigrou solteira. Foram 1.047 solteiros(as) (61%), 550 casados(as) (32%), além de 40 viúvos(as), 6 divorciados(as) e 67 não identificados. Esses últimos, entretanto, não representando porcentagens relevantes. O grande número de solteiros mostra a realidade da emigração portuguesa, composta em sua maioria por jovens solteiros e do sexo masculino. Entre os casados, 301 eram homens e 249 mulheres, muitos dos quais imigraram em família, outros tantos imigraram primeiro e depois trouxeram suas esposas. Desses solteiros desembarcados, 801 eram homens e 246 mulheres. Se analisarmos a faixa etária do solteiros se observa 71 (0 a 4 anos), 83 (5 a 9 anos), 89 (10 a 14 anos), 330 (15 a 19 anos), 212 (20 a 24 anos), 140 (25 a 29 anos), 46 (30 a 34 anos) 60 (35 ou mais) e 4 (Não Identificados). Há desse modo a predominância de jovens solteiros, contudo os números recebem um acréscimo por conta das crianças e recém-nascidos enquadrados como solteiros pela listagem de passageiros consultada.

GRÁFICO 07



FONTE: RV 821 (1942-1945) RV 822 (1946-1947) RV 823 (1948) RV 824 (1949) RV 825 (1950) RV 826 (1951) RV 827 (1952) RV 828 (1953) RV 829(1954) RV 830 (1955) RV 831 (1956) RV 832 (1957) RV 833 (1958) RV 834 (1959). *Fundo da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras. (Entrada e Saída de*

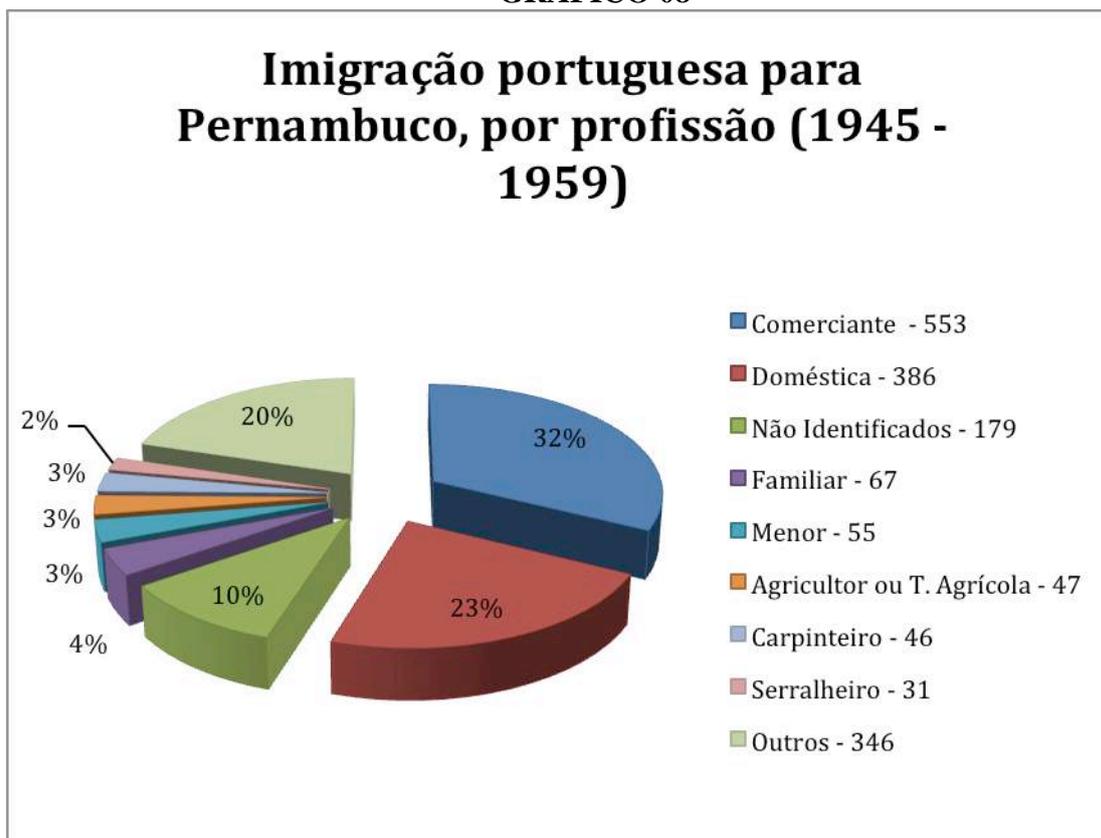
Estrangeiros). 1855-1969. Código de fundo: OL. Seção de guarda: SDE. Instrumento: SDE 058. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Outro dado importante para a compreensão do perfil imigrante foi a profissão. Apesar do grande número de ocupações não identificadas (179), há uma grande variedade de ofícios citados na documentação, dentre os quais, caixeiro, ceramista, pedreiro, proprietário, religioso, alfaiate, operário, jornalista, padeiro, pasteleiro, dama de companhia, distribuidor de pão, motorista, ourives, criada e etc. Havia um extenso rol de atividades profissionais mostrando um leque diversificado entre as profissões dos imigrantes. A ocupação mais presente, contudo, foi a de comerciante e empregado comercial (553), correspondendo a 32% do total de imigrantes. Desse total, apenas 7 eram mulheres. Em segundo lugar ficou a profissão de doméstica e empregada doméstica (386), representando 23% da imigração portuguesa. Entre as domésticas, todas eram mulheres, sendo a maioria casada (286) e as demais solteiras (100). Depois desse ofício, a profissão com mais mulheres era a de serviçal (17). Muitas crianças, sem idade para o trabalho, eram colocadas como familiar (67) ou menor (55), ou ainda sem profissão, em menor número. Outros ofícios presentes foram os de agricultor ou técnico agrícola (47), carpinteiro (46), e serralheiro (31), que somados não chegavam a 10% do total. Desse modo, percebe-se que os imigrantes portugueses desse período eram, em sua maioria, comerciantes, se homens, e domésticas, se mulheres. Não significa, entretanto, que os imigrantes de fato exercessem tais ofícios. Há uma grande diferença, contudo, entre o perfil de trabalho do imigrante português desse período e o imigrante de 1909 e 1913, ano em que o Brasil mais recebeu lusitanos permanentes. Em 1909, a maioria dos imigrantes se diziam operários agrícolas (45%) ou agricultores (9,5%). Já em 1913, a maioria dos imigrantes se diziam agricultores (20,3%) ou operários agrícolas (21%). Já o ramo do comércio sequer chegou a representar 5% em 1909 ou 1913.³⁶⁴ Em outro trabalho, observa-se que 40% dos imigrantes portugueses desembarcados no Porto de Santos, entre 1908 e 1936, eram agricultores.³⁶⁵ De fato, houve uma grande mudança no perfil trabalhador do imigrante português. O imigrante do pós-guerra é, sobretudo, um comerciante quando chega em solo brasileiro. Já a imigrante é responsável pelo trabalho doméstico tanto em Portugal quanto no Brasil.

³⁶⁴ SERRÃO, Joel. "Emigração". In: Dicionário de História de Portugal. Vol. II. Lisboa. 1965. P.25.

³⁶⁵ KLEIN, Herbert S. "The Social and Economic Integration of Portuguese Immigrants in Brazil in the Late Nineteenth and Twentieth Centuries". In: Journal of Latin American Studies, Vol. 23, No. 2 (May, 1991). P. 320

GRÁFICO 08



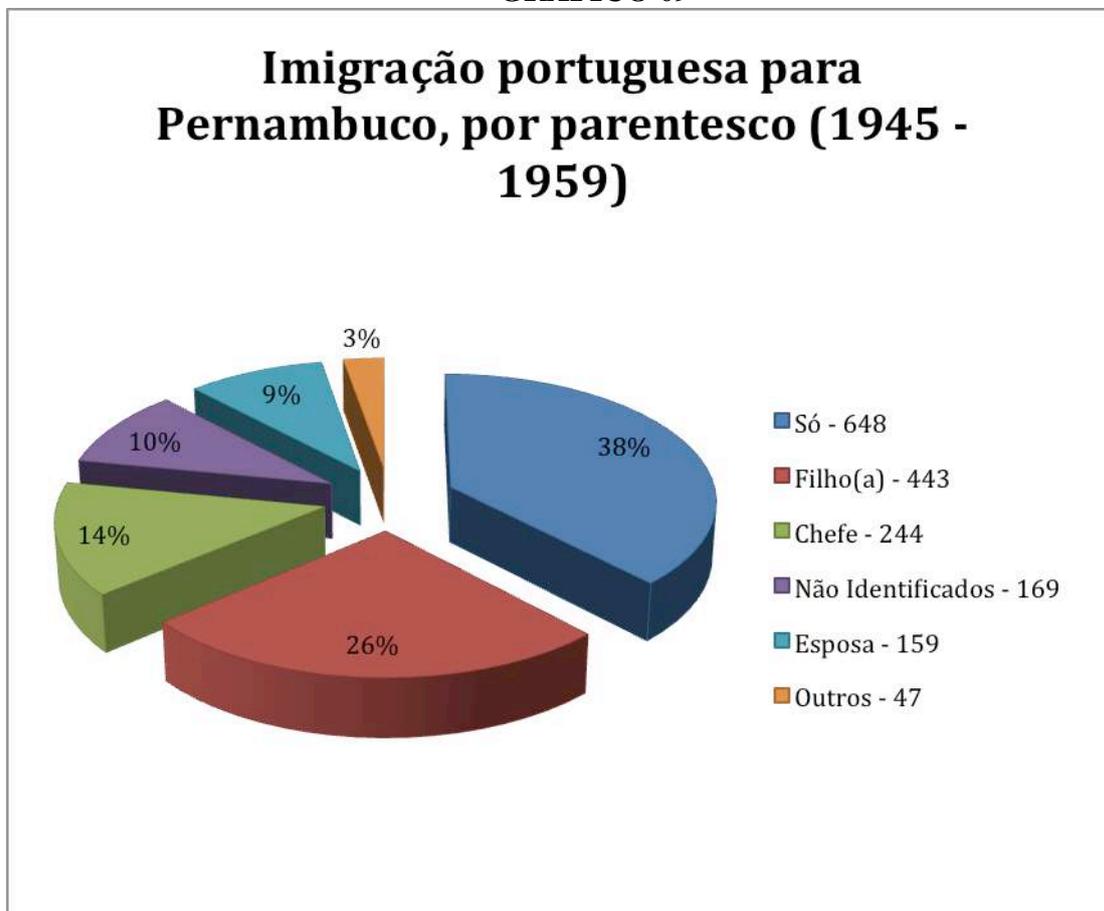
FONTE: RV 821 (1942-1945) RV 822 (1946-1947) RV 823 (1948) RV 824 (1949) RV 825 (1950) RV 826 (1951) RV 827 (1952) RV 828 (1953) RV 829(1954) RV 830 (1955) RV 831 (1956) RV 832 (1957) RV 833 (1958) RV 834 (1959). *Fundo da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras. (Entrada e Saída de Estrangeiros). 1855-1969.* Código de fundo: OL. Seção de guarda: SDE. Instrumento: SDE 058. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Outro dado relativo a imigração portuguesa é o parentesco. Nas listas de passageiros existia a preocupação de registrar se o imigrante específico viajava só ou em família. Viajaram sós 648 imigrantes, representando 38% do total, 744 homens e 96 mulheres. Houve ainda 443 indivíduos enquadrados como filhos e filhas, assim, viajando com seus pais, mães ou ambos. Entre os imigrantes, 244 eram enquadrados como chefes, 180 homens e 64 mulheres responsáveis pela família. Houve ainda o número de 159 imigrantes mulheres, enquadradas como esposas, viajando com seus maridos, registrados como chefes. Alguns dados não foram identificados e outros foram deixados de lado pelo pequeno número de aparições como mãe, sobrinho, irmão, irmã, primo, criado, acompanhante, agregado e etc.

A religião também foi registrada nas listas de passageiros. Entre os portugueses imigrados praticamente 100% afirmaram ser católicos. Todos os dados que foram possíveis de compreender mostraram que a religião católica predominou, apenas 2% das

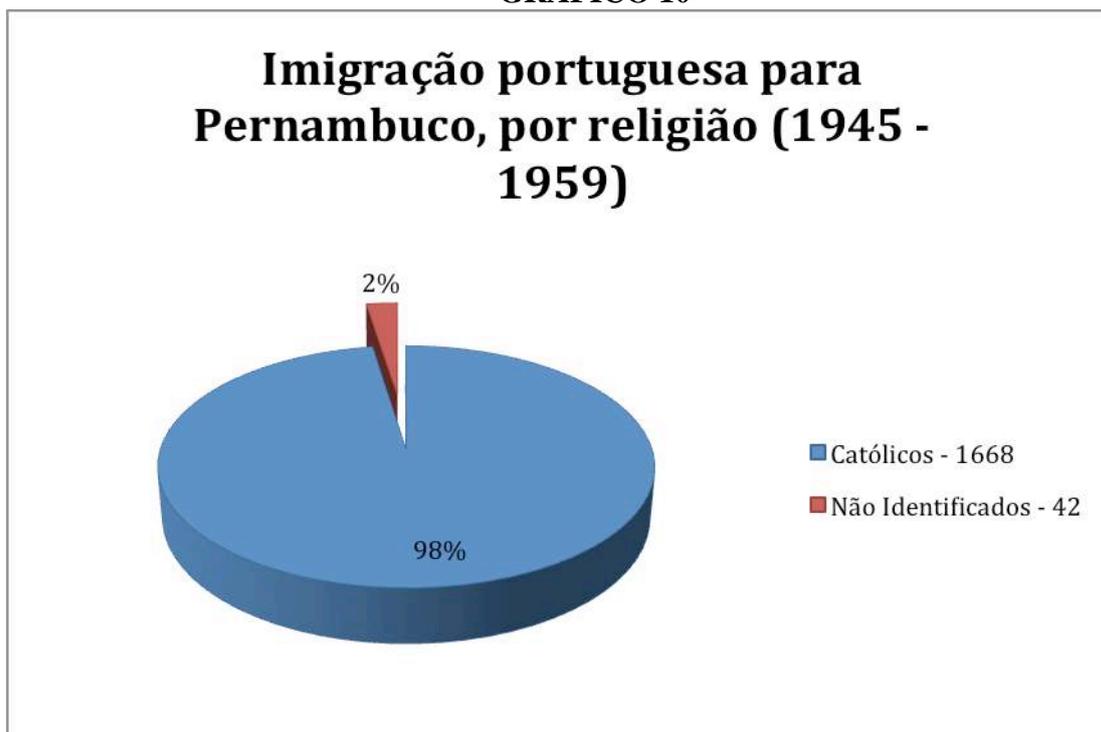
informações não foram identificadas, por estarem ilegíveis ou não constarem, contudo, não interfere na totalidade dos dados.

GRÁFICO 09



FONTE: RV 821 (1942-1945) RV 822 (1946-1947) RV 823 (1948) RV 824 (1949) RV 825 (1950) RV 826 (1951) RV 827 (1952) RV 828 (1953) RV 829(1954) RV 830 (1955) RV 831 (1956) RV 832 (1957) RV 833 (1958) RV 834 (1959). *Fundo da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras. (Entrada e Saída de Estrangeiros). 1855-1969.* Código de fundo: OL. Seção de guarda: SDE. Instrumento: SDE 058. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

GRÁFICO 10



FONTE: RV 821 (1942-1945) RV 822 (1946-1947) RV 823 (1948) RV 824 (1949) RV 825 (1950) RV 826 (1951) RV 827 (1952) RV 828 (1953) RV 829(1954) RV 830 (1955) RV 831 (1956) RV 832 (1957) RV 833 (1958) RV 834 (1959). *Fundo da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras. (Entrada e Saída de Estrangeiros). 1855-1969.* Código de fundo: OL. Seção de guarda: SDE. Instrumento: SDE 058. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

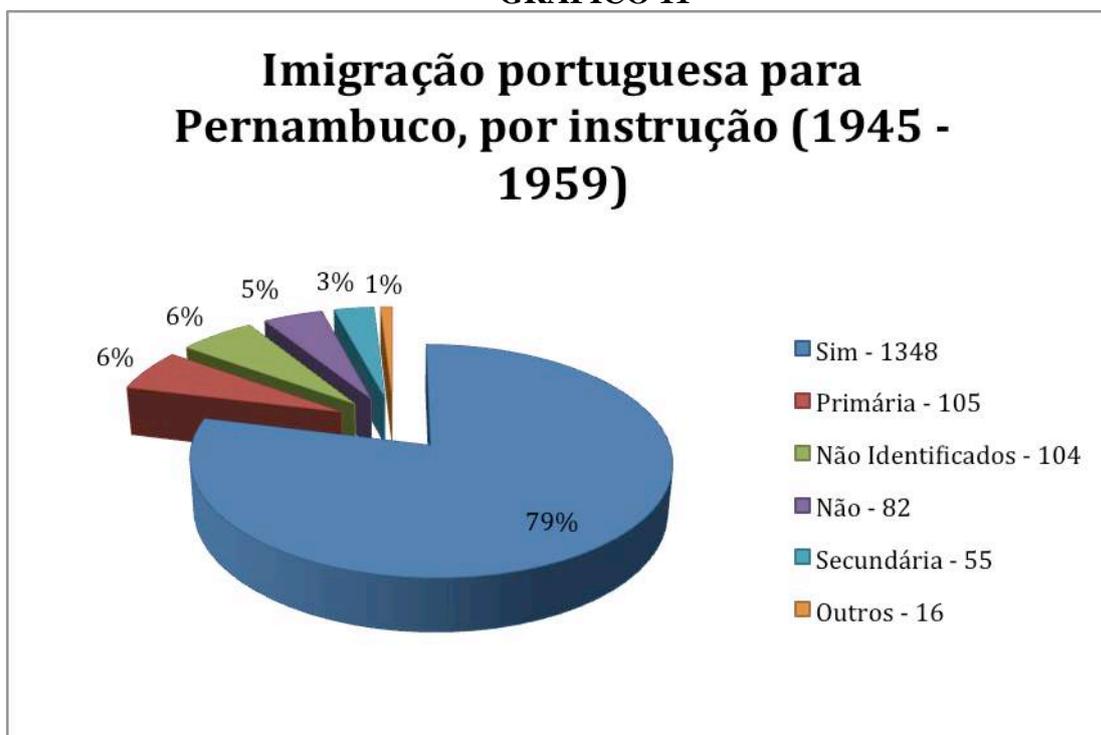
Com relação à instrução dos imigrantes portugueses, as listas de passageiros mostram que 1.348 imigrantes afirmaram possuir instrução. Além desses, 105 contaram possuir educação primária e 55 educação secundária. No gráfico consta também a percentual de “*outros*” referentes àqueles que afirmaram ser analfabetos (8), possuir ensino superior(5), além de estudantes e aqueles que apenas liam e escreviam. Houve também aqueles que afirmaram não possuir instrução. Ao compararmos com o imigrante português que chega ao Brasil em 1912, nota-se uma grande diferença. Se naquele ano a proporção de imigrantes analfabetos portugueses por distrito variava de 65,96% a 91,52%, vê-se uma realidade totalmente distinta.³⁶⁶ Já em 1937, quase 58% dos imigrantes portugueses desembarcados no Porto de Santos eram declaradamente analfabetos, sem contarmos com aqueles que também o eram, mas mentira.³⁶⁷ A maioria dos imigrantes portugueses do pós-guerra possuía instrução, era um perfil diferente daqueles imigrados

³⁶⁶ FERREIRA, Eduardo Sousa. **Origens e Formas da Emigração**, Lisboa, Iniciativas Editoriais. 1976. P. 35.

³⁶⁷ DEMARTINI, Zeila B. F. “*Imigração e Educação: os portugueses em São Paulo no início do Século XX.*”. In: **Cadernos CERU** Série 2. N12. 2001. p. 164

anteriormente. Entre os homens que possuíam “sim” no quesito instrução, todos tinha o mínimo de ensino básico, liam e escreviam, tinham cursado ao menos o primário e estavam cursando o secundário ou já o haviam terminado. Entre as mulheres, entretanto, a realidade era outra, boa parte residente em zonas rurais com o acesso restrito à escolaridade para o público feminino. Não havia o costume das mulheres irem para escola. Isso, entretanto, não impedia que elas mentissem e afirmassem possuir instrução, como foi o caso de uma das entrevistadas.

GRÁFICO 11

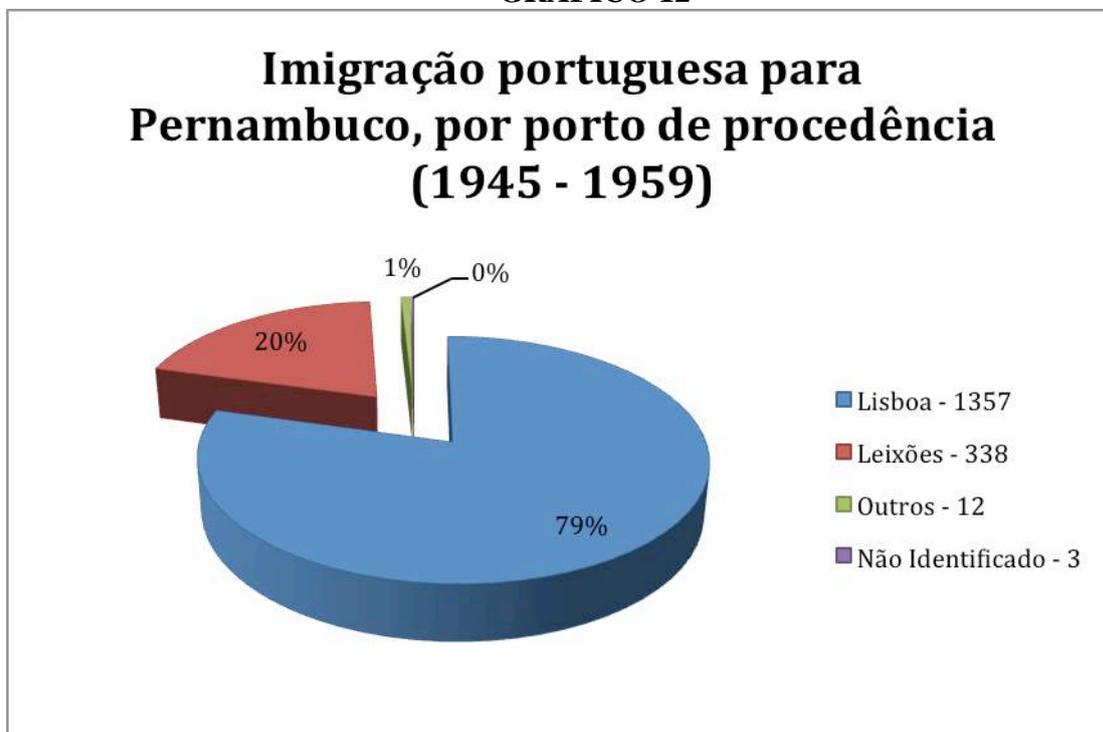


FONTE: RV 821 (1942-1945) RV 822 (1946-1947) RV 823 (1948) RV 824 (1949) RV 825 (1950) RV 826 (1951) RV 827 (1952) RV 828 (1953) RV 829(1954) RV 830 (1955) RV 831 (1956) RV 832 (1957) RV 833 (1958) RV 834 (1959). *Fundo da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras. (Entrada e Saída de Estrangeiros). 1855-1969.* Código de fundo: OL. Seção de guarda: SDE. Instrumento: SDE 058. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Entre os portos por onde os imigrantes portugueses embarcaram destacam-se o Porto de Lisboa, localizado na cidade homônima, com 1.357 embarcados e o Porto de Leixões, no concelho de Matosinhos, no distrito do Porto, o maior porto da região Norte, com 338 embarcados. Houve ainda embarque em Funchal, na Ilha da Madeira, em São Vicente de Cabo Verde, Le Havre na França, Yokohama no Japão e Nova York nos Estados Unidos, sem contudo representarem grandes números. Mesmo portugueses que viviam mais próximo do Porto de Leixões, na região norte, chegaram a embarcar por Lisboa, tanto pela maior oferta de viagens como razões diversas. A isso se deve o enorme

número de saídas daquele local, como foi o caso de alguns imigrantes que serão citados mais adiante.

GRÁFICO 12

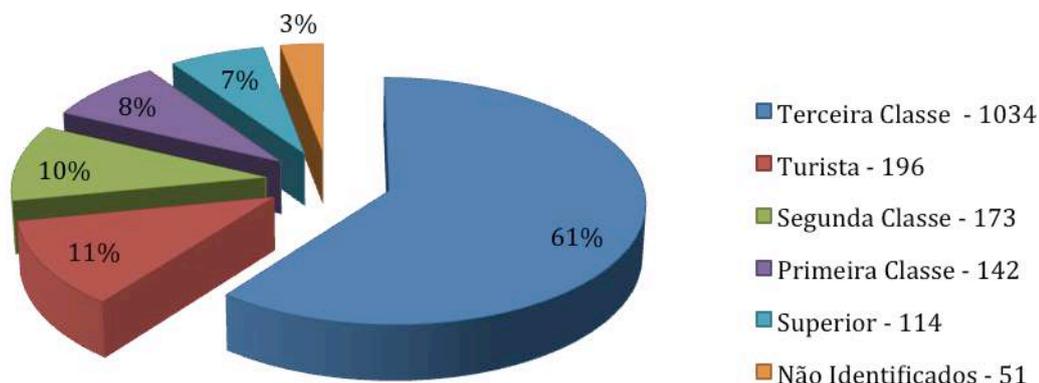


FONTE: RV 821 (1942-1945) RV 822 (1946-1947) RV 823 (1948) RV 824 (1949) RV 825 (1950) RV 826 (1951) RV 827 (1952) RV 828 (1953) RV 829(1954) RV 830 (1955) RV 831 (1956) RV 832 (1957) RV 833 (1958) RV 834 (1959). *Fundo da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras. (Entrada e Saída de Estrangeiros). 1855-1969.* Código de fundo: OL. Seção de guarda: SDE. Instrumento: SDE 058. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

A maioria desses imigrantes vieram a bordo da terceira classe (1.034), na classe turística (196), em segunda classe (173), na primeira classe (142) e em classe superior (114). Cada navio possuía um sistema próprio de nomenclatura das cabines referentes aos passageiros. Para alguns, terceira classe e classe turística, correspondiam à passagem mais barata de viagem e, conseqüentemente, habitações mais simples. Essas comumente ficavam na linha do mar ou abaixo dela, posições desprivilegiadas. O mesmo serve para a primeira classe e a classe superior, restritas àqueles que possuíssem mais dinheiro para arcar com os preços. Possuíam luxo e diversas opções de lazer.

GRÁFICO 13

Imigração portuguesa para Pernambuco, por classe no navio (1945 - 1959)

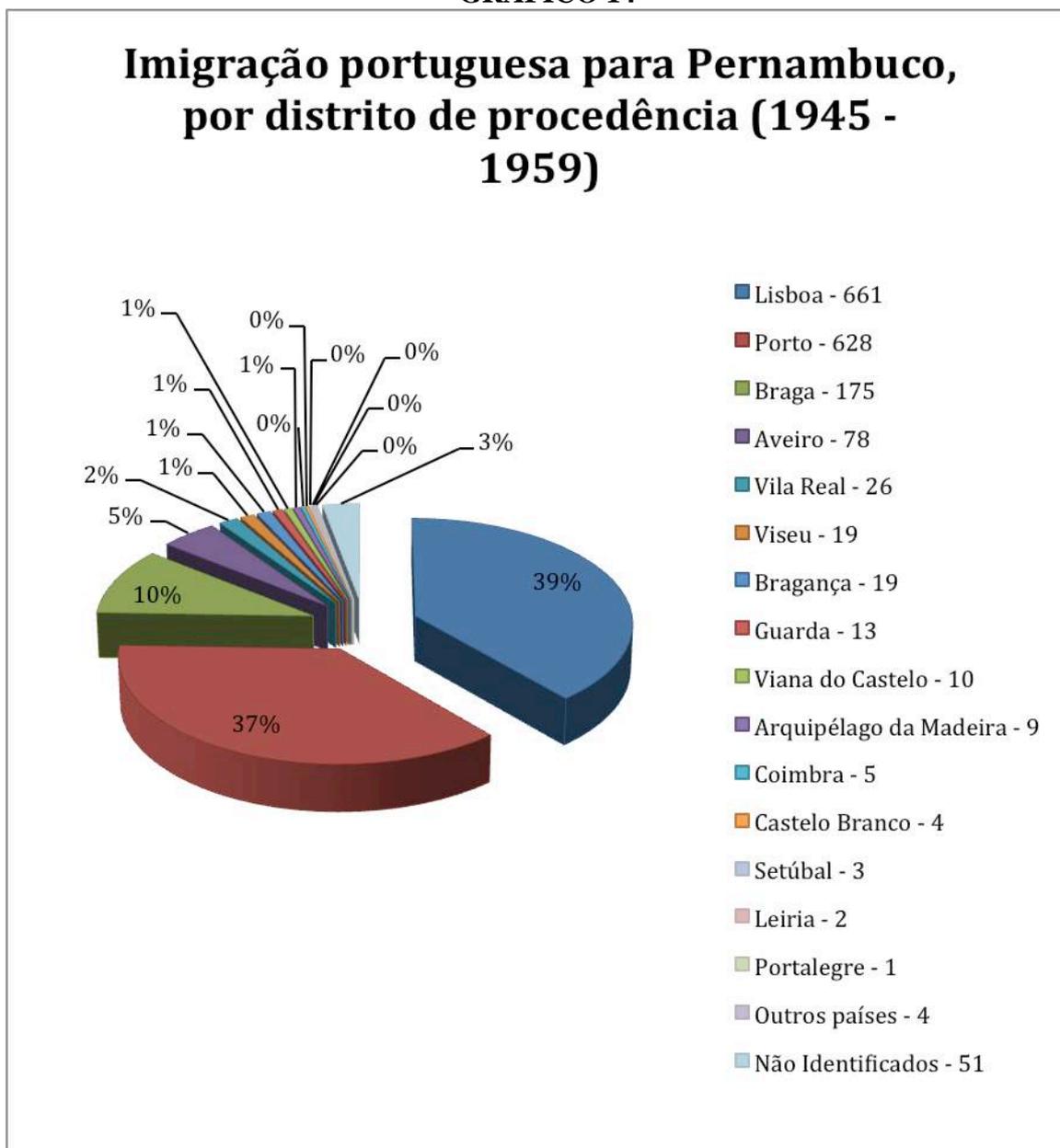


FONTE: RV 821 (1942-1945) RV 822 (1946-1947) RV 823 (1948) RV 824 (1949) RV 825 (1950) RV 826 (1951) RV 827 (1952) RV 828 (1953) RV 829(1954) RV 830 (1955) RV 831 (1956) RV 832 (1957) RV 833 (1958) RV 834 (1959). *Fundo da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras. (Entrada e Saída de Estrangeiros). 1855-1969.* Código de fundo: OL. Seção de guarda: SDE. Instrumento: SDE 058. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Em nosso último gráfico são apresentados os dados encontrados nas listas de passageiros referentes à última residência dos imigrantes. Foram citados ao todo 102 locais diferentes, entre aldeias, freguesias, concelhos e distritos portugueses e outros locais como Tokyo no Japão, Vila na Espanha, Cabo Verde e Le Havre na França. Afim de melhor apresentarmos esses dados, não colocamos as aldeias, concelhos ou freguesias, mas sim, os distritos a quais essas pertencem. Desse modo, em primeiro lugar vê-se o Distrito de Lisboa com 661 (39%) imigrantes, o Distrito de Porto com 628 (37%), o de Braga com 175 (10%) e o de Aveiro com 78 (5%). Há contudo, problemas na elaboração dos dados, na medida em que, muitos imigrantes aparecem como residentes no Porto ou em Lisboa, sem contudo essa informação ser real, segundo aferimos com imigrantes entrevistados. Muitas vezes esses dados foram preenchidos do mesmo modo que o porto de procedência.

Talvez por má vontade da burocracia da época ou por indiferença à minúcia dos dados. Assim sendo, nos parece difícil afirmar que a maioria dos imigrantes eram originários de Lisboa ou do Porto. Boa parte dos imigrantes entrevistados foram incluídos como residentes em alguns desses locais o que era falso.

GRÁFICO 14



FONTE: RV 821 (1942-1945) RV 822 (1946-1947) RV 823 (1948) RV 824 (1949) RV 825 (1950) RV 826 (1951) RV 827 (1952) RV 828 (1953) RV 829(1954) RV 830 (1955) RV 831 (1956) RV 832 (1957) RV 833 (1958) RV 834 (1959). *Fundo da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras. (Entrada e Saída de Estrangeiros). 1855-1969.* Código de fundo: OL. Seção de guarda: SDE. Instrumento: SDE 058. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Entretanto, levando em consideração apenas os concelhos citados, excluindo aqui Porto e Lisboa, além de Leixões, por não ser freguesia, nem concelho, mas um porto do concelho de Matosinhos, assim, possivelmente gerando o mesmo erro dos dados de Lisboa e Porto, vê-se 66 portugueses de Famalicão (Distrito de Braga), 54 de Póvoa de Varzim (Distrito do Porto), 50 de Vila do Conde (Distrito do Porto), 36 de Barcelos (Distrito de Braga), 28 de Fafe (Distrito de Braga) e etc. Todos esses do norte português, origem de muito dos imigrantes portugueses deslocados no período.³⁶⁸ Apesar das dificuldades impostas pelos dados mal coletados a respeito da última residência dos imigrantes, podemos perceber uma forte presença de imigrantes oriundos do norte português, em especial, dos distritos do Porto e Braga.

A fim de melhor compreender os dados estatísticos apresentados, convém compreender as histórias dos imigrantes deslocados no período, imigrantes esses que continuam vivendo na capital pernambucana e que possuem seus nomes nas listas de passageiros trabalhadas. Desse modo, podemos confrontar a documentação com as histórias desses portugueses.

O imigrante português, em Pernambuco, do pós-guerra era em sua maioria homens jovens, solteiros, católicos e comerciantes em busca de nova realidade. As mulheres, também jovens, vinham para o trabalho doméstico.

4.3 Relatos da imigração portuguesa para Pernambuco

Os relatos que se seguem foram obtidos a partir de entrevistas realizadas desde 2011, quando esse trabalho começou a ser realizado. Tais falas ajudam a compreender os números já explicitados e entender o processo que levou à imigração portuguesa no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Somam-se a esses relatos informações

³⁶⁸ Nenhum município do distrito de Beja, nem Évora, nem Santarém foi encontrado. No Distrito de Castelo Branco, no centro, só Sertã. Distrito de Bragança, no norte, Macedo de Cavaleiros e Vimioso. Distrito de Portalegre, no Alentejo, Castelo de Vide. Distrito de Guarda, no centro-norte, Gouveia, Castelo Rodrigo, Trancoso e Foz Côa. No Distrito de Setúbal, Montijo. Distrito do Faro, Vila Real. Distrito de Viseu, centro e norte, Castro Daire, Lamego, Mangualde, Oliveiras de Frades, Santa Comba Dão, São João da Psqueira, Tarouca. Distrito de Vila Real, no Norte, Alijó, Chaves, Mondim de Basto, Montalegre, Sabrosa, Vila Real. Distrito de Coimbra, centro, Coimbra. Distrito de Leiria, no centro, caldas da rainha. Distrito de Aveiro, centro e norte, Arouca, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra, São João da Madeira, Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Ovar, Sever do Vouga. Distrito de Lisboa, Lisboa, Sintra, Oeiras, entre outras..Distrito de Braga, no Norte, Barcelos, Braga. Cabeceiras de Basto, Vila Nova de Famalicão, Vieira do Minho, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vila Verde, Esposende. Distrito do Porto, no Norte, Maia, Matosinho, Porto, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Santo Tirso, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes, Gondomar.

obtidas no livro *“A Presença Lusitana em Pernambuco: 100 anos da Câmara de Comércio Brasil – Portugal – Pernambuco”* de Laura Areias, também imigrante portuguesa, que narra a biografia de figuras conhecidas da comunidade lusitana local.

Apontamos então alguns relatos que contribuem com a compreensão das múltiplas histórias dos imigrantes que para Pernambuco se deslocaram, buscando neste trabalho perceber pontos comuns nesse processo e compreender suas particularidades.

Nascida em 18 de fevereiro de 1927, na aldeia de Barreiros, Freguesia de Amor, Concelho de Leiria, Idalina da Cruz imigrou para o Brasil primeiramente em 1947. Sua família já havia fincado raízes em Pernambuco, quando seu tio José Duarte Areia, irmão de D. Encarnação da Cruz, sua mãe, emigrou anos antes criando a Serralharia Artística em Recife. Posteriormente, seu pai, José da Cruz, ainda jovem e solteiro, emigrou para o Brasil à convite de José Duarte Areia, visto que ele buscava fugir do serviço militar vindo para Pernambuco antes de poder servir, só voltando com 20 anos de idade, após a morte do seu pai. Idalina ainda salienta: *“meus avós eram ricos e ele veio para fugir do exército”*³⁶⁹. Depois de voltar à Portugal, casou-se com D. Encarnação da Cruz, com quem teve na época três filhos, a terceira, Idalina. Quando Idalina tinha somente um mês de vida em 1927, seu pai, voltou para Pernambuco, trabalhando no estabelecimento do seu cunhado por seis anos, voltando em 1933 a Portugal. As ligações com Pernambuco, então, eram muito fortes. Tempos depois, Abel da Cruz, irmão de Idalina, emigrou com seu padrinho Joaquim Duarte Areia, irmão de José Duarte, e dono da Serralharia Moderna, onde Abreu, com cerca de 13 anos foi trabalhar. José da Cruz acabou voltando de novo à trabalhar no Brasil, deixando sua família momentaneamente em Portugal.

O período da Guerra trouxe tempos difíceis. Segundo Claudino Lopes Pires, português e marido de Idalina, *“no tempo da guerra a coisa ficou muito complicada”*, muita gente havia saído no período de Barreiros, a maioria para o Rio de Janeiro. *“Foi uma crise que houve muito grande. Guerra...Então as cidades mesmo sofreram muito”*. Apesar disso, *“As aldeias ainda tinham cultivo, tinham o que comer. Não faltava não. Ninguém passava fome não. Comia-se bem, por sinal, nas aldeia. Mas a gente quer sempre um pouco mais”*³⁷⁰

Em 1947, entretanto, o restante da família foi para Pernambuco. Ao emigrar, Idalina não só deixava sua terra natal, mas deixava também seu namorado Claudino Lopes

³⁶⁹ Idalina da Cruz. Entrevista realizada em 6 de fevereiro de 2014.

³⁷⁰ Claudino Lopes Pires. Entrevista realizada em 6 de fevereiro de 2014.

Pires, seu vizinho desde criança. Aos 20 anos, em 1947, Idalina emigrou com o restante da sua família para Pernambuco, visto que seu irmão Abel e seu pai já haviam ido para Recife antes. Veio num cargueiro da Lloyd Brasileiro do qual não se recorda o nome. Apesar disso, lembra que o navio não era de qualidade, não havia “*conforto nenhum*”, além de ter viajado contra a vontade e de ter passado mal no percurso.

Enquanto Idalina estava no Brasil, Claudino Lopes Pires nascido em 17 de julho de 1927, também na aldeia de Barreiros, freguesia de Amor, Concelho de Leiria, no Distrito de Leiria, na região do Centro, trocava cartas com a namorada, que só voltaria em 1950 para se casar. Antes disso, Claudino serviu ao exército por catorze meses entre 1948 e 1949, em Lisboa. Essa situação dificultou sua casa, visto que ele era o único homem, junto a quatro irmãs e sua mãe, o que complicou para comandar os trabalhos no campo e outros afazeres na residência, como ele mesmo disse. Vale salientar que tanto a família de Idalina quanto a de Claudino, em Barreiros, viviam da agricultura e da venda dos excedentes do plantio. A família de Claudino possuía terras, e trabalhava nelas, além de chamar gente de fora para trabalhar nos lotes também. O produto da terra era vendido nas praças de Leiria. Frutas, verdura, azeite, tudo. Todos produtos que sobravam eram vendidos nos supermercados em Leiria. Na família de Idalina a história era a mesma. Não havia carência ou grandes dificuldades, tampouco havia pobreza e fome nessas famílias. Diz Idalina, “*nós não tivemos isso. A minha família já estava sobrevivendo bem no Brasil. Tinha uns que já estavam ricos. Esses meus tios.*”³⁷¹

Não bastassem os problemas gerados em sua casa, por conta do serviço no exército, a situação de Claudino poderia vir a piorar. Apesar de na época Portugal não estar em guerra, mandavam-se homens para Angola e Moçambique onde passavam dois anos servindo e depois voltavam. Isso também trouxe receios para Claudino, que já tinha o projeto de casar-se com Idalina. Segundo ele, a convocação “*ia estragar minha vida, porque, de qualquer forma, eu tinha o meu projeto de casamento, eu vinha noivar aqui, não era em Angola não....Tinha que enfrentar, mas pedindo para que não acontecesse*”.³⁷²

Um fato curioso, entretanto, foi citado por Claudino na sua busca por não ser convocado para o serviço na África: “*por ali eles vão escolhendo uns e outros que são mais hábeis para uma coisa ou pra outra e são os que eles mandam lá pra fora. São os mais aptos. Um bom atirador. Eu erreí até o alvo*”, disse rindo. Em meio aos

³⁷¹ Idalina da Cruz. Entrevista realizada em 6 de fevereiro de 2014.

³⁷² Claudino Lopes Pires. Entrevista realizada em 6 de fevereiro de 2014.

treinamentos de tiro, intencionalmente se erravam os alvos, a fim de se mostrarem descapacitados para o combate. Diz ainda que *“a gente já tinha ouvido esse negócio de que se destacarem melhor são os que vão lá pra fora. Ninguém queria ir. Ai todo mundo errava.”* Apesar disso, Claudino deixa claro que mesmo assim as pessoas eram convocadas. Mas o receio não era à toa *“colegas meus, vizinhos, muito foram mobilizados para Angola ou Moçambique”*.³⁷³

Três anos depois de imigrar, já em 1950, Idalina voltou para Portugal onde casou com Claudino. Ela voltou de acordo com o enquadramento legal do artigo 37º do Decreto-Lei nº 7.967, de 18 de setembro de 1945, segundo o qual

o estrangeiro registrado como permanente que se ausentar do Brasil pelo prazo de um ano, prorrogável por outro ano, a critério da autoridade consular, poderá regressar mediante a apresentação do documento comprobatório da sua permanência legal, no país.³⁷⁴

Como voltou em menos de dois anos, Idalina não foi considerada imigrante de primeira viagem, segundo as listas de passageiro, mas sim uma retornada. Com um ano de casados, Claudino recebeu a carta de chamada de Abel da Cruz, oferecendo-lhe emprego na sua Serralharia Progresso. Indo ao Consulado Geral do Brasil em Lisboa conseguiu o visto, que junto ao passaporte e a licença do exército permitiu que emigrasse. Segundo ele, não houve grandes complicações na burocracia. Os dados que foram registrados nas listas de passageiros, entretanto, possuem alguns erros. Segundo a documentação da DPMAF, ambos possuíam Lisboa como última residência, mas que na verdade era Monteleva, no concelho de Sintra, e somente o Distrito de Lisboa. Diz também que ambos possuíam instrução. Claudino na época foi para escola e tinha estudado, diferentemente de Idalina, que só chegou a ir à escola no Brasil, visto não ser comum o acesso das mulheres ao ensino. As profissões, contudo, constam do mesmo modo no passaporte da época, que ambos ainda guardam, empregado comercial e doméstica, assim com a maioria dos imigrantes de ambos sexos.

Vieram à bordo da primeira classe do navio Serpa Pinto, *“um grande navio [...] com todo conforto, ele tinha tudo. E nós viemos com conforto, com camarote. Não era jogado lá não”*. *“O Serpa Pinto na época era um bom navio. A gente veio em Camarote. Reservado. Tá certo que era primeira classe. Mas assim mesmo, era um bom navio”*, disse

³⁷³ Claudino Lopes Pires. Entrevista realizada em 6 de fevereiro de 2014

³⁷⁴ Decreto-Lei nº 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Claudino. Chegando em 24 de agosto de 1951, após 11 dias de viagem, incluindo uma parada em Cabo Verde, desembarcam no Porto do Recife. Só voltando 11 anos depois, com suas três filhas para passeio em Portugal. Assim como a maioria do portugueses, foram incluídos como sócios no Hospital Português, a fim de terem saúde de qualidade e gratuita.

Assim que chegou, Claudino começou seu trabalho na empresa do seu cunhado Abel, o que remete a um processo iniciado tempos atrás. José Duarte Areia, tio de Abel, ao emigrar para Pernambuco fundou a Serralharia Artística, onde trabalhou Joaquim Duarte e José da Cruz. Segundo Claudino, José Duarte seria “*o pivô de todos terem vindo para cá*”³⁷⁵. Joaquim Duarte Areia, que trabalhou com seu irmão na Artística, posteriormente fundou sua própria loja do ramo, a Serralharia Moderna. Anos depois, Abel da Cruz, irmão de Idalina, também imigrou para Recife, junto ao seu padrinho Joaquim Duarte, trabalhando com ele na sua serralharia. Posteriormente, Abel da Cruz fundou o seu próprio estabelecimento, a Serralharia Progresso. Foi à convite de Abel, para trabalhar na sua empresa, que Claudino emigrou com Idalina em 1951. Chegando ao Recife, iniciou sua ocupação na loja do cunhado, onde trabalhou por sete anos, até sair e fundar a Serralharia Ideal, em 1958. Nesse processo, familiares foram empregando uns aos outros e criando novas empresas do mesmo ramo, constituindo-se num nicho étnico português. Esse processo, remete ao que Beatriz Padilha chama de “*percurso do pão*”, porém, adaptado para a serralharia. Segundo Padilla, muitos dos portugueses que emigraram nos anos 1940 e 1950 quando chegavam ao local de imigração eram ajudados por outros portugueses e essa história foi comum entre os imigrantes da época que

inseririam-se no que chamavam “o percurso do pão”: começavam a fazer pão para uma padaria de um outro português e depois tentavam chegar a ter uma padaria e a sua própria distribuição. Ou seja, era o que se chamava a verticalização do seu sector. E cada um conseguia trabalhar num negócio, apercebia-se como funcionava e tentava fazer a mesma coisa. E na restauração também.³⁷⁶

Assim mesmo aconteceu entre essa família de Barreiros, o sucesso de José Duarte Areia no setor da serralharia deu vazão à criação de outras três empresas do mesmo ramo, formada por familiares, ex-funcionários das firmas mais antigas. Foi a partir dessa

³⁷⁵ Claudino Lopes Pires. Entrevista realizada em 30 de julho de 2014

³⁷⁶ *Existia um nicho étnico nos anos 1950 e 1960 [no Brasil] onde os portugueses eram ajudados por outros portugueses – reproduz-se sempre esta história – e se inseriam no que chamavam “o percurso do pão”* [entrevista a Beatriz Padilla]. In: <http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/1268.html>. Acesso em 18 de março de 2012.

empreitada inicial que aos poucos a família foi emigrando. Claudino fez a Serralharia Ideal, tendo antes trabalhado na Serralharia Progresso, do seu cunhado Abel da Cruz, que antes trabalhou na Serralharia Moderna, de seu tio Joaquim Duarte Areia, que antes trabalhou na Serralharia Artística, do seu irmão José Duarte Areia. O “percurso do pão” deu lugar a um outro percurso similar em outro ramo.

Com relação ao trabalho, vê-se ainda uma diferença ao comparar-se com àqueles imigrantes de antes de 1930. Ao ser indagado a comentar sobre os imigrantes do seu período e aqueles que vieram antes da década de 1930, disse Claudino *que “não se compara. Eu estou dizendo que não se compara pelo seguinte. Eu convivi com gente que veio nessa época. E o que eles passaram... Amigos meus... Nós não passamos por isso”*. Aqueles *“moravam lá no castelo”³⁷⁷ sem conforto nenhum sem nada. Era muito complicado.*³⁷⁸

A família de Claudino e Idalina, entretanto, não tiveram muito contato com a comunidade imigrante portuguesa. Talvez por serem os únicos da sua freguesia a terem imigrado para Pernambuco, talvez por não conhecerem inicialmente a comunidade local. Contudo, não reclamaram de preconceito por parte dos brasileiros, visto que *“sempre foram bem recebidos”*. Hoje em dia, todos anos voltam à Portugal, quando a identidade pátria fica em cheque, *“eu chego lá sou brasileiro, aqui sou português”*, diz Claudino sobre um dilema relatado por todos portugueses entrevistados.

José Miranda Reis de Melo nasceu em 12 de março de 1935, na freguesia de Alquerubim, concelho de Albergaria-a-Velha, no distrito de Aveiro. Mais velho numa família de três filhos homens, Miranda, como é conhecido pela comunidade portuguesa, chegou aos 17 anos, solteiro, em 1952 no Porto do Recife. Assim como os demais imigrantes do período, precisou de uma carta de chamada e garantia de emprego para legalmente emigrar para o Brasil. Carta essa recebida do seu primo Antonio Dias dos Reis, que já morava em Pernambuco. Tratou toda documentação no Consulado brasileiro no Porto, embarcando no porto de Lisboa após toda documentação organizada.

O motivo de sua vinda estava relacionado com as dificuldades de Portugal no pós-guerra, uma época de restrição, segundo José Miranda, quando alguns gêneros eram regradados pelo governo. Na época, já depois de deixar a escola aos 10 anos com o ensino básico, ficou até os 17 trabalhando na agricultura, onde plantava cebola, tomate e outros

³⁷⁷ O castelo, citado por muito imigrantes, eram os sótãos de casas, pensões ou lojas, onde muito portugueses moraram com pouca estrutura. Muitas vezes no mesmo local de trabalho.

³⁷⁸ Claudino Lopes Pires. Entrevista realizada em 30 de julho de 2014

produtos, além da criação de gado. Apesar da sua família ter poucas terras, alugavam algumas a outros donos. Sobre esse período, José lembra ter uma vaca leiteira da qual retirava leite e vendia as sobras. Seu pai era pedreiro e carpinteiro e sua mãe era costureira, além de tomar conta da casa. Em suma, a família vivia modestamente, mas bem, sem passar necessidades, como lembra o português.

Outro motivo para sua vinda era o receio de ir para o serviço militar tão logo completasse 18 anos. José Miranda diz que não só ele tinha esse medo, como muitos jovens *“porque já naquela altura em 52, já se ia muita gente para as províncias ultramarinas: Angola, Moçambique, Guiné e outros lugares. E a gente com receio de ir para esses lugares estranhos não queria ficar no país.”*³⁷⁹ Desse modo, emigrou ele e outros muitos jovens. Diz José Miranda: *“só no navio que eu vim para aqui vieram vários jovens da minha idade.”* Miranda resume o porquê de ter emigrado ao dizer que *“uma das grandes motivações foi a fuga do serviço militar e a outra foi a mudança de vida”*.

Ao emigrar, viajou na terceira classe do navio Alcantara que *“era a classe mais modesta do navio. Então a gente sempre vinha ou na linha d’água ou baixo da linha d’água. A segunda e a primeira eram partes superiores”*. Na cabine, comumente quatro pessoas do mesmo sexo em duas beliches. José Miranda afirmou não ter do que se queixar do navio, que era *“grande e de categoria”*, contudo, não podia usar certos privilégios da primeira classe, ainda que se pudesse ir ao deck em algumas horas.

Ao chegar no Brasil, foi morar numa pensão na Avenida Cruz Cabugá e trabalhar com seu primo Antonio Dias, que logo o colocou como sócio do Hospital Português, assim como acontecia com a maioria dos imigrantes lusitanos. Pagou 50 cruzeiros pela taxa de adesão e ainda possui a carteira original da época. Antonio Dias, então, levou José Miranda para trabalhar na empresa em que estava empregado. Era funcionário da União de Bebidas Indústria e Comércio Ilimitada, empresa criada por portugueses e conhecida pela sua laranja Clipper, a aguardente Cantagalo e o hidromel vinho São João. Miranda, inicialmente trabalhou na parte da embalagem, onde não possuía experiência, visto ser agricultor em Portugal, contudo, outros funcionários portugueses lhe ensinavam o ofício. Em pouco tempo, foi para a parte do controle de estoque e depois gerente da filial em Campina Grande, Paraíba. Tempos depois criou uma empresa com seu irmão Vicente, que ainda funciona. Hoje, José Miranda trabalha no Hospital Português e é Conselheiro da Comunidade Portuguesa, representando-a frente à Portugal em reuniões anuais. Segundo

³⁷⁹ José Miranda Reis de Melo. Entrevista realizada em 16 de julho de 2013

ele, a maioria dos imigrantes aqui prosperaram, *“há muitos poucos dos que estão pedindo esmola, ou que estão realmente na pior. O Conselho da Comunidade Portuguesa local, de Pernambuco, atende apenas a 3 portugueses passando necessidade”*³⁸⁰, diante de entre 3 a 4 mil lusitanos de origem no estado. Cinco anos depois de chegar no Brasil, desembarcou no Porto do Recife o seu irmão Vicente Miranda.

Vicente Manuel Miranda Reis de Melo nasceu em 6 de junho de 1940, na freguesia de Alquerubim, concelho de Albergaria-a-Velha, no distrito de Aveiro. Sobre os tempos em Portugal que em Alquerubim a *“casa não era rica, mas tinha conforto, com luz elétrica e água encanada. Nosso padrão de vida era de uma família, respeitada, e nunca passamos necessidades”*.³⁸¹

Assim como muitos imigrantes, e também seu irmão, decidiu sair de Portugal por receio do serviço militar. Segundo ele, *“a razão maior e determinante para a minha saída de Portugal, com apenas 17 anos de idade, isto em 1957, foi o grave período que o país atravessou, mantendo por um longo período, uma guerra com Angola”*. Embora ele possuísse um tio bem sucedido na colônia portuguesa,

na minha cabeça de jovem e olhando para o mapa, logo deu para perceber que aquela guerra não tinha o menor sentido, a distância a imensidão do território, nossa população reduzida e sem grande preparo, o êxito era mínimo. A saída era via negociação o que não era com os Governantes da época.³⁸²

Diante deste quadro, o Brasil aparecia como um destino sedutor. Soma-se a isso o fato de que Vicente estava perto de completar 18 anos e assim, como ele mesmo diz, teria dificuldade em sair do país, visto que todos eram recrutados para o serviço militar obrigatório. Para além disso, já tinha um primo (Antonio Dias dos Reis) e um irmão (José Miranda) morando em Recife. Assim, lhes escreveu pedindo ajuda para deixar Portugal, recebendo, então uma carta de chamada do seu primo, do mesmo modo que aconteceu com seu irmão. Entretanto, para conseguir

*o visto era meio complicado. Os Governos exigiam um documento, denominado Carta de Chamada, que era produzido no Brasil e assinado por uma pessoa com posses, bons antecedentes e capacidade econômica, para responder pelo cidadão, menor de idade, garantindo-lhe trabalho, alimentação e até retorno ao país de origem, se necessário.*³⁸³

³⁸⁰ José Miranda Reis de Melo. Entrevista realizada em 16 de julho de 2013

³⁸¹ Vicente Manuel Miranda Reis de Melo. Entrevista realizada em 28 de julho de 2013

³⁸² Vicente Manuel Miranda Reis de Melo. Entrevista realizada em 18 de agosto de 2011

³⁸³ Vicente Manuel Miranda Reis de Melo. Entrevista realizada em 28 de julho de 2013

O visto então era concedido pelo Consulado do Brasil, ou no Porto ou em Lisboa, no caso de Vicente Miranda foi retirado no Porto, onde se passava ainda por *“uma inspeção geral, com destaque para a saúde, apresentação e instrução mínima.”*

Em 21 de dezembro de 1957 chegou sozinho ao Brasil à bordo da terceira classe do navio Vera Cruz, após 7 dias de viagem com escalas no Arquipélago da Madeira e em Las Palmas, nas Ilhas Canárias. Na sua visão, a terceira classe era satisfatória. Eram *“acomodações em beliches, com WC para cada grupo e higienizado. Apenas, como ainda hoje pelo mundo, não tínhamos acesso às demais classes e áreas nobres.”*. Contudo, não havia do que reclamar.

Chegando ao Brasil, seu primeiro trabalho foi na Camisaria Rialto, na rua Nova 226, onde foi inicialmente embalador e depois vendedor na seção de meias e gravatas. Hoje trabalha numa empresa própria de soluções em higiene profissional, Set Sistemas.

Alguns dos seus dados encontrados nas listas de passageiros, entretanto, estão equivocados. Vicente consta como oriundo de Famalicão, talvez pelo fato de no seu navio muitas pessoas desse concelho terem imigrado na mesma viagem. Consta ainda que ele teria imigrado como técnico agrícola, o que Vicente não recorda, visto que não era essa sua profissão e sua carta de chamada havia sido para o trabalho no comércio, ramo onde já tinha tido uma experiência em Aveiro na Casa do Bom Café, especializada em mercearia fina. Diz ele que *“nunca fui isso...era menor de idade..nem tinha experiência. Se disse fui induzido por alguém para não complicar a entrada”*.³⁸⁴ Hoje, Vicente é membro atuante na comunidade portuguesa local, tendo sido ex-Presidente do Gabinete Português de Leitura e tendo sido Diretor e Colaborador de outras instituições locais.

Quem também nasceu na mesma aldeia de Alquerubim foi Manuel Bastos Tavares de Oliveira, em 27 de março de 1932. Manuel Bastos foi criado por sua mãe, no entanto, ela faleceu quando ele tinha 12 anos, o que fez com que o mesmo fosse morar com sua tia Adélia. Por conta do trabalho do marido de sua tia, três anos depois foram morar em Angola, onde trabalhou numa casa comercial. Em 1953, ingressou na vida militar, trabalhando em Aveiro, Portugal, até 1955, quando seu irmão Antonio Reis viabilizou sua ida para o Brasil. Chegou no dia 8 de agosto de 1955, aos 23 anos, na terceira classe do Vapor Alcantara. Em Recife, começou a trabalhar na Casa Tigre, no setor de ótica,

³⁸⁴ Vicente Manuel Miranda Reis de Melo. Entrevista realizada em 31 de julho de 2014

posteriormente foi para a parte médico hospitalar.³⁸⁵ Em 1962 virou sócio da empresa e 5 anos depois, a Medical, empresa do ramo de material médico hospitalar, laboratorial e químico, foi oferecida à Casa Tigre, sendo deixada sob responsabilidade de Manuel Tavares, que a modernizou e tornou-a uma empresa de grande porte na cidade. O lusitano também recebeu o título de Cidadão Pernambucano e foi membro efetivo das instituições portuguesas na cidade como o Gabinete, o Clube e a Comunidade Portuguesa em Pernambuco.³⁸⁶

Daniel Ferreira Rodrigues nasceu em 22 de março de 1941 na aldeia Venestal, na freguesia da Sertã, concelho de Sertã, no distrito de Castelo Branco. Vivia numa pequena aldeia chamada Venestal, numa área rural. Filho mais novo, possuía uma irmã e um irmão. Sua família vivia da agricultura, chamando inclusive trabalhadores para suas terras. Produziam azeite próprio, plantavam batata, uva, fabricavam vinho, além de possuírem algumas cabeças de gado, ovelha e cabra. Por ser criança, pouco ajudava no trabalho no campo, somente quando estava de férias ajudava um pouco. Segundo Daniel, sua família sempre teve uma vida equilibrada, ainda que modesta, sem ter passado nunca por necessidades.

Perguntado pelo motivo de sua vinda, Daniel Rodrigues narra sua história. Segundo ele, dois irmãos de seu pai já moravam em Recife, um deles Daniel Antonio Rodrigues, gostava muito do seu sobrinho homônimo. Certa vez em Portugal,

ele dizia: vou lhe levar para o Brasil. E eu, que era menino, sempre ouvia essa história. Então houve um belo ano que ele chegou junto de mim: você quer vir para o Brasil? Todo mundo falava bem do Brasil. Brasil é ótimo, Brasil é extraordinário. Então eu disse: eu quero.³⁸⁷

Vale salientar, entretanto, que seu irmão José Ferreira Rodrigues já havia feito o percurso cerca de 5 anos antes para a casa do mesmo tio. Como Daniel era menor de idade, disse ao tio que não dependia dele e bastava que seus pais deixassem. O tio ainda sugeriu que Daniel passasse o tempo que quisesse em sua casa. Após falar com o pai de Daniel e sua mãe, o tio teve permissão, com a promessa de que se ele não se adaptasse seria mandado de volta. Após isso, deram entrada na documentação necessária para imigração

³⁸⁵ Entrevista com Manuel Tavares. In: **Conselho da Comunidade Portuguesa em Pernambuco**. No 1. Recife, 18 de abril de 2012. P. 1.

³⁸⁶ AREIAS, Laura. **A Presença Lusitana em Pernambuco: 100 anos da Câmara de Comércio Brasil – Portugal - Pernambuco**. Recife: Caleidoscópio, 2012.p.116

³⁸⁷ Daniel Ferreira Rodrigues. Entrevista realizada em 27 de julho de 2013.

legal: carta de chamada e contrato de emprego para o recebimento do visto consular em Lisboa. Daniel Antonio Rodrigues, o tio, é bastante citado pela comunidade portuguesa como um português que foi bem sucedido e que teria ajudado a comunidade local. Imigrado ainda antes da Primeira Guerra Mundial, Daniel Antonio Rodrigues era sócio de alguns armazéns de estivas, da União de Bebidas Indústria e Comércio Ilimitada, da D. Rodrigues, loja hoje quase centenária do ramo de venda de material hospitalar e de outras empresas. Daniel Antonio costumava empregar portugueses em suas firmas, a União de Bebidas, por exemplo, por um tempo só empregou portugueses, como diz Daniel, seu sobrinho. Daniel Antonio ainda tinha o costume de, com o tempo, passar para seus funcionários parte das suas cotas nas sociedades, normalmente 3%. Sendo por isso considerado uma “*pessoa muito humana*”, com uma “*visão interessante porque ele dava oportunidades aos portugueses*”.³⁸⁸

A vinda de Daniel, então, nada teve a ver com o receio do alistamento militar e receio de ir para a África. Segundo ele, “*muita gente naquela época estava correndo em função do problema da África, isso eu sabia, escutava, mas o meu problema não foi esse*”. Os motivos foram ligados à possibilidade de mudança de vida e às propagandas positivas sobre o Brasil e o sucesso dos portugueses aqui, visto o exemplo de seu tio, bem sucedido, com empresas no Brasil e tendo inclusive construído uma escola em Venestal, sua aldeia de origem. A imagem desse português vitorioso era exemplificada na imagem do seu tio.

Daniel Ferreira Rodrigues viajou só para Pernambuco, enjoando um pouco no início, no navio Vera Cruz, levando castanhas e vinhos para os armazéns de estivas do tio. Após oito dias de viagem com paradas no Arquipélago da Madeira e em Cabo Verde, chegou ao Recife em 17 de dezembro de 1956, aos 15 anos e com ensino secundário por completar. Veio na terceira classe do navio, segundo ele, “*um quarto normal, uma beliche muito boa e a gente dormia tranquilamente*”.

Chegando em Recife, começou a trabalhar no balcão da D. Rodrigues e continuar seus estudos de noite. Antes, disse foi colocado como sócio do Hospital Português pelo seu tio, “*a primeira coisa que ele providenciou*”. Passado oito anos de sua chegada, seu tio foi para Portugal e prometeu resolver sua situação na empresa ao voltar de viagem, quando deveria dar parte de suas cotas para o sobrinho. Contudo seu tio faleceu e isto não ocorreu. Assim sendo, diante da ausência de perspectiva de virar sócio da D. Rodrigues, se juntou com mais dois amigos e ex-funcionários da D. Rodrigues, Vicente Miranda e João Ferreira,

³⁸⁸ Daniel Ferreira Rodrigues. Entrevista realizada em 27 de julho de 2013.

e planejaram abrir uma casa de rendas na Bahia, visto que esse último já trabalhava numa firma do ramo em Recife, chamada Cinderela. Contudo, o outro tio de Daniel, José Rodrigues, pediu-lhe que ficasse e que iria tentar solucionar os problemas dele e que, se não conseguisse cotas na D. Rodrigues, lhe daria a parta da sociedade em uma padaria que possuía no bairro de Afogados. Por sorte, um dos sócios da D. Rodrigues, o genro de Daniel Antonio, que herdou as cotas do tio de Daniel, quis vender suas cotas, e assim Daniel adquiriu 3% da empresa, na qual trabalha ainda hoje. Desse modo, o plano dos amigos foi desfeito e João Ferreira abriu uma casa de rendas em Recife e Vicente Miranda foi trabalhar com seu irmão José. A D. Rodrigues, por outro lado, foi crescendo e adquirindo firmas correntes, como a Medical, que depois foi separada da empresa. Com o falecimento do pai, ainda trouxe sua mãe para viver no Brasil. Hoje, Daniel Rodrigues continua na mesma empresa e já possuiu vários cargos no Hospital Português, além de presidente do Clube Português.

João Jorge Barbosa Marinho nasceu em 10 de março de 1958 na freguesia de Santa Maria de Arnos, no concelho de Vila Nova de Famalicão, no distrito de Braga, no Norte. Jorge, como é conhecido na comunidade portuguesa, emigrou numa época posterior ao período trabalhado, mas numa situação não muito diferente. Sua família teve um percurso muito comum e anterior à sua vinda.

Em 1974, aos 16 anos, estudante em sua freguesia, receoso da aproximação dos seus 18 anos e conseqüentemente alistamento militar, resolveu imigrar e fugir do serviço no exército, que podia levá-lo às colônias africanas. Uma *“luta inglória”*, na sua visão *“pois não era certo servir o exército nas colônias”*.³⁸⁹ Antes dele, dois irmãos já tinham feito o mesmo caminho e um quarto viria depois dele. Contudo, esse percurso de Arnos para Recife se iniciava bem antes. Oito tios seus já haviam imigrado em anos anteriores para Recife desde 1949 com Alberto Ferreira Barbosa, em 1950 com Avelino, em 1952 com Aires, em 1956 com Antonio, em 1958 com Armindo, só para citar alguns dos seus parentes.

Alberto Ferreira Barbosa, entretanto, foi o precursor. Nascido em Santa Maria de Arnos, veio para o Brasil aos 27 anos, chegando no dia 3 de Agosto de 1949, na primeira classe do vapor Cuyabá. Antes, em Portugal iniciou um comércio com um amigo de compra e venda de batatas. Compravam o produto em Trás-os-Montes e vendiam na

³⁸⁹ João Jorge Barbosa Marinho. Entrevista realizada em 26 de julho de 2013.

cidade do Porto. Contudo, os lucros eram pequenos. Decidiu, assim, ir para Pernambuco, onde tinha um cunhado.

Aqui chegando, começou trabalhando na Metalúrgica Lucena e Cia. Dezesete meses depois, trouxe sua família. Trabalhou no ramo da panificação, mas seu sucesso veio com a fundação da Ferreira Pinto & Cia, em 1957, oito anos depois de sua chegada. Criada inicialmente em Campina Grande, na Paraíba, no setor madeireiro e de material de construção, a empresa logo se expandiu. Em 1962 foi inaugurada a primeira filial no Recife, que viria a ser a matriz a partir de 1971. Hoje a empresa conta com mais de seis lojas no Recife, além de um depósito na cidade. Alberto ainda recebeu diversas comendas em Portugal e em Pernambuco, onde foi agraciado com o título de Cidadão Pernambucano e Cidadão Recifense.³⁹⁰

O sucesso de Alberto trouxe ao Recife outros familiares seus, moradores de Santa Maria de Arnos, interessados, entre outras coisas, na nova vida conseguida pelo português. Jorge Marinho, sobrinho de Alberto, imigrou 25 anos depois do seu tio e hoje trabalha na empresa Madeport, do setor madeireiro, o mesmo ramo em que se tio foi bem sucedido.

Eduardo Luiz Faria Pinto nasceu em 5 de outubro de 1943 e assim como os demais citados de Santa Maria de Arnos imigrou para Pernambuco. No dia 17 de Dezembro de 1956, então com 12 anos, chegou à bordo do vapor Vera Cruz em Recife. Iniciou-se no ramo madeireiro, onde depois virou sócio da Madecenter Ltda com seu primo Mario Pinto Lopes que, nascido em 28 de julho de 1942, em São Cosme do Vale, mas criado em Arnos, chegou ao Recife aos 16 anos à bordo do Vapor Vera Cruz, no dia 1 de junho de 1959. Juntos, os primos fundaram a Madecenter, empresa do segmento de madeiras, ferragens e ferramentas. Ferreira Pinto, Madecenter e Madeport ainda hoje existem trabalhando no setor madeireiro e de material de construção.³⁹¹

Manuel Alberto Amaral Ribeiro nasceu em 15 de agosto de 1933, na freguesia de Lobelhe do Mato, no concelho de Mangualde, distrito de Viseu. Sua família possuía muitas propriedades, vivendo da agricultura e do rendimento do vinho. Por conta disso, afirma que *“não tinha necessidade nenhuma de vir para cá”*. O grande motivo de sua vinda, então, foi o medo do serviço militar. Segundo ele,

³⁹⁰ AREIAS, Laura. **A Presença Lusitana em Pernambuco: 100 anos da Câmara de Comércio Brasil – Portugal - Pernambuco**. Recife: Caleidoscópio, 2012.p.115

³⁹¹ AREIAS, Laura. **A Presença Lusitana em Pernambuco: 100 anos da Câmara de Comércio Brasil – Portugal - Pernambuco**. Recife: Caleidoscópio, 2012.p.122.

um dos motivos de vir foi a guerra, porque Angola e Moçambique eram colônias de Portugal e começou depois os movimentos pela independência... e a turma naquela idade ia pra lá.. o governo mandava os caras tudo.. e eu tinha feito 17 anos e o boato era que muita gente morria, outros ficavam mutilados, porque eles botavam aquelas bombas enterradas que explodia tudo. [...] Então esse foi o meu maior receio.³⁹²

Assim, resolveu imigrar para o Brasil. Manuel Alberto ainda atribui sua vinda e de outros imigrantes à propaganda positiva que se tinha da vida no país quando portugueses já emigrados voltavam de férias à suas cidades de origem. Segundo ele,

chegavam, principalmente no verão, esses portugueses abastados daqui e aí o pessoal começava a criar uma ilusão. Ah o Brasil, diziam, é o país das patacas. A gente chega lá, balança a árvore e as patacas caem, o dinheiro cai no chão. Porque a realidade ninguém sabia. Os pobres que estavam aqui [no Brasil] esses não iam mesmo, mas os ricos iam.

Fátima Ribeiro, sua esposa³⁹³, filha de português emigrado para o Brasil, diz ainda que esses lusitanos “*iam esbanjando né, mostrando o que eram, alugavam carrão*”.³⁹⁴ Esses portugueses que retornavam muitas vezes aliciavam os jovens, convidando-os para trabalho no Brasil.

A escolha por Pernambuco se deveu ao fato de possuir um irmão morando no Recife. Inclusive, seu pai e seu avô já haviam estado na cidade, trabalhando em 1917 nas obras do cais do porto. Seu irmão trabalhava no meio artístico, com companhias de teatro. Foi ele quem enviou a carta de chamada para Manuel Alberto, que frisou que

o cara para vir pra aqui gastava um bocado de dinheiro, em papelada e passagem. Não era qualquer um que podia vir. Agora uns os pais financiavam outros pediam emprestado e depois pagavam. Pronto se viravam para arranjar esse dinheiro para poder vir. Porque o sonho era vir para o Brasil.³⁹⁵

Seu relato mostra que o alto custo da imigração a tornava difícil para aqueles que não conseguissem bancar os gastos, “*não era qualquer miserável que vinha não*”, salienta o português. Para emigrar, Alberto teve ajuda do pai com a passagem e na organização da documentação. Ao ser indagado acerca da profissão de carpinteiro, constada na lista de

³⁹² Manuel Alberto Amaral Ribeiro. Entrevista realizada em 25 de agosto de 2011.

³⁹³ A maioria dos portugueses que entrevistamos acabaram casando com brasileiras no país, não sendo possível ver a forte endogamia nos matrimônios entre lusitanos abordada por Herbert Klein, como uma característica desse povo como imigrante. É possível que isto tenha relação com a menor quantidade de portugueses em Pernambuco, se compararmos com São Paulo e Rio de Janeiro. KLEIN, Herbert S. “The Social and Economic Integration of Portuguese Immigrants in Brazil in the Late Nineteenth and Twentieth Centuries”. In: **Journal of Latin American Studies**, Vol. 23, No. 2 (May, 1991). P. 320

³⁹⁴ Fátima Ribeiro. Entrevista realizada em 25 de agosto de 2011.

³⁹⁵ Manuel Alberto Amaral Ribeiro. Entrevista realizada em 25 de agosto de 2011.

passageiros, diz Manuel Alberto que *“você tinha que ter uma profissão. Mesmo que fosse de mentira. Como o meu pai, o meu avô e o meu bisavô. Principalmente o meu avô e o meu pai, que trabalhou com ele, como carpinteiro. E eu tive que botar carpinteiro.”*³⁹⁶

Esse tipo de mentira foi bastante comum. A maioria dos imigrantes que vieram trabalhar no comércio não passavam de agricultores em Portugal ou apenas estudantes, e mesmo assim declararam outra profissão.

Alberto embarcou no navio Alcantara no dia 14 de dezembro de 1951 em Lisboa, chegando sete dias depois em Recife, após ter feito uma escala em Las Palmas. Sobre o Alcantara diz:

era um navio grande, agora, antigamente esses navios eram só de carreira, não era navio de turismo. Então tinha a 1^a, a 2^a e a 3^a classe. Claro que nós imigrantes só vínhamos em 3^a, que era um bocado de beliches para dormir e tal. Agora tinha o salão das refeições. Só não podíamos passar para a 2^a, que era fechado, e muito menos para a primeira.³⁹⁷

Ao chegar em Recife, foi recepcionado pelo seu irmão, com quem ficou poucos dias até arranjar um emprego e ir para uma pensão na rua da Imperatriz. Pouca ajuda teve do irmão visto que *“ele não parava em lugar nenhum porque a vida dele era artística. Então eu fiquei por aqui e ele já foi pra São Paulo, depois pra Belém.”* A ausência de familiares residindo em Recife e o desconhecimento da comunidade portuguesa presente fez com que a adaptação de Manuel Alberto fosse mais sofrida do que a dos demais imigrantes entrevistados. Inicialmente, conta que sofreu bastante e não teve muito ajuda de portugueses, visto que não conhecia nenhum aqui. *“Como eu só vim com meu irmão e não tinha ninguém. E lá da minha região também não tinha ninguém. Então, claro, eu sofri um bocado”*. Manuel Alberto discorreu mais sobre sua adaptação dizendo que

foi muito difícil, porque eu vinha de lá [Lobelhe do Mato], e meu pai lá tinha muitas propriedades. E nós vivíamos do rendimento do vinho e se cultivava batata, feijão, azeite, tudo. Então como eu era praticamente filho único, porque esse meu irmão era muito mais velho do que eu. Então eu fui criado assim com um certo mimo.[...]. A minha mãe fazia tudo pra mim e eu não sofri lá...lá tinha uma vida boa. Cheguei aqui, depois que fiquei só, mal costumado, ai pra entrar em outro mundo com outra realidade, sofri um bocado.³⁹⁸

A dificuldade foi tanta que ele chegou

³⁹⁶ Manuel Alberto Amaral Ribeiro. Entrevista realizada em 8 de fevereiro de 2014.

³⁹⁷ Manuel Alberto Amaral Ribeiro. Entrevista realizada em 25 de agosto de 2011.

³⁹⁸ Manuel Alberto Amaral Ribeiro. Entrevista realizada em 8 de fevereiro de 2014.

a ponto de rodar ai o cais pra me enfiar num porão de um navio pra ir embora. Só que eu era muito tímido, sempre fui muito tímido. Mas rodei pra ver se eu escapava pra qualquer lugar. Porque antigamente as dificuldades eram muito maiores. Hoje é tudo fácil, tem avião. Naquele tempo não havia avião, era só navio. Meu pai já tinha gasto muito comigo preu vir pra aqui, inclusive com a passagem, documentação, etc. Pra eu pedir era chato. E depois chegar lá, assim, numa situação dessas também era chato³⁹⁹

Como não conhecia ninguém da comunidade portuguesa, não foi colocado como sócio do Hospital Português de início, chegando a sofrer por isso. Pois no seu primeiro trabalho, fazia a limpeza do frigorífico do Armazém Avenida e acabou pegando uma pneumonia e sendo encaminhado para um hospital público local, não recebendo o mesmo tratamento que lhe seria dispensado no Hospital Português. Apesar do sofrimento inicial, aos poucos o português foi se ambientando, criando seus próprios laços e demoveu a ideia de retorno.

Seu primeiro emprego foi no Armazém Avenida, o mesmo local em que 20 anos antes, em 1931, trabalhava Severino Baptista da Silva, que acabou sendo assassinado nos conflitos de abril daquele ano, já citado nesse trabalho. Ali Manuel Alberto começou a trabalhar na parte de bar, onde chegou a entrar em conflito com um cliente que teria lhe chamado de “*portuga*”, entre outras coisas. Por conta disso, Manuel Alberto jogou uma grade de cerveja vazia no cliente que, caído, jurou que lhe “pegaria” na ponte e lhe jogaria no rio pela noite, o que o imigrante desafiou que ele fizesse. Na volta do trabalho, receoso de qualquer problema, Manuel Alberto disse que levou uma corrente enrolada no braço para se o cliente aparecesse, mas não aconteceu nada.

Após esse emprego, Manuel Alberto teve diversas outras profissões até fundar a Loja do Pintor, empresa que possui até hoje. Trabalhou no Hotel América, na praça Maciel Pinheiro, organizando do café da manhã às compras. Depois trabalhou na empresa White Martins, trabalhou num escritório de representações, trabalhou como vendedor. Foi para Belém do Pará, onde estava o irmão, e acabou trabalhando como intermediador de grupos indígenas que tinham arroz e queriam vender para duas fábricas de descascar arroz local. Foi caixeiro viajante. E, por fim, criou sua empresa em Recife. Manuel Alberto assim resume sua trajetória “*eu sofri muito, mas eu gozei muito*”.⁴⁰⁰

³⁹⁹ Manuel Alberto Amaral Ribeiro. Entrevista realizada em 8 de fevereiro de 2014.

⁴⁰⁰ Manuel Alberto Amaral Ribeiro. Entrevista realizada em 16 de março de 2014.

Francisco Fernandes Pinto nasceu em 17 de novembro de 1927 na freguesia de Arosa, no concelho de Guimarães, distrito de Braga. Lá estudou o primário e o secundário e trabalhava na agricultura produzindo vinho e plantando milho, feijão, trigo, entre outros produtos. Chegou a servir o exército entre 1946 e 1947, por 18 meses, uma experiência que lhe pareceu boa, quando era primeiro cabo da companhia motorizada, em Lisboa, e era responsável pela oficina junto a dois outros soldados.

Em 14 de maio de 1958, já aos 30 anos, solteiro e como empregado comercial, imigrou para o Brasil, à convite de um vizinho seu, Justino Rodrigues Alves de Carvalho, imigrado cinco anos antes, que lhe enviou uma carta de chamada. Segundo ele, *“eu vim apenas porque esse amigo meu me falava muito bem daqui. E nessa época que eu vim meus pais já tinham falecido.”*⁴⁰¹. De posse de sua herança, decidiu emigrar para o Brasil, resolvendo toda documentação em duas viagens que fez ao Porto e visitou o Consulado brasileiro ali. Francisco recorda que o imigrante *“era submetido por um exame rigoroso, eram 3 ou 4 médicos, se você tem qualquer doença não deixa você vir não”*.

À bordo da terceira classe do navio Vera Cruz, destinou-se ao Porto do Recife. Segundo ele era o navio era um *“luxo. Tinha tudo, piscina, salão de jogos, missa, tudo que tinha numa cidade tinha no Vera Cruz. Não faltava nada.”*. Tão pronto chegou no país, começou seu trabalho no balcão de uma empresa de tecido, onde depois foi gerente. Já no Brasil, teve um irmão que foi para Angola e acabou falecendo servindo ao exército.

Ainda hoje costuma ir para sua terra de dois em dois anos, onde tem duas irmãs e um irmão.

Alberto Ferreira da Costa nasceu em Junqueira, Portugal, e aos 9 anos foi trabalhar numa carvoaria em Póvoa de Varzim. Devido às péssimas condições de trabalho, exploração e o soldo irrisório, acabou indo parar no Porto, cidade maior, onde melhores oportunidades poderiam aparecer. Lá, conseguiu um trabalho de balconista numa mercearia local. Terminou conhecendo um português que o convidara para trabalhar no Brasil. Seus pais, apesar dos problemas relativos à distância, apoiaram e lhes deram a passagem.

Era dia 2 de julho de 1951, quando Alberto Ferreira da Costa partiu no navio Serpa Pinto, no porto de Leixões, para o Brasil. Chegava na terceira classe, solteiro, 15 anos, desembarcando no dia 13 de julho. Trabalhou em diversos ramos da panificação e até no

⁴⁰¹ Francisco Fernandes Pinto. Entrevista realizada em 31 de julho de 2013.

ramo da construção⁴⁰². Foi neste último que o imigrante se fez. Dezesete anos após sua entrada em Pernambuco, fundou a Rio Ave, grande construtora com empreendimentos em Portugal e no Brasil, conhecida pelos edifícios empresariais. Suas obras possibilitaram a transformação do bairro da Ilha do Leite, em Recife, em pólo empresarial. Foi provedor do Real Hospital Português por 12 anos, recebeu o Título de Cidadão Pernambucano em 1998 e diversas outras medalhas como a Medalha da Ordem do Mérito da Cidade do Recife, Medalha de Ouro do Real Hospital Português, Colar do Mérito Luis Vaz de Camões, etc.⁴⁰³

Domingos da Silva Moreira nasceu em 5 de junho de 1934 em Gião, Vila do Conde, Portugal. Domingos trabalhava como marceneiro, na cidade do Porto, quando decidiu emigrar para o Brasil. Aos 19 anos e à convite do seu irmão que já morava no Recife, veio a esta cidade chegando em 18 de fevereiro de 1954, a bordo do Vapor Alcântara, na terceira classe. Trabalhou por 6 anos com seu irmão numa loja de material de construção da cidade. Em 1961, começou o seu próprio negócio e fundou o Armazém Coral, um estabelecimento de venda de material de construção. Hoje a empresa possui 20 lojas espalhadas pela cidade de Recife, com cerca de 20 mil clientes diários. Assim como os outros citados, Domingos também recebeu o Título de Cidadão Pernambucano.⁴⁰⁴

Joaquim da Costa Amorim nasceu em 12 de janeiro de 1951, em Junqueira, Vila do Conde. Antes mesmo de completar 11 anos veio para o Brasil, onde encontrou seus irmãos Eduardo Amorim (imigrado em 1956) e Serafim Amorim (imigrado em 1957). Iniciou seu trabalho como office boy na firma Amorim Primo, dividida entre os segmentos de biscoito, café e açúcar, e aos poucos foi subindo de posto chegando a ser diretor industrial do grupo. Após a venda da empresa, trabalhou em outros ramos. Seu sogro, ao se aposentar, lhe passou a sociedade que possuía na Padaria Boa Viagem, estabelecimento bastante conhecido na orla da praia de Boa Viagem, metro quadrado mais caro do estado. O outro sócio deste empreendimento é David Ferreira Bastos, imigrado em 1952.⁴⁰⁵

⁴⁰² “Alberto Ferreira da Costa, 60 anos de contínuas vitórias” In: **Boletim Informativo O Sextante**. Recife agosto de 2011. Edição 177. P. 8. Tal boletim é uma das publicações com informações sobre a comunidade portuguesa local, entre outros temas relativos à Portugal, Brasil e Pernambuco.

⁴⁰³ AREIAS, Laura. **A Presença Lusitana em Pernambuco: 100 anos da Câmara de Comércio Brasil – Portugal - Pernambuco**. Recife: Caleidoscópio, 2012.p.112-113.

⁴⁰⁴ AREIAS, Laura. **A Presença Lusitana em Pernambuco: 100 anos da Câmara de Comércio Brasil – Portugal - Pernambuco**. Recife: Caleidoscópio, 2012.p.119.

⁴⁰⁵ AREIAS, Laura. **A Presença Lusitana em Pernambuco: 100 anos da Câmara de Comércio Brasil – Portugal - Pernambuco**. Recife: Caleidoscópio, 2012.p.120-121.

Por fim, Bernardino Tinoco nasceu em 1932 na Freguesia de Oliveira de São Mateus, em Vila Nova de Famalicão, Portugal. Com 24 anos embarcou no vapor Vera Cruz, chegando em Recife em 7 de Agosto de 1957. Iniciou seus negócios com seu irmão, abrindo, então lanchonetes na cidade. Em 1978, fundaram a Imobiliária São Mateus Ltda, entretanto, tempos depois a sociedade terminou. Em 1987, Bernardino funda a Santo Antonio Construtora, responsável por construir imóveis dos mais variados perfis na cidade de Recife.⁴⁰⁶

A trajetória desses imigrantes mostram alguns exemplos do percurso empreendido pelos lusitanos deslocados após a Segunda Guerra. Imigrados, buscaram inserir-se na Comunidade Portuguesa aqui presente, além de procurar trabalho, normalmente sendo empregados por parentes ou compatriotas. Mendonça diz que

o suposto básico é que um grupo étnico comprometido com sua cultura nacional, uma vez no novo ambiente, opere uma rede de estabilidade e de confiança, para o imigrante recém chegado, cuja vida até então, é marcada pela incerteza, expectativa em relação a oportunidades de trabalho e quanto a diferenças culturais do novo país.⁴⁰⁷

Isto nos ajuda a compreender o caminho de boa parte desses imigrantes. Convidados por parentes ou por compatriotas interessados em seus trabalhos, esses portugueses migraram e passaram a fazer parte da Comunidade presente em Pernambuco. Contudo, nem todos tiveram essa mesma facilidade, como no caso de Manuel Alberto Amaral, que passou dificuldades até se adaptar ao novo país e fazer parte da comunidade. Assim como Claudino e Idalina, que apesar de pouco contato com a Comunidade local já possuíam parentes estabelecidos no país. É importante também entender que para além da conterraneidade, as habilidades que esses imigrantes possuíam previamente era também importante no seio do grupo que lhe acolhia. Sacomani e Truzzi,⁴⁰⁸ citando Pescatello, sugerem a hipótese de que os portugueses teriam trazido a habilidade para contatos pessoais, condizente com a índole lusitana, daí a razão pela qual eles teriam se dedicado em sua maioria ao comércio. Contudo, os laços de parentescos ou nacionalidade eram fatores ainda mais importantes para a atração de portugueses.

⁴⁰⁶ AREIAS, Laura. **A Presença Lusitana em Pernambuco: 100 anos da Câmara de Comércio Brasil – Portugal - Pernambuco**. Recife: Caleidoscópio, 2012.p.124.

⁴⁰⁷ Mendonça 2010. P. 63

⁴⁰⁸ SACOMANI Neto, Mario e TRUZZI, Oswaldo. *Economia e Empreendedorismo Étnico: Balanço Histórico da Experiência Paulista*. **Revista de Administração de Empresas**, nº 37, abr./jun. 2007. P. 43

Ainda que uma discussão sobre a economia étnica, definida como “*qualquer conjunto de empregadores, auto-empregados ou simplesmente empregados pertencentes a um mesmo grupo étnico ou de imigrantes*”,⁴⁰⁹ não seja o foco desse trabalho, Sacomani e Truzzi, baseados em Light e Bachu, fazem considerações sobre esse tipo de economia que nos auxiliam a refletir sobre o movimento imigratório português para Pernambuco. Segundo eles,

Que relação podemos estabelecer entre as redes de imigrantes e a instalação de uma economia étnica? As redes de imigrantes que alimentam empreendedores étnicos geram modificações na economia existente na localidade de destino. Tais modificações permitem aumentar a capacidade de absorção de novos imigrantes da mesma origem. Há pelo menos três modos distintos pelos quais as redes de migrantes incentivam uma economia étnica: (1) quando a rede se abastece com mão-de-obra co-étnica de baixo custo e estabelecem-se relações preferenciais entre firmas fornecedoras e firmas clientes; (2) quando as redes provêem informação econômica tanto para empreendedores imigrantes quanto para aspirantes; (3) quando as redes provêem acesso a vários tipos de ajuda mútua e assistência, como, por exemplo, acesso ao crédito⁴¹⁰

Os três pontos acima citados podem ser encontrados no caso dos imigrantes portugueses em Pernambuco. O primeiro ponto, fica claro na entrevistas realizadas, mas pode ser percebido na descrição biográfica de alguns dos lusitanos vindos após 1945. O percurso comum à todos, o de imigração e trabalho com parentes ou compatriotas, expõe-nos a veracidade do primeiro ponto. Havia uma preferência dos portugueses em empregar seus conterrâneos. Este segundo tema, mais complicado de ser abordado neste espaço, se entendido como incentivo da própria Comunidade na ascensão dos patrícios recém-chegados, de trabalhadores à donos ou sócios de suas próprias empresas pode também ser encontrado nas histórias mostradas. Ao menos Manuel Bastos Tavares de Oliveira, Daniel Ferreira Rodrigues, Domingos da Silva Moreira, Claudino Lopes Pires e Joaquim da Costa Amorim são exemplos claros de imigrantes que foram alçados de trabalhadores à donos ou sócios das empresas que trabalhavam, ou foram criar uma empresa própria e do mesmo ramo. Sobre o terceiro ponto, não possuímos confirmação de facilitação de crédito no seio da Comunidade, contudo não descartamos a possibilidade da existência. Havia empréstimos entre os parentes e ajuda na aquisição de cotas das empresas, como visto na

⁴⁰⁹ BONACICH e MODELL. In: SACOMANI Neto, Mario e TRUZZI, Oswaldo. Economia e Empreendedorismo Étnico: Balanço Histórico da Experiência Paulista. **Revista de Administração de Empresas**, n° 37, abr./jun. 2007. P. 41

⁴¹⁰ LIGHT e BACHU in: SACOMANI Neto, Mario e TRUZZI, Oswaldo. Economia e Empreendedorismo Étnico: Balanço Histórico da Experiência Paulista. **Revista de Administração de Empresas**, n° 37, abr./jun. 2007. P. 45

história de Daniel Rodrigues, por exemplo. Entretanto, a ajuda mútua e assistência eram muito presentes. Os imigrantes portugueses que chegavam em Pernambuco, tão logo desembarcavam, eram colocados como sócios do Real Hospital Português, como já dito. Visto ser um Hospital modelo no Estado, os imigrantes conseguiam um excelente atendimento médico, sem precisar pagar por esse serviço. Além disso, muitos imigrantes eram convidados a fazer parte do Gabinete Português de Leitura, do Clube Português e do Clube Almirante Barroso. Nesses espaços as redes de solidariedade eram construídas e o associativismo português tornava-se presente. O mutualismo foi sem dúvida um traço marcante na Comunidade e que perdura até hoje. Há um calendário anual de festas e encontros da Comunidade Portuguesa, das noites de jogos no Clube Português à sardinhada todo último sábado do mês no Clube Almirante Barroso.

Os imigrantes que aqui chegavam vinham com emprego certo ou logo encontravam trabalho. O fato de haver uma Comunidade Portuguesa bem economicamente no local, foi sem dúvida um fator atrativo e que fez com que a maioria dos imigrantes chegados pós-1945 pudessem também prosperar. Esse indivíduos conseguiram criar empresas, principalmente em setores como o da panificação, construção, venda de materiais diversos que perduram até hoje. Além disso, não se pode ignorar o mutualismo e assistencialismo presente no seio da Comunidade que, sem dúvida, favoreceram o crescimento dos imigrados, na medida que encontravam na sua nova pátria um ambiente de auxílio.

Essa perspectiva esteve longe de ser encontrada num período anterior. Em 1912, ano em que mais entraram portugueses imigrantes em solo brasileiro, a situação dos imigrantes portugueses em Pernambuco era distinta. Em relatório sobre a imigração portuguesa no Brasil enviado ao ministro lusitano Bernardino Machado Guimarães, futuro presidente do país, em pleno auge do desembarque de portugueses em solo brasileiro, o cônsul de Portugal em Pernambuco deixou um relato que ilustra qual era a situação desses imigrantes desembarcados no Porto do Recife, que segundo ele

“(…) a maioria é composta de portugueses, passageiros de 3.a classe: vêm aos cardumes e em tão más condições de alojamento que me vejo obrigado a intervir amigavelmente junto dos seus comandantes, como me acaba de suceder na visita de observação que fiz a bordo do Samara, da Companhia Sud Atlantique, onde os nossos compatriotas foram miseravelmente tratados.

Um número assustador de colonos vindo em busca de fortuna (...) analfabetos no maior número, desprovidos de recursos mais indispensáveis para a luta em terra alheia, encontram toda a espécie de dificuldades, e ignorando os princípios essenciais para a conquista do trabalho agrícola, desfalecem de pronto, sob a presa de uma tarefa

árdua (...) a par com um clima muito diferente do nosso, pois não lhes sendo fácil colocarem-se nas cidades e seus arredores, são obrigados a explorar o interior (...).”⁴¹¹

Chegavam “*aos lotes*” e “*vítimas da ignorância*”, alguns dos quais passaram tempo “*dormindo sobre os bancos, ou recolhidos pela caridade da colônia [portuguesa] que generosamente os protege na medida das suas forças*”. Não à toa, e com o aumento desses casos, o consulado propôs a criação de uma “*associação protetora de imigrantes*”⁴¹² Nada pode ser mais distinto do que a situação dos imigrantes do pós-guerra, majoritariamente instruídos e possuidores de recursos para bancar todo o processo de imigração.

Os custos, como se sabe, não eram pequenos. Em 1934 uma passagem entre Lisboa e o Rio de Janeiro, por exemplo, custava 1 300\$00 (mil e trezentos escudos portugueses) na terceira classe de um navio da Lloyd Brasileiro, sem contar a taxa de embarque de 5\$00 e o imposto de 5% sob o valor da passagem. Em 1940 o valor da passagem já era 2 000\$00, partindo de Funchal, incluídas as taxas. Esses custos eram tão altos que o Cônsul do Brasil em Funchal, Perilo Gomes, enviou um ofício em 1939 ao Ministério de Relações Exteriores no qual comentava “*o preço excessivamente elevado das passagens de 3a classe*”, que dificultavam a imigração de madeirenses para o Brasil.

É importante levar em conta que o salário médio de um jornaleiro de Trás-os-Montes era de 216\$00 mensais e uma empregada doméstica em Lisboa recebia ainda menos, 200\$00. Já na década de 1950, uma viagem na terceira classe custava 9.400 cruzeiros, cerca de 1 850\$00 escudos “*o equivalente a cerca de seis vezes o salário de um trabalhador de baixa renda em Portugal*” . A remuneração média anual entre 1953 e 1954 do trabalhadores da agricultura, silvicultura e caça era de 3.930\$00, e entre 1958 e 1959, 4.400\$00. Um valor muito pequeno para arcar com os custos da imigração. Exclui-se ainda os gastos com passaportes, que variavam de acordo com o tipo individual ou familiar. Segundo o Decreto-lei No 33.918 de 5 de setembro de 1944, o passaporte para emigrantes era mais barato custando 20\$00 para individuais e 30\$00 o passaporte de casal, além de uma taxa de 1\$00 por cada filho. Não há dúvidas que imigrar era uma tarefa árdua.

⁴¹¹ Relatório sobre imigração, de José Augusto Ribeiro de Melo, cônsul de Portugal em Pernambuco; Recife, 29.11.1912. Apud: SACHETTA, José. Laços de Sangue. Privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945) 2007 (Tese de doutorado). P.216

⁴¹² Relatório sobre imigração, de José Augusto Ribeiro de Melo, cônsul de Portugal em Pernambuco; Recife, 29.11.1912. Apud: SACHETTA, José. Laços de Sangue. Privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945) 2007 (Tese de doutorado). P.217

Segundo o Decreto-Lei nº 7.967, de 18 de Setembro de 1945 o visto permanente custava Cr\$100,00. Baseando-nos na cotação do escudo do dia posterior ao decreto, quando o escudo valia Cr\$0,78 , pode-se ter uma estimativa de que o visto custava cerca de 128\$00, elevando os gastos da imigração. Soma-se a todos esses gastos os custos das necessárias idas aos consulados, em Porto ou em Lisboa, a taxa militar para os que imigrassem após 18 anos, entre outros gastos.

Nota-se que imigrar não era uma tarefa simples. Envolvia custos altos e uma difícil decisão de deixar a pátria lusitana para trás e começar uma nova vida em terras brasileiras marcada por incertezas. A multiplicidade de histórias e trajetórias de vida expõe os diversos motivos e razões impulsionadoras de tais movimentos. A partir de uma exposição quantitativa e estatística complementada por uma abordagem qualitativa via trajetórias dos próprios imigrantes buscamos aqui traçar um panorama acerca da imigração portuguesa para Pernambuco entre 1945 e 1959.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se Pernambuco foi palco de diversos conflitos antilusitanos ao longo da história, isso não foi percebido pelos imigrantes do pós-guerra. O contexto lusópho encontrado em alguns momentos na história nacional e local já não existia nos anos de 1950. Os conflitos de abril de 1931 são observados aqui, então, como o momento derradeiro de intenso conflito entre portugueses e brasileiros em solo pernambucano. A subida de Vargas ao poder mudou o panorama legal dos imigrantes lusos e acelerou e intensificou as mudanças que já vinham se processando na legislação. Após a década de 1930, e a diminuição da imigração, o que vai ser visto no período da retomada desses fluxos é uma situação bem diferente.

O início do período Vargas é também o começo da decadência do fluxo imigratório português para o Brasil. Não tanto pela política trabalhista e protecionista de Getúlio, quanto pela crise pós o *crash* de 1929, pela situação do campo português e pelas restrições impostas por Salazar. Posteriormente, a Segunda Guerra Mundial tornou-se uma das maiores razões da diminuição desses números, diante das dificuldades impostas pelo conflito à livre transição de navios pelos oceanos. Nesse hiato que vai da crise de 1929 ao fim da guerra em 1945, muito mudou em ambos países.

Assim que se atenuaram os impedimentos à imigração portuguesa para o Brasil, o fluxo de lusitanos voltou a fazer o percurso atlântico deslocando-se para sua antiga colônia. Terminada a guerra, os portugueses puderam melhor usufruir da nova situação encontrada em solo brasileiro. Novos ditames legais que os privilegiavam em detrimento aos demais estrangeiros, inexistência da lusofobia presente anteriormente, melhores condições de trabalho para os imigrantes. As dificuldades impostas anteriormente já não se faziam presentes. Imigrar continuava sendo difícil, não só pelos custos da empreitada, mas também pelo desprendimento necessário àquele que almeja sair do seu país e fazer sua vida num outro. Família deixada para trás, mudança de vida e a incerteza do futuro trazem receio e insegurança a todos imigrantes.

Imigra-se nesse momento um português de perfil bastante diferente daqueles que vieram na grande leva até os anos de 1930. Munidos de condições e estrutura mais favoráveis à imigração, não só alfabetizados, mas melhores instruídos, os portugueses do pós-1945 não chegavam aos portos de Pernambuco em situação de penúria, era um novo

cenário. Vinham, em sua maioria, na terceira classe de grandes navios de carreira da época como o Hillary, o Serpa Pinto, o Vera Cruz e o Alcantara, marcados na memória dos imigrantes pela passagem que os trouxe à sua nova vida. Imigravam motivados por questões diversas, mas todos dispostos a uma mudança de vida. Encontram no país uma nova Constituição, novas leis e a influência de Gilberto Freyre com o seu lusotropicalismo. No Brasil pós-1945, a lusofobia já não era presente. Para Eulália Lobo, a partir de 1930, a queda da imigração e a diminuição da concorrência no mercado de trabalho entre portugueses e brasileiros, além da nova política varguista, que reservava um lugar privilegiado aos lusitanos podem ter contribuído para atenuar a lusofobia.⁴¹³ Restavam piadas sem grande importância, como disseram os imigrantes entrevistados. Daniel Rodrigues, diz que as piadas na qual davam fama de burro aos imigrantes existia por que os portugueses que vinham antes do hiato após 1930 eram pessoas “*sem instrução e sem grande polimento*”. A falta de escolaridade não era problema para os imigrantes do pós-guerra. A ideia do português pouco letrado explorada em outros momentos já não fazia sentido nesse momento.

Permaneciam ligados à sua pátria, incentivando as redes de parentesco e de conterraneidade que alimentaram esses deslocamentos. Agricultores se tornam comerciantes no espaço de uma viagem de poucos dias entre os portos portugueses e o desembarque em Pernambuco. Segundo João Virgílio Ramos André, emigrado em 26 de fevereiro de 1962 como pastor “*eu já venho da enxada, vou voltar para a enxada?*”⁴¹⁴ As mulheres, entretanto, continuam na função doméstica. Os números mostram o tamanho dessa nova leva que veio nos anos de 1950, quando compuseram 41,4% do total de imigrantes, e talvez o último grande fluxo português para o país. A comunidade portuguesa em Pernambuco hoje, é basicamente formada por pessoas que vieram nessa época, falar dessa imigração é compreender a história da comunidade portuguesa aqui presente.

Todo nosso esforço esteve voltado para desenvolver um trabalho sobre a imigração portuguesa para Pernambuco atentando para as particularidades do contexto histórico no estado, seus números e dados estatísticos e a legislação da época, com foco no período posterior à Segunda Guerra Mundial. A análise sobre uma história do antilusitanismo do estado nos pareceu fundamental para a distinção entre os contextos encontrados pelos imigrantes ao longo do tempo. Uma discussão legal também se mostrou importante para

⁴¹³ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Imigração Portuguesa no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2001. P.210-211.

⁴¹⁴ João Virgílio Ramos André. Entrevista realizada em 11 de julho de 2011.

observarmos tanto o paradoxo entre a lusofobia e os privilégios legais relegados aos portugueses, como para compreendermos a burocracia da imigração e o processo ao qual precisava se submeter todo aquele que tivesse por interesse viver e trabalhar no Brasil.

Procuramos construir uma nova base de dados com adaptações de estatísticas existentes, comparações entre informações distintas e elaboração de novos dados a fim de dar maior compreensão a esse processo da imigração portuguesa. Os dados construídos contribuem com o desenvolvimento de novas pesquisas sobre o tema e o aprofundamento e continuação da investigação realizada. Após a escrita, ficam mais questionamentos e dúvidas do que no início. E a necessidade de dar continuidade ao estudo sobre a imigração portuguesa para Pernambuco.

Talvez hoje estejamos presenciando uma tímida volta dessa imigração lusitana para o país, sem dúvida, sem a proporção que um dia já possuiu. Desde 2008 os portugueses voltaram a aumentar o número de imigrantes para o Brasil. A crise econômica que afetou o país trouxe mudanças significativas. Mais uma vez, observa-se uma nova fase da imigração, um novo contexto e um novo perfil imigrante, após um hiato de cerca de 50 anos. Pouco mais velhos e em sua maioria com curso superior, *"são pessoas cada vez mais especializadas. Constitui uma de fuga de cérebros, mas desta vez o destino é o Brasil"*, diz o cônsul brasileiro em Lisboa, Renan Paes Barreto. Hoje, imigram engenheiros, arquitetos e técnicos em plataformas de petróleo, por exemplo. Em Pernambuco, empresários do setor de alimentos tem aproveitado essa crise para trazer mão-de-obra do país para seus empreendimentos.⁴¹⁵ O arquiteto Pedro Ribeiro, 40 anos, entrevistado pela reportagem da BBC dizia ter três razões para emigrar: *"Primeiro, porque é um país que tem forte crescimento econômico; segundo, pela familiaridade da língua; (terceiro) por questões familiares, porque eu sou casado com uma brasileira"*. Nenhum dos três motivos difere do que se encontrou no pós-1945 a 1964.⁴¹⁶ Pouco mudou. Talvez, em termos de motivos, o que teria mais se modificado seria a inexistência do serviço militar nas antigas colônias africanas. Esse medo já não existe. Dificilmente os números um dia retornarão aos encontrados na década de 1950 e em anos anteriores.

Atualmente, 1% da emigração portuguesa destina-se ao Brasil, entre 80 e 85% vão para o restante da Europa, 10 a 12% Angola ou Moçambique. Em 2013, imigraram para o

⁴¹⁵ *Empresários portugueses no Recife apostam no ramo gastronômico.* In: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2013/11/empresarios> Acesso em 10 de janeiro de 2014.

⁴¹⁶ RATTNER, Jair. *Fugindo da crise, portugueses engrossam onda migratória para o Brasil 'aquecido'*. http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/04/110411_po. Acesso em 12 de março de 2012.

Brasil o parco número de 2.913 lusitanos, fazendo do país a quinta escolha dentre emigrados de Portugal. Perdendo para Reino Unido, Suíça Alemanha, Espanha e Luxemburgo. Essa posição deve ser ainda menor, pois esses dados não levam em conta informações sobre a imigração para França, Angola e Moçambique, quando da publicação da obra.⁴¹⁷ Vê-se que o Brasil teve uma considerável redução do seu papel como atrator dos imigrantes lusitanos, ainda que nos últimos anos a imigração para o país tenha aumentado um pouco.

A imigração portuguesa para o Brasil, desde 2004, mantém uma média acima de 400 lusitanos imigrados anualmente, tendo aumentado desde 2011, crescendo 96% em comparação ao ano anterior. Ainda que percentualmente grande, esse número, em termos absolutos teve pouca relevância ao passar de 798 imigrante em 2010 para 1.564 em 2011. Já em 2013, esse número foi de 2.913 portugueses, apenas 5% da imigração estrangeira para o país.⁴¹⁸ Apesar disso, os portugueses ainda são o maior número de residentes estrangeiros no Brasil, somando 23% do total.

Se no Censo de 2000 Portugal não figurava entre os cinco países a destinar mais imigrantes para o Brasil (Paraguai, Japão, Estados Unidos, Argentina e Bolívia), no Censo de 2010 já voltava à aparecer com Estados Unidos (51.933), Japão (41.417), Paraguai (24.666), Portugal (21.376) e Bolívia (15.753). A maioria desses imigrantes, entretanto, ainda iam para o sul e sudeste do país, dirigindo-se majoritariamente para São Paulo (30%), Paraná (14,7%), Minas Gerais (9,8%), Rio de Janeiro (7,6%) e Rio Grande do Sul (5,3%).

Observa-se, então, um novo panorama da imigração portuguesa para o Brasil, distinto de todo outros, por diversos fatores. Os imigrantes lusitanos que vieram para Pernambuco entre 1945 e 1964 hoje dão seguimento à comunidade portuguesa aqui presente. A presença de lusitanos em Pernambuco é bastante forte e remonta ao período colonial. No período pós-independência, em Recife, foram fundadas históricas entidades portuguesas tais quais o Gabinete Português de Leitura de Pernambuco (1850), o Real Hospital Português de Beneficência em Pernambuco (1855), o Clube Almirante Barroso (1909) e Clube Português do Recife (1934), instituições essas que continuam a fazer parte do cotidiano da Comunidade Portuguesa local. Sejam nas reuniões no Gabinete, nas festas

⁴¹⁷ PIRES, Rui Pena. **Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2014**, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), CIES-IUL, e DGACCP. 2014. .p..37

⁴¹⁸ PIRES, Rui Pena. **Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2014**, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), CIES-IUL, e DGACCP. 2014. .p..100

no Clube, nos encontros no Hospital ou nas sardinhas no Barroso. A comunidade se faz presente nessas instituições e nos estabelecimentos criados pelos portugueses que para aqui imigraram. A redução da imigração, desde 1964, prejudica, no entanto o contínuo fluxo de novos lusitanos na comunidade, hoje, formada por muitos descendentes. Laura Areias, imigrante portuguesa, assim resume:

os portugueses, vindos por ânsia de ganhos, afastados de suas famílias e origem queriam vencer e voltar um dia mostrando condições econômicas promissoras. Se muitos não voltaram pelos resultados hostis da vida, os que triunfaram, radicaram-se em Pernambuco, estabelecendo novos horizontes, marcantes de sua presença portuguesa⁴¹⁹

Este trabalho pretendeu contribuir com a história social de Pernambuco buscando investigar a imigração portuguesa para o estado no pós-guerra. Procurou-se explorar o antilusitanismo em Pernambuco em diversos momentos até o seu desaparecimento, bem como o desenvolvimento de uma legislação brasileira favorável aos portugueses. A compreensão desse contexto, foi condição essencial para a análise da imigração e suas redes de parentesco responsáveis por alimentar a comunidade portuguesa de novos lusitanos. Familiares trazidos por outros familiares, conterrâneos atraídos por conterrâneos.

A história da imigração excede a frieza dos números e mostra-nos trajetórias de diversas vidas que, ainda que detentoras de caminhos únicos, processaram-se num movimento compartilhado entre si. Foram vários imigrantes portugueses deslocados para Pernambuco, vários relatos e diversas memórias, porém, dentro dessa diversidade havia um coletivo comum, além do contexto social, político, econômico e legal deixado para trás e encontrado no país para onde se emigrou.

A história da imigração portuguesa para Pernambuco entre 1945 e 1964 é uma história de mão-dupla. É história de Portugal e é história do Brasil. É, sobretudo, história de Pernambuco. A pesquisa deve continuar em razão do interesse de melhor compreender as particularidades desse processo. Afora a documentação oficial ainda não trabalhada, existem muitos imigrantes que não foram entrevistados, devido às dificuldades impostas pelo tempo deste trabalho. Esta dissertação é apenas um começo.

⁴¹⁹ AREIAS, Laura. **A Presença Lusitana em Pernambuco: 100 anos da Câmara de Comércio Brasil – Portugal - Pernambuco**. Recife: Caleidoscópio, 2012. p. 48.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES ARQUIVO NACIONAL

Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras (Entrada e Saída de Estrangeiros) 1855-1969. RV 821 (1942-1945) RV 822 (1946-1947) RV 823 (1948) RV 824 (1949) RV 825 (1950) RV 826 (1951) RV 827 (1952) RV 828 (1953) RV 829(1954) RV 830 (1955) RV 831 (1956) RV 832 (1957) RV 833 (1958) RV 834 (1959). Fundo da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras. (Entrada e Saída de Estrangeiros). 1855-1969. Código de fundo: OL. Seção de guarda: SDE. Instrumento: SDE 058.

Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras (Relação de Vapores) 1875-1974. Código de fundo: OL. Seção de guarda: SDE. Instrumento: SDE 046. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

FONTES CONDEPE/FIDEM E IBGE

Anuário Estatístico de Pernambuco de 1927. Ano I. CONDEPE/FIDEM

Anuário Estatístico de Pernambuco de 1929. Ano III. CONDEPE/FIDEM

Anuário Estatístico de Pernambuco de 1934. Ano VII CONDEPE/FIDEM

Anuário Estatístico de Pernambuco de 1937 – 1938. Ano X. CONDEPE/FIDEM

Anuário Estatístico de Pernambuco de 1946. Ano XII CONDEPE/FIDEM

Anuário Estatístico de Pernambuco de 1948. Ano XIII CONDEPE/FIDEM

Anuário Estatístico de Pernambuco de 1950. Ano XIV CONDEPE/FIDEM

Anuário Estatístico de Pernambuco de 1955. Ano XV CONDEPE/FIDEM

Anuário Estatístico de Pernambuco de 1958. Ano XVI CONDEPE/FIDEM

Anuário Estatístico de Pernambuco de 1962. Ano XVIII CONDEPE/FIDEM

Anuário Estatístico de Pernambuco de 1964. Ano XIX CONDEPE/FIDEM

Anuário Estatístico de Pernambuco de 1968. CONDEPE/FIDEM

Anuários Estatísticos do Brasil de 1936, 1939, 1941, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970. IBGE

FONTES FUNDAJ

Boletim da Cidade e do Porto do Recife. Janeiro – Dezembro, 1957-1967. Nº 63 – 169.

Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife. FUNDAJ

Boletim da Cidade e do Porto do Recife. Janeiro – Dezembro, 1957-1958. Nº 63 - 70. Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife. FUNDAJ

Boletim da Cidade e do Porto do Recife. Janeiro – Dezembro, 1952-1956. Nº 43 – 62. Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife. FUNDAJ

Boletim da Cidade e do Porto do Recife. Janeiro – Dezembro, 1950-1951. Nº 35 - 42. Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife. FUNDAJ

Boletim da Cidade e do Porto do Recife. Julho – Dezembro, 1943. Nº 9 e 10. Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife. FUNDAJ

Boletim da Cidade e do Porto do Recife. Janeiro – Dezembro, 1944. Nº 11 - 14. Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife. FUNDAJ

Boletim da Cidade e do Porto do Recife. Janeiro – Dezembro, 1945. Nº 11 - 14. Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife. FUNDAJ

Boletim da Cidade e do Porto do Recife. Janeiro – Dezembro, 1946-1949. Nº 19 - 34. Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife. FUNDAJ

Boletim da Cidade e do Porto do Recife. Janeiro – Junho, 1943. Nº 6 e 7 Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife. FUNDAJ

Boletim da Cidade e do Porto do Recife. Abril – Junho, 1942. Nº 4. Edição da Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo da Prefeitura do Recife. FUNDAJ

Boletim da Cidade e do Porto do Recife. Julho – Dezembro, 1942. Nº 5 e 6. Edição da Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo da Prefeitura do Recife. FUNDAJ

Boletim da Cidade e do Porto do Recife. Janeiro – Março, 1942. Nº 3. Edição da Diretoria de Estatística Propaganda e Turismo da Prefeitura do Recife. FUNDAJ

FONTES SEADE

Revista de Imigração e Colonização. Órgão oficial do Conselho de Imigração e Colonização. Ano I, No 1, Janeiro de 1940. RJ: Brasil. SEADE

Revista de Imigração e Colonização. Órgão oficial do Conselho de Imigração e Colonização. Ano I, No 2, Abril de 1940. RJ: Brasil.

Revista de Imigração e Colonização. Órgão oficial do Conselho de Imigração e Colonização. Ano I, No 3, Julho de 1940. RJ: Brasil.

Revista de Imigração e Colonização. Órgão oficial do Conselho de Imigração e Colonização. Ano I, No 4, Outubro de 1940. RJ: Brasil.

Revista de Imigração e Colonização. Órgão oficial do Conselho de Imigração e Colonização. Ano II, No 1, Janeiro de 1941. RJ: Brasil.

Revista de Imigração e Colonização. Órgão oficial do Conselho de Imigração e Colonização. Ano IX, No 4, Dezembro de 1948. RJ: Brasil.

Revista de Imigração e Colonização. Órgão oficial do Conselho de Imigração e Colonização. Ano X, janeiro/Dezembro de 1949. RJ: Brasil.

Revista de Imigração e Colonização. Órgão oficial do Conselho de Imigração e Colonização. Ano XI, No 1, Primeiro semestre de 1950. RJ: Brasil.

Revista de Imigração e Colonização. Órgão oficial do Conselho de Imigração e Colonização. Ano XI, No 2, Segundo semestre de 1950. RJ: Brasil.

Revista de Imigração e Colonização. Órgão oficial do Conselho de Imigração e Colonização. Ano XII, No 1, Primeiro semestre de 1951. RJ: Brasil.

Revista de Imigração e Colonização. Órgão oficial do Conselho de Imigração e Colonização. Ano XII, No 2, Segundo semestre de 1951. RJ: Brasil.

Revista de Imigração e Colonização. Órgão oficial do Conselho de Imigração e Colonização. Ano XIII, No 1, Primeiro semestre de 1952. RJ: Brasil.

Revista de Imigração e Colonização. Órgão oficial do Conselho de Imigração e Colonização. Ano XIII, No 2, Segundo semestre de 1952. RJ: Brasil.

Revista de Imigração e Colonização. Órgão oficial do Conselho de Imigração e Colonização. Ano XIII, No 1, Primeiro semestre de 1952. RJ: Brasil.

Revista de Imigração e Colonização. Órgão oficial do Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Ano XIV - XVI, Nova Fase. 1955. RJ: Brasil.

FONTES APEJE

Série Registros de Títulos de Naturalização (1952-1968) - APEJE
 Série Ministério das Relações Exteriores (1940-1947) – APEJE
 Série Ministério da Marinha (1941-1947) – APEJE
 Série Capitania dos Portos (1934-1947) – APEJE
 Série Cônsules (1934-1937, 1948-1949, 1952, 1955-1956) – APEJE

ENTREVISTAS

João Virgílio Ramos André. Entrevista realizada em 11 de julho de 2011.

Manuel Alberto Amaral Ribeiro. Entrevista em 25 de agosto de 2011, 8 de fevereiro de 2014 e 16 de março de 2014.

Fátima Ribeiro. Entrevista em 25 de agosto de 2011.

João Jorge Barbosa Marinho. Entrevista 26 de julho de 2013.

Claudino Lopes Pires. Entrevista realizada em 6 de fevereiro de 2014 e 30 de julho de 2014.

Idalina da Cruz. Entrevista realizada em 6 de fevereiro de 2014.

Daniel Ferreira Rodrigues. Entrevista realizada em 27 de julho de 2013.

Francisco Fernandes Pinto. Entrevista realizada em 31 de julho de 2013.

Vicente Manuel Miranda Reis de Melo. Entrevista realizada em 38 de julho de 2013 e 31 de julho de 2014

José Miranda Reis de Melo. Entrevista realizada em 16 de julho de 2013

JORNAIS E PERIÓDICOS

A Batalha. “*Uma pequena arruaça em Recife causou pânico na cidade*”. Rio de Janeiro: 9 de abril de 1931. HDB.

A Batalha. “*Empregados brasileiros despedidos, em Recife, em luta com patrões portugueses*”. Rio de Janeiro: 9 de abril de 1931. HGB.

A Noite. “*Grave conflito em Recife*”. Rio de Janeiro. 9 de abril de 1931. HDB.

A Província. “*Folklore Brasileiro*”. 25 de Dezembro de 1927. Recife, PE. HDB.

América Brasileira : resenha da actividade nacional. “*A libertação do Maranhão*”. anno 2, n. 21, RJ, set. 1923

Análise Social. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade De Lisboa, Lisboa, v. XXIX, 1994.

Boletim Informativo O Sextante. Recife agosto de 2011. Edição 177.

Diário de Pernambuco. “*A Firma Teixeira Miranda & Cia: rebatendo uma calúnia*”. Recife: 5 de abril de 1931. Solicitadas. FUNDAJ.

Diário de Pernambuco. “*Os Factos de Hontem*”. Recife: 9 de abril de 1931. FUNDAJ.

Diário de Pernambuco. “*O Governo do Estado e os últimos acontecimentos: nota official.*” Recife: 10 de abril de 1931 FUNDAJ.

Diário de Pernambuco. “*Sejamos Justos*”. Recife: 10 de abril de 1931. FUNDAJ.

Diário de Pernambuco. “*A Firma Teixeira Miranda & Cia: ao público.*” Recife: 11 de abril de 1931. FUNDAJ.

Diario de S. Luiz. 21 de abril de 1949. p.11. HDB.

Folha da Manhã. “*Contra as arruaças em Recife*”. São Paulo: 11 de abril de 1931. HDB.

Folha da Manhã. São Paulo: 10 de abril de 1931. HDB.

Folha da Noite. “*Uma explosão jacobina em Pernambuco.* São Paulo: 9 de abril de 1931.HDB.

FREYRE, Gilberto. Se eu fosse europeu e tivesse de emigrar de Portugal. **Panorama.** Lisboa, n. 6, p. 12, 1957

Jornal Pequeno. “*Os Acontecimentos de Hoje na Rua Direita.*” Recife: 8 de abril de 1931. FUNDAJ.

Jornal Pequeno. “*Os Acontecimentos de Hontem na Cidade*”. Recife: 9 de abril de 1931 FUNDAJ.

Jornal Pequeno. “*Os acontecimentos de ontem e ante-hontem*”. Recife: 10 de abril de 1931 FUNDAJ.

Jornal Pequeno MELO, Mário. “*Protesto!*”. Recife: 10 de abril de 1931 FUNDAJ.

Jornal do Recife. “*Lamentáveis Sucessos*”. Recife: 9 de abril de 1931 FUNDAJ.

Revista do Conselho da Comunidade Portuguesa em Pernambuco. No 1. Recife, 18 de abril de 2012. P. 1.

Revista do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), 99: 289-312, Jan./Dez. 1970.

REPORTAGENS ON-LINE

Empresários portugueses no Recife apostam no ramo gastronômico. In: <http://g1.globo.com/peernambuco/noticia/2013/11/empresarios> Acesso em 10 de janeiro de 2014.

GIRAUD, Laire. ‘*Serpa Pinto*’ conquistou o título de Navio da Amizade. **Portogente.** 9 de outubro de 2006. <http://portogente.com.br/colunistas/laire-giraud/serpa-pinto-conquistou-o-titulo-de-navio-da-amizade-6795> Acesso em 17 de janeiro de 2014

RATTNER, Jair. **Fugindo da crise, portugueses engrossam onda migratória para o Brasil 'aquecido'.** http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/04/110411_po. Acesso em 12 de março de 2012.

OUTRAS PUBLICAÇÕES

Atlas do Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE. 2003.

BRASIL: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2000

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda . **Novo Aurélio século XXI: o Dicionário da Língua Portuguesa.** 3a edição. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1999

SITES

BASE DE DADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO -
http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2

GOOGLE BOOKS - <http://books.google.com.br/>

IBGE - http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/populacao.shtm

JORNAL ELETRÔNICO NOVO MILÊNIO - : www.novomilenio.inf.br/

MAPAS PORTUGUESES –
http://www.mapas-portugal.com/Mapa_Distritos_Portugal.htm

OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO
 - <http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt>

THE SHIPLIST - <http://www.theshiplist.com/>

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA - <http://hemerotecadigital.bn.br/>

DISSERTAÇÕES E TESES

ALARCÃO, Janine Pereira de Sousa. **O Saber e o Fazer: República, Federalismo e Separatimos na Confederação do Equador.** Dissertação de mestrado. Brasília, UNB, 2006.

ALMEIDA, Cristiane D'Avila Lyra. **João do Rio a caminho da Atlântida: por uma aproximação luso-brasileira.** Rio de Janeiro, 300p. Tese de Doutorado - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2010.

ARRAIS, Mário Gilberto. C. **Representações literárias do imigrante português em Aluísio Azevedo e incidências periféricas.** (Dissertacao de mestrado). UFRJ. 2006.

BENTO, Artur Monteiro. **Memória, espaço e identidade: a experiência de imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro (1950-1973)**. RJ: Unirio. 2009 (dissertação de mestrado)

BORGES, Licínio António Teixeira. **Educação, Sociedade e Desenvolvimento em Mondim de Basto: desde o Marquês de Pombal à transição para a contemporaneidade**. Universidade do Minho: Braga. 1999. (tese de doutorado).

CABRAL, Thaís Pimentel. **O Luso-Tropicalismo: reflexões sobre a cultura política luso-brasileira**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais e Ciência Política, FCSH-UNL, Lisboa 2010.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830-1870** (tese de doutorado). Recife. 2012.

_____. **Trabalho Livre no Brasil Imperial: o Caso dos Caixeiros de Comércio na Época da Insurreição Praieira**. (dissertação de Mestrado). UFPE: Recife. 2005.

FACCHINETI, Luciana. **A imigração italiana no segundo pós-guerra e a indústria brasileira nos anos 50**. Dissertação apresentada ao Dep. de História da UNICAMP. 2003

MENDES, José Sacchetta Ramos . **Laços de Sangue. Privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)** 2007 (Tese de doutorado).

MENDONÇA, Luís Carvalheira de. **O empreendedorismo português na cidade do Recife na primeira metade do século XX**. Universidade de Aveiro. 2010 (tese de doutorado).

PEREIRA, Syrléa Marques. **Entre histórias, fotografias e objetos: imigração italiana e memórias de mulheres**. Rio de Janeiro: UFF. 2008 (tese de doutorado).

RIBEIRO, Gladys Sabina **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Campinas, SP. 1997 – Tese de doutorado. Volume I e II.

RIBEIRO, Manuela Sousa. **Modernidade no Brasil, Igreja Católica, Identidade Nacional Práticas e estratégias intelectuais: 1889 - 1930**. UFPE: 2009. (tese de doutorado).

SILVA, Susana Neves Tavares Bastos de Pinho **O Emigrante Português em Três Romances de Aluísio Azevedo**. FLUP – Universidade do Porto, Porto (tese de mestrado). 2007.

LIVROS E ARTIGOS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. Ministério da Cultura Fundação Biblioteca Nacional - Departamento Nacional do Livro. http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/capitulos_de_historia_colonia.pdf.

ABREU E LIMA, José Ignácio de. **Synopsis ou Dedução Chronologica dos Factos mais Notáveis da História do Brasil**. Typographia de M. F. de Faria: Pernambuco. 1845. P.171. **A Provincia**. 23 julho 1877. Recife, PE.

ALENCAR, José de. **Obra Completa**, 4 vols., 2.a ed. Rio de Janeiro: J. Aguilar, 1965, 1964, 1965, 1960.

ALENCASTRO, Luiz Felipe e RENAUX, Maria Luiza. "*Caras e Modos dos Migrantes e Imigrantes*". In: NOVAIS, Fernando A. e ALENCASTRO, Luíz Felipe de(orgs.). **História da Vida Privada no Brasil, Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALVES, Jorge Fernandes. "*Variações sobre o "brasileiro" – Tensões na emigração e no retorno do Brasil.*" In: **Revista Portuguesa de História**, tomo XXXIII, 1999.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Movimentos Nativistas em Pernambuco – Setembrada e Novembrada**. Recife, Imprensa Universitária. 1971.

ANTUNES, M. L. Marinho. "*Migrações, mobilidade social e identidade cultural: factos e hipóteses*", **Análise Social**, XVII(65). 1981

_____. "*Vinte anos de emigração portuguesa: alguns dados e comentários*", **Análise Social**, XVIII (30-31), pp. 299-385. 1970

AQUINO, R. S. L. D., MENDES, F. R., & BOUCINHAS, A. D.. **Pernambuco em chamas: revoltas e revoluções em Pernambuco**. Recife, PE, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana.. 2009. P. 243.

ARCHIVO PITTORESCO, vol VIII, Editores Proprietários Castro, Irmão & C^a, Lisboa, 1865.

AREIAS, Laura. **A Presença Lusitana em Pernambuco: 100 anos da Câmara de Comércio Brasil – Portugal - Pernambuco**. Recife: Caleidoscópio, 2012

ARROTEIA, Jorge. **A Emigração Portuguesa, suas Origens e Distribuição**, Lisboa, ICALP. 1983

ATLAS DO CENSO DEMOGRÁFICO 2000. Rio de Janeiro: IBGE. 2003.

BARBOSA, Rosana. "*Portuguese Migration to Rio de Janeiro, 1822-1850*". **The Americas**, Vol. 57, No. 1 (Jul., 2000),

_____, Rosana. **Immigration and xenophobia Portuguese immigrants in early 19th century Rio de Janeiro**. Lanham (Md.), University Press of America. 2009.

BEATTIE, P. M. **The human tradition in modern Brazil**. Wilmington, Del, SR Books. 2004.

BENTO, Artur Monteiro. **Memória, espaço e identidade: a experiência de imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro (1950-1973)**. RJ: Unirio. 2009 (dissertação de mestrado)

BETHELL, Leslie. **Brazil: Empire and Republic, 1822-1930**. Cambridge: Cambridge University Press. 1989.

BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu; MALATIAN, Teresa (coord.). **Política migratórias: fronteiras dos direitos humanos no século XXI**. Franca: Renovar. 2003.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: EDUNESP, 1992

CABRAL, Thaís Pimentel. **O Luso-Tropicalismo: reflexões sobre a cultura política luso-brasileira**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais e Ciência Política, FCSH-UNL, Lisboa 2010.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. “*O Recife e os motins antilusitanos nos anos que antecederam a Insurreição Praieira: o aprendizado do protesto popular e outras variações*”. **Gênero & História (UFPE)**, v. Ano IV, p. 148-180, 2010.

_____. “*Os Motins Antilusitanos na Época da Praieira: o Aprendizado do Protesto Popular e outras Variações*”. In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA **História: Guerra e Paz**, 2005, Londrina. XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA **História: Guerra e Paz**, 2005.

CANO, Jefferson. “*A política da lusofobia: partidos e identidades políticas no Rio de Janeiro (1848-1849)*”. In: **Locus** (Juiz de Fora), v. 24, p. 63-92, 2007.

CANOVAS, M. D. K. . *A grande emigração europeia para o Brasil e o imigrante espanhol no cenário da cafeicultura paulista: aspectos de uma (in)visibilidade*. **Saeculum** (UFPB), João Pessoa, PB, v. 11, n.ago/dez, p. 115-136, 2004. P.120

CARVALHO, Marcus J. M. de. “*O antilusitanismo e a questão social em Pernambuco, 1822-1848*”. In PEREIRA, Miriam Halpern. (organizadora). **Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Séc. XIX e XX)**. Editora Fragmentos, Lisboa, Portugal, 1993.

CARVALHO, Marcus J. M. de; CÂMARA, Bruno. A. D. . A “*Insurreição Praieira*”. **Almanack Braziliense**, v. 8, p. 05-38, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CAVALCANTI, Carlos André. ; CUNHA, F. C. . **Pernambuco Afortunado: da Nova Lusitânia à Nova Economia**. 1ª. ed. Recife: Editora INTG, 2006. v. 1.

CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à Queda de Arraes: memórias**. 3ª ed. Recife: Editora Guararapes, 1980.

CLARENCE-SMITH, W. G. **The Third Portuguese empire, 1825-1975: a study in economic imperialism**. Manchester, Manchester University Press. 1985

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos** (Vol.5). 2ª. Ed. Recife. FUNDARPE, 1983.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **O italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto - alegre** . Porto Alegre: EST, 1991.

COWELL JR., Bainbridge. “*Cityward Migration in the Nineteenth Century: The Case of Recife, Brazil.*” In: **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, Vol. 17, No. 1 (Feb., 1975), pp. 43-63

DÁVILA, J. . **Hotel Trópico: Brazil and the challenge of African decolonization, 1950-1980**. Durham [NC], Duke University Press. 2010.

DELGADO, Luiz. **Gestos e vozes de Pernambuco**. Universidade de Pernambuco, Recife, 1970.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra (orgs.). **Estudos migratórios: Perspectivas metodológicas**. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

DEMARTINI, Zeila B. F. “*Imigração e Educação: os portugueses em São Paulo no início do Século XX.* “. In: **Cadernos CERU** Série 2. N12. 2001

DEVOTO, Fernando. **Historia de Imigración en la Argentina**. Buenos Aires: Sudamericana. 2009.

DIAS, Antônio. **Notas sobre o elemento português no Recife**. 1890- 1940. Recife: Typographia The Propagandist, 1940.

DIJN, Rosine de. **O navio do destino**. Rio de Janeiro: Record, 2011

DOCTORS, Marcio; LEVY, Ruth. **Viagens de Eva**. FEK: Rio de Janeiro. 2012

EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. São Paulo: *Globo*, 2001.

FARIAS, Amy C. De. **Mergulho no Letes uma reinterpretação político-histórica da Confederação do Equador**. Porto Alegre, EDIPUCRS. 2006.

FAUSTO, B. (Org.) **Fazer a América**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

FELDMAN, Ariel. “A construção do Estado e da Nação no Brasil: identidades políticas e imprensa periódica no período regencial (1831-1840)”. **Revista Aulas**. Dossiê identidades nacionais; n. 2, out.-nov. 2006.

_____. “Identidades étnicas e nacionais do discurso político (1829-1831)”. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, 2011.

FELDMAN-BIANCO, Bela (org.), **Nações e Diásporas. Estudos Comparativos entre Brasil e Portugal**, Campinas, Unicamp, 2010.

FELDMAN, Ariel. “A construção do Estado e da Nação no Brasil: identidades políticas e imprensa periódica no período regencial (1831-1840)”. **Revista Aulas**. Dossiê identidades nacionais; n. 2, out.-nov. 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda . **Novo Aurélio século XXI: o Dicionário da Língua Portuguesa**.. 3a edição. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1999

FERREIRA, Eduardo Sousa. **Origens e Formas da Emigração**. Lisboa, Iniciativas Editoriais. 1976

FERREIRA, M. & AMADO, J. (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, FGV, 1996

FILHO, Alcides Goularti. Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro: uma trajetória de déficit financeiro e desenvolvimento econômico. In: **História Econômica & História de Empresas**. V.XII. 2009.

FILHO, Alcides Goularti . *A trajetória da marinha mercante brasileira: administração, regime jurídico e planejamento*. **Pesquisa & Debate** (PUCSP. 1985. Impresso), v. 21, p. 247-278, 2010

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record. 1996.

_____, Gilberto. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editôra. 1968.

_____, Gilberto. **O mundo que o português criou**. SP: É Realizações. 2010.

_____. Gilberto. **Uma Cultura ameaçada: a luso-brasileira**. SP: É Realizações. 2010

_____. Gilberto. **O Mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

GAMA, José Bernardo Fernandes. **Memórias históricas de Província de Pernambuco**. Recife, Arquivo Público Estadual, 1977.

GARDNER, George. **Travels in the interior of Brazil: principally through the nothern provinces, and the gold and diamond districts, during the years 1836-1841..** Reeve Brothers. London. 1846.

GERALDO, Endrica. A “*lei de cotas*” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. In: **Cadernos da AEL**, Capinas, v. 15, n. 27, p.173-209, 2009.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. “*Os movimentos pré-políticos da década 1840-1850 em Pernambuco fecha-fecha e mata-mata.*” **Revista do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)**, 99: 289-312, Jan./Dez. 1970

GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita. **Misericórdias do Distrito de Vila Real: Passado, Presente, Futuro**. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real, 1998

GOUVÊA, Ferando da Cruz. **Perfil do tempo**. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife. 1990.

GRAHAM, Richard. “1850-1870.” In: BETHELL, Leslie. **Brazil: Empire and Republic, 1822-1930**.

GUIMARÃES, José Marques. “*A Origem do Nativismo no Brasil*”. In: **Interacções**. ISMT: Coimbra. Número 2. pp. 124-136. 2002.

GUIMARÃES, Lucia Maria P. “*Relações Culturais Luso-Brasileiras: alguns pontos de confluência.*” In.: **Convergência Lusíada**. Rio de Janeiro, 24: 256-264, 2o semestre de 2007

HANDA, Tomo. **O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil**. T. A. Queiroz: Sao Paulo. 1987

JÚNIOR, João Júlio Gomes dos Santos. “*Jacobinismo, antilusitanismo e identidade nacional na república velha*”. **Historiæ**, Rio Grande, 2 (2): 89-106, 2011.

KHALED JR, Salah H.. **Horizontes Identitários. A construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

KIDDER, D. P.; FLETCHER, J. C. **O Brasil e os brasileiros**. São Paulo: Nacional, 1941. In: SOUZA, Ricardo Luiz. “*O Antilusitanismo e a afirmação da nacionalidade*”. In: **Politéia: História e Sociedade**, V.5, N.1, Revista do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2005

KLEIN, Herbert S. “*The Social and Economic Integration of Portuguese Immigrants in Brazil in the Late Nineteenth and Twentieth Centuries*”. In: **Journal of Latin American Studies**, Vol. 23, No. 2 (May, 1991), pp. 309-337

LESSA, Carlos (Org.). **Os Lusíadas na aventura do Rio moderno**. RJ: Record, Faperj,

2002.

_____. "*Rio, uma cidade portuguesa?*" In: LESSA, Carlos (Org.). **Os Lusíadas na aventura do Rio moderno**. RJ: Record, Faperj, 2002.

LESSER, J. **Negotiating national identity: immigrants, minorities, and the struggle for ethnicity in Brazil**. Durham, N.C., Duke University Press. 1999

LEVINE, Robert M. **A velha usina: Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980

LEVY, Maria Stella Ferreira. "*O Papel da Migração Internacional na Evolução da População Brasileira (1872 a 1972)*". In: **Revista de Saúde Pública**, suplementos, 8 (1974), 71-73.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Imigração Portuguesa no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

MACHADO, Fernando Luís (org.), **Revista Migrações - Número Temático Imigração e Envelhecimento Ativo**, Abril 2012, n.º 10, Lisboa: ACIDI

MARTINS, Ismênia de Lima. e SOUSA, Fernando. **Portugueses no Brasil – migrantes em dois atos**. Rio de Janeiro: Edições Muiraquitã. 2006.

MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.) **Os Alemães no Sul do Brasil: Cultura, etnicidade e história**. Canoas: Ed. Ulbra, 1994

MAXWELL, Kenneth. **A Construção da Democracia em Portugal**. Lisboa: EP. 1999

MELO, H.; MARQUES, T. C. N. *Imigrantes portugueses no Brasil a partir dos recenseamentos populacionais do século XX: um estudo exploratório de gênero*. Niterói: **Gênero**, v. 9, n. 1, 2. Sem., 2008

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana**. São Paulo (SP): Alameda. 2008.

MELLO, Frederico Pernambucano de.. **A tragédia dos blindados um episódio da Revolução de 30 no Recife**. Recife, Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes/FUNNDARPE. 1999.

MENDES, José Sacchetta Ramos. **Laços de sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)**. São Paulo, SP, Brasil, Edusp.. 2001.

MONTEIRO, N. de G. *Imigração e colonização em Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973. P. 142. Apud: SOUZA, Ricardo Luiz. "*O Antilusitanismo e a afirmação da nacionalidade*". In: **Politéia: História e Sociedade**, V.5, N.1, Revista do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2005.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Editora Contexto, 2010

MOREIRA, Maria Eunice. "*Republicanos Gaúchos: um 'causo' muito curioso*". In: PINHEIRO, Luís da Cunha; RODRIGUES, Maria Manuel Marques. **Em torno de duas Repúblicas 15 de novembro de 1889 – 5 de outubro de 1910**. CLEPUL: Lisboa. 2012

MOYA, José C. **Primos y extranjeros: La inmigración española en Buenos Aires, 1850-1930**. Buenos Aires: Emecé.2004.

MORUJÃO, Isabel. "*Asas que naufragam: narrativa de viagens aéreas em Portugal na obra de Sarmento de Beires*" In: MORUJÃO, Isabel; SANTOS, Zulmira(cords). **Literatura culta e popular em Portugal e no Brasil. Homenagem a Arnaldo Saraiva**. Porto: CITCEM. 2011.

MOSHER, Jeffrey C.. **Political struggle, ideology, and state building Pernambuco and the construction of Brazil, 1817-1850**. Lincoln: University of Nebraska Press. 2008

_____. "*Political mobilization, party ideology and lusophobia in Nineteenth-Century Brazil: Pernambuco, 1822-1850.*" **The Hispanic American Historical Review**, v. 80, n. 4. Durham: Duke University Press, 2000.

MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello. **A revolução de 1817 e a história do Brasil : um estudo de história diplomática**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

NETO, Casimiro. **A construção da Democracia**. Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações: Brasília. 2003.

NOVAIS, Fernando A. e ALENCASTRO, Luíz Felipe de(orgs.). **História da Vida Privada no Brasil, Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

OLIVEIRA, Maria Coleta F.A. de .**A Imigração italiana para o Brasil e as Cidades**. Campinas : UNICAMP, Núcleo de Estudos de População. 1992

PASCKES, Maria Luisa Nabinger de A. "Notas sobre os imigrantes portugueses no Brasil (Sécs. XIX e XX)". In: **Revista História**. São Paulo, nº123-124. 1990/1991. pp. 35-70

PEREIRA, Miriam Halpern. (organizadora). **Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Séc. XIX e XX)**. Editora Fragmentos, Lisboa, Portugal, 1993.

_____. **Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)**. SP: EDUSC. 2002

PINHEIRO, Luís da Cunha; RODRIGUES, Maria Manuel Marques. **Em torno de duas Repúblicas 15 de novembro de 1889 – 5 de outubro de 1910**. CLEPUL: Lisboa. 2012

PIRES, Rui Pena. **Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2014**, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), CIES-IUL, e DGACCP. 2014.

QUEIROZ, S. R. R. de. **Os radicais da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.p. 101. Apud. SOUZA, Ricardo Luiz. "*O Antilusitanismo e a afirmação da nacionalidade*". In: **Politéia: História e Sociedade**, V.5, N.1, Revista do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2005.

REIS, João José. **A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das letras, 1991

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. RJ: Editora FGV., 9ª edição. 2007

REZENDE, Antônio Paulo. M. . **O Recife: histórias de uma cidade**. 2. Ed. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2005.

RIBEIRO, F.G. Cassola. Emigração Portuguesa. **Algumas Características Dominantes dos Movimentos no Período de 1950 a 1984**, Porto, Secretaria de Estado das Comunidades/Centro de Estudos. 1986

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

_____. "*Portugueses do Brasil e portugueses no Brasil: "laços de irmandade" e conflitos identitários em dois atos (1822 e 1890)*". IN: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.), *Nações e Diásporas. Estudos Comparativos entre Brasil e Portugal*, Campinas, Unicamp, 2010.

_____. "*Por Que Voce Veio Encher O Pandulho Aqui?": Os Portugueses, O Antilusitanismo e A Exploracao das Moradias Populacionais No Rio de Janeiro da Republica Velha*. In: **Análise Social. Revista Do Instituto De Ciências Sociais da Universidade De Lisboa**, Lisboa, v. XXIX, p. 631-654, 1994.

RIBEIRO, José Augusto. **A era Vargas 1. 1882-1950**.Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2001

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (org.).**Revista de História Econômica e Social, Cadernos 1-2: Estudos sobre a emigração portuguesa**. 1981.

ROSAS, Suzana Cavani. "*Cidadania, trabalho, voto e antilusitanismo no Recife em 1860: os meetings no bairro popular de São José*".. In: **XXV Simpósio Nacional de História**, 2009, Fortaleza. Anais do Simpósio Nacional de História, 2009.

ROWLAND, Robert. "*Manuéis e Joaquins: A cultura brasileira e os portugueses*", **Etnográfica**, V (1), pp. 157-172.. 2001.

SACOMANI Neto, Mario e TRUZZI, Oswaldo. *Economia e Empreendedorismo Étnico: Balanço Histórico da Experiência Paulista*. **Revista de Administração de Empresas**, n°

37, abr./jun. 2007

SANTOS, José Ferreira. *Companhia Colonial de Navegação*. In: **Revista Bordo Livre**. Nº 43/44 - Julho/Agosto de 2002 .p.6 (http://www.comm-pt.org/bordolivre/jul_ago2002/pag6_43&44.htm Acesso em 19 de janeiro de 2014.)

SANTOS, Wilza Betania dos. “*Retrato da Identidade Lusa em Pernambuco*”. In: XIII Encontro de História Anpuh-RJ, 2008, Seropédica. **Anais complementares**. Rio de Janeiro: UFRRJ/Anpuh/RJ, 2008.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. **As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil de 1820-1930**. Paper apresentado ao: Congresso de Historia Económica de Zaragoza, 2001

SERRÃO, Joel. "Conspecto histórico da emigração portuguesa". In: **Análise Social**, XVIII(32), pp. 597-617. 1970.

_____, Joel. **A Emigração Portuguesa: sondagem histórica**. Livros Horizonte: Lisboa. 1982

SILVA, Alberto da Costa e. **Invenção do desenho: ficções da memória**. RJ: Nova Fronteira, 2011.

SILVA, Luiz Geraldo. “*Pernambucanos, sois portugueses!* Natureza e modelos políticos das revoluções de 1817 e 1824”. In: **Almanack Braziliense** v. 1, 2005.

SILVA, Rogério Forastireri. *Colônia e nativismo – a história como “biografia da União”*. Hucitec. 1997.

SILVA, W. B. . **Rebeldes encarcerados: repressão policial durante a Revolução Praieira (Recife, 1848-1849)**. História Social (UNICAMP), v. 16, 2009.

SIMÕES, Nuno. **O Brasil e a emigração portuguesa: notas para um estudo**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934

SKIDMORE, T. E. **Black into white; race and nationality in Brazilian thought**. New York, Oxford University Press. 1974

SOBRINHO, Barbosa Lima. **A verdade sobre a Revolução de Outubro 1930**. São Paulo, Editora Alfa-Omega. 1975..

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4.ed. Mauad: Rio de Janeiro. 1999

SOUSA, Fernando de. “*A emigração do norte de Portugal para o Brasil: uma primeira abordagem (1834-1950)*”. In: MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (Org.). **Deslocamentos & Histórias : os Portugueses**. Bauru: Ed. EDUSC, 2008

SOUZA BARROS, M. D.. **A década 20 em Pernambuco. Uma interpretação.** Rio de Janeiro, Gráfica Editora Acadêmica. 1972

SOUZA, Ricardo Luiz. "*O Antilusitanismo e a afirmação da nacionalidade*". In: **Politéia: História e Sociedade**, V.5, N.1, Revista do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2005.

TÁVORA, Franklin. **Lourenço: crônica Pernambucana.** São Paulo : Livraria Martins Editora, 1972.

TRICHES, Robertha P. **A labareda da discórdia: o antilusitanismo na imprensa carioca.** Achegas.net, v. 5, p. 01-15, 2007.

_____. "*À Sombra das bananeiras d'esta República*": as construções da imagem do português pela imprensa carioca. **Revista Litteris**, v. 2, p. 1-16, 2009.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil.** 6. ed. São Paulo, Melhoramentos, tomo I.1959.

VIEIRA, Martha Victor. "*Antilusitanismo, naturalização e disputas pelo poder no Primeiro Reinado*". **MÉTIS: história & cultura** – v. 5, n. 10, p. 87-99, jul./dez. 2006.

VIEIRA, Nelson H. **Brasil e Portugal: a imagem recíproca. O mito e a realidade na expressão literária.** Lisboa, Ministério da Educação/Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991.

XAVIER, Leonor. **Contributo para a história dos portugueses no Brasil.** Lisboa : Secret. de Estado da Emigração, 1985

ZAIDAN, Michel. "*Tradição Oligárquica e Mudança*". In: **Revista Tempo Histórico**, Vol. 1, No 1. 2005.

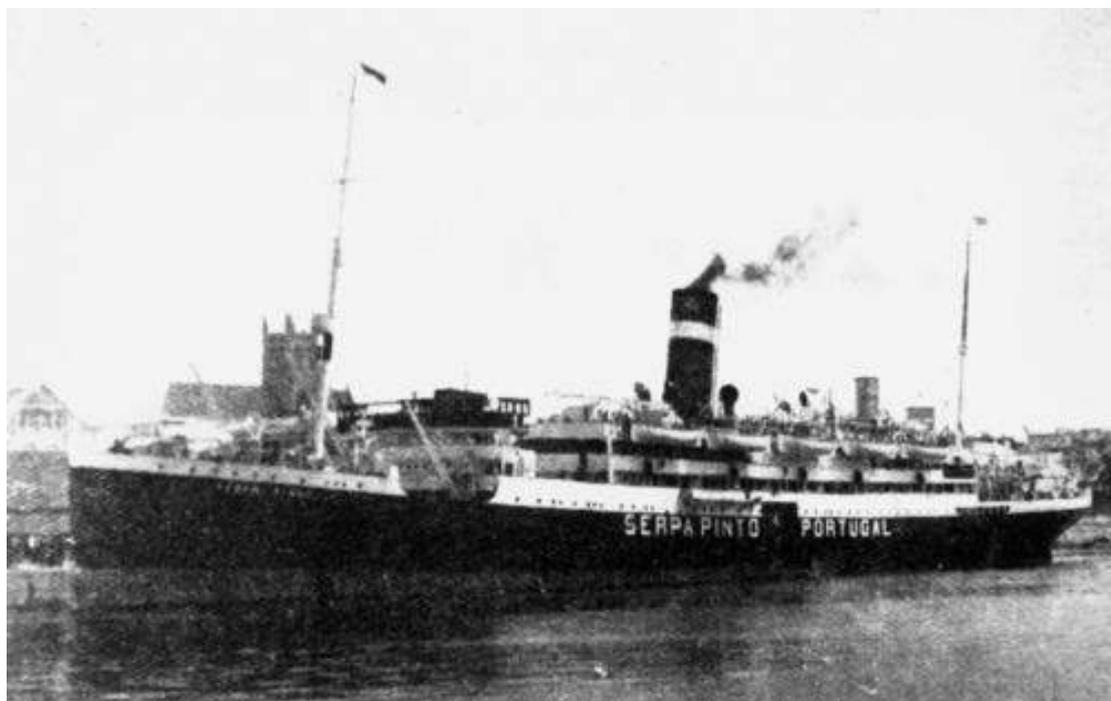
ANEXOS

Vapor Vera Cruz em Santos, 1952



FONTE: <http://www.novomilenio.inf.br/rossini/veracruz.htm> Acesso em 18 de janeiro de 2014.

Serpa Pinto



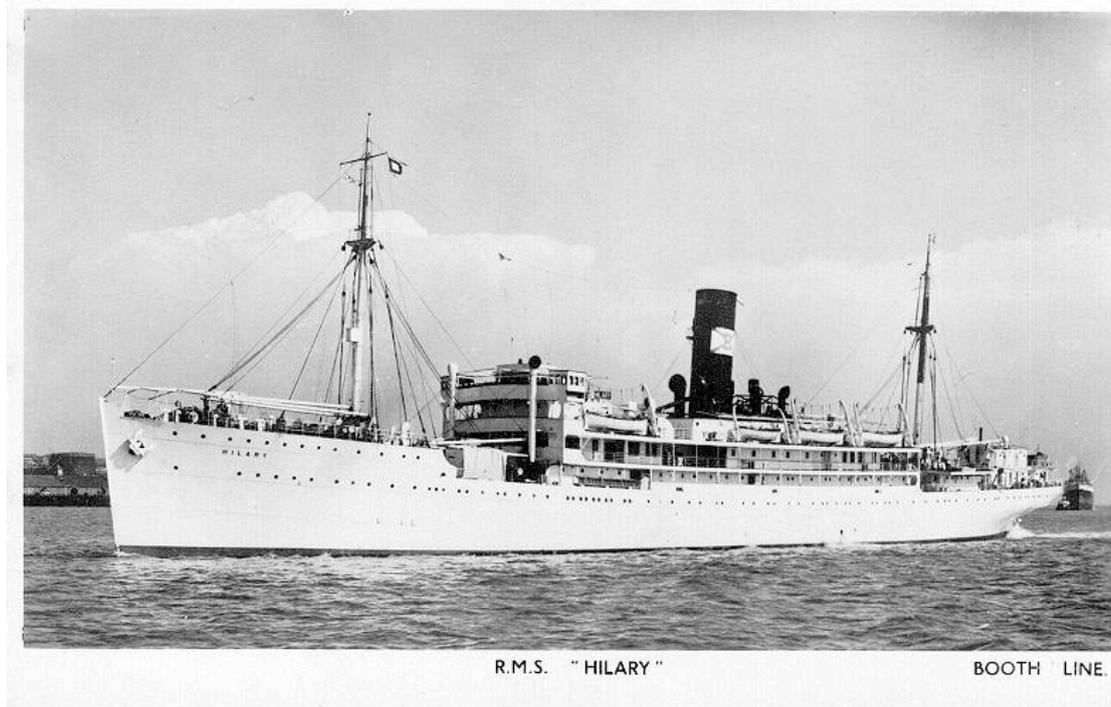
FONTE: State Library of Queensland – Australia
http://bishop.slg.qld.gov.au/view/action/singleViewer.do?dvs=1406107740091~858&locale=pt_BR&metadata_object_ratio=7&show_metadata=true&VIEWER_URL=/view/action/singleViewer.do?&DELIVERY_RULE_ID=10&frameId=1&usePid1=true&usePid2=true. Acesso em 12 de janeiro de 2014.

Vapor Alcantara em 1948, após a Segunda Guerra já com uma chaminé



FONTE: <http://www.novomilenio.inf.br/rossini/alcantar.htm> (Acesso em 18 de janeiro de 2014)

Vapor Hilary em 1956



FONTE: http://www.bluestarline.org/booth/hilary3_postcard2.html (Acesso em 18 de janeiro de 2014)

Informe da Booth Steamship com informações sobre o Vapor Hilary em 1948

BOOTH LINE

THE BOOTH STEAMSHIP COMPANY LIMITED
Sede: — LIVERPOOL, INGLATERRA



Linhas diretas de
e para Liverpool,
Londres, New York,
Lisboa, Leixões,
Havre, Antuérpia,
Rottendam, etc.

Acceptam-se cargas com
conhecimentos diretos,
com baldeação em Li-
verpool ou Antuérpia,
para Espanha, Grécia,
Africa, Austrália,
Nova Zelândia e ou-
tros países.

Linha da Europa

"HILARY" — saiu de Funchal no dia 22 do corrente para Recife, Fortaleza, Belem e Manaus. Sairá de Belem no dia 25 de Agosto, via Fortaleza, para Portugal, Havre se houver carga suficiente, Londres, Antuérpia e Hull. Acceptam-se passageiros de 1.^a e classe turista para Portugal e Inglaterra, embarcando em Belem ou Fortaleza.

"HUBERT" — Saiu de Liverpool no dia 10 do corrente com 10 toneladas de carga destinada a este porto, a qual será baldeada em Fortaleza ou Belem. Escalará neste porto em meados de agosto somente se houver carga suficiente, para embarcar para Portugal e Liverpool.

"BASIL" — sairá de Liverpool no dia 19 de Agosto para Portugal, Recife, e os portos nordestinos do Brasil, escalando neste porto na segunda quinzena de setembro para receber carga para Portugal, Londres, Antuérpia e Hull.

"BONIFACE" — sairá da Inglaterra em fins de setembro para Fortaleza e os portos nordestinos do Brasil; escalando neste porto em meados de novembro para receber carga para Portugal, Londres e portos continentais.

Linha da América

"DOMINIC" — sairá de New York no dia 12 de agosto para Belem, via Bermuda e Georgetown (Guiana Inglesa). Escalará neste porto em meados de setembro para receber carga para New York.

"PACHITEA" — sairá de New York no dia 25 de agosto para Fortaleza e Recife via Bermuda e Georgetown. Escalará neste porto em meados de outubro para receber carga para New York.

AVISO IMPORTANTE

O prazo para reclamações sobre avarias, faltas, etc. é de DEZ DIAS depois de terminada a descarga nos armazéns da

W. J. Sandeys

BOOTH & CO. (LONDON) LTD
AVENIDA PEDRO II, N.º 199 — TELEFONE 1101

FONTE: Diário de S. Luiz de 20 de julho de 1948. P.7 in
; <http://hemerotecadigital.bn.br/> Acesso em 22 de fevereiro de 2014.

Exemplo de lista de passageiros do navio Hilary, desembarcado no Porto do Recife em novembro de 1950.

HILARY

SERVICO DE IMMIGRACAO

ENTRADA

15 NOV 1950

RECIFE

DIARIA RESIDENCIA

A lista desta lista não deve ser utilizada para fins de controle de entrada de estrangeiros sem a devida autorização.

O nome do país de origem, com o código de entrada, deve ser preenchido em cada linha.

Número de identificação.

Nº	Nome	Sexo	Idade	Nacionalidade	Profissão	País de origem	Localidade	País	Religião	Estado Civil	Tempo de residência	Nº de identificação	Data de entrada	Local de destino
1	WALTER MENDONÇA	M	48	BRASILEIRO	COMERCIO	Porto	Recife	Brasil	Catolico	Solteiro	10	15/11/50	Recife	
2	ALICE BARBOSA FERREIRA	F	40	BRASILEIRA	DOMESTICA	Porto	Recife	Brasil	Catolico	Casada	10	15/11/50	Recife	
3	DOUGLAS FERREIRA VAS SANTOS	M	40	BRASILEIRO	ACORDANTE	Porto	Recife	Brasil	Catolico	Casado	10	15/11/50	Recife	
4	WALTER KAY STONE	M	30	INGLES	DOMESTICA	Porto	Recife	Inglaterra	Catolico	Casado	10	15/11/50	Recife	
5	WALTER KAY STONE	F	28	INGLES	DOMESTICA	Porto	Recife	Inglaterra	Catolico	Casada	10	15/11/50	Recife	
6	WALTER KAY STONE	M	26	INGLES	DOMESTICA	Porto	Recife	Inglaterra	Catolico	Casado	10	15/11/50	Recife	
7	WALTER KAY STONE	F	24	INGLES	DOMESTICA	Porto	Recife	Inglaterra	Catolico	Casada	10	15/11/50	Recife	
8	WALTER KAY STONE	M	22	INGLES	DOMESTICA	Porto	Recife	Inglaterra	Catolico	Casado	10	15/11/50	Recife	
9	WALTER KAY STONE	F	20	INGLES	DOMESTICA	Porto	Recife	Inglaterra	Catolico	Casada	10	15/11/50	Recife	
10	WALTER KAY STONE	M	18	INGLES	DOMESTICA	Porto	Recife	Inglaterra	Catolico	Casado	10	15/11/50	Recife	
11	WALTER KAY STONE	F	16	INGLES	DOMESTICA	Porto	Recife	Inglaterra	Catolico	Casada	10	15/11/50	Recife	
12	WALTER KAY STONE	M	14	INGLES	DOMESTICA	Porto	Recife	Inglaterra	Catolico	Casado	10	15/11/50	Recife	
13	WALTER KAY STONE	F	12	INGLES	DOMESTICA	Porto	Recife	Inglaterra	Catolico	Casada	10	15/11/50	Recife	
14	WALTER KAY STONE	M	10	INGLES	DOMESTICA	Porto	Recife	Inglaterra	Catolico	Casado	10	15/11/50	Recife	
15	WALTER KAY STONE	F	8	INGLES	DOMESTICA	Porto	Recife	Inglaterra	Catolico	Casada	10	15/11/50	Recife	
16	WALTER KAY STONE	M	6	INGLES	DOMESTICA	Porto	Recife	Inglaterra	Catolico	Casado	10	15/11/50	Recife	
17	WALTER KAY STONE	F	4	INGLES	DOMESTICA	Porto	Recife	Inglaterra	Catolico	Casada	10	15/11/50	Recife	
18	WALTER KAY STONE	M	2	INGLES	DOMESTICA	Porto	Recife	Inglaterra	Catolico	Casado	10	15/11/50	Recife	
19	WALTER KAY STONE	F	0	INGLES	DOMESTICA	Porto	Recife	Inglaterra	Catolico	Casada	10	15/11/50	Recife	
20	WALTER KAY STONE	M	0	INGLES	DOMESTICA	Porto	Recife	Inglaterra	Catolico	Casado	10	15/11/50	Recife	

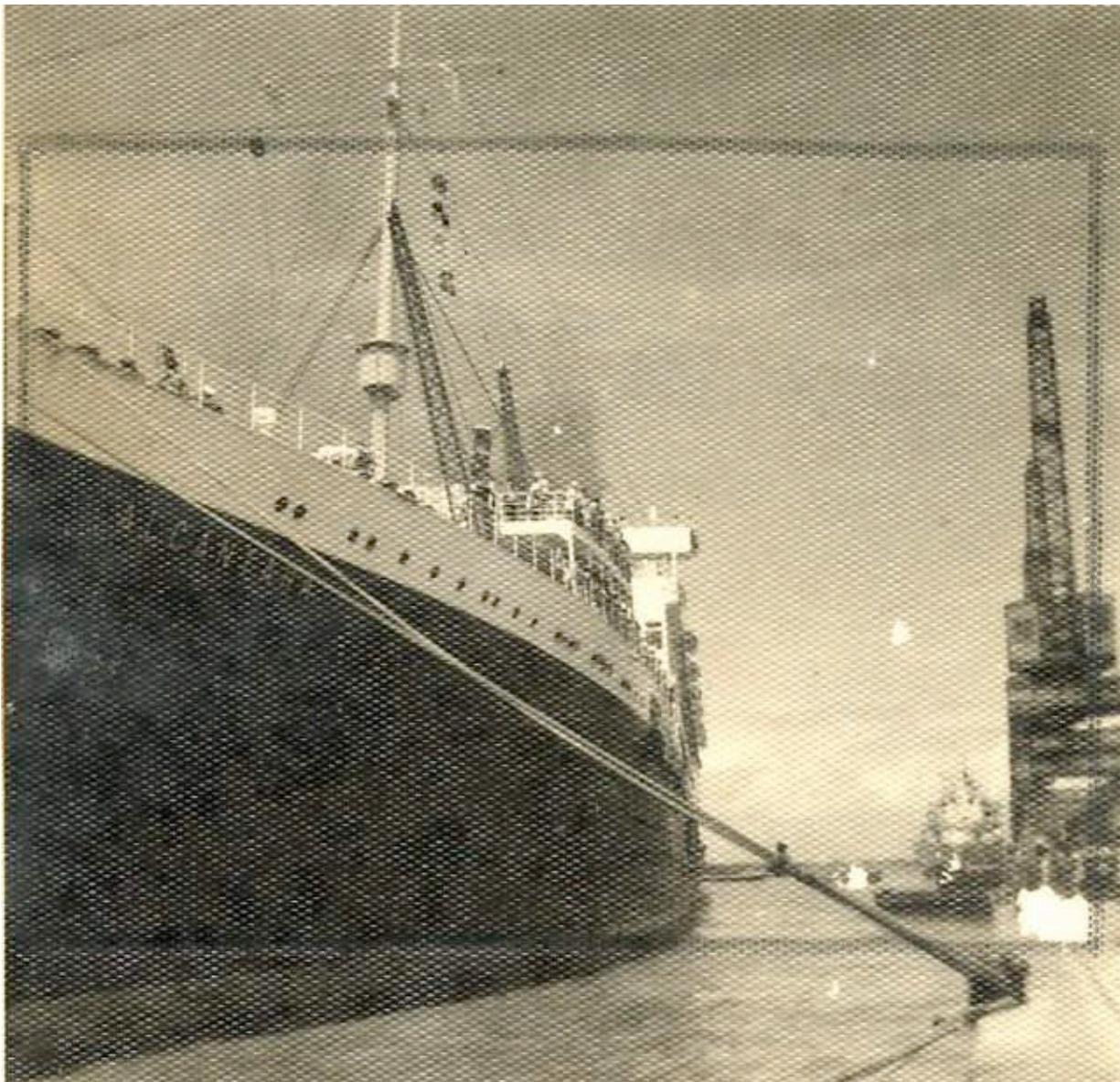
Fonte: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Navio Alcantara no Porto do Recife. Sem data



Fonte: Museu da Cidade do Recife. Foto: 06147

Navio Alcantara no Porto do Recife. Sem data



Fonte: Museu da Cidade do Recife. Foto: 06519

ACERVO PESSOAL DE CLAUDINO LOPES PIRES E IDALINA DA CRUZ

Foto da inscrição no serviço consular português em Pernambuco




 — SERVIÇO DA REPÚBLICA PORTUGUESA —
 CONSULADO DE PORTUGAL EM PERNAMBUCO

Certificado de inscrição N.º 175/51.

O Cônsul da República Portuguesa em Pernambuco

Faz saber que **CLAUDINO LOPES PIRES** (estado) **casado** (profissão) **comerciário** filho de **José Pires** e de **D. Emília Lopes** nascido no dia **17** de **Julho** de **1927** freguesia de **Amória** concelho de **Leiria** distrito administra-

SINAIS
 Altura **1 metro e 65 cent.**
 Rosto **Oval**
 Cabelo **Castanhos**
 Barba **Rapada**
 Olhos **Castanhos**
 Nariz **Regular**
 Bóca **Idem**
 Côr **Branca**
 SINAIS PARTICULARES
É vacinado

Sec. Grafica Ipanema

CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO

Gráfica Ipanema - Rua da Glória, 109

SINAIS PARTICULARES
 É vacinado-----
 -----&-----
 -----&-----

Este certificado é valido até a data de 24 de Julho de 1952 e será considerado nulo se não for renovado antes de completar 60 dias a contar dessa mesma data.

Pagou ao câmbio de 0,80 a quantia de Cr\$ Gratis segundo o número artigo 1º da Tabela, ficando esta importância lançada no livro da Receita sob o número 22

filho de J. O. S. S. Pires e de D. Emília Lopes nascido no dia 17 de Julho de 1927 freguesia de Amor concelho de Leiria distrito administrativo de Leiria da República Portuguesa, é cidadão português e está devidamente inscrito no Registro d'êste Consulado sob n.º 0175/51, do livro 362 de matrícula.

Foi a sua última residência em Portugal em Amor e chegou em 24 de Agosto de 1951 a êste distrito, consular onde reside na Avenida Visconde de Albuquerque nº 149.
 Provou a sua identidade apresentou passaporte nº 16180/51, expedido pela Junta da Emigração em Lisboa, em 24 de Julho de 1951.

Consulado de Portugal em Pernambuco, aos vinete e um dias do mês de Setembro do ano de mil novecentos e cinquenta e um.

O ENCARRGADO,
[Signature]
 - Chanceler -

ASSINATURA DO INSCRITO
[Signature]
Claudino Lopes Pires

Detalhe na parte de trás do documento

Fica inscrita sob o mesmo número a sua esposa D. IDALINA DA CRUZ, cidadã portuguesa, doméstica, nascida no dia 18 de Fevereiro de 1927 na freguesia de Amor, concelho e districto de Leiria (Portugal), filha de José da Cruz e de D. Encarnação da Cruz.

O ENCARRGADO,
[Signature]
 - Chanceler -

Passaporte de Claudino Pires em 1951, ano de sua imigração



Visto permanente concedido pelo Consulado Geral do Brasil em Lisboa



Visto de desembarque no Porto do Recife, em 1951



Licença Militar de Claudino Lopes Pires

Modelo N.º 1 Folha N.º 1
 Decreto 39.083 de 23-11-48 

SERVIÇO DA REPÚBLICA

LICENÇA MILITAR

(a) 2.º GRUPO DE COMPANHIAS DE SUBSISTÊNCIAS
 Classe de 19 48
 (b) Manuel de Sousa Rosal Junior, Ten.-Cor., Comandante do Reg. 1.º do Grupo Paz saber que (c) o soldado **CLAUDINO LOPES PIRES**,
 de n.º de ordem 252/48, do (d) 2.º G. Comp.ª de Subsistências, na situação de (e) disponibilidade,
 filho de José Pires e de Imilia Lopes residente na freguesia de Amor, concelho de Leiria, distrito de Leiria, tem licença para se ausentar para (f) o **BRASIL**, definitivamente.

Deve registar o seu domicílio no consulado competente no prazo de sessenta dias a contar da data de entrada no país a que se destina.
 Deverá ainda apresentar-se à autoridade consular no prazo de dez dias da data em que teve conhecimento de que foi mobilizado ou convocado para o serviço militar ou houve conhecimento público de ter sido ordenada a mobilização geral ou parcial ou de ter o país entrado em guerra com o estrangeiro.
 E para que lhe possa ser conferido o competente passaporte pela autoridade civil respectiva mandei passar o presente documento, que vai por mim assinado e selado com o selo branco.
 Este documento fica sem efeito se o interessado deixar de se apresentar ao seu destino no prazo de noventa dias a contar desta data.

Quartel em Lumiar
 25 de Maio de 1951

(g) Sinais particulares:
 (h)

Nota. — Fica em poder do interessado.

(a) Designação da unidade ou estabelecimento que passa a licença.
 (b) Nome, posto e categoria do quem passa a licença.
 (c) Posto e nome do interessado.
 (d) Unidade ou estabelecimento a que o interessado pertença, a título formal.
 (e) Disponibilidade, licenciado, territorial, etc.
 (f) Indicar o destino.
 (g) Assinatura de quem passa a licença e selo branco.
 (h) Os que constarem dos registos de matrícula e ainda quaisquer outros.

N.º 451 - 6.300-46 - P.A.P. FERNANDES - Lisboa